

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

Marcus Fernandes Marcusso

**A Escola Militar do Realengo e a Formação do Oficial do Exército Brasileiro (1904
– 1929)**

São Carlos

2012

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

Marcus Fernandes Marcusso

**A Escola Militar do Realengo e a Formação do Oficial do Exército Brasileiro (1904
– 1929)**

**Dissertação apresentada para
obtenção do título de Mestre em
Educação do Programa de Pós-
Graduação em Educação da
Universidade Federal de São
Carlos, na área de Fundamentos
da Educação. Orientado pelo Prof.
Dr. Amarílio Ferreira Júnior.**

São Carlos

2012

**Ficha catalográfica elaborada pelo DePT da
Biblioteca Comunitária da UFSCar**

M322em

Marcusso, Marcus Fernandes.

A Escola Militar do Realengo e a formação do oficial do Exército Brasileiro (1904–1929) / Marcus Fernandes Marcusso. -- São Carlos : UFSCar, 2012.
226 f.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal de São Carlos, 2012.

1. Educação militar. 2. Brasil - História - Primeira República. 3. Brasil - educação castrense. I. Título.

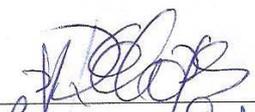
CDD: 355.0071 (20^a)

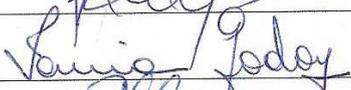
BANCA EXAMINADORA

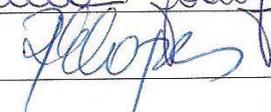
Prof. Dr. Amarílio Ferreira Jr.

Profª. Drª. Tânia Regina Pires de Godoy

Profª. Drª. Roseli Esquerdo Lopes







Dedico essa dissertação a minha *Vó Tita*, pelo incentivo constante, altruísta e sem hesitação e a Lívia, que aceitou o desafio de construir uma vida ao meu lado como amiga, mulher e companheira para todas as horas e, provavelmente, até o fim.

AGRADECIMENTOS

À Lívia, cujo incentivo, ajuda, leitura crítica e companheirismo foram imprescindíveis para a elaboração dessa dissertação.

À minha família, especialmente meus pais, irmão e avós, que me apoiaram desde o início nessa empreitada.

Ao Professor Amarílio, pela compreensão e constante orientação não só sobre os cambiantes rumos da dissertação, mas também sobre a importância da profissão de educador, na prática e na teoria.

À Professora Marisa pelas leituras críticas atentas e pontuais, desde o projeto a primeira versão da dissertação, e pelas ótimas aulas e discussões teóricas.

Às Professoras Roseli e Tânia, que apesar de suas diferentes formações contribuíram muito, desde o exame de qualificação, para a conclusão da dissertação.

Ao Professor Marco Antônio pelas primeiras orientações no mundo da pesquisa.

À CAPES pela ajuda de custo ao conceder a bolsa de estudos.

Ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de São Carlos pela oportunidade de desenvolver este estudo.

RESUMO

Esta dissertação se insere na área de Fundamentos da Educação de Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de São Carlos. Trata-se de um estudo que teve como objetivo analisar a Escola Militar do Realengo, no período de 1913 a 1929, e o ensino ministrado nela com o intuito de caracterizar o tipo de oficial que o esse ensino procurou formar. Outros objetivos são a análise do ensino ministrado da Escola Militar da Praia Vermelha, antecessora da EMR na formação de oficiais, e o estudo das condições do exército e da educação militar no período anterior a fundação da EMR, entre 1905 e 1913. Partimos do pressuposto de que, entre 1913 e 1929, a EMR serviu como laboratório do Exército para as experiências acerca de qual instrução/educação militar seria a ideal para formar seu quadro de oficiais. As fontes primárias ocupam lugar privilegiado nessa dissertação, com destaque para as fontes primárias manuscritas, impressas, virtuais e orais. De origem oficial, de arquivo pessoal, de relatos memorialísticos, entrevista e memórias. Os estudos possibilitaram a identificação de três períodos de “experimentos educacionais” na EMR. O primeiro período, de 1913 a 1918, foi marcado, essencialmente, pela escassez de recursos de toda espécie: humanos, materiais e disciplinares. O segundo período, de 1918 até 1922, foi marcado por uma onda modernizadora que tinha como objetivo formar um oficial com conhecimentos técnicos e profissionais mais avançados, com uma rígida disciplina e preparo para exercer a função de comandar tropas. O terceiro e último período se inicia em 1922 com a penetração dos oficiais franceses na EMR com a elaboração de um novo regulamento para a escola militar que propunha a formação de um oficial que mantivesse seus conhecimentos técnicos e profissionais, uma rígida disciplina, e o preparo para exercer a função de comandar tropas, mas que via como pressuposto para a incorporação dessas habilidades uma formação cultural científica mais ampla do que a vinha sendo oferecida.

Palavras-chave: Primeira República – Formação do Oficial do Exército – Escola Militar do Realengo.

ABSTRACT

This dissertation is inserted in the area of foundations of Education of the Program of Post-Graduation in Education of the Federal University of São Carlos. The objective of this dissertation is to analyze the Military Academy of Realengo in the period 1913 to 1929, and teaching it in order to characterize the type of officer who sought to form this teaching. Other objectives are to analyze the teaching of Military Academy of Praia Vermelha, the predecessor of EMR in the training of officers, and the study of the conditions of the army and military education in the period before the founding of the EMR between 1905 and 1913. We assume that, between 1913 and 1929, EMR has served as a laboratory of the Army for the experiments about which education /instruction would be ideal for building the Army frame. The primary sources occupy a privileged place in this dissertation, with emphasis on primary sources handwritten, printed, oral and virtual. Source official personnel file, memorialistic reports, interviews and memoirs. The studies allowed the identification of three periods of "educational experiments" in the EMR. The first period, from 1913 to 1918, was essentially marked by the scarcity of resources of all kinds: human, material and disciplinary. The second period from 1918 to 1922, was marked by a wave of modernization that aimed to train an officer with technical knowledge and more advanced practitioners, with a strict discipline and preparation to perform the duties of commanding troops. The third and last period begins in 1922 with the penetration of French officers in the EMR with the drafting of a new regulation for the military school which proposed the formation of an officer who kept their technical and professional knowledge, strict discipline, and readiness for perform the function of commanding troops, but he saw as a prerequisite for the incorporation of these skills a cultural scientific broader than was being offered.

Key words: First Republic –Official army training - Military Academy of Realengo.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1	Instituições de ensino militar (1898 e 1905)	63
Quadro 2	Escola de Guerra: aulas teóricas, instrução prática e quadro docente (1905)	66
Quadro 3	Escola de Aplicação de Infantaria e Cavalaria: ensino prático por grupos e docentes (1905)	68
Quadro 4	Escola de Artilharia e Engenharia: aulas teóricas e instrução prática por cursos e séries (1905)	69
Quadro 5	Escola de Aplicação de Artilharia e Engenharia: ensino prático por grupos, cursos e docentes (1905)	71
Quadro 6	Relação dos oficiais que estagiaram na Alemanha entre 1910 e 1912	81
Quadro 7	Curso Fundamental da Escola Militar: por aulas e anos (1913-14)	101
Quadro 8	Curso de Cavalaria e Infantaria da Escola Militar: por aulas (1913-14)	103
Quadro 9	Curso de Artilharia da Escola Militar: por anos e aulas (1913-14)	104
Quadro 10	Curso de Engenharia da Escola Militar: por anos e aulas (1913-14)	105
Quadro 11	Curso da Escola Prática do Exército: aulas, grupos e períodos (1913-1914)	106
Quadro 12	Ensino Prático na Escola Militar: Regulamentos de 1913-1914, de 1918 e de 1919	128
Quadro 13	Primeiro grupo da Missão Indígena na EMR (1918).	136
Quadro 14	Membros da Missão indígena que atuaram na EMR (1919-1922).	137
Quadro 15	Lista Nominal dos Oficiais Pronunciados pelos acontecimentos de 1922, que faziam parte da “Missão Indígena”, e sua situação na época.	167
Quadro 16	Remunerações e gratificações anuais dos oficiais da MMF.	173
Quadro 17	Ensino teórico do Curso Fundamental da EMR. (1913-14, 1919 e 1924).	186

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AHEx	Arquivo Histórico do Exército
CPDOC/FGV	Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil / Fundação Getúlio Vargas
EEM	Escola de Estado-Maior
EME	Estado-Maior do Exército
EMPV	Escola Militar na Praia Vermelha
EMR	Escola Militar do Realengo
ESAO	Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais
MG	Ministro da Guerra
MI	Missão Indígena
MMF	Missão Militar Francesa

SUMÁRIO

	Introdução	11
1. Capítulo 1	A Escola Militar da Praia Vermelha e a educação militar no início da Primeira República.	22
1.1	Os primeiros passos da inesperada República.	22
1.2	A Escola Militar da Praia Vermelha e o regulamento Benjamin Constant.	36
1.3	A Escola Militar da Praia Vermelha, o Rio de Janeiro e a Revolta da Vacina.	47
2. Capítulo 2	Reformas no Exército e no regulamento para suas instituições de ensino (1905-1913).	62
2.1	O Regulamento de 1905 e a descentralização da educação militar.	62
2.2	O Ministério da Guerra de Hermes da Fonseca e as reformas no Exército.	75
2.3	Os jovens Turcos, a revista <i>A Defesa Nacional</i> e o projeto de modernização do Exército.	79
3. Capítulo 3	O Regulamento de 1913-14 e a centralização da formação dos oficiais do Exército Brasileiro na EMR.	89
3.1	Entre a norma e a realidade: Os primeiros anos da EMR (1913-1918).	109
4. Capítulo 4	A EMR após a Primeira Guerra Mundial: modernização, revolta e transformação. (1918-1929).	124
4.1	A Missão Indígena na Escola Militar do Realengo.	124
4.2	A Escola Militar do Realengo e o levante de 5 de julho de 1922.	154
4.3	A Missão Militar Francesa e a nova diretriz de ensino da EMR.	171
	Considerações finais.	194
	Referências.	199
	Anexos.	207

Introdução

Nasci em 1985, mesmo ano em que a ditadura, após 21 anos de vigência, tinha seu fim anunciado. No ano da promulgação da nossa atual Constituição, eu tinha três anos de idade. Quando o muro de Berlim caiu, eu tinha quatro anos, e quando o chamado “socialismo real” deixava de existir, apenas seis anos de idade. Em contrapartida, fiz parte de uma das primeiras gerações que cresceu em frente a uma televisão e em uma democracia, pelo menos em termos legais. Cresci em um meio social pequeno-burguês, a famosa classe média. Minha socialização primária e secundária foi cristã e conservadora. Sai de casa logo aos 18 anos para cursar história na Universidade Federal de Ouro Preto, e me formei em 2007, com 22 anos. Talvez esse contexto tenha contribuído para certo ecletismo teórico em minhas leituras. A falta de um ambiente politizado, polarizado e, até certo ponto, extremado, é fundamental para explicar a coexistência de Marx e Nietzsche, em termos basilares, na construção da minha inacabada visão social de mundo. Na minha cabeça, talvez por uma ingenuidade teórica, Foucault e Gramsci coexistem e Peter Burke e Hobsbawm dialogam. Esse ecletismo é bom? É profícuo? Isso, ainda não sei, e ao chegar ao fim dessa dissertação acredito que ainda precisarei de mais tempo para saber.

Mas vamos ao ponto de partida para a elaboração dessa dissertação, que surgiu a partir de alguns questionamentos remotos, formulados de modo rústico durante uma pesquisa acerca das relações políticas entre lideranças tenentistas e a Aliança Liberal¹ entre 1927 e 1930, durante um projeto de iniciação científica, intitulado “*As fórmulas de conciliação são sempre admissíveis*”: *Tenentismo e Aliança Liberal às vésperas da Revolução de 30 (1927-1930)*. Essa pesquisa sobre a liderança tenentista me fez conhecer a Escola Militar do Realengo, onde se formaram a maioria dos líderes do movimento tenentista, especificamente no ano de 1919. Estudar a formação educacional oferecida na Escola Militar do Realengo (EMR) durante a década de 1910, mais especificamente entre 1913 e 1919 e inquirir se houve influência dessa formação nas ações dos líderes do movimento tenentista chegou a ser o objetivo principal do projeto de mestrado. Um olhar mais profundo e detalhado sobre uma variedade de

¹ A Aliança Liberal foi um grupo político, ou melhor, uma dissidência oligárquica, formado pelo Partido Republicano Riograndense (PRR), Partido Republicano Mineiro (PRM), Partido Republicano da Paraíba (PRP) e o Partido Democrático (PD), de São Paulo, que disputou as eleições presidenciais de 1930. Seu candidato era o então presidente do Rio Grande do Sul, Getúlio Vargas e o vice João Pessoa, presidente da Paraíba.

fontes primárias e secundárias tornou tal proposta inviável, embora o assunto seja abordado brevemente. E a pesquisa, naturalmente, tomou outros rumos como veremos a seguir.

A presente dissertação tem como objetivo principal analisar a Escola Militar do Realengo, no período de 1913 a 1929, e o ensino ministrado nela. Essa análise se desdobra em outro objetivo: caracterizar o tipo de oficial que o ensino ministrado na EMR procurou formar nesse interregno. Este intervalo é caracterizado pela literatura especializada como um momento de modernização da educação militar, processo que este inserido em um quadro de grandes transformações no próprio exército brasileiro. A criação de cinco regulamentos (Regulamento de 1913-1914, de 1918, de 1919, de 1924 e de 1929.) para o ensino militar exemplifica a intensidade das mudanças ocorridas na instituição castrense entre 1913 e 1929.

A análise do ensino ministrado da Escola Militar da Praia Vermelha, antecessora da EMR na formação de oficiais, até 1904, com ênfase no período republicano é um objetivo secundário, uma vez que é fundamental entendermos o sentido da modernização aplicada na EMR, em comparação a sua antecessora. No mesmo sentido, apresentamos com objetivo secundário uma análise acerca das condições do exército e da educação militar no período anterior a fundação da EMR, entre 1905 e 1913. Esses processos estão inseridos em um quadro ainda maior de grandes mudanças na esfera social, política, econômica e cultural ocorridas no Brasil, e especialmente, na cidade do Rio de Janeiro durante a Primeira República.

Os estudos acerca da educação militar e da formação do oficial do exército no Brasil foram inaugurados com o livro de Jehovah Motta, publicado pela primeira vez em 1976, *Formação do oficial do Exército – currículos e regimes na Academia Militar*. O autor empenha-se na análise das transformações dos currículos e dos processos didáticos que, em linhas gerais, acompanhavam a evolução do Exército, com o intuito de inferir qual foi o quantum do ensino científico e do profissional, oferecido nas academias militares, e quais suas conseqüências no ensino militar e sobre o perfil da oficialidade. A tese de doutorado de Leonardo Trevisan defendida em 1993, *As Obsessões Patrióticas; Origens e Projetos de duas Escolas de Pensamento político do Exército Brasileiro*, apresenta a mesma preocupação de Motta, procurando salientar a que a educação militar houve uma alternância dos modelos de ensino, que ora

salientavam a formação do soldado-cidadão, ora a do soldado-profissional. Em ambos os casos, coloca-se a educação militar como campo de disputa de formas de educação opostas, a do soldado-cidadão e a do soldado-profissional.

A tese de Tarcísio Grunennvaldt *A educação militar nos marcos da primeira república: estudos dos regulamentos do ensino militar (1890-1929)*, de 2005, procura relativizar a proposta dos estudos anteriores ao asseverar que localizar “no *desequilíbrio entre os componentes de sua conformação representados pelo binômio científico e profissionalismo, é dar preponderância a uma questão intrínseca ao âmbito formativo interno da Escola Militar.*”². O autor salienta que o isolamento da análise no interior das instituições não leva em conta os elementos externos, ora estruturais, ora conjunturais, que influenciavam a implantação de determinado modelo de formação. Outro estudo que aborda a formação do oficial é dissertação de Miriam de Oliveira Santos. *Berço de heróis: O papel das Escolas Militares na formação de “Salvadores da Pátria”*, da UFRGS, defendida em 2000, e publicada em 2004 com o mesmo nome pela editora AnnaBlume. Seu estudo busca nas escolas militares os elementos para a formação do *ethos* militar, isto é, de sua identidade social específica, plasmada, essencialmente, pela dinâmica interna das escolas militares. A dissertação de Luiz Marcio Ambrosio Curvo, da UnB, intitulada *Jovens, Tenentes e Rebeldes: A Liderança da Coluna Miguel Costa/Prestes*, se insere na linha de pesquisa da história das ideias e historiografia, defendida em 2005, e tem como proposta de análise a liderança da Coluna Prestes e sua atuação política e social no Brasil, entre 1925 e 1927, e as transformações ocorridas na ideologia do tenentismo após esse episódio.

Estudos que abordam a formação do oficial do exército e a educação militar também foram encontrados. Daremos destaque à tese de Yara Maria Martins Nicolau Milan, *A educação do “soldado-cidadão” (1870-1889): a outra face da modernização*. Defendida em 1993 na Faculdade de Educação da Unicamp. A autora discute a relação entre um tipo de formação específica, a do soldado-cidadão, ocorrida na Escola Militar da Praia Vermelha, entre 1870 e 1889, e o envolvimento político dos acadêmicos que nela se formavam com o projeto de “modernização conservadora” para o Estado Brasileiro, ou seja, o projeto burguês de transição para uma sociedade

² GRUNENNVALDT, José Tarcísio. **A educação militar nos marcos da primeira república: estudos dos regulamentos do ensino militar (1890-1929)**. 2005. 285 f. Tese (Doutorado em História da Educação) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 2005.p.7.

capitalista sem que ocorressem mudanças estruturais que abrissem espaços para reivindicações populares. A escola da Praia Vermelha também foi objeto do estudo de Valeriano Mendes Ferreira Costa, *Ressentimento e Revolta: A formação militar e a radicalização política dos jovens oficiais da Escola Militar Da Praia Vermelha (1874-1889)*. Dissertação defendida em 1990 na USP.

A tese de Fernando da Silva Rodrigues, *Uma carreira: as formas de acesso à escola de formação de oficiais do Exército brasileiro no período de 1905 a 1946*, da UERJ, 2008, que visa analisar as forma de acesso as escolas militares, e quais os instrumentos para dificultar ou mesmo impedir a entrada de candidatos considerados inaptos pelo comando das instituições militares de ensino em dois momentos históricos. No primeiro, entre 1905 a 1930, eram perseguidos os candidatos considerados indisciplinados e associados à política. E, num segundo momento, 1930 a 1946, os candidatos comunistas, negros, judeus, islâmicos, ou seja, de grupos considerados subversivos ou inferiores para a formação de uma elite militar. A tese de Eduardo Munhoz Svartman, *Guardiões da Nação: Formação profissional, experiências compartilhadas e engajamento político dos generais de 1964*, da UFRS e defendida em 2006, propõe um estudo da trajetória militar e política de um grupo de 24 generais que tiveram destaque no golpe de 1964, partindo de sua formação na Escola Militar da Praia Vermelha ou na Escola Militar do Realengo. O estudo realizado por Ernesto Seidl, *A espada como “vocação”: padrões de recrutamento e seleção das elites do Exército no Rio Grande do Sul (1850-1930)*, defendida na UFRGS em 1999, propõe um estudo da formação da elite militar do Exército, no Rio Grande do Sul, partindo das transformações sofridas pela estrutura organizativa e, principalmente, escolar da instituição militar ao longo do período de 1850 e 1930. A dissertação de Elaine Cristina Ferreira Duarte, *Da Real Academia a Escola Militar: a profissionalização das armas e a Consolidação do Ensino Militar no Brasil, (1810-1855)* defendida em 2004 na UERJ, analisa a primeira instituição de ensino militar, o contexto do seu surgimento, seu significado histórico e as transformações sociais e culturais que esta gerou naquela sociedade. Por últimos citaremos a dissertação de Gunther Rudzit, *O processo de formação do oficial do exército brasileiro e a geografia (1850-1930)*, defendida em 1997 na Faculdade de Geografia da USP. O autor procura relacionar as mudanças no ensino militar entre 1850 e 1930, a participação do exército na política e o ensino de geografia dentro das instituições de ensino militar.

As teses e dissertações aqui expostas foram consultadas por meio do Banco de Teses e Dissertações da CAPES e a sua seleção tentou privilegiar os estudos que abordassem os temas da formação do oficial do exército, da educação militar ou escola militar, especialmente no período da primeira república. As consultas ao Scielo não resultaram em nenhum artigo que apresente como assunto “formação do oficial do exército”, “educação militar” ou “escola militar”, exceto o artigo de Ernesto Seidl intitulado *Elites Militares, Trajetórias e Redefinições Político-Institucionais (1850-1930)* publicado na Revista de Sociologia Política, v. 16, n. 30, p. 199-220, junho, 2008. O estudo aborda as condições sociais e culturais de formação da elite do Exército brasileiro entre o Império e a Primeira República, e faz parte das reflexões realizadas pelo mesmo em sua supracitada dissertação. Novos levantamentos poderão revelar um maior número de trabalhos, porém, desse levantamento inicial, chega-se a uma constatação: apenas a Tese de Grunennvaldt (2005) e a de Malan (1993) estão vinculadas a um Programa de Pós-Graduação em Educação e apresentam um intervalo de doze anos entre elas. As demais pertencem às áreas de Ciências Sociais, Ciência Política, História Política, História da Ideias e Geografia.

As fontes primárias ocupam lugar privilegiado nessa dissertação. Procurei me municiar de uma grande variedade e quantidade de fontes no processo das análises construídas ao longo do texto. Utilizei fontes primárias manuscritas, impressas, virtuais e orais. De origem oficial, de arquivo pessoal, de relatos memorialísticos, entrevista e memórias. E foi a partir do cruzamento das informações constantes em todos estes documentos que procurei estruturas a utilização das fontes secundárias e a construção das análises. As memórias, as entrevistas e os relatos memorialísticos de ex-alunos e da EMR, serão analisados levando em conta algumas das considerações tecidas por Michael Pollak e Verena Alberti. Pollak afirma que o trabalho relacionado ao enquadramento da memória se alimenta do material fornecido pela história. Esse material pode sem dúvida ser interpretado e combinado a inúmeras referências associadas – guiando-se pela preocupação não apenas de manter as fronteiras sociais, mas também de modificá-las, ou seja, “*esse trabalho reinterpreta incessantemente o passado em função dos combates do presente e do futuro.*”³. Nesse sentido Verena Alberti assevera que no processo de construção da narrativa, principalmente da

³ POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, 1989. p. 8.

autobiográfica, o escritor se move constantemente entre o que “é” e o que “poderia ser”. Essa narrativa de perspectiva retrospectiva, cujo assunto tratado é a vida individual, envolve subjetivamente omissões, seleção de acontecimentos a serem relatados e um desequilíbrio entre a importância dos fatos. De acordo com a autora, “*ao contar suas experiências o entrevistado transforma aquilo que foi vivenciado em linguagem, selecionando e organizando os acontecimentos de acordo com um determinado sentido*”⁴.

Cabe, assim, ao pesquisador/entrevistador indagar-se sobre a plausibilidade das informações cedidas na entrevista através da comparação com outras fontes, bem como uma análise da posição social, política e ideológica do entrevistado, seja na época dos fatos narrados, seja na época da narração. As maiorias das entrevistas utilizadas foram realizadas por pesquisadores do CPDOC, no contexto da pesquisa “*Trajetória e desempenho das elites políticas brasileiras*”, parte integrante do projeto institucional do Programa de História Oral do CPDOC, em vigência desde sua criação, em 1975. As Entrevistas que foram consultadas em áudio na Sala de Consulta do CPDOC no Rio de Janeiro não apresentaram o número da página nas referências. O restante já apresentava cópias transcritas e por isso contém o número de páginas. Algumas entrevistas também foram publicadas em forma de memórias e constaram na bibliografia geral.

Com critérios semelhantes foram analisados os documentos oficiais, como os relatórios dos Ministros da Guerra, os regulamentos para as escolas militares e as ordens do dia⁵ da EMR, produzidos entre 1890 e 1929⁶. Na análise desse tipo de documento é fundamental levarmos em conta, além de seu conteúdo, em que circunstâncias históricas foram elaborados, os responsáveis por sua feitura, e, por fim, a relação destes com a realidade concreta, por exemplo, o fato de constar no regulamento que a escola militar deve conter laboratórios para as aulas práticas de química não os materializou na instituição. Em diversos momentos veremos que as determinações dos estatutos encontraram grandes dificuldades de se concretizarem, como atestam algumas memórias de ex-alunos e até os relatórios dos ministros da guerra. Vale ressaltar que as

⁴ ALBERTI, V. **Além das versões: possibilidades da narrativa em entrevista de história oral**, Rio de Janeiro: CPDOC, 2004, p. 12.

⁵ Ordem do Dia é meio de comunicação escrito oficial pelo qual o Comando de uma organização militar trata de assuntos de relevante interesse da Instituição, devendo ter a mais ampla divulgação.

⁶ Para maiores detalhes conferir a descrição das fontes nas referências.

informações acerca das escolas militares presentes nos relatórios eram baseadas nos relatórios dos comandantes das mesmas e por seu caráter descritivo tendiam a apresentar informações mais próximas da realidade cotidiana da instituição. Outro aspecto fundamental que deve ser levado em conta é a posição ocupada pelo produtor do documento na estrutura social, política, econômica e até cultural e as condições apresentadas por essas estruturas no momento histórico abordado. Como exemplo, podemos citar os relatórios ministeriais produzidos durante a Primeira Guerra Mundial, nos quais o patriotismo, o nacionalismo e o corporativismo ocupavam muitas páginas. Os relatórios do Ministério da Guerra escritos pelo General José Caetano de Faria e pelo político civil João Pandiá Calógeras apresentam diferenças evidentes, e as decisões tomadas por cada um deles em suas gestões apresentavam objetivos claramente diversos. Ambos os casos podem ser explicados, em parte, pela posição ocupada por cada um deles nas supracitadas estruturas da sociedade.

Atualmente a maioria dos estudos acerca do Exército e de suas instituições é produzida tomando como referência teórica os pressupostos metodológicos da História Cultural, é o que atesta a introdução da coletânea de artigos sobre a história militar brasileira intitulada, “Da História Militar à ‘Nova’ História Militar”. Segundo os autores da introdução a história militar, considerada tradicional, foi aquela escrita entre os fins dos século XIX até a primeira metade do XX, caracterizada por “*estudos minuciosamente documentados das instituições, guerras, campanhas, batalhas e táticas.*”⁷, e era dominada por militares historiadores e admiradores civis. Entre os anos 1950 e 1980 os estudos sobre o exército se concentraram na relação entre a instituição e a sociedade, muito por conta da conjuntura histórica marcada por um longo período de ditadura militar, entre 1964 e 1985. A exceção fica por conta do livro de Nelson Werneck Sodré, *História Militar do Brasil*, publicado em 1965, que apresenta uma grande síntese histórica sobre o Exército Brasileiro, tendo como base uma extensa documentação articulada com uma vigorosa interpretação teórica que mantém sua validade até hoje.

Para os autores, esse cenário foi profundamente renovado, por volta de 1990, após “*uma confluência frutífera de democratização e maior influência da história*

⁷CASTRO, Celso; IZECKSOHN, Vitor; KRAAY, Hendrik. **Nova história militar brasileira**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004. p.13.

*social, da antropologia e mesmo das perspectivas pós-modernas sobre os estudos militares propiciou a revisão da história militar que terminou por tornar esse livro possível.”*⁸. O fim do regime militar promoveu o acesso a diversas fontes militares, entre elas destaca-se o Arquivo Histórico do Exército, cujos arquivos formam a base, como os próprios autores atestam, para a maioria dos artigos que integram a referida coletânea. Nesse movimento destaca-se a influência da “nova história militar” norte-americana, que “*ênfatiza a vida cotidiana e as experiências pessoais de soldados e marinheiros, tanto nos períodos de guerra, quanto no de paz. Retirando sua inspiração daqueles historiadores sociais que procuram resgatar homens e mulheres comuns.*”⁹. Uma das principais contribuições da renovação proposta pela Nova História é a multiplicação das possibilidades de fontes históricas. No Brasil, destaca-se o trabalho realizado pelo Programa de História Oral do CPDOC/FGV, criado em 1975, até meados de 1998 tinha formado um acervo de 340 depoimentos e 2.567 horas de fitas gravadas. O projeto era voltado, inicialmente, para o estudo da elite política brasileira referente a revolução de 30 e depois ao golpe de 64, mas acabou se estendendo para outros temas como a elite empresarial civil, por exemplo. Além da tradição na organização e produção de fontes através de entrevista, utilizando da metodologia da História Oral¹⁰, o CPDOC/FGV ainda conta com um grande acervo de documentos pessoais.

A formulação de uma hipótese tem a importância, inicialmente, de orientar a pesquisa documental e o próprio desenvolvimento da produção do texto. Dessa forma, partimos do pressuposto de que, entre 1913 e 1929, a EMR serviu como laboratório do Exército para as experiências acerca de qual instrução/educação militar seria a ideal para formar seu quadro de oficiais. A ideia de que a Escola Militar serviu como laboratório foi exposta por Fernando Rodrigues na introdução de sua tese, no entanto ao longo da mesma o autor não a desenvolve, pois não se trata de nenhum de seus objetivos. Ao citar as constantes reformas o autor aponta a iminente necessidade, que o Exército Brasileiro apresentava, de preparar melhor seu Corpo de Oficiais. Em um segundo momento,

podemos dizer que a Escola Militar serviu como um laboratório para os interesses organizacionais e doutrinários do Exército, com o

⁸ Ibid. p. 23.

⁹ Ibid. p. p.27.

¹⁰ FERREIRA, Marieta de Moraes (coord.). **Usos e abusos de história oral**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1998.

progressivo estabelecimento de um padrão de militar mais profissional e menos teórico. Esse momento foi estabelecido com base na influência dos Jovens Turcos, da Missão Indígena, e da Missão Militar Francesa, marcado por revoltas sociais internas, como a Guerra do Contestado e o Tenentismo, e pelas duas Grandes Guerras Mundiais.¹¹

Em relação a essa fase de “experimentos educacionais” na EMR podemos distinguir claramente três períodos. O primeiro período, de 1913 a 1918, foi marcado, essencialmente, pela escassez de recursos de toda espécie: humanos, materiais e até morais¹². Tal assertiva foi elaborada através do uso de um recurso até então pouco utilizado nos estudos sobre a EMR: o relato memorialístico. Nos primeiros anos de funcionamento no bairro do Realengo a situação da formação do oficialato na EMR era precária, pois os relatos apontam claramente para a má qualidade do prédio da Escola, para a falta de preparo de grande parte do corpo docente e para o péssimo estado da disciplina e do comportamento moral dos alunos.

As descobertas realizadas na análise desse período foram fundamentais para o estudo do segundo período, de 1918 até 1922. Com a ascensão da defesa nacional como assunto chave para o país e a valorização do papel do Exército advindos da entrada do Brasil na Primeira Guerra Mundial a formação do oficialato ganha uma notoriedade jamais vista até então. Nesse interregno, a EMR, sob a influência direta da Missão Indígena¹³, tinha como objetivo formar um oficial com conhecimentos técnicos e profissionais mais avançados, com uma rígida disciplina e preparo para exercer a função de comandar tropas. Os elaboradores desse modelo de formação do oficial, de inspiração notadamente germânica, acreditavam que antes de instruir soldados o oficial deveria aprender a agir e pensar como um soldado. Para isso a Missão Indígena, com o apoio dos Ministros da Guerra e do EME, colocou em prática o que os alunos daquela época definiram, tempos depois, como uma verdadeira transformação na EMR. A escassez de recursos humanos da fase anterior foi preenchida com um grupo de jovens instrutores com grande capacidade profissional e de comando o que também resolvia a questão da lacuna disciplinar, para eles também se tratava de uma lacuna de moral. Restava a resolução da falta de recursos materiais que também começou a ser resolvida

¹¹RODRIGUES, Fernando da Silva, **Uma carreira: as formas de acesso à escola de formação de oficiais do Exército brasileiro no período de 1905 a 1946**. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro: UERJ, 2008. p.15.

¹² Expressão usada pelos ex-alunos ao se referirem às questões disciplinares.

¹³Grupo de instrutores formado por ex-estagiários do Exército Alemão e por adeptos desse modelo de formação que atuou na EMR entre 1919 e 1922.

nesse período, especialmente graças a habilidade política do primeiro civil a ocupar o Ministério da Guerra, João Pandiá Calógeras.

O terceiro e último período se inicia em 1922 com a penetração dos oficiais franceses na EMR, após o envolvimento de praticamente toda a escola nos eventos revoltosos ocorridos no dia 5 de julho de 1922. Vale ressaltar que a MMF estava no país desde 1919 e já havia reformado consideravelmente a educação militar. A presença da MMF na formação dos oficiais do Exército se fez sentir claramente a partir de 1924, com a elaboração de um novo regulamento para a escola militar, em consonância com as reformas já implementadas, especialmente no que se refere à construção de escolas militares, centros de especialização e a fundação da ESAO e da EEM.. A nova diretriz propunha a formação de um oficial que mantivesse seus conhecimentos técnicos e profissionais, uma rígida disciplina, e o preparo para exercer a função de comandar tropas, mas que via como pressuposto para a incorporação dessas habilidades uma formação cultural científica mais ampla do que a vinha sendo oferecida.

No primeiro capítulo será apresentada uma caracterização do ensino oferecido na Escola Militar da Praia Vermelha (EMPV), no Rio de Janeiro, nos anos iniciais da Primeira República. A descrição do contexto social, político, econômico e cultural desses primeiros anos da República, especificamente do Rio de Janeiro, será realizada com o intuito de articular a especificidade da análise da educação militar e da escola com o momento histórico no qual estão inseridas. Essa articulação entre o singular e o geral é o pressuposto básico do referencial teórico adotado nesta dissertação e tem, nesse capítulo, o intuito de estruturar um ponto de partida para o desenvolvimento dos capítulos posteriores.

No segundo capítulo abordaremos as transformações ocorridas na educação militar do Exército Brasileiro entre 1905 e 1913. Esse interregno tem início com o fechamento da Escola Militar da Praia Vermelha, em 1904, e com a promulgação do Regulamento para os Institutos Militares de Ensino de 1905. O ano de 1913 marca a promulgação de um novo regulamento e a fundação da Escola Militar do Realengo.

No último e principal capítulo concentraremos nossa atenção no objetivo principal dessa dissertação, ou seja, a análise da Escola Militar do Realengo, no período de 1913 a 1929, e do ensino ministrado nela. Essa análise se desdobra em outro

objetivo: caracterizar o tipo de oficial que o ensino ministrado na EMR procurou formar nesse período. Inicialmente trataremos dos primeiros anos de funcionamento da EMR e da centralização da formação do oficial do exército em uma instituição de ensino militar. Abordaremos, de modo geral, todos os regulamentos para a escola militar elaborados entre 1913 e 1929, e sempre que possível confrontaremos suas determinações com outras fontes, seja para constatar a sua aplicação ou não no cotidiano da EMR. Analisaremos caminhos percorridos pela diretriz de ensino profissional na EMR ao longo dos anos, especialmente por meio do estudo da atuação da Missão Indígena, entre 1919 e 1922, e da Missão Militar Francesa, a partir de 1924. Também abordaremos a eclosão do levante de 5 de julho de 1922 na EMR. Por fim, exporemos as últimas mudanças ocorridas na EMR, durante o período da Primeira República, com o intuito de estruturar as considerações finais apresentadas na conclusão. Nesse capítulo utilizaremos uma grande quantidade de documentos manuscritos, impressos, virtuais e orais, de origem oficial, de arquivo pessoal, de relatos memorialísticos, entrevista e memórias, alguns deles inéditos em trabalhos acadêmicos.

1. Capítulo 1: A Escola Militar da Praia Vermelha e a educação militar no início da Primeira República.

1.1 Os primeiros passos da inesperada República.

O dia 16 de novembro de 1889, o primeiro dia da história republicana brasileira, foi marcado pela incerteza sobre o futuro do Brasil. Como constata Renato Lessa,

Ao acordar [16 de novembro de 1889], o país não dispunha de qualquer reposta institucional a respeito de si mesmo: quem faz parte da comunidade política, como se definem as relações entre cidadãos e o sistema político, entre o poder central e as províncias, como se organizarão os partidos e se constituirão as identidades políticas.¹⁴

No entanto, essas questões pertenciam às elites, militares e civis, envolvidas na proclamação, o sentimento que marcou o restante da população, especialmente a da capital federal, foi outro: a surpresa. Talvez o documento mais representativo dessa situação seja a carta do propagandista republicano, e futuro Deputado constituinte, Aristides da Silveira Lobo, que sobre os eventos do dia 15 de novembro relatava,

Eu quisera poder dar a esta data a denominação seguinte: 15 de Novembro, primeiro ano de República; mas não posso infelizmente fazê-lo. O que se fez é um degrau, talvez nem tanto, para o advento da grande era. Em todo o caso, o que está feito, pode ser muito, se os homens que vão tomar a responsabilidade do poder tiverem juízo, patriotismo e sincero amor à liberdade. Como trabalho de saneamento, a obra é edificante. Por ora, a cor do Governo é puramente militar, e deverá ser assim. O fato foi deles, deles só, porque a colaboração do elemento civil foi quase nula. O povo assistiu àquilo bestializado, atônito, surpreso, sem conhecer o que significava. Muitos acreditaram seriamente estar vendo uma parada.¹⁵

Para Sérgio Buarque de Holanda a carta é um *“documento flagrante do imprevisto que representou para nós, a despeito de toda a propaganda, de toda a popularidade entre os moços da academia, a realização da ideia republicana.”*¹⁶ O autor ainda assevera que, desde a independência, em 1822, as conquistas, ditas liberais, alcançadas durante o percurso da evolução histórica e política do país vieram “quase de

¹⁴ LESSA, Renato. A invenção da República no Brasil: da aventura à rotina. In: CARVALHO, Maria Alice Rezende [et al.]. **República no Catete**. Rio de Janeiro: Museu da República, 2001. pp.11-58. , p.17.

¹⁵ Carta de Aristides Lobo, escrita na tarde de 15 de novembro de 1889, e publicada no *Diário Popular* de São Paulo em 18 de novembro de 1889. Na íntegra em: TAVARES, Aurélio Lyra de. **Aristides Lobo e a República**. Rio de Janeiro: Coleção Documentos Brasileiros. vol. 205. 1987, pp. 26 e 27. (Neste estudo fez-se a opção pela atualização dos textos originais de acordo com as regras ortográficas ora correntes.)

¹⁶ HOLANDA, Sérgio Buarque. **Raízes do Brasil**. 26ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2004. p.160

surpresa,” enquanto a “grande massa do povo percebeu-as com displicência, ou hostilidade”, uma vez que essas conquistas eram impostas de cima para baixo, elas

não emanavam de uma predisposição espiritual e emotiva particular, de uma concepção da vida bem definida e específica, que tivesse chegado à maturidade plena. Os campeões das novas ideias esqueceram-se, com frequência, de que as formas de vida nem sempre são expressões de arbítrio pessoal, não se ‘fazem’ ou ‘desfazem’ por decreto.¹⁷

Nesse sentido restava, ao povo a surpresa, a indiferença e a hostilidade. No caso da Proclamação da República prevaleceram as duas primeiras, embora, ao longo da Primeira República, a hostilidade emanaria dos mais diversos setores da sociedade.

Por ora, ficaremos com essas breves constatações que servem para ilustrar o que José Murilo de Carvalho chamou de “abismo existente entre os pobres e a República” ao constatar a existência de um “*mundo de valores e ideias radicalmente distinto do mundo das elites e do mundo dos setores intermediários.*”¹⁸

A supracitada incerteza acerca da “resposta institucional” recaía sobre parte dos articuladores do golpe que instaurou a República, ou seja, sobre o Marechal Deodoro da Fonseca e o “*grupo de oficiais positivistas que o cercavam e dos intelectuais e militantes republicanos que, mais afastados, procuravam influenciá-lo*”¹⁹. A resposta institucional veio, no governo provisório do Presidente Deodoro da Fonseca, através da formulação de uma Constituição. Segundo João Quartim de Moraes, o Congresso Constituinte abrigava três principais forças políticas, a saber,

os republicanos históricos (vanguarda intelectual, ideologicamente motivada, da oligarquia fundiária), os republicanos de 16 de novembro (a massa de chefetes políticos da oligarquia para qual a coisa pública se reduzia à *cosa nostra* da troca de vantagens e de favores) e enfim os militares, que a proclamação da república propelira ao centro da cena política, assegurando-lhes forte representação no Congresso (40 deputados num total de 206 e 14 senadores num total de 63)²⁰

À primeira vista, a seguinte passagem pode indicar que, basicamente,

¹⁷ HOLANDA, Sérgio Buarque. **Raízes do Brasil**. 26ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2004. p.161

¹⁸ CARVALHO, José Murilo de. **Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987. p.31

¹⁹ MORAES, João Quartim de. **A esquerda militar no Brasil**. v.1. São Paulo: Expressão Popular, 2005, p.92.

²⁰ MORAES, João Quartim de. **A esquerda militar no Brasil**. v.1. São Paulo: Expressão Popular, 2005. p.93

tratavam-se de dois grupos: oligarquia e militares. Tal constatação seria um equívoco, pois se existiam fissuras e dissidências aparentes dentro da oligarquia (nesse caso a vanguarda e a velha guarda), o mesmo, poderíamos dizer dos militares. Havia, por exemplo, rivalidade entre o Exército e a Marinha, uma vez que o primeiro era visto como o artífice da República e a Marinha relacionada diretamente com a Monarquia.

Foi diante desse complexo conjunto de forças políticas que duas propostas de República foram formuladas: a vertente positivista²¹ defendia uma República dotada de um Poder Executivo forte, com ordem e progresso, entendendo progresso como a modernização da sociedade através do industrialismo e da ampliação dos conhecimentos técnicos, por exemplo. Segundo Bresciani muitos autores defendem que, “*o dístico da bandeira nacional – Ordem e Progresso – seria evidência suficiente para fincar as bases de uma nova república sobre o ideário positivista*”²².

Os positivistas, em sua maioria militares, viam na autonomia das províncias um sentido suspeito, não só por representarem os interesses dos setores oligárquicos, mas por representar um grande risco de fragmentação do território nacional. Já a outra proposta, dita liberal partia exatamente da defesa do federalismo, da descentralização do poder político e da maior autonomia das províncias. Segundo Vizontini, “*o liberalismo assimilado e aclimatado pelas elites brasileiras era, sobretudo, de origem inglesa, um liberalismo pré-democrático e marcadamente elitista*”²³. Essa vertente liberal brasileira tem suas origens no império e, portanto, foi construída sobre as bases, ainda coloniais, da grande propriedade e do escravismo. No caso da Europa as ideias liberais serviam se sustentáculo ideológico para o desenvolvimento do capitalismo industrial e inevitavelmente carregavam algumas bandeiras dos direitos sociais. No caso brasileiro, desde o Império até a Primeira República, tais ideias serviram para manter as oligarquias agrárias no poder. Diante desse quadro Roberto Schwarz afirma que, “*no Brasil as idéias estavam fora de centro, em relação ao seu uso europeu.*”²⁴

²¹ O positivismo e suas vertentes brasileiras serão abordados quando analisarmos a Escola Militar da Praia Vermelha e o positivismo.

²² BRESCIANI, Maria Stella. Brasil, liberalismo, republicanismo e cidadania. In: SILVA, Fernando Teixeira (org.) **Brasil, liberalismo e cidadania**. Piracicaba: Unimep, 2003. pp. 17-30, p.18.

²³ VIZENTINI, Paulo Gilberto Fagundes. **Os liberais e a crise da República Velha**. São Paulo: Brasiliense, 1988. p. 31.

²⁴ SCHWARZ, Roberto. As idéias fora do lugar, IN: _____, **Ao Vencedor As Batatas**. 4.^a ed. São Paulo: Duas Cidades, 1992. p.15.

Uma rápida olhada na Constituição de 24 de fevereiro de 1891 revela a preponderância da proposta liberal, logo em seu primeiro artigo, “*A Nação brasileira adota como forma de Governo, sob o regime representativo, a República Federativa, proclamada a 15 de novembro de 1889, e constitui-se, por união perpétua e indissolúvel das suas antigas Províncias, em Estados Unidos do Brasil*”²⁵. Para Maria Bresciani, “*a Constituição republicana representou, sem dúvida, uma vitória dos liberais, liderados por Rui Barbosa, sobre os positivistas adeptos de um Estado centralizado, forte e ditatorial.*”²⁶

O teor liberal do texto constitucional, com sua forma federalista, conferia grande poder aos estados (unidades federativas) garantindo-lhes grande importância na recém inaugurada ordem política. Segundo Maria Campello de Souza e carta “*assegurava a cada Estado o direito de contrair empréstimos no exterior, decretar impostos de exportação, reger-se por suas próprias constituições, ter corpos militares próprios, bem como códigos eleitorais e judiciários.*”²⁷. De acordo com Joseph Love²⁸ o perfil do federalismo instituído em 1891, propiciava o fortalecimento dos grandes estados, nesse caso São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul, e, conseqüentemente, o enfraquecimento dos demais. Nesse sentido, Renato Lessa afirma que, “*a titularidade de direitos não é atribuída aos indivíduos-cidadãos, mas sim retirada da centralização imperial e transferida às províncias.*”²⁹.

Maria Campello de Souza, ao analisar a Constituição de 1891, assevera que, “*Federalismo, presidencialismo e ampliação do regime representativo são as três grandes coordenadas legais da Primeira República.*”³⁰. Para a autora, ao instituir o regime representativo democrático, as leis republicanas abriam – embora formalmente – a participação no processo político a um grande contingente eleitoral antes

²⁵ BRASIL, Constituição (1891). **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil**: promulgada em 24 de fevereiro de 1891.

²⁶ BRESCIANI, Maria Stella. Brasil, liberalismo, republicanismo e cidadania. In: SILVA, Fernando Teixeira (org.) **Brasil, liberalismo e cidadania**. Piracicaba: Unimep, 2003. pp. 17-30, p.18.

²⁷ SOUZA, Maria Campello de. O processo político-partidário na Primeira República. In: MOTTA, Carlos Guilherme (org.) **Brasil em perspectiva**. São Paulo: DIFEL, 1977. p.162

²⁸ LOVE, Joseph. A República Brasileira: federalismo e regionalismo (1889-1937) In: MOTA, Carlos Guilherme (org.), **Viagem incompleta. A experiência brasileira: a grande transação (1500-2000)**. 2ª ed. São Paulo: Editora SENAC, 2000. pp.121-160.

²⁹ LESSA, Renato. A invenção da República no Brasil: da aventura à rotina. In: CARVALHO, Maria Alice Rezende [et al.]. **República no Catete**. Rio de Janeiro: Museu da República, 2001. pp.11-58. , p.16.

³⁰ SOUZA, Maria Campello de. O processo político-partidário na Primeira República. In: MOTTA, Carlos Guilherme (org.) **Brasil em perspectiva**. São Paulo: DIFEL, 1977. p.163

marginalizado. A formalidade citada pela autora pode ser constatada ao analisarmos o artigo 70 da Constituição de 1891, segundo o qual seriam considerados eleitores os cidadãos maiores de 21 anos que se alistarem na forma da lei. Apesar de não fazer referência às mulheres, a sua exclusão ficou implícita, também ficariam impedidos de votar:

1º) os mendigos; 2º) os analfabetos; 3º) as praças de pré, excetuados os alunos das escolas militares de ensino superior; 4º) os religiosos de ordens monásticas, companhias, congregações ou comunidades de qualquer denominação, sujeitas a voto de obediência, regra ou estatuto que importe a renúncia da liberdade Individual.³¹

A população do Brasil em 1890 era de 14.333.915 de habitantes, sendo que desses, 12.213.356 não sabiam ler e escrever. Ao longo da Primeira República, esses números se mantiveram proporcionais ao crescimento da população total, que em 1900 era de 17.318.556 de habitantes e em 1920, chegava a 30.635.605.³² Analisando estes dados podemos inferir que a simples exclusão dos analfabetos já representava uma enorme redução do eleitorado possível. De acordo com Dermeval Saviani, a exclusão do voto do analfabeto foi amplamente discutida no final do Império e se consubstanciou na Lei Saraiva de 1881. *“Como resultado da aplicação do novo critério, que condicionava o exercício do voto ao domínio da leitura e da escrita o corpo eleitoral foi reduzido de 13% da população livre, em 1872, para 0,8% em 1886.”*³³. Segundo José Murilo de Carvalho³⁴, durante a Primeira República aproximadamente 6% da população podia votar.

A questão da instrução primária, e da educação de um modo geral, foram matérias amplamente discutidas na primeira constituinte republicana. De acordo com Saviani, a primeira medida referente à educação, após a proclamação, foi tomada ainda no governo provisório de Deodoro por meio do Decreto n. 981, de 8 de novembro de 1890, que regulamenta a instrução primária e secundária no distrito federal. Elaborado por Benjamim Constant, que ocupava o heterogêneo cargo de Ministro dos Negócios da Instrução Pública, Correios e Telégrafos, o regulamento previa, uma conciliação entre

³¹ BRASIL, Constituição (1891). **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil**: promulgada em 24 de fevereiro de 1891.

³² **Anuário estatístico do Brasil**, 1947. Rio de Janeiro: IBGE, v. 8, 1948. (Conferir a tabela completa - Anexo 1). O número de analfabetos em 1900 era de 12.939.753 e em 1920, 23.142.248.

³³ SAVIANI, Dermeval. **História das Idéias Pedagógicas no Brasil**. 2.ed. Campinas: Autores Associados, 2008. p.165.

³⁴ CARVALHO, José Murilo de. **Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987. p.87

os estudos literários e científicos. Saviani afirma que tal formulação foi amplamente criticada e não serviu de modelos para posteriores reformas educacionais.³⁵ Como já vimos anteriormente, a vertente liberal foi a grande vencedora no embate com a vertente positivista ao instituir o federalismo como forma de organização das províncias, ou seja, ao determinar uma República Federativa de Estados Unidos. Nessa forma de organização política o poder do governo central é disseminado entre os estados, somente entre os maiores, dentro da lógica excludente e elitista dos grupos oligárquicos.

Em termos gerais podemos afirmar que a Constituição de 1891 não assumiu a instrução pública primária como uma responsabilidade do governo federal. O artigo 35 *“Incumbe, outrossim, ao Congresso, mas não privativamente: (...) 3º) criar instituições de ensino superior e secundário nos Estados; 4º) prover a instrução secundária no Distrito Federal.”*³⁶. Para Saviani, essa omissão *“delegava aos estados competência para legislar e prover esse nível de ensino. Assim, foram os estados que tiveram que enfrentar a questão da difusão da instrução mediante a disseminação de escolas primárias.”*³⁷

Segundo Carlos Jamil Cury, no campo específico da educação, ao delegar a responsabilidade do ensino primário público aos estados, iniciou-se uma ampla discussão acerca da possível interferência do Governo Federal, no sentido de propiciar uma escolarização básica para toda a população. Para o autor,

Não se pode dizer que a Constituinte de 1891 haja ignorado a educação escolar Mas a se deduzir do seu conjunto pode-se dizer que a tônica individualista, associada a uma forte defesa do federalismo e da autonomia dos Estados, fez com que a educação compartilhasse, junto com outros temas de direitos sociais, os efeitos de um Liberalismo excludente e pouco democrático.³⁸

Para Saviani as dificuldades de construção de um sistema nacional de ensino durante a Primeira República, e mesmo a implantação de políticas educacionais, foram geridas no contexto dessa disputa entre federalismo e centralização, gerando, assim, uma tensão de

³⁵SAVIANI, Dermeval. **História das Idéias Pedagógicas no Brasil**. 2.ed. Campinas: Autores Associados, 2008. p.165.

³⁶BRASIL, Constituição (1891). **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil**: promulgada em 24 de fevereiro de 1891.

³⁷SAVIANI, Dermeval. **História das Idéias Pedagógicas no Brasil**. 2.ed. Campinas: Autores Associados, 2008. p.171.

³⁸ CURY, Carlos Roberto Jamil. A educação e a Primeira Constituinte Republicana. In: FÁVERO, Osmar. (org) **A educação nas Constituintes Brasileiras (1823- 1988)**. Campinas: Autores Associados, 2005 p.80

fundo acerca da “*percepção da centralidade do Estado, e ao, mesmo tempo, a recusa em aceitar seu protagonismo no desenvolvimento da sociedade.*”³⁹

Sobre a Constituição de 1891 cabe ainda a análise de um tema específico: o papel das Forças Armadas. O artigo 14 determinava que,

As forças de terra e mar são instituições nacionais permanentes, destinadas à defesa da Pátria no exterior e à manutenção das leis no interior. A força armada é essencialmente obediente, dentro dos limites da lei, aos seus superiores hierárquicos e obrigada a sustentar as instituições constitucionais.⁴⁰

A passagem que determina a obediência das Forças Armadas “dentro dos limites da lei”, segundo Alfred Stepan⁴¹, dava margem para uma interpretação de que essa obediência estava condicionada à sua boa vontade, ou seja, às Forças Armadas caberia julgar a legitimidade das ordens presidenciais. Para Frank McCann o referido artigo ainda fazia do “*corpo de oficiais o único grupo constitucionalmente determinado da elite brasileira.*”⁴². As consequências desse cenário marcaram toda a evolução política da Primeira República.

A Constituição foi promulgada no dia 24 de fevereiro de 1891 e, como consequência direta desse ato, se convocavam as eleições indiretas, a serem efetuadas pelo próprio Congresso, no dia 25 de fevereiro de 1891. O resultado foi o seguinte, para Presidente, Deodoro da Fonseca com 129 votos contra 79 de Prudente de Moraes e para vice-presidente Floriano Peixoto com 153 votos contra 57 para o Eduardo Wandenkolk. Segundo McCann, nessas eleições no Congresso, os estudantes da escola militar se dispuseram a pegar em armas para defender a livre escolha dos congressistas, defendendo, antes de tudo, a República que ajudaram a instituir. No entanto, com o fim prematuro do governo de Deodoro, ainda em 1891, e a ascensão de Floriano “*os militares se redistribuíram em novos grupos que eram contra ou a favor do vice-presidente.*”⁴³.

³⁹ SAVIANI, Dermeval. **História das Idéias Pedagógicas no Brasil**. 2.ed. Campinas: Autores Associados, 2008. p.168.

⁴⁰ BRASIL, Constituição (1891). **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil**: promulgada em 24 de fevereiro de 1891.

⁴¹ STEPAN, Alfred. **Os militares na política**: as mudanças de padrões na vida brasileira. Tradução: Ítalo Tronca. Rio de Janeiro: Artenova, 1975.

⁴² MCCANN, Frank D. **Soldados da Pátria: História do Exército Brasileiro (1889-1937)** trad. Laura Teixeira Motta. Companhia das Letras: São Paulo, 2007. p. 49.

⁴³ MCCANN, Frank D. **Soldados da Pátria: História do Exército Brasileiro (1889-1937)** trad. Laura Teixeira Motta. Companhia das Letras: São Paulo, 2007. p. 60.

O governo formal do Marechal Deodoro da Fonseca foi marcado pela sua efemeridade e pelo constante e crescente confronto com o Congresso. Apenas duas semanas após a sua eleição o presidente destituía o governador de São Paulo, Jorge Tibiriça, de seu cargo. Era um claro ataque a oligarquia paulista. O ato não se justificava por nenhuma das quatro hipóteses que o artigo 6º da nova constituição apresentava.

Art. 6º - O Governo federal não poderá intervir em negócios peculiares aos Estados, salvo: 1º) para repelir invasão estrangeira, ou de um Estado em outro; 2º) para manter a forma republicana federativa; 3º) para restabelecer a ordem e a tranqüilidade nos Estados, à requisição dos respectivos Governos; 4º) para assegurar a execução das leis e sentenças federais. ⁴⁴.

Em consequência, a oposição no Congresso se intensifica, e os representantes das oligarquias regionais, que eram maioria, tentavam ao máximo limitar a ação do Executivo. O presidente, também se afasta de aliados antigos como Benjamin Constant, *“e da confusa ideologia positivista por este efemeramente guindada a posição de doutrina oficial da República nascente, sem, no entanto, aproximar-se de novos aliados. Numa palavra, isola-se, inclusive em relação a corporação militar.”*⁴⁵ Desse afastamento da corporação militar se destaca o agravamento das divergências com seu vice Floriano Peixoto.

Isolado e acuado o Marechal Presidente sucumbiu à tentação do argumento da força e, em novembro de 1891, dissolveu o Congresso e decretou estado de sítio, embora nenhum dispositivo legal o autorizasse a fazê-lo. Para Quartim, *“Ao se colocar acima das leis, Deodoro assumiu aberta e insofismavelmente o papel de ditador.”*⁴⁶ Os protestos contra o ato de força se multiplicaram até que em 23 de novembro, a esquadra ancorada na Guanabara, sob o comando do almirante Custódio de Melo, enviou a Deodoro um ultimato dando-lhe quatro horas para deixar a presidência, e antes de terminar o prazo, para pressionar um tiro de canhão atinge a torre da Candelária e o presidente Deodoro, sem esperar pelo segundo tiro, passa o poder ao seu vice, Floriano Peixoto.

O primeiro ato de Floriano Peixoto foi a revogação das ações ditatoriais e a reconvocação o Congresso. No campo econômico retomou a política e as medidas

⁴⁴ BRASIL, Constituição (1891). **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil**: promulgada em 24 de fevereiro de 1891.

⁴⁵ MORAES, João Quartim de. **A esquerda militar no Brasil**. v.1. São Paulo: Expressão Popular, 2005. p. 106.

⁴⁶ Ibid. p.107.

tomadas por Rui Barbosa, enquanto ministro da Fazenda do governo provisório, de estímulo à industrialização e à ação política centralizadora e nacionalista⁴⁷. A Constituição de 1891, em seu artigo 42 determinava que, “*Se no caso de vaga, por qualquer causa, da Presidência ou Vice-Presidência, não houverem ainda decorrido dois anos do período presidencial, proceder-se-á a nova eleição.*”⁴⁸. Enfrentando a resistência do Congresso Floriano não convocou novas eleições e permaneceu no poder até 1894, assinando todos os documentos oficiais como vice-presidente, ou simplesmente seu nome.

As medidasb tomadas por Floriano provocaram a reação quase que imediata, e simultânea, das forças ultrafederalistas e monarquistas que, em junho de 1892, levantaram-se em armas no Rio Grande do Sul, formando uma heterogênea coalizão, dando início ao conflito conhecido como Revolução Federalista, cujo objetivo era derrubar o governador do Rio Grande do Sul, Júlio de Castilhos, um republicano convicto com grande apoio popular.

Os conflitos no Rio Grande do Sul estenderam-se até seis de setembro de 1893, quando, o Almirante Custódio de Melo, provavelmente tentando reeditar sua bem sucedida operação bélica contra Deodoro, tomaram quinze navios de guerra e nove embarcações comerciais, bloquearam a baía de Guanabara e despejaram sobre a cidade do Rio de Janeiro sua potência de fogo. Os rebeldes tentaram, ainda que sem êxito, cortar o acesso ao Rio pela Estrada de Ferro Central do Brasil: estava conflagrada a Revolta da Armada.

Para enfrentar a revolta, Floriano mandou trazer da Bahia uma frota legalista improvisada, que só chegou ao Rio de Janeiro em 11 de março de 1894. Nesse interregno os rebeldes já se encontravam, “*desgastados politicamente por meses de bombardeio que os havia tornado odiosos a população carioca.*”⁴⁹. Segundo McCann, “*muitos financistas e banqueiros enfurecidos com as reformas econômicas de Floriano*

⁴⁷Segundo Quartim, suas ações políticas, “*configuraram, embrionariamente, a plataforma histórica da esquerda nacionalista*” MORAES, João Quartim de. **A esquerda militar no Brasil**. São Paulo: Expressão Popular, 2005. v.1, p. 108.

⁴⁸ BRASIL, Constituição (1891). **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil**: promulgada em 24 de fevereiro de 1891.

⁴⁹ MORAES, João Quartim de. **A esquerda militar no Brasil**. v.1. São Paulo: Expressão Popular, 2005. p. 109

patrocinaram as ações rebeldes, fornecendo dinheiro, munição e navios mercantes.”⁵⁰. Em seguida, os rebeldes fugiram pra o Sul, onde a revolta se estendeu até agosto de 1894.

Sobre os acontecimentos referentes à Revolta da Armada em 6 de setembro de 1893, o Ministro da Guerra, General Bibiano Sergio Macedo da Fontoura Costallat, em seu relatório referente ao ano de 1893, e apresentado em 1894, tecia as seguintes considerações,

tornaram necessária a elevação das forças que tem de sustentar as instituições republicanas contra seus inimigos. (...) Cidadão de todas as classes apresentaram-se logo cheios de entusiasmo para a defesa da Pátria e formaram-se diversos batalhões patrióticos (...) luta ingente travada entre os sectários do regime decaído e os defensores das instituições democráticas, conquistada pelo movimento de 15 de Novembro de 1889.⁵¹

O Ministro ainda cita alguns oficiais envolvidos na contra-revolta, chamando-os de “heróis patrióticos”, e descreve a criação de corpos de artilharia, infantaria e batalhões provisórios para conter a revolta. Sobre esses “batalhões patrióticos”, criados provisoriamente para combater os revoltosos, destacamos a maciça presença de alunos da EMPV. Para McCann, após esses episódios, *“O futuro do Brasil, a República e o Exército tornaram-se uma coisa só na mente daqueles estudantes.*”⁵²

Frank McCann afirma, sobre a gestão de Floriano e suas ações diante da Revolta da Armada, que o vice-presidente *“enfrentou uma das mais turbulentas situações na história brasileira e manteve à força o novo regime, ao custo de uma guerra civil que quase aniquilou a frota da armada e manchou de sangue os estados meridionais.*”⁵³

Uma política inflexível e severa foi a tônica da gestão de Floriano, após os episódios de 1893-1894. Suas ações provocaram muitas dissensões nas fileiras republicanas. Entre outras atitudes, Floriano decretou a lei marcial, e a polícia prendeu centenas de supostos inimigos, impôs rigorosa censura à imprensa e ao telégrafo, controlou os deslocamentos internos com passaportes especiais e suspendeu as eleições

⁵⁰ MCCANN, Frank D. **Soldados da Pátria: História do Exército Brasileiro (1889-1937)** trad. Laura Teixeira Motta. Companhia das Letras: São Paulo, 2007. p. 57.

⁵¹ **Relatório do Ministro da Guerra**, General Bibiano Macedo da Fontoura Costallat, 1893, p. 4.

⁵² MCCANN, Frank D. **Soldados da Pátria: História do Exército Brasileiro (1889-1937)** trad. Laura Teixeira Motta. Companhia das Letras: São Paulo, 2007. p. 61.

⁵³ MCCANN, Frank D. **Soldados da Pátria: História do Exército Brasileiro (1889-1937)** trad. Laura Teixeira Motta. Companhia das Letras: São Paulo, 2007. p. 51.

para o Congresso marcadas para outubro de 1893. Para McCann, “*o regime, se não fora uma ditadura quando eclodiu a luta, logo se transformou em uma depois dessa emergência.*”⁵⁴

No dia 7 de maio de 1894 o vice-presidente foi ao Congresso Nacional tecer seus comentários acerca da Revolta da Armada,

Durante a revolta, por vezes, o Poder publico encontrou na sua ação pretensões indébitas, exigências exorbitantes que, fosse outras as circunstancias, não teriam, talvez, surgido. Nas palavras que precedem julgo ter dito o suficiente para compreenderdes a necessidade que temos de pôr o Brasil em condições de ser respeitado como deve e exige a sua posição no continente americano.(...) Cabe-vos agora completar a obra, e certamente o fareis de modo a honrar o mandato que a Nação vos confiou.⁵⁵

Mesmo com o prestígio adquirido pela vitória contra os rebeldes Floriano não detinha, ao menos em escala nacional, de força suficiente para enfrentar as oligarquias agrária, o tom de despedida de sua mensagem deixa isso claro. Estas esperaram pacientemente até a posse do paulista Prudente de Moraes, que foi candidato único lançado pelo Partido Republicano, e eleito em 15 de novembro de 1894.

A ascensão de Prudente de Moraes à presidência devolveu o poder à elite agrária, resultando daí a diminuição gradual da influência política dos militares. O governo procurou arrefecer os ânimos, conduzindo a guerra no sul a um fim negociado, com anistia para os rebeldes. O presidente determinou, ainda, o retorno à ativa até dos oficiais-generais que Floriano expulsara do Exército. Tal medida buscava claramente enfraquecer a facção florianista do Exército dando um empurrão nas carreiras dos antiflorianistas. Como exemplo direto disso, McCann cita o caso do general Medeiros Mallet, que na época de Floriano havia sido exonerado, e por Prudente de Moraes foi nomeado, em 1896, “*para redigir a regulamentação para o novo Estado-Maior do Exército, e posteriormente, em 1897 nomeado general de divisão enquanto Arthur Oscar, ardoroso florianista e conquistador de Canudos, permaneceria com sua patente congelada.*”⁵⁶

A maior oposição política enfrentada por Prudente de Moraes, durante

⁵⁴ Ibid. p. 56

⁵⁵ **Mensagem ao Congresso Nacional**, Marechal Floriano Peixoto 7 de maio 1894, Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1894. p.19.

⁵⁶ MCCANN, Frank D. **Soldados da Pátria: História do Exército Brasileiro (1889-1937)** trad. Laura Teixeira Motta. Companhia das Letras: São Paulo, 2007. p. 566 [nota]

praticamente todo o seu mandato, foi exercida por exaltados defensores de Floriano, que se intitulavam “jacobinos”. Segundo João Quartim, o ideário do jacobinismo brasileiro, podia ser sintetizado pela, “*defesa intransigente da soberania nacional, proteção da nossa indústria, Estado laico e identificação da causa republicana à causa patriótica e popular.*”⁵⁷. Essas características podem ser justificadas em suas formas de ação, “*organização, em clubes propagandista e de agitadores, intensa atividade de imprensa, no estilo panfletário, mobilização da cidadania para a defesa armada das instituições republicanas*”⁵⁸. Talvez, o maior exemplo disso tenha sido a formação de diversos “batalhões patrióticos” de voluntários civis e militares durante o episódio da Revolta da Armada, em 1893. Vale ressaltar que em diversos momentos a ação política dos jacobinos se desviava para uma onda de ataques xenofóbicos, principalmente contra a comunidade lusitana, monarquistas, segundo os jacobinos, por uma associação direta e cega. Para Quartim, embora a recíproca não fosse exata, todos ‘jacobinos’ eram ‘florianistas’.

José Murilo de Carvalho reforça a tinta na descrição dos jacobinos, como,

Pequenos proprietários, empregados, funcionários públicos também se mobilizaram pela primeira vez no bojo da xenofobia florianista, organizando clubes jacobinos e batalhões patrióticos. Os jacobinos mantiveram um clima generalizado de tensão política, especialmente durante a campanha de Canudos no governo de Prudente de Moraes. Quebravam jornais, promoviam arruaças, vaiavam congressistas, espancavam e matavam portugueses, perseguiram monarquistas, assassinavam inimigos.⁵⁹

Para João Quartim de Moraes os jacobinos atribuíam as dificuldades encontradas pelo Governo de Prudente de Moraes em derrotar militarmente o arraial de Canudos⁶⁰, a um

⁵⁷ MORAES, João Quartim de. **A esquerda militar no Brasil**. São Paulo: Expressão Popular, 2005. v.1, p. 119. O autor afirmar que esse ideário comportava alguns dos temas essenciais do que seria o ‘programa histórico’ da esquerda brasileira ao longo do século 20.

⁵⁸ Ibid. p. 119.

⁵⁹ CARVALHO, José Murilo de. **Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987. p. 23.

⁶⁰ Canudos era o arraial de uma comunidade religiosa no sertão do Centro-Norte da Bahia, que chegou a contar com cerca de 30 mil moradores. A Guerra de Canudos (1896-1897), foi como ficou conhecido o conflito entre as forças armadas estaduais e federais e o arraial. Foram necessárias quatro expedições militares para derrotar Canudos, sendo que para última foi destacado um grande contingente de soldados e armas pesadas. Aproximadamente 8.526 soldados (42% do total) e 1016 oficiais (32%) serviram na campanha de Canudos. O resultado final foi o massacre quase total da população do arraial de Canudos e uma mancha na história do exército nacional, chegando a estimativa de 25 mil mortos. Para uma descrição histórico-literária do conflito e das características gerais da comunidade conferir o clássico de Euclides da Cunha, *Os Sertões*. Para detalhes acerca das operações militares em Canudos conferir,

secreto desígnio do governo federal de desmoralizar a República para favorecer a restauração monárquica, e por isso, enveredaram pelo caminho do terrorismo. Em 5 de novembro de 1897, um atentado contra Prudente de Moraes, durante a cerimônia consagrada do retorno dos expedicionários de Canudos, custou a vida do Ministro da Guerra, Marechal Carlos Machado Bittencourt, que se pusera diante do agressor para salvar a vida do presidente. Esse episódio marcou o início do rápido desaparecimento do jacobinismo enquanto força política.

Como vimos até agora os primeiros anos da república foram marcados por um alto grau de instabilidade política e social. Segundo Marieta Moraes e Surama Sá, nem a Constituição de 1891, nem as alternativas buscadas nos anos seguintes foram capazes de dar forma a um sistema político, “*que respondesse a três problemas fundamentais: o da geração de agentes políticos, o das relações entre os Poderes Executivo e Legislativo e o da relação entre poder central e poderes regionais.*”⁶¹

A República Brasileira só conseguiria lançar bases para sua estabilidade, através da solução destas questões, com a criação, em 1898, do pacto político conhecido como “política dos governadores” ou “política dos estados”, como preferia denominá-la Campos Sales, seu idealizador. O pacto foi uma forma de reunir as oligarquias regionais em torno de um arranjo político que “*garantissem seu domínio local e sua participação no poder nacional de acordo com o cacife político de cada uma.* O acordo foi consagrado já em 1900, durante o reconhecimento de poderes da nova legislatura. Segundo Marieta Moraes e Surama Sá a inovação política introduzida para efetivá-lo foi a reforma do Regimento Interno da Câmara no tocante as atribuições da Comissão de Verificação de Poderes. Anteriormente cabia ao parlamentar mais idoso entre os presumidamente eleitos para a presidência da Câmara nomear cinco deputados para formar a comissão encarregada de decidir sobre a legitimidade dos mandatos dos demais congressistas. Com o novo critério o encarregado de nortear a Comissão de Verificação passou a ser o mesmo da legislatura anterior: “*Com estas mudanças as eleições passaram a ser decididas antes que a Câmara deliberasse a respeito, tendo o Legislativo federal se transformado numa expressão da vontade política dos chefes*

MCCANN, Frank D. **Soldados da Pátria: História do Exército Brasileiro (1889-1937)** trad. Laura Teixeira Motta. Companhia das Letras: São Paulo, 2007. pp. 63-100.

⁶¹ FERREIRA, Marieta de Moraes; PINTO, Surama Conde Sá. **A Crise dos anos 20 e a Revolução de Trinta.** Rio de Janeiro: CPDOC, 2006. p.3

estaduais.”⁶²

Para José Murilo de Carvalho, “*presumia-se a legitimidade dos diplomas dos deputados eleitos pelas políticas dominantes nos estados, conseguindo-se assim o apoio dessas políticas para a ação do governo federal.*”⁶³. Nesse sentido a solução era formar um grande partido nacional de governo com sustentação nas oligarquias estaduais. Campos Sales, em seu livro publicado em 1908, sintetiza seu objetivo com o pacto político, “*É de lá [dos estados] que se governa a República, por cima das multidões que tumultuam, agitadas, nas ruas da capital da União*”⁶⁴. Para, Campos Sales a “política dos estados” era, efetivamente, a “política nacional”.

A política dos governadores alterou as relações de força entre as oligarquias regionais, encarnadas na figura dos grandes proprietários rurais, e o governo federal, e essa alteração, gerou o sistema político conhecido como coronelismo⁶⁵. Nesse contexto, o governo federal aumenta o seu poder baseado nas oligarquias regionais, o momento histórico em que se deu essa transformação foi a Primeira República e é nesse momento histórico específico que o coronelismo se manifesta e se desenvolve.

A grande referência conceitual acerca desse fenômeno foi elaborada por Victor Nunes Leal, em 1948⁶⁶, que concebia o coronelismo como um sistema político, uma complexa rede de relações que vai desde o coronel até o presidente da República, envolvendo compromissos recíprocos. Para o autor o coronelismo é fruto de uma conjuntura econômica específica, a decadência econômica dos fazendeiros, que teriam o seu poder político enfraquecido em face de seus dependentes e rivais. Dessa forma a manutenção do seu poder passava a exigir auxílio do Governo Federal, que em consequência aumentava sua influência na mesma medida em que as dos fazendeiros, diminuía. Seguindo a linha de raciocínio de Leal, José Murilo sintetiza o coronelismo como um,

⁶² FERREIRA, Marieta Moraes; PINTO, Sumara Conde Sá. **A Crise dos anos 20 e a Revolução de Trinta**. Rio de Janeiro: CPDOC, 2006. pg. 3.

⁶³ CARVALHO, José Murilo de. **Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987. p. 31.

⁶⁴ SALES, Campos. **Da propaganda a Presidência**. São Paulo. Sem editora. 1908 p. 252.

⁶⁵ O termo coronel faz referência a patente dada na Guarda Nacional aos grandes fazendeiros no período imperial. Nessa época os grandes potentados rurais exerciam o poder militar, jurídico e político em suas regiões.

⁶⁶ LEAL, Victor Nunes **Coronelismo, enxada e voto**. São Paulo: Alfa-Ômega, 1948

sistema político nacional, baseado em barganhas entre o governo e os coronéis. O governo estadual garante, para baixo, o poder do coronel sobre seus dependentes e seus rivais, sobretudo cedendo-lhe o controle dos cargos públicos, desde o delegado de polícia até a professora primária. O coronel hipoteca seu apoio ao governo, sobretudo na forma de votos. Para cima, os governadores dão seu apoio ao presidente da República em troca do reconhecimento deste de seu domínio no estado.⁶⁷

Para Marieta Moraes e Sumara Sá, como resultado concreto deste modelo vigente durante grande parte da Primeira República os conflitos políticos, embora não eliminados, foram minimizados e as sucessões presidenciais marcadas por disputas controladas, sendo o candidato da situação aquele que, *a priori*, tinha garantida sua eleição.

Por fim, é fundamental a distinção entre o fenômeno datado do coronelismo em relação aos conceitos mais amplos como o de mandonismo e clientelismo, pois seu valor conceitual se estende por outros períodos da história. Para José Murilo o próprio coronelismo é uma expressão particular do mandonismo. Essa breve exposição acerca das forças políticas e sociais atuantes no início da república é importante para entendermos as realidades mais específicas do Rio de Janeiro, a então capital federal, e, principalmente, da EMPV.

1.2 A Escola Militar da Praia Vermelha e o Regulamento Benjamin Constant.

A EMPV foi fundada em 1874 no centro do Rio de Janeiro e previa a formação de engenheiros militares e de oficiais do exército. Desde sua fundação a escola formou grupos de militares-positivistas que atuaram sistematicamente na vida política do Império. Antes de analisarmos detidamente a EMPV cabe tecermos algumas considerações gerais acerca do Exército Brasileiro, e especificamente, sobre a educação militar na Primeira República. Essas considerações serão levadas em conta nas análises posteriores em relação a esses temas.

Frank McCann oferece uma rica descrição das condições do Exército Brasileiro, em 1889,

era uma força pouco numerosa, composta de aproximadamente 13,5 mil homens divididos pelo território brasileiro cinquenta regimentos e batalhões com menos de trezentos homens em média em cada um; essas unidades, juntamente com uma unidade de transporte e com as

⁶⁷ CARVALHO, José Murilo de **Mandonismo, coronelismo, Clientelismo: uma discussão conceitual.** DADOS, Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, vol. 40, n.º 2, 1997, pp. 229-250. p. 230

guarnições na fronteira e nos fortes na Amazônia, eram controladas por três quartéis-generais de brigada, dois no Rio de Janeiro e outro em Curitiba. O corpo de oficiais tinha um efetivo autorizado de 1595 homens.⁶⁸

Em relação à proveniência social dos corpos de oficiais o autor assevera que eram oriundos, principalmente, “*de famílias sem condições de dar outras opções de carreira a seus filhos. Muitas destas famílias, talvez a maioria, pertenciam aos setores médios da sociedade.*”⁶⁹

A oferta de educação formal no Brasil do fim do século XIX e no início do século XX era escassa em relação ao ensino público geral primário e secundário, e muito rara quando se tratava do ensino superior. Os custos para frequentar as faculdades de Direito e Medicina só estavam ao alcance de famílias muito ricas, por isso o acesso ao ensino superior era prestigiado. Segundo McCann as famílias que não podiam arcar esse tipo de gasto,

aconselhavam os filhos a tentar ingressar em uma das três escolas militares, situadas no Rio de Janeiro, Porto Alegre ou Fortaleza. Essas escolas, em especial a Praia Vermelha, no Rio, prepararam muitos dos líderes e intelectuais que influenciaram o pensamento e as instituições brasileiras.⁷⁰

Para João Quartim de Moraes é preciso destacar que, naqueles tempos, a carreira intelectual profissional praticamente não existia,

Os letrados eram quase todos amadores e raríssimos podiam viver da pluma ou do saber teórico. As carreiras existentes – as jurídicas, notadamente – estavam submetidas, como todas as funções públicas do país de então, à ditadura das oligarquias agrárias. (...) a carreira das armas, num tal contexto semifeudal, constituía, uma das poucas, e sem dúvida a mais importante, que se abria para os jovens sem fortuna nem padrinhos. Daí a larga permeabilidade dos oficiais e mais ainda dos alunos das escolas militares às ideias políticas e aos valores culturais que julgavam – no mais das vezes ingenuamente – como os mais avançados de seu tempo, e que lhes ofereciam uma perspectiva crítica sobre a sociedade que contestavam. Daí então seu duplo diletantismo, enquanto militares e intelectuais.⁷¹

Como pudemos observar as considerações de ambos os autores confluem

⁶⁸ MCCANN, Frank D. **Soldados da Pátria: História do Exército Brasileiro (1889-1937)** trad. Laura Teixeira Motta. Companhia das Letras: São Paulo, 2007. p. 38.

⁶⁹ Ibid. p. 40.

⁷⁰ Ibid. p. 41.

⁷¹ MORAES, João Quartim de. **A esquerda militar no Brasil**. v.1. São Paulo: Expressão Popular, 2005. p. 130.

para conclusões semelhantes. No entanto cabe ressaltar a grande diferença acerca de seus referenciais teóricos-metodológicos, enquanto João Quartim é notadamente marxista, McCann beira ao positivismo de Leopold Von Ranke, mas acaba por assentar suas bases teóricas na nova história militar norte-americana, uma vez que trata-se de um autor brasilianista. Esse fato pode ser explicado pela utilização das mesmas fontes, que a despeito do referencial teórico, podem conduzir a resultados similares.

A chegada do positivismo na EMPV se intensificou e ganhou tom de renovação cultural após a inclusão de Benjamin Constant em seu quadro de professores, em 1872. Segundo Yara Milan, o professor ocupou “*lugar de destaque na elaboração do ideário, que reivindicava o direito de ‘cidadania’ ao oficial militar*”.⁷² No entanto, nos primeiros anos como professor, ainda longe da proclamação, Benjamin Constant limitava-se, em sua aulas de geometria analítica, a expor as principais ideias do positivismo comteano, como o “... *agnosticismo, a relatividade histórica dos conhecimentos, a exaltação da ciência, até a conceituação da dinâmica social e política, até, naturalmente, a condenação dos regimes monárquicos*.”⁷³ Nessa fase considerações diretas sobre política ou reformas ficavam de fora. Tendo como base as memórias de diversos ex-alunos de Constant, Motta elencou duas razões principais para o sucesso do positivismo na Escola Militar, “*1) o currículo escolar grandemente pejado de estudos matemáticos; 2) a ação proselitista do extraordinário professor que foi Benjamin Constant*.”⁷⁴

Segundo Motta, a partir de 1880, uma nova onda reformadora toma conta da escola com a adição das ideias de Spencer e de Darwin às de Comte, dando, assim rumos ao inconformismo das novas gerações. A penetração dessas novas ideias na escola militar,

empolgou lentes e alunos, inspirando novas concepções de currículo e de programas de ensino, conduzindo a uma atitude crítica em face da realidade nacional. E, naturalmente, das escolas essas ideias passaram para os quartéis, sensibilizando oficiais jovens e lançando-os na ação política.⁷⁵

⁷² MILAN, Yara Maria Martins Nicolau de, **A educação do “soldado-cidadão” (1870-1889): a outra face da modernização**. Tese de Doutorado. Unicamp. p.261.

⁷³ MOTTA, Jehovah. **Formação do Oficial do Exército: currículos e regimes na Academia Militar (1810-1944)**. Rio de Janeiro, Biblioteca do Exército, 1998. p. 156

⁷⁴ MOTTA, Jehovah. **Formação do Oficial do Exército: currículos e regimes na Academia Militar (1810-1944)**. Rio de Janeiro, Biblioteca do Exército, 1998. p. 157

⁷⁵ Ibid. p. 158.

A Revista da Família Acadêmica (1887-1889) é uma das produções dessa nova geração. Em um de seus primeiros editoriais, traçava as linhas gerais do seu programa,

cultivar a Arte, a Ciência, a Religião, tanto quanto for possível, com plena liberdade para o direito de discussão, de análise e crítica, sob o influxo da mais severa disciplina moral.' E eis os seus propósitos, face ao país, '... cumpramos nosso dever que é o de anunciar ao público a existência de uma nova revista, que vem alistar-se nas fileiras dos reformadores pátrios.⁷⁶

É importante salientarmos que o positivismo que se consolidou na Escola Militar, a partir da década de 1880, tratava-se de uma interpretação diferente do chamado “positivismo ortodoxo” disseminado no Brasil pela Sociedade Positivista Brasileira, fundada em 1876, e que mais tarde se transformou em Igreja Positivista do Brasil⁷⁷. O positivismo ortodoxo tinha como doutrina o lema “*O Amor por princípio e a Ordem por base; o Progresso por fim.*”, e defendiam que a difusão das ideias era o caminho a ser seguido, não a participação direta na política. Para José Murilo de Carvalho os positivistas ortodoxos representavam um setor específico da incipiente classe média, “*o setor técnico e científico, composto por pessoas que se dedicavam à medicina, à engenharia civil, à matemática. Os positivistas ortodoxos representavam então uma contra-elite do ponto de vista social e intelectual*”⁷⁸. Eles defenderam a abolição e a república, e desde a sua proclamação trabalharam, incansavelmente, na construção de símbolos cívicos que a consolidassem no imaginário nacional e a tornassem amada pelo povo. Entre essas construções simbólicas, José Murilo de Carvalho destaca o mito da origem da república, o hino nacional, a bandeira, a alegoria feminina, em suma, “*suas armas foram a palavra escrita e os símbolos cívicos.*”⁷⁹

A diferença básica entre o positivismo ortodoxo e o positivismo técnico-científico dominante na Praia Vermelha em suas interpretações acerca da doutrina de Comte foi sintetizada por Yara Milan:

Contrariando a ortodoxia do apostolado positivista, que buscava centralizar a divulgação das ideias, a Escola Militar representava uma

⁷⁶ Ibid. p.157. Entre alguns autores da revista se destacam nome como, Cândido Rondon, Lauro Müller, Tasso Fragoso, Euclides da Cunha, Licínio Cardoso.

⁷⁷ Atualmente a Igreja tem sua sede na Rua Benjamin Constant, 74, na cidade do Rio de Janeiro. Mais informações: <http://www.igrejapositivistabrasil.org.br/>.

⁷⁸ CARVALHO, José Murilo de. A ortodoxia positivista no Brasil: um bolchevismo de classe média. In: _____. **Pontos e bordados. Escritos de história e política**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1998. pp. 189-201. p.195.

⁷⁹ CARVALHO, José Murilo de. **A formação das almas: o imaginário da República no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p. 129

dissidência frontal a certos princípios da doutrina comtiana, graças a influência de Benjamin Constant. Embora o positivismo ortodoxo não tivesse finalidades políticas revolucionárias em sua forma original, a adaptação que se fez dele no âmbito militar, paradoxalmente, o convergiu para a insurreição republicana.⁸⁰

A autora ainda afirma que, “*o positivismo da Escola Militar trilhava outro rumo, abrindo-se à atividade política e a um certo ‘desrespeito’ pelas ‘leis naturais’ da evolução, pelo legalismo e pela disciplina hierárquica*”⁸¹. Isso posto, vamos analisar mais detidamente o regulamento que Benjamin Constant formulou para a formação dos oficiais da recém-inaugurada República.

O decreto nº 330, de 12 de abril de 1890 promulgava o regulamento que reorganizava o ensino militar, adequando-o aos novos tempos republicanos, e foi assinado pelo Ministro da Guerra, Benjamin Constant e pelo chefe do governo provisório. o Marechal Deodoro da Fonseca, O Decreto é acompanhado de uma apresentação na qual se explicita o novo sentido do ensino militar:

Considerando que é de urgente e indeclinável necessidade aperfeiçoar e completar, tanto quanto possível, o ensino nas escolas destinadas à instrução e educação militar, de modo a atender os grandes melhoramentos da arte da guerra, conciliando as suas exigências com a missão altamente civilizadora eminentemente moral e humanitária que de futuro está destinada aos exércitos do continente sul-americano;

Considerando que o soldado, elemento de força, deve ser de hoje em diante o cidadão armado, corporificação da honra nacional e importante cooperador do progresso como garantia da ordem e da paz públicas, apoio inteligente e bem intencionado das instituições republicanas, jamais instrumento servil e maleável por uma obediência passiva e inconsciente que rebaixa o caráter, aniquila o estímulo e abate o moral.

Considerando que, par a perfeita compreensão deste elevado destino no seio da sociedade, como o mais sólido apoio do bem, da moralidade e da felicidade da pátria, o militar precisa de uma suculenta e bem dirigida educação científica, que preparando-o para tirar toda vantagem e utilidade dos estudos especiais de sua profissão, o habilite, pela formação do coração, pelo desenvolvimento dos sentimentos afetivos. Pela expansão de sua inteligência, a bem conhecer os seus deveres, não só militares, como, principalmente, sociais.

Considerando que isso só pode ser obtido por meio de um ensino integral onde sejam respeitadas as relações de dependência das diferentes ciências gerais, de modo que o estudo possa ser feito de

⁸⁰ MILAN, Yara Maria Martins Nicolau de, **A educação do “soldado-cidadão” (1870-1889): a outra face da modernização**. Tese de Doutorado. Unicamp, 1993. p.265.

⁸¹ Ibid. p. p.229.

acordo com as leis que tem seguido o espírito humano em seu desenvolvimento, começando na matemática e terminando na sociologia e moral como ponto de convergência de todas as verdades de todos os princípios até então adquiridos e foco único de luz capaz de alumiar e esclarecer o destino racional de todas as concepções humanas.

Resolve reorganizar o ensino nas escolas do Exército pelo que baixa com o presente decreto e onde são atendidos todos os meios para levantar o nível moral e intelectual do Exército, pondo o soldado brasileiro a par dos grandes aperfeiçoamentos da arte da guerra em suas múltiplas ramificações, sem desviá-lo dos seus deveres como cidadão no seio do lar e no seio da pátria.⁸²

Esse regulamento será a base de todos os outros regulamentos elaborados durante a Primeira República, seja na direção de sua retificação pontual ou no sentido da refutação quase total de sua diretriz educacional. Em termos formais o regulamento estabelecia que as Escolas Militares seriam estabelecimentos destinados à instrução teórica e prática, e contariam com três sedes, localizadas, no Rio de Janeiro, em Porto Alegre e em Fortaleza. Segundo o regulamento nas Escolas Militares, o ensino compunha-se de um Curso Preparatório⁸³, um Curso Geral⁸⁴ e um Curso das Três Armas, com exceção da de Fortaleza, que comportava apenas um Curso Preparatório.

Segundo Tarcísio Grunennvaldt, era evidente o tipo de oficial que a orientação do novo ensino militar republicano queria formar “*um soldado, sem dúvida, com um papel político;*”⁸⁵. Dessa forma o oficial teria inevitavelmente um papel político na sociedade, de figurar como guardião das instituições republicanas, sempre apoiado na moral e na honra. A instrução que municiaria os oficiais com tais qualidades teria como base a ciência moderna e o humanismo tradicional, ou seja, uma formação “*humanística-científica*” “*O alvo era para modelar um militar a um só tempo político e técnico-especialista*”.⁸⁶ Na tese de Leonardo Trevisan verificamos que a ideia desses

⁸²Regulamento das Escolas do Exército a que se refere o decreto nº 330, de 12 de abril de 1890, (ANEXO A), p. 33 In: **Relatório do Ministro da Guerra**, General Antonio Nicolao Falcão da Frota, 1890.

⁸³ O Curso Preparatório, com três anos de duração, era pré-requisito para o ingresso no Curso Geral. (Ver tabela com as disciplinas do Curso no Apêndice.)

⁸⁴ No Curso Geral de quatro anos, para todos os alunos da Escola Militar. Este Curso sucedia o Curso Preparatório e habilitava o oficial para o ingresso nos cursos profissionais (Curso das Três Armas, Curso de Artilharia, Curso de Estado-Maior e Curso de Engenharia). Para Tarcísio Grunennvaldt o currículo de bases científicas, expresso nas cadeiras e aulas do Curso Geral procurava transmitir a todos os alunos conhecimentos gerais e inculcar o espírito científico GRUNENNVALDT, José Tarcísio. **A educação militar nos marcos da primeira república: estudos dos regulamentos do ensino militar (1890-1929)**. 2005. 285 f. Tese (Doutorado em História da Educação) PUC. São Paulo. p. 25 (Ver tabela com as disciplinas do Curso no Anexo.)

⁸⁵ Ibid. p. p. 28

⁸⁶Ibid. p.p. 25

“oficiais científicos” está relacionada à formação de um Corpo de Engenheiros militares desde a época colonial, quando a defesa do território brasileiro normalmente era feita através da construção de fortificações que também deveriam garantir a posse do território. Segundo o autor, para alguns historiadores o fato de confundir o ensino militar com a formação de engenheiro teve início a partir da atividade desses engenheiros militares especialistas em fortificações. Essa definição é mais precisa e abrangente do que oficiais “positivistas”, uma vez que o cientificismo das disciplinas permanecerá nas estruturas educacionais das escolas militares por um período mais prolongado em relação ao positivismo da Escola da Praia Vermelha, que, como veremos, praticamente será extinto com o fechamento desta.⁸⁷

José Murilo de Carvalho insere o conceito do soldado-cidadão no contexto das ideologias de intervenção formuladas pelos militares durante a Primeira República. Para o autor essas ideologias foram formuladas como uma justificativa, para o país e para si mesmos, diante das intervenções reformadoras perpetuadas durante esse período, que, segundo o autor, acompanharam as “*mudanças no corpo de oficiais, o Exército e na sociedade.*”⁸⁸

José Murilo de Carvalho afirma que a ideologia reformista do soldado-cidadão foi formulada ainda no Império, durante a Questão Militar⁸⁹. O envolvimento mais intenso dos militares nas questões políticas do Império se manifestou em maio de 1887, quando o Marechal Deodoro da Fonseca e o Visconde de Pelotas, chefe militar na Guerra do Paraguai, assinaram um manifesto, redigido por Rui Barbosa, endereçado ao Parlamento e à nação. No texto era defendido o direito dos militares em participação na vida política do país e consagrava a expressão “cidadãos fardados”. Segundo José

⁸⁷TREVISAN, Leonardo. **As Obsessões Patrióticas; Origens e Projetos de duas Escolas de Pensamento Político do Exército Brasileiro**. 1993. Tese (Doutorado em Ciência Política). Universidade de São Paulo, São Paulo. p. 5.

⁸⁸ CARVALHO, José Murilo de Carvalho. “Forças Armadas na primeira república: o poder desestabilizador”. In:_____. **Forças Armadas e política no Brasil**. Rio de Janeiro. Editora Jorge Zahar, 2006. p.38

⁸⁹ É o nome dado a uma série de embates políticos entre membros do alto escalão do Exército e o governo imperial, devido a punições disciplinares a membros do exército que manifestaram publicamente críticas em relação a situação política do país, e principalmente, do exército, após a Guerra do Paraguai. Sodré afirma que esses embates se iniciaram em 1884 e, estavam vinculados diretamente a questão abolicionista. A questão teve longa repercussão na imprensa e foi resolvida, formalmente em 1888 quando todas as punições foram anuladas. Para mais detalhes acerca da Questão Militar. Ver SODRÉ, Nelson. Werneck. **A História Militar do Brasil**. 2º ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010. pp.182-196. Para uma interpretação voltada para o campo da história cultural ver Celso CASTRO, **Os militares e a República: um estudo sobre cultura e ação política**. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1995. pp. 85-103.

Murilo, essa ideia “*casava-se muito bem com o positivismo civilista dos jovens oficiais e alunos de Benjamin Constant.*”⁹⁰

Vale ressaltar que a ideologia do soldado cidadão representava tendências sociais renovadoras que emanavam, majoritariamente, dos escalões inferiores da instituição castrense, isso produzia o enfraquecimento da hierarquia e conseqüentemente da própria corporação. Contra essa tendência se formaria, na década de 1910, um grupo ativo dentro do Exército, os chamados jovens turcos, mas isso é um assunto para o capítulo 2.

Para João Quartim de Moraes a doutrina positivista do soldado-cidadão contém uma “*matriz cientificista-humanista cujo principal interesse consiste em estar voltada para a formação ético-intelectual do profissional da guerra.*”⁹¹. Analisando as supracitadas considerações feitas por Benjamin Constant, concebidas como projeto educativo cívico-militar da oficialidade, o autor destaca que a recusa da “obediência passiva”, na qual muitos críticos da época viram a porta aberta ao militarismo político e a intervenção militar, adquire um valor ético universal de grande relevância no mundo contemporâneo⁹². O autor ainda faz outra observação acerca da doutrina do soldado-cidadão,

Sem dúvida ao se difundir, entre a oficialidade e os cadetes da Praia Vermelha, a concepção positivista de cidadania militar e a conseqüente rejeição na obediência passiva alimentaram a turbulência e a indisciplina engendradas pela insatisfação corporativa e pela constante agitação política em que se envolviam os militares⁹³.

O regulamento elaborado por Benjamin Constant foi largamente criticado ao longo da década de 1890. As principais críticas surgiram do interior da corporação militar, e foram feitas pelos ministros da Guerra. O Ministro Bernardo Vasques, em seu relatório de 1895 apontava como problemas fundamentais,

A superabundância de matérias no ensino, os programas eminentemente teóricos, com prejuízo da instrução propriamente

⁹⁰ CARVALHO, José Murilo de Carvalho. “Forças Armadas na primeira república: o poder desestabilizador”. In: _____. **Forças Armadas e política no Brasil**. Rio de Janeiro. Editora Jorge Zahar, 2006. p.38

⁹¹ MORAES, João Quartim de. **A esquerda militar no Brasil**. v.1. São Paulo: Expressão Popular, 2005. p. 128.

⁹² O autor cita como exemplo, o caso dos torturadores do Exército e da Marinha da Argentina, que invocaram o argumento da obediência as ordens hierarquicamente superiores durante os julgamentos por seus crimes durante a ditadura militar argentina (1976-1983).

⁹³ MORAES, João Quartim de. **A esquerda militar no Brasil**. v.1. São Paulo: Expressão Popular, 2005. p. 130.

militar, junto a um longo período de freqüência nas escolas, retardando os acessos e privando da prestação de serviços nas fileiras aos que se dedicam à carreira das armas.⁹⁴

Em 1896 o Ministro Francisco de Paula Argollo detalhava suas ressalvas em relação ao regulamento, ao afirmar que

....este ensino, hoje mais teórico que pratico, precisa quanto antes ser reformado ou modificado, reduzindo-o a um ensino puramente técnico militar, precedido, todavia, dos conhecimentos teóricos gerais e indispensáveis e comuns ao funcionamento dos elementos constitutivos do Exército, tanto na paz como, principalmente, na guerra, aliviando assim o respectivo programa de matérias de pouca utilidade militar.⁹⁵

Sobre a longa duração do curso, no mínimo sete anos, o ministro apontava um duplo problema, “*a demora nos acessos dos oficiais e grande perturbação e incalculável prejuízo para as fileiras*”.⁹⁶ O grande prejuízo para as fileiras seria a falta de comandantes das tropas, na diversas armas, cavalaria, infantaria e artilharia. o problema Para o historiador e militar Claudio Moreira Bento o grande problema do regulamento de 1890 era que, *o currículo escolar ‘visava mais a construção do Brasil do que a sua defesa’*. (...) *Tinha mais características de um programa de estudo civil do que militar, o chamado fenômeno do bacharelismo. A educação militar era menosprezada*.⁹⁷ O Coronel Sebastião Fontes, professor da Escola Militar na década de 1920 a de 1940, e aluno da Praia Vermelha, em seu livro *o Instrumento da Soberania*, escrito em 1914, apontava os principais problemas da EMPV: 1º) deficiência do estudo teórico puramente militar; 2º) ausência completa do ensino prático; 3º) falta de disciplina e exercícios militares, para o ex-aluno a escola foi “*um foco de estudos violentos, uma escola na mais superfina orientação de ciências físicas e matemáticas, uma academia de bacharéis, na especialidade talvez única da América*”.⁹⁸

Em 1896, as críticas dos Ministros repercutiram no Senado, sob a forma de projeto autorizando o Governo a reunir em uma só as escolas militares. Ao término de 1897, foi aprovada a Lei 463, de 25 de agosto de 1897, que autoriza a reorganização dos estabelecimentos militares de ensino, cujas diretrizes gerais eram as seguintes:

⁹⁴ **Relatório do Ministro da Guerra**, General Bernardo Vasques, 1895. p.14-15.

⁹⁵ **Relatório do Ministro da Guerra**, General Francisco de Paula Argollo, 1896. p.15.

⁹⁶ *Ibid.* p.16.

⁹⁷ BENTO, Claudio Moreira. **O exército na proclamação da República**. Rio de Janeiro: SENAI, 1989. p.64.

⁹⁸ MOTTA, Jehovah. **Formação do Oficial do Exército: currículos e regimes na Academia Militar (1810-1944)**. Rio de Janeiro, Biblioteca do Exército, 1998. p. 169.

...redução dos estudos teóricos e ampliação dos estudos teóricos e ampliação dos estudos profissionais de adestramento militar (...) Organização do ensino em dois cursos: um *curso geral*, em três anos, para o estudo completo, teórico e prático, das três Armas combatentes; um *curso especial*, em dois anos, destinado aos oficiais de Estado-Maior e aos engenheiros (...) Colocação dos estudos “preparatórios” em escolas especiais, denominadas escolas preparatórias e de tática (uma no Realengo e outra no Rio Pardo, no Rio Grande do Sul) (...) Transformação da Escola Militar em Escola Militar do Brasil, com sede em um ponto do território nacional à escolha do Governo;⁹⁹

Na mesma linha da supracitada lei ocorre a promulgação do Decreto nº 2.881, de 18 de abril de 1898 que, estabelecendo um novo conjunto de regras para as instituições brasileiras do ensino militar, era o Regulamento de 1898, e entre as suas principais mudanças estava a redução do números de escolas militares e a transformação da Escola Militar em Escola Militar do Brasil. com a possibilidade de retirá-la do Rio de Janeiro. Sobre isso o Ministro da Guerra que assinou a Lei de 1897 e o Regulamento de 1898¹⁰⁰ constatava,

Infelizmente, não foi possível ainda afastar desta cidade a sede da Escola Militar do Brasil, conforme autorização conferida pelo poder legislativo, por falta de edifício apropriado, em lugar conveniente, ao ensino e a disciplina escolar: os edifícios lembrados, do Sanatório de Barbacena e a Fábrica de Ferro de Ipanema, examinados por uma comissão nomeada por este ministério, foram julgados impróprios para neles funcionar aquela escola. É de se esperar, entretanto, que semelhante dificuldade seja superada, logo que comportem os recursos do tesouro.¹⁰¹

Para um historiador militar a idéia da criação das escolas preparatórias e de tática visava “*desarticular a formação de um clima político na Escola Militar da Praia Vermelha, (...) pela separação dos alunos em dois estabelecimentos, com a supressão do convívio prolongado, como o até então existente.*”¹⁰²

Críticas também foram tecidas pelos positivistas ortodoxos, o líder da

⁹⁹ Ibid. p.185.

¹⁰⁰ O Regulamento de 1898 criou a Escola Preparatória e Tática do Realengo, onde seriam oferecidos os cursos preparatórios e alguns cursos teórico-táticos complementares aos alunos da Escola Militar da Praia Vermelha. Trata-se do mesmo prédio onde funcionaria a Escola Militar do Realengo, entre 1913-1944, nosso principal objeto de pesquisa. Vale lembrar que no mesmo prédio funcionou, entre 1891 e 1897, a Escola Prática do Exército na Capital Federal, que tinha como função fornecer uma instrução prática primária e uma introdução aos conhecimentos militares aos soldados. Para detalhes sobre a influência das instituições militares que ocuparam a região do bairro do Realengo na configuração urbana da região ver, VIANA, Claudius Gomes de Aragão. **História, memória e patrimônio da Escola Militar do Realengo**. Dissertação (mestrado) - Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC/FGV), Programa de Pós-Graduação em História, Política e Bens Culturais, 2010.

¹⁰¹ **Relatório do Ministro da Guerra**. General João Tomaz Cantuária. 1897, p. 5.

¹⁰² FILHO, General Lobato, **A última noite da Escola da Praia Vermelha**, Rio de Janeiro: Bibliex, 1992 p.26-28.

Igreja Positivista Raimundo Teixeira Mendes. Segundo Motta o líder publicou, em abril de 1890 um opúsculo, sob o título de *A Política Positivista e o Regulamento das Escolas Militares* condenando veementemente as propostas de reforma Para o positivista ortodoxo o regulamento das escolas do Exército pretendia desenvolver o sistema pelo qual a burguesia se esforça por eternizar o seu domínio sobre a sociedade, e que os militares letrados exerceriam o mesmo papel de dominação que durante o Império coube aos bacharéis e doutores paisanos¹⁰³.

Segundo Jehovah Motta, em termos práticos e, “*no que diz respeito a Escola Militar, com campo do ensino profissional, a reforma de 1898 nada inovou ou acrescentou. Tudo permaneceu como ao tempo de Benjamin Constant, a demonstrar que não estava neste a causa básica dos males detectados*”¹⁰⁴.

Entre 1874 e 1904 a EMPV quase duplicou o seu número de alunos, subindo do nível de trezentos para épocas que em que se ultrapassava o número de quinhentos alunos. Para Jehovah Motta a República aureolou a farda com atrativos novos, e que teve repercussão, também, na procura de matrículas, chegando a ter seu número fixado em oitocentos alunos, em 1903. Outra característica presente nesse interregno foi a presença concomitante de praças-de-pré¹⁰⁵ e oficiais no corpo de alunos, o que dificultava a administração escolar em áreas como a da disciplina. Como já vimos, a presença de uma juventude progressista era crescente e constante na Escola e os alunos, em muitas situações eram “*sensíveis às ideias e anseios que agitavam as ruas e se insinuavam nos lares e nas reuniões*”¹⁰⁶. É nesse sentido que Jehovah Motta destaca algumas características gerais dos alunos que frequentaram a escola, especialmente entre 1880 e 1904, “*Intelectualmente inquieto, torturado e indagador. (...) Constituía, ele, no conjunto, uma geração vibrante, com grandes sopros de entusiasmo pelo que se lhe afigurava ser verdade de justiça*”.¹⁰⁷

No que tange a métodos de ensino, na Praia Vermelha, entre 1874 e

¹⁰³ MOTTA, Jehovah. **Formação do Oficial do Exército: currículos e regimes na Academia Militar (1810-1944)**. Rio de Janeiro, Biblioteca do Exército, 1998. p. 187.

¹⁰⁴ Ibid. p. 189.

¹⁰⁵ Praças-de-pré eram os cidadãos que foram recrutados para o serviço militar obrigatório, após o tempo de serviço eram considerados praças ou soldados rasos. Os que aspiravam patentes de oficial se matriculavam nas escolas de formação de oficiais. (A expressão praças-de-pré vem do exército português, ainda nos tempos coloniais.)

¹⁰⁶ MOTTA, Jehovah. **Formação do Oficial do Exército: currículos e regimes na Academia Militar (1810-1944)**. Rio de Janeiro, Biblioteca do Exército, 1998. p. 190.

¹⁰⁷ Ibid. p.199

1904, os aspectos básicos a registrar são:

1-Completa autonomia do professor no trato da questão; 2 – a utilização exclusiva da exposição oral e o completo desfavor da experiência e da aplicação. (...) entre as obrigações do lente: 1) o interrogatório do aluno, quando julgado conveniente, para a verificação do aproveitamento; 2) as recordações por meio de dissertações escritas, para adestrar na maneira de fazer exames. (...) Os lentes ficaram, assim, à vontade para considerar o método de ensino como sendo uma questão ligada às ideias e às inclinações de cada um deles.¹⁰⁸

A grande liberdade que os professores detinham em relação aos métodos e conteúdo é uma das características mais marcantes do ensino na EMPV. Tal liberdade se tornaria cada vez menor ao longo do desenvolvimento histórico da educação militar brasileira, como veremos nos próximos capítulos.

1.3 A Escola Militar da Praia Vermelha, o Rio de Janeiro e a Revolta da Vacina

Antes de nos atermos diretamente à EMPV em sua fase final de existência com sua participação nos episódios da Revolta da Vacina, é fundamental traçarmos um panorama acerca das condições econômicas, sociais, políticas e culturais do Rio de Janeiro no início da Primeira República.

José Murilo de Carvalho acredita que a cidade do Rio de Janeiro, a capital federal, passou, durante a primeira década republicana, pela fase mais turbulenta de sua existência, *“quando grandes transformações de natureza econômica, social, política e cultural, que se gestavam há algum tempo, precipitaram-se com a mudança do regime político e lançaram a capital em febril agitação, que só começaria a ceder ao final da década”*¹⁰⁹. A afirmação pode ser explicada em grande parte pelo fato da cidade do Rio de Janeiro ser a maior cidade e a capital econômica, política e cultural do país e por isso, sentiu de forma mais intensa do que qualquer outra cidade as transformações geradas pela abolição e proclamação.

O primeiro grande sintoma foi demográfico. A população na capital, em 1872, era de 274.972 habitantes, já em 1890, cerca de 522 mil, e em 1906 chegava a 811

¹⁰⁸ Ibid. p.190. (A expressão “lente” significa professor universitário ou do ensino médio e é muito utilizada por Motta ao se referir aos professores das escolas militares).

¹⁰⁹ CARVALHO, José Murilo de. **O Rio de Janeiro e a República**. Revista. Brasileira de História. São Paulo v. 5 nº8/9. 1985. pp. 117-138. p. 117.

mil habitantes¹¹⁰. A sociedade carioca era bem diversificada, ex-escravos, imigrantes representavam uma significativa parcela da população. Segundo José Murilo de Carvalho, este enorme influxo populacional fazia com que, em 1890, 28,7% da população fosse nascida no exterior e 26% dela viesse de outras regiões do Brasil. Assim, apenas 45% da população era nascida na cidade.¹¹¹ Uma consequência do rápido crescimento populacional foi o acúmulo de pessoas em ocupações mal remuneradas ou sem ocupação fixa. Domésticos, jornaleiros, trabalhadores em ocupações mal definidas chegavam a 100 mil pessoas em 1890 e a mais de 200 mil em 1906 e viviam nas tênues fronteiras entre a legalidade e a ilegalidade, às vezes participando simultaneamente de ambas. Outro impacto importante desse crescimento se deu sobre as condições de vida e moradia, uma vez que se intensificaram os problemas de habitação, tanto em termos de quantidade, na escassez de casas para a população pobre, quanto de qualidade, na recorrência dos problemas de abastecimento de água, de saneamento e de higiene. A situação agravou-se, com a explosão de violentas epidemias: *“o ano de 1891 foi particularmente trágico, pois nele coincidiram epidemias de varíola e febre amarela, que vieram juntar-se às tradicionais matadoras, a malária e a tuberculose.”*¹¹²

Os primeiros anos da República também foram marcados por um considerável aumento do gasto público, que não foi acompanhado por um aumento da receita. Com o intuito de cobrir o *déficit* o governo implementou uma política econômica baseada em duas ações: a emissão de papel-moeda no mercado interno e a ampliação do crédito cedido pelo Banco do Brasil, que por sua vez, adquiria-o mediante empréstimos no exterior. O recurso a empréstimos externos também, passou a ser um mecanismo privilegiado para o custeio das despesas públicas. Segundo Caio Prado Junior, a instabilidade econômica e política do país era desfavorável para a concessão massiva de crédito, o gerou uma grande onda especulativa. Começaram a *“surgir em grande número novas empresas de toda ordem e finalidade. Eram bancos, firmas comerciais, companhias industriais, de estradas de ferro, toda sorte de negócios*

¹¹⁰ Em 1920 a população na capital federal era de 1.157.873 habitantes. (*Anuário estatístico do Brasil*, 1936. Rio de Janeiro: IBGE, v. 2, 1936.)

¹¹¹ CARVALHO, José Murilo de. *Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987. p. 17.

¹¹² CARVALHO, José Murilo de. *Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987. p. 19

possíveis e impossíveis”¹¹³. Para o autor,

a República, rompendo os quadros conservadores dentro dos quais se mantivera o Império apesar de todas suas concessões, desencadeava um novo espírito e tom social bem mais de acordo com a fase de prosperidade material em que o país se engajara. Transpunha-se de um salto o hiato que separava certos aspectos de uma superestrutura ideológica anacrônica e o nível das forças produtivas em franca expansão. Ambos agora se acordavam. Inversamente, o novo espírito dominante, que terá quebrado resistências e escrúpulos poderosos até havia pouco, estimulará ativamente a vida econômica do país, despertando-a para iniciativas arrojadas e amplas perspectivas. Nenhum dos freios que a moral e a convenção do Império antepunham ao espírito especulativo e de negócios subsistirá; a ambição do lucro e do enriquecimento consagrar-se-á como um alto valor social. O efeito disto sobre a vida econômica do país não poderá ser esquecido nem subestimado.¹¹⁴

José Murilo de Carvalho afirma que o novo regime parecia “*uma autêntica república de banqueiros, onde a lei de enriquecer ao todo custo com o dinheiro da especulação.*”¹¹⁵

Em consequência dessa especulação ocorreu um aumento da inflação e no custo de vida, nos primeiros cinco anos de República os salários aumentaram cerca de 100% e os preços mais de 300%. A enorme quantidade de dinheiro no mercado era totalmente incompatível com as novas realidades do trabalho assalariado e do ingresso em massa de imigrantes. Esse contexto era favorável apenas para o setor agroexportador do café, principalmente para os cafeicultores paulistas. Em meados da década de 1890, a queda dos preços do café, contribuiu para agravar a crise e o país entrou em fase de deflação e recessão econômica, de que só começou a sair ao final do governo Campos Sales, já em 1902, graças à renovação e ampliação da dívida externa. O recurso a empréstimos externos para estabilização das contas públicas seria recorrente ao longo de toda a Primeira República, como constata, Caio Prado Júnior, “*a dívida externa do Brasil cresce de pouco menos de 30 milhões de libras por ocasião da proclamação da República, para quase 90 milhões em 1910. Em 1930 alcançará a cifra espantosa de mais de 250 milhões*”¹¹⁶.

A política dos governadores instituída por Campos Sales, que falava em “governar o país dos estados”, tinha na capital federal um obstáculo, uma vez que nela

¹¹³ PRADO JÚNIOR, Caio. **História Econômica do Brasil**. 21ª edição, Editora Brasiliense, 1978. p. 211.

¹¹⁴ Ibid. p. 209.

¹¹⁵ CARVALHO, José Murilo de. **Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987. p. 19

¹¹⁶ PRADO JÚNIOR, Caio. **História Econômica do Brasil**. 21ª ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1978. p.199.

se manifestavam toda sorte de correntes políticas e setores sociais que, em sua maioria, não se alinhavam com os interesses do grande comércio e da grande agricultura. A neutralização da força política da capital, ou pelo menos a sua diminuição, foi encontrada na lei orgânica do distrito federal, de 1892, que previa que o prefeito, cargo então criado, seria nomeado pelo presidente da República com aprovação do Senado Federal. Esse dispositivo permaneceu atuante até o final da Primeira República. Em última instância, a capital federal foi governada o tempo todo por interventores.

O reflexo desse arranjo político foi sentido no número de eleitores, que foi mantido sempre em números baixos, chegando a diminuir entre 1890 e 1910, uma vez que, em 1890, na primeira eleição republicana, alistaram-se 28.585 pessoas, cerca de 5,5% da população total, *em 1896, este número subiu para 42.252 pessoas. Mas, em 1910, o número tinha caído para 25.246, 2,9% da população da cidade. Na eleição presidencial deste último ano, votaram apenas 8.687 eleitores, 34% dos alistados.*¹¹⁷. Para José Murilo de Carvalho a baixa participação política formal da população da capital, também, pode ser explicada pelo processo eleitoral que, ao longo dos anos, foi notadamente falseado pela intimidação, pela violência e pela fraude. O autor constata que:

Os candidatos faziam largo uso de capangas, de bandos de malandros, para intimidar o eleitor adversário. (...) Não havia, assim, razão para votar. O cidadão além de correr o risco de ser espancado, não tinha certeza de ter seu voto computado, e se o fosse, seu representante teria pouca influência política. Votavam então aqueles que tinham algum objetivo pessoal específico, como um emprego público, uma isenção de taxa ou imposto, a proteção para alguma atividade.¹¹⁸

Os sucessivos presidentes da República ainda utilizariam outro recurso para “domesticar politicamente” a capital, a nomeação de prefeitos alheios a vida da cidade, provenientes de outros estados. A preferência era por médicos ou engenheiros civis e militares (dos seis primeiros prefeitos da cidade, apenas um tinha a formação na área tradicional da elite política brasileira, a jurídica.), o exemplo mais tradicional é o engenheiro Pereira Passos, que foi prefeito entre 1902 e 1906.

A política de estabilização econômica empreendida pelo presidente Campos Sales permitiu o investimento maciço nos planos de reforma urbana do prefeito

¹¹⁷ CARVALHO, José Murilo de. **O Rio de Janeiro e a República**. Revista. Brasileira de História. São Paulo v. 5 n°8/9. 1985. pp. 117-138. p. 117. p.131.

¹¹⁸ CARVALHO, José Murilo de. **O Rio de Janeiro e a República**. Revista. Brasileira de História. São Paulo v. 5 n°8/9. 1985. pp. 117-138. p. 117. p.131.

Pereira Passos. A primeira medida do prefeito-engenheiro foi “*a suspensão do funcionamento da Câmara dos Vereadores por seis meses, para poder agir livremente e decretar a legislação necessária para o rápido encaminhamento das reformas*”¹¹⁹. Apoiada nas idéias européias de civilização e beleza, de regeneração física e moral, a reforma urbana carioca sustentou-se no tripé: saneamento, abertura de ruas e embelezamento, além de objetivar na atração de capitais estrangeiros para o país. Para André Paulilo as reformas partiam da,

condenação dos hábitos e costumes considerados tradicionais, a negação da cultura popular, a expulsão da população pobre do centro da cidade (...) e o cosmopolitismo identificado com a vida parisiense. Em seguida, o princípio reitor da remodelação está perpetuamente presente na descrição dos meios pelos quais se realizou: saneamento, planificação e ordem¹²⁰

É necessário ressaltar que as reformas urbanas do Rio de Janeiro resultaram de muitos planos diferentes. André Paulilo os divide em três grandes etapas:

o bota-abixo da administração Pereira Passos (1902-1906), a intensa abertura viária promovida por Paulo de Frontin (1906-1907) e o arrasamento do Morro do Castelo por Carlos Sampaio (1920-1922). Do mesmo modo, podem ser agrupadas sob uma curiosa interseção, pois, no conjunto, são obras de engenheiros cuja agudeza das remodelações destruíram os alicerces de tradições de convivência no perímetro urbano da cidade do Rio de Janeiro.¹²¹

Entre as principais reformas estão, a abertura da Avenida Central, o alargamento de ruas, obras de saneamento, construção de um novo porto, embelezamento do centro com a construção de praças e jardins. Para que tudo isso fosse efetivado foi necessário uma grande movimento de demolições dos cortiços e de habitações populares que existiam nas áreas centrais da cidade, esse movimento ficou conhecido como “bota-abixo”. Lima Barreto em um romance escrito em 1909 e ambientado no Rio de Janeiro, descreve as reformas urbanas em um diálogo de seu narrador com um coronel que não visitava a cidade desde 1882, “*Está tudo mudado: Abolição, República... Como isso mudou! Então de uns tempos para cá, parece que essa gente está doida; botam abaixo,*

¹¹⁹ CARVALHO, José Murilo de. **Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987. p. 40. Para mais detalhe sobre as reformas urbanas ver a publicação dupla: ROCHA, Oswaldo Porto. **A era das demolições: cidade do Rio de Janeiro (1870-1920)**; CARVALHO, Lia de Aquino. **Contribuição ao estudo das habitações populares: Rio de Janeiro (1896-1906)**, Rio de Janeiro: Secretariado Municipal de Cultura, 1995 (Coleção Biblioteca Carioca, v.1)

¹²⁰ PAULILO, André Luiz. **Os Artífices da Metrópole: anotações sobre a transformação da vida urbana carioca depois da Belle Époque**. Educação e Sociedade, Campinas, vol. 25, n. 87, p. 513-534, ago. 2004. p. 514.

¹²¹ Ibid. p. 515.

derrubam casas, levantam outras, tapam umas ruas, abrem outras... Estão doidos!!!"

¹²². Grande parte da população pobre que residia no centro foi expulsa e "teve que subir os morros adjacentes, ou de deslocar-se para a Cidade Nova e para os subúrbios da Central."¹²³ Segundo José Murilo de Carvalho, no Rio reformado circulava o mundo da *belle époque* fascinado com a Europa, envergonhado do Brasil, em particular do Brasil pobre e do Brasil negro. O brilho republicano expressou-se em fórmulas européias, especialmente parisienses. Jaime Benchimol sintetiza essa fase e assevera,

Intelectuais, acadêmicos, jornalistas, e historiadores contribuíram, na época, para a difusão de uma retórica elitista e triunfal, celebrando a milagrosa transformação da cidade: o Rio de Janeiro de ares coloniais, sujo, doente e feio cedera lugar à cidade maravilhosa, saudável, moderna, de braços abertos aos imigrantes, capitais, mercadorias e turistas estrangeiros. Jornais e revistas estampavam, orgulhosamente, fotografias das suntuosas mansões, exemplos de uma arquitetura inspirada fielmente no *art-nouveau* e no ecletismo europeu. Essa imagem resplandecente do Rio de Janeiro serviu, e ainda hoje serve, para ocultar a outra face da moeda: o terrível custo social dessas "renovações" feitas em proveito do grande capital e do desfrute das classes dominantes.¹²⁴

No entanto, havia no Rio de Janeiro um vasto mundo de participação popular. Só que esse mundo passava ao largo do mundo oficial da política. Era o mundo dos cidadãos marginalizados que, vivendo em grandes cortiços, acabavam por experimentar a experiência republicana em moldes próprios. Era a *república popular do cortiço*, com suas normas, ritos e organização específicos, soberbamente descrita por Aluísio Azevedo em sua obra *O Cortiço*. No embate entre a república popular do cortiço e a república oficial a primeira não teve chances diante da operação militar que destruiu, em 1892, o cortiço Cabeça de Porco, o maior da cidade.¹²⁵

A Escola e a Revolta

A participação dos alunos da EMPV nas campanhas abolicionistas e, principalmente, na Proclamação da República inaugurou uma fase de efervescência política nas dependências da Escola que só foi interrompida com o seu fechamento em

¹²² BARRETO, Lima. **Recordações do Escrivão Isaías Caminha**. São Paulo: Ática, 1997. p.82.

¹²³ CARVALHO, José Murilo de. **Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987. p. 41.

¹²⁴ BENCHIMOL, Jaime Larry. **Pereira Passos, um Haussmann tropical: A renovação urbana da cidade do Rio de Janeiro no início do século XX**. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, 1992. p. 311.

¹²⁵ CARVALHO, José Murilo de. **Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987. pp. 37-39.

1904. O apoio intenso e incondicional aos governos militares de Deodoro e Floriano foi marcante para a instituição militar de ensino, mas a Escola da Praia Vermelha deveria então, voltar a sua normal fisionomia de instituto de ensino. Jehovah Motta afirma que a contribuição dada ao progresso social e político do país, na “consolidação da República” havia acabado. No entanto,

não seria fácil, contudo, o seu regresso às normais condições de estabelecimento de ensino. Fazia anos que ela vinha funcionando como escola e como centro de ativismo político. A rotina, pura e simples – aulas, sabatinas, exercícios – teria para os alunos, necessariamente, o sabor de frustração, quando não de derrota. Entregaram-se, assim, a permanentes rebeldias.¹²⁶

No recomeço do ano letivo, em 1895, uma onda de insubordinação e indisciplina tomou conta da EMPV. Muitas das manifestações tinham como alvo o Comandante da escola, general Joaquim Mendes Ourique Jacques, que foi saudado com vaias e gritos de vivas a Floriano, pois tinha fama de antiflorianista. Tal situação provocou a expulsão de alunos, cerca de sessenta, e a ocupação da escola por soldados leais ao governo. Em consequência, os estudantes lançaram, na imprensa, um manifesto criticando as autoridades. Em fins de março as aulas foram suspensas e os alunos dispensados. Pouco tempo depois outra onda de insubordinação, desta vez mais intensa. Segundo o Relatório do Ministro da Guerra de 1897, a revolta ocorreu no dia 26 de maio e teve a participação de 335 alunos (14 oficiais e 321 praças-de-pré). A revolta ocorreu após a ordem do Ministro da Guerra de recolher do arsenal de guerra da Escola 50.000 cartuchos Mauser, sem aplicação direta, que seriam enviados para o 6º Comando Militar no Rio Grande do Sul. Os alunos tomaram a medida como ofensiva à honra e à moral da escola e, por isso, se entregaram a ações de insubordinação e excessos, que foram seguidos, solidariamente, pelos alunos da Escola Militar do Ceará. Todos os alunos envolvidos foram expulsos.

O clima de instabilidade era permanente na EMPV e voltou a se manifestar violentamente no dia 14 de novembro de 1904. Mas antes de nos atentarmos aos fatos ocorridos no interior da Escola, vamos descrever rapidamente os acontecimentos ocorridos em seu exterior. No dia 9 de novembro de 1904 foi publicado o plano de regulamentação da aplicação da vacina obrigatória contra a varíola. O projeto de lei já tramitava no Congresso há quatro meses e nesse interregno foi amplamente

¹²⁶ MOTTA, Jehovah. **Formação do Oficial do Exército: currículos e regimes na Academia Militar (1810-1944)**. Rio de Janeiro, Biblioteca do Exército, 1998. p. 59.

difundido pela imprensa e discutido nas ruas cariocas. No Congresso a ampla maioria, que era do governo, defendia a necessidade imediata da vacinação, tendo em vista as sucessivas epidemias da doença no Brasil, especialmente na capital. Segundo Sevcenko só em 1904, “até o mês de junho haviam sido contabilizados oficialmente mais de 1.800 casos de internações no Hospital de São Sebastião, na capital federal, e o total anual de óbitos devidos a varíola seria de 4.201”¹²⁷

A oposição, por sua vez, lançou uma espécie de contra-campanha, não contra a vacina, cuja utilidade era reconhecida por quase todos, mas contra as condições de aplicação (métodos truculentos e aplicadores e funcionários de moralidade discutível e instintos brutais adentrando nas casas dos moradores) e, sobretudo, contra o caráter obrigatório da lei, uma vez que, se a utilidade da vacina era reconhecida, cabia a cada indivíduo decidir sobre a sua aplicação ou não. Uma das vozes mais críticas era a do Senador Lauro Sodré, ex-militar, ex-aluno da Praia Vermelha, positivista e líder maçom, que atribuía a lei um caráter despótico, que violava o direito de liberdade de consciência. Até Rui Barbosa, integrante da elite intelectual da época, se mostrava temeroso em relação ao conteúdo da vacina¹²⁸, o próprio vírus incubado em laboratório. De acordo com Sevcenko, se esse tipo de preocupação, claramente gerada pela falta de conhecimento mais profundo sobre infectologia, atingia um homem culto como Rui Barbosa, “o que se pode imaginar sobre os terrores equivalentes e ampliados pela menor informação, que de disseminaram dentre as classes populares?”¹²⁹

O regulamento, elaborado pelo diretor da Saúde Pública Municipal Oswaldo Cruz, era rígido e abrangia quase toda a população, de recém-nascidos a idosos. Eram previstos, além das vacinações, exames e reexames, sob a ameaça de multas pesadas em caso de desobediência, podendo chegara a punições como a demissão, no caso dos funcionários públicos,

O objetivo era uma campanha massiva, rápida, sem quaisquer embaraços e fulminante: o mais amplo sucesso, no mais curto prazo.

¹²⁷ SEVCENKO, Nicolau. **A revolta da vacina: mentes insanas em corpos rebeldes**. São Paulo: Scipione, 1993. p.14.

¹²⁸ A vacina foi inventada em, 1796, pelo médico inglês Edward Jenner, observador de que pessoas antes infectadas com vírus da varíola bovina (bem mais branda) nunca manifestavam a varíola humana, a própria palavra vacina vem do latim *vaccinus*, de *vacca* (vaca). No Brasil a vacina foi produzida definitivamente em vitelos dentro de laboratórios próprios a partir de 1887. (Informações disponíveis em www.fiocruz.com.br. Acesso em 10/03/2011.)

¹²⁹ SEVCENKO, Nicolau. **A revolta da vacina: mentes insanas em corpos rebeldes**. São Paulo: Scipione, 1993. p. 15.

Não havia qualquer preocupação com a preparação psicológica da população, de quem só se exigia a submissão incondicional. Essa insensibilidade política e tecnocrática foi fatal para a lei da vacina obrigatória. Infelizmente, não só para ela.¹³⁰

Nos dias posteriores a publicação da lei, parte da oposição lançou-se as ruas da capital para instigar a população contra a submissão à lei. Os principais meios utilizados foram a imprensa e discursos em palanques improvisados. Segundo José Murilo de Carvalho¹³¹, o deputado positivista Alfredo Varela fundou em maio de 1904, o jornal *O Commercio do Brazil*, no qual passou a atacar com violência a política do governo. Entre 7 e 14 de novembro (o jornal foi fechado no dia 14), reproduziu na primeira página um artigo intitulado “Direito à Resistência”, pelo qual pregava a recusa à vacinação obrigatória por se tratar de uma lei inconstitucional. No dia 7 de novembro publicou matéria intitulada “A Bala” que noticiava a formação por Lauro Sodré no Centro das Classes Operárias, de uma organização para resistir a vacinação por meios legais ou pela força. No dia 8 de novembro, o senador Lauro Sodré, fundou, no Centro das Classes Operárias, a Liga Contra a Vacina Obrigatória, na tentativa de organizar as manifestações populares, que cresciam, se alastravam e se tornavam cada vez mais violentas. Em poucos dias a Liga perdeu totalmente o controle sobre a turba popular, que ajudou a formar, e os embates entre a população e as tropas policiais, auxiliadas por destacamentos do Exército e da Marinha, espalharam a violência e a morte pelas principais ruas da cidade.

De acordo com, Nicolau Sevcenko¹³², os setores da oposição política, planejavam, há algum tempo um golpe contra o governo e para tanto se aproveitaram das reações de indignação da população a fim de abrir caminho para o seu intento. Esses setores da oposição eram constituídos basicamente de dois grupos. Um grupo, muito difuso, composto do núcleo de forças que ascenderam e se impuseram ao país durante a primeira fase do regime republicano, nos governos de Deodoro da Fonseca e no de Floriano Peixoto, principalmente este último. Tratava-se, primeiramente, da jovem oficialidade, formada na EMPV. Segundo José Murilo de Carvalho¹³³, acompanhavam

¹³⁰ Ibid. p. 16.

¹³¹ CARVALHO, José Murilo. **Os Bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002, p.97.

¹³² SEVCENKO, Nicolau. **A revolta da vacina: mentes insanas em corpos rebeldes**. São Paulo: Scipione, 1993. p.10-11.

¹³³ CARVALHO, José Murilo. **Os Bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002, p.95.

essa jovem oficialidade um complexo mosaico que faziam parte dos setores sociais urbanos, como: trabalhadores do serviço público, funcionários do Estado, profissionais autônomos, pequenos empresários, bacharéis desempregados e uma vasta multidão de locatários de imóveis, arruinados e desesperados com a reforma urbana empreendida na cidade do Rio de Janeiro na administração do Prefeito Pereira Passos. O outro grupo de conspiradores era formado pelos monarquistas depostos pelo novo regime. Para Sevcenko, os monarquistas incentivavam a conspiração contra o governo esperando herdar o poder, talvez como único elemento capaz de restaurar a ordem após o caos estabelecido pelo confronto entre as duas forças republicanas. Por isso, os monarquistas, sem refletir sobre os acontecimentos, incentivaram a agitação popular que, durante a revolta, teve intensidade ilimitada.¹³⁴

No dia 14 de novembro¹³⁵, o governo mobilizou tropas do Exército para auxiliar a Brigada Policial que enfrentava sérias dificuldades em conter os revoltosos. No mesmo dia, os oficiais envolvidos da articulação do golpe se reuniram no Clube Militar e intimaram o presidente Rodrigues Alves a demitir o Ministro do Interior, J.J. Seabra. Repellido o ultimato, o movimento foi deflagrado na madrugada do dia 15 de novembro. Os Deputados Lauro Sodré, e Alfredo Varela e o general Sylvestre Travassos, instigaram cerca de 300 alunos da EMPV, que destituíram seu comandante e marcharam em direção ao palácio do Catete para depor o presidente da República, Rodrigues Alves. Na Rua da Passagem, em Botafogo, os rebeldes chocaram-se com as tropas governamentais, comandadas pelo general Antônio Carlos da Silva Piragibe, chefe da brigada policial. Travou-se intenso tiroteio que resultou em muitos mortos e feridos, entre os quais o general Sylvestre Travassos (que morreu poucos dias depois) e o próprio Lauro Sodré, com um ferimento na cabeça. As tropas legalistas debandaram e os cadetes, sem chefes, regressaram à Escola Militar, onde foram presos, juntamente com outras altas patentes militares envolvidas no movimento. No dia 16 de novembro, o Congresso votou a instauração do estado de sítio no Distrito Federal e em Niterói

¹³⁴ SEVCENKO, Nicolau. **A revolta da vacina: mentes insanas em corpos rebeldes**. São Paulo: Scipione, 1993. p.22.

¹³⁵ Os fatos foram descritos tendo como base o Relatório Ministerial de 1904, assinado pelo General Francisco de Paulo Argollo, bem como em, SEVCENKO, Nicolau. **A revolta da vacina: mentes insanas em corpos rebeldes**. São Paulo: Scipione, 1993; CARVALHO, José Murilo. **Os Bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002 e BENCHIMOL, Jaime Larry. **Pereira Passos, um Haussmann tropical: A renovação urbana da cidade do Rio de Janeiro no início do século XX**. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, 1999.

(prorrogado, sucessivamente, em 13 de dezembro de 1904 e 14 de janeiro seguinte). No fim desse dia, depois de destruir dezenas de trincheiras e prender mais de uma centena de civis, o governo finalmente retomou o controle da capital. Segundo Fernando Rodrigues com o fim da revolta, o governo desencadeou repressão enérgica contra aqueles que participaram do movimento de agitação, principalmente, a população civil indigente da cidade do Rio de Janeiro, pois os alvos de perseguição policial eram todos os miseráveis, excluídos da sociedade por falta de moradia, emprego e documentos. Além da repressão policial, a enorme massa popular, formada por indesejáveis (trabalhadores, desempregados, vadios compulsórios) foi sendo empurrada para o alto dos morros no entorno da cidade e para os subúrbios do Rio de Janeiro, ao longo da Estrada de Ferro D. Pedro II. A “limpeza social” do centro do Rio de Janeiro continuou com a valorização do mercado imobiliário da região, acompanhado igualmente pela continuada valorização imobiliária da Zona Sul, beneficiada pelos investimentos prioritários das autoridades municipais e federais na política de urbanização. Nesse novo espaço civilizado, talvez fosse necessário ampliar a purificação e eliminar os elementos que poderiam concorrer com a agitação contra o governo¹³⁶.

O Relatório do Ministro da Guerra do ano de 1904, assinado pelo General Francisco de Paula Argollo e apresentado ao presidente Rodrigues Alves em 1905, relata detalhadamente os fatos ocorridos nos dias 14 e 15 de novembro de 1904. O Ministro relata ainda, uma tentativa de insurgência na Escola Preparatória Tática do Realengo que foi contida por seu Comandante “*o resoluto e enérgico Hermes da Fonseca, conseguiu dominar o movimento, prendendo um dos cabeças, e obrigando o outro a fugir.*”¹³⁷. As investigações do Estado-Maior resultaram na expulsão de 63 alunos envolvidos. O ministro ainda analisa as causas e os efeitos destes e nas próximas linhas tentaremos expô-los de maneira sucinta. As primeiras palavras do ministro são significativas para entendermos as condições da educação militar e do próprio exército no início da República,

Os acontecimentos de 14 de novembro do ano findo obrigam-me a tratar com toda a franqueza das delicadas condições da nossa força militar. Chegamos a uma situação, pesa-me dizê-lo, que não pode ser modificada por simples resoluções legislativas ou atos do poder

¹³⁶ RODRIGUES, Fernando da Silva, **Uma carreira: as formas de acesso à escola de formação de oficiais do Exército brasileiro no período de 1905 a 1946**. 2008. 268 f. Tese (Doutorado em História Política). UERJ, Rio de Janeiro. p.38.

¹³⁷ **Relatório do Ministro da Guerra**, General Francisco de Paula Argollo, 1904. p.4.

executivo; torna-se absolutamente indispensável o concurso de todos, militares e civis, para que o exército mantenha-se inteiramente estranho as lutas partidárias, e compenetre-se de que sua mais legítima e digna aspiração deve restringir-se escrupulosamente ao papel que lhe está traçado na Constituição, procurar conquistar a veneração pública pela correção do seu procedimento, pela inflexibilidade no cumprimento do dever, indiferente dos aplausos mentirosos e efêmeros dos exploradores políticos, que longe de prestigiá-lo, só concorrem para que ele se constitua objeto de desconfiança e temor das classes conservadoras da sociedade, de cujos interesses devemos ser a maior e a mais sólida garantia.¹³⁸

A orientação do ministro de que os militares deveriam manter-se “inteiramente estranho as lutas partidárias”, ou seja, em uma posição de neutralidade em relação à sociedade civil pode ser explicada pela ideia de “autonomia superior” do Exército em face a própria sociedade civil, em especial à classe política. Essa condição superior da instituição castrense foi reforçada pelo papel de destaque adquirido na Proclamação e nos primeiros anos da República. Essa concepção somada a ideia de que o Exército deveria “restringir-se escrupulosamente ao papel que lhe está traçado na Constituição”, que como já vimos determinava a obediência das Forças Armadas “dentro dos limites da lei”, lançou as bases para as futuras políticas intervencionistas do Exército¹³⁹.

Segundo o Ministro a chave para alcançar essa condição de neutralidade em relação ao mundo político estava em uma educação militar que operasse uma *“transformação moral e intelectual do individuo sob pena de ficarmos com soldados caracterizados unicamente pelo uniforme que vestem.”*¹⁴⁰. Segundo o ministro a estrutura educacional gerava um grande problema, uma vez que, no processo de formação do oficial, é seu caráter civil que predomina quando o aluno atinge o primeiro posto de oficial, *“sem que o regime acadêmico tenha conseguido transformá-lo em soldado. Inicia como aluno da escola preparatória a sua carreira militar, e poucos anos depois é promovido a oficial, com o mesmo espírito teórico e insubmisso que tinha ao alistar-se.”*¹⁴¹ Para agravar essa situação o ministro acusa alguns “chefes políticos mal orientados” de atacarem o Exército *“para transformá-lo em perigoso instrumento de suas desordenadas ambições. (...) Instiga-se diretamente a força armada à revolta, sem reboços, com o desembaraço de quem está procedendo com a mais natural e*

¹³⁸ **Relatório do Ministro da Guerra**, General Francisco de Paula Argollo, 1904. pp. 3-4.

¹³⁹ Para maiores detalhes conferir: COELHO, Edmundo Campos. **Em busca de identidade: o Exército e a política na sociedade brasileira**. Rio de Janeiro: Editora Record, 2000. pp.79-83.

¹⁴⁰ **Relatório do Ministro da Guerra**, General Francisco de Paula Argollo, 1904.p. 5.

¹⁴¹ *Ibid.* p.. 5.

patriótica correção.”¹⁴². Tal atitude dos chefes políticos, na visão do ministro, traria danos como o “*aniquilamento completo da força moral deixe campear livremente no seio da sociedade a anarquia desvairada e insensata da força bruta. Esta justa apreensão é o resultado da apreciação calma e desapaixorada dos fatos.*”¹⁴³. Como exemplo dessa análise desapaixorada dos fatos o ministro relata um evento, até então desconhecidos ou não citados, por toda a bibliografia até aqui consultada, sobre um movimento revoltoso na Bahia. Segundo o relato, este ocorreu no dia 18 de novembro, quando os soldados, do 9º Batalhão de infantaria na Bahia, revoltados saíram de seu quartel para a cidade, sem que se pudesse precisar o fim com que o fazia, tendo à sua frente unicamente um alferes que acabava de assassinar o comandante. Segundo o ministro, “*ao seu encalço saiu o 16º batalhão de infantaria que pregou fogo sobre os rebeldes, ferindo gravemente o alferes que os comandava e obrigando as praças a renderem-se.*”¹⁴⁴

As últimas observações de caráter geral, antes de abordar a revolta de 1904, apontam um discurso que tenta explicar os malefícios do envolvimento dos militares em questões políticas¹⁴⁵,

Quando a perturbação da ordem se restringe ao elemento civil, sempre se consegue obter, pelo serviço da polícia, um conjunto de informações suficiente para formar-se uma ideia mais ou menos precisa da situação, que desde então torna-se clara e definida, permitindo assim agir com segurança e firmeza; sabe-se onde está o mal, e resolutamente emprega-se os meios que se dispõe para debelá-lo. A questão, porém, muda inteiramente de aspecto quando o elemento afetado é a força militar, a instituição criada para a garantia da ordem, da defesa da Pátria e da República. A informação é substituída pelo boato, tudo se torna vago e indeciso, sente-se o perigo por todos os lados, sem que possa precisar a sua extensão e intensidade; enfrenta-se com o imprevisto o desconhecido, que gera na alma a duvida, o receio, a desconfiança, sem ponto de apoio, sem objetivos, sem limites¹⁴⁶.

Para o Ministro foi exatamente isso que ocorreu quando a EMPV aderiu ao movimento popular e se rebelou. Os elementos militares, como o general Sylvestre Travassos,

¹⁴² Ibid. p. 6.

¹⁴³ Ibid. p. 7.

¹⁴⁴ Ibid. p. 11.

¹⁴⁵ Vale ressaltar em outros momentos da História Republicano do Brasil, como em 1930 e 1964, por exemplo, a intervenção militar na política fora realizada por uma “perturbação da ordem” (deposição de um governo constitucionalmente eleito) em nome da “defesa da pátria”, pela instituição criada para a garantia da ordem.

¹⁴⁶ **Relatório do Ministro da Guerra**, General Francisco de Paula Argollo, 1904. p. 8.

emprestaram seu prestígio militar para a causa política de Lauro Sodré e Alfredo Varela.

Segundo o ministro toda a agitação e revolta popular em relação a lei de vacinação obrigatória, foram apenas sintomas com que mascararam a verdadeira revolta, manifestada no dia 14 de novembro quando

os elementos do exército que cederam a criminoso influência do prestígio dos generais explorados pelos especuladores políticos, foram justamente os estabelecimentos de educação e instrução militar, instituições que por sua natureza deviam se apresentar para todas as outras como o mais perfeito modelo de disciplina e obediência.¹⁴⁷

O Ministro ainda demonstrou revolta em relação ao fato de que o governo não ordenou que fossem observadas as leis militares em tempo de guerra para os acontecimentos de 14 de novembro, ficando assim estabelecidos os procedimentos legais de casos comuns do Exército: inquérito, conselhos de investigação e de guerra.

No dia 7 de dezembro de 1904 o Estado-Maior do Exército publicou a relação dos oficiais e praças envolvidos nos acontecimentos de 14 de novembro. O relatório foi assinado pelo major chefe interino do gabinete Anibal de Azambuja Villa Nova, e foi publicada na íntegra no relatório de 1904.¹⁴⁸ O relatório apresentou a relação nominal em três listas: 1) Na relação nominal dos alunos da Escola Militar do Brasil que não ficou provado terem tomado parte nos acontecimentos foram apresentados 110 nomes. Todos foram distribuídos por diferentes corpos desta guarnição. 2) Na relação nominal dos alunos da Escola Militar do Brasil que foram mandados excluir do exército a bem da disciplina, por se terem envolvido nos acontecimentos foram apresentados 275 nomes. 3) Na lista dos oficiais responsáveis pelos acontecimentos, foram relacionados 15 oficiais: um general de divisão, um tenente-coronel, dois majores, três capitães, quatro tenentes, um sargento e dois alferes-alunos. Até o dia 20 de dezembro de 1904 todas as investigações haviam sido encerradas.

Após os episódios de novembro de 1904, a Escola Militar na Praia Vermelha foi fechada e as autoridades militares e civis concordaram com a transferência da sede da Escola para o subúrbio do Rio de Janeiro e para duas cidades do Rio Grande do Sul. O interesse dos militares era afastar seus alunos da instabilidade política do centro da capital federal. Para João Quartim o fechamento da Escola Militar da Praia

¹⁴⁷ Ibid. p. 9.

¹⁴⁸ Anexo F – Partes e reações de oficiais e praças referentes aos acontecimentos de 14 de novembro de 1904. In: **Relatório do Ministro da Guerra**, General Francisco de Paula Argollo, 1904. pp. 14-27.

Vermelha, em 1904,

exatamente por ter desativado, sem maiores dificuldades, o ‘foco’ positivista, sem que, por isso, tenha cessado a mobilização política nos quartéis e a intervenção do Exército na luta pelo poder (as salvas durante a presidência do marechal Hermes da Fonseca e, a partir de 1922, a longa rebelião ‘tenentista’) constitui uma prova eloquente de que a postura ‘desestabilizadora’ dos militares ao longo da República Velha não se explica apenas pelo uso subversivo da doutrina de Augusto Comte.¹⁴⁹

Como exposto pelo autor, essa postura desestabilizadora dos militares, inclusive dos alunos das escolas militares (EMPV ou EMR), foi heterogênea, nas causas e formas, e esteve intimamente ligado ao contexto histórico em que ocorreram. Portanto, é natural que o positivismo, e suas leituras, estivessem presentes nas manifestações do início do século XX, quando a doutrina tinha grande força e presença no cenário político. Como exemplo, podemos citar a participação de militares e da EMPV nos episódios da Revolta da Vacina em 1904. Após o fim dos governos militares e o fechamento da EMPV o positivismo perde sua força no cenário político e começa a ser combatido dentro do Exército, especialmente na tentativa de construir novos modelos para a educação militar brasileira e para a formação de oficiais do Exército. Essas mudanças serão abordadas no próximo capítulo.

¹⁴⁹ MORAES, João Quartim de. **A esquerda militar no Brasil**. v.1. São Paulo: Expressão Popular, 2005. p.131.

2. Capítulo 2: Reformas no Exército e no regulamento para suas instituições de ensino (1905-1913)

2.1 O Regulamento de 1905¹⁵⁰ e a descentralização da educação do Exército.

O Regulamento para os Institutos Militares de Ensino foi promulgado pelo Decreto 5.698, de 02 de outubro de 1905 e foi assinado pelo Presidente da República Rodrigues Alves (1902-1906) e pelo Ministro da Guerra, General Francisco de Paula Argollo (1902-1906). No relatório do Ministro da Guerra de 1904, os responsáveis pela elaboração do mesmo foram assim citados: general Luiz Antonio de Medeiros, coronéis Emygídio Dantas Barreto, de Infantaria, José Caetano de Faria de Cavalaria, Pedro Ivo da Silva Henriques, de Artilharia, tenente-coronel Gabriel Salgado, do Estado-Maior, tenente coronel Dr. Ismael da Rocha, do Corpo de Saúde, e major Pedro Ferreira Netto, do Corpo de Engenheiros.¹⁵¹ Em seguida, o Ministro destaca os principais pontos do novo estatuto,

A supressão do ensino preliminar de preparatórios a custa do Estado, a cujo cargo fica exclusivamente a instrução superior, técnica profissional, à qual foram rigorosamente subordinados os programas dos diferentes cursos; a exigência de seis meses de efetivo serviço em dos corpos do Exército para a matrícula na escola de guerra e a transformação completa do regime escolar, dando ao corpo de alunos a organização de um batalhão de infantaria; a extinção do posto de alferes-aluno, vantajosamente substituído, quer sob o ponto de vista militar, quer econômico, pelo título de aspirante a oficial; o estabelecimento de um posto limite para o exercício do magistério, a criação de escolas de aplicação das três armas e de engenharia, e finalmente a criação de uma escola de estado-maior, com frequência franca dos oficiais de todas as armas, competentemente habilitados.¹⁵²

Para o Ministro o novo estatuto serviria para corrigir *“todos os graves vícios e defeitos do atual regime de ensino, nem só na parte relativa à instrução, com também no que diz*

¹⁵⁰ As referências acerca dos conteúdos serão baseadas nas consultas diretas aos regulamentos, que foram publicados em forma de anexo nos relatórios ministeriais dos respectivos anos de sua promulgação e nas consultas às fontes secundárias GRUNENVALDT, José Tarcisio. **A educação militar nos marcos da primeira república: estudos dos regulamentos do ensino militar (1890-1929)**. 2005. 285 f. Tese (Doutorado em História da Educação) PUC. São Paulo, e MOTTA, Jehovah. **Formação do Oficial do Exército: currículos e regimes na Academia Militar (1810-1944)**. Rio de Janeiro, Biblioteca do Exército, 1998. Ambos são importantes, especialmente, pois organizaram e concentraram os conteúdos dos cursos (disciplinas, seções, períodos, duração, etc.) em quadros explicativos. Nos relatórios essas informações aparecem espalhadas entre artigos e exposta de forma de descrição corrente.

¹⁵¹ **Relatório do Ministro da Guerra**, General Francisco de Paula Argollo, 1904. pp. 15-16. Destacamos a presença de José Caetano de Faria, coronel à época ele representaria uma peça fundamental na reformulação da educação militar como Chefe do Estado-Maior do Exército (1910-1914) e Ministro da Guerra (1914-1918).

¹⁵² Ibid. p. 16.

respeito à educação militar.”¹⁵³. A primeira mudança significativa do novo regulamento foi a alteração no número de instituições de ensino militar e à redistribuição dos cursos e conteúdos educacionais nas mesmas. Observemos o quadro elaborado por Grunennvaldt,

Quadro 1 – Instituições de ensino militar (1898 e 1905)

REGULAMENTO DE 1898	REGULAMENTO DE 1905
Colégios militares Escolas regimentais Escolas preparatórias e de tática Escola Militar do Brasil	Escolas regimentais Escola de guerra Escola de aplicação e de infantaria Escola de artilharia e engenharia Escola de aplicação de artilharia e engenharia Escola de estado-maior
Fonte: GRUNENNVALDT, José Tarcisio. A educação militar nos marcos da primeira república: estudos dos regulamentos do ensino militar (1890-1929) . 2005. 285 f. Tese (Doutorado em História da Educação) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 2005. p. 79.	

O aumento do número de escolas promoveu uma descentralização na educação militar e na formação do oficial. Esse movimento foi muito influenciado pela turbulenta vida da escola militar nos tempos da sua estada no centro da capital federal. A desvinculação física das instituições escolares do Exército em relação às agitações políticas do centro do Rio de Janeiro ainda servia a outro propósito, o de fornecer um “clima” mais harmonioso e calmo para a aplicação de um ensino que começava a mirar a formação de um novo tipo de oficial: o profissional, técnico e apolítico. Leonardo Trevisan ainda aponta como causa secundária da descentralização da educação militar o fato de que não havia no Rio de Janeiro, outro prédio do Exército que acomodasse toda a formação da oficialidade, como vinha ocorrendo com a Escola da Praia Vermelha, pois em 1903 já passavam de 800 o número de matrículas¹⁵⁴. Para Grunennvaldt, a mudança para o Rio Grande do Sul pode ser vista como componente de um projeto estratégico do Exército de pensar a defesa nacional, bem como também poderia ser um projeto de estratégia “geopolítica” do processo civilizatório pensado pelo Exército, vislumbrando o equacionamento da divisão da população no território.¹⁵⁵

A nova organização curricular também extinguiu as famosas “cadeiras” e

¹⁵³ Ibid., p. 16.

¹⁵⁴ TREVISAN, Leonardo. **As Obsessões Patrióticas; Origens e Projetos de duas Escolas de Pensamento Político do Exército Brasileiro**. 1993. 253f. Tese (Doutorado em Ciência Política). USP, São Paulo. p. 241.

¹⁵⁵ GRUNENNVALDT, José Tarcisio. **A educação militar nos marcos da primeira república: estudos dos regulamentos do ensino militar (1890-1929)**. 2005. 285f. Tese (Doutorado em História da Educação). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo. p. 104.

o conteúdo que deveria ser ministrado aparecia simplesmente como “aulas”. A ideia de “cadeira” era associada à tradição dos professores bacharéis, era personalista e remetia ao grande mestre expondo grandes conhecimentos em longas exposições como era comum na Escola Militar da Praia Vermelha. A substituição, portanto, procurava se afastar dessa tradição bacharelesca, que, no caso da educação militar, também era positivista. Segundo Grunennvaldt, a instrução prática passava a ser apresentada em grupos que se distinguiam segundo os tipos e conteúdos das atividades desenvolvidas. Essa organização procurava estabelecer as condições para que o ensino pudesse ser ministrado de modo gradual e sucessivo, não podendo qualquer aluno passar de uma série para outra sem a aprovação na anterior, como asseverava o artigo nº. 56.¹⁵⁶

As escolas regimentais estavam previstas desde o regulamento de 1890, e sua função principal sempre foi a de alfabetização dos corpos de tropa. Em 1916, por exemplo, o Exército contava com 56 escolas regimentais, uma em cada unidade de tropa, destinadas a ensinar a ler e a escrever, e em seguida ministrar a instrução militar necessária para os praças-de-pré, que poderiam ser graduados até sargento. O regulamento previa que as escolas regimentais deveriam ministrar a instrução elementar¹⁵⁷ às praças-de-pré e preparar oficiais inferiores para o serviço dos corpos arregimentados. Os cursos teriam duração de um ano letivo, cujo início se dava no primeiro dia útil de janeiro e seu final no último dia útil de outubro. A instrução elementar era composta pelas seguintes aulas:

leitura, escrita, noções de gramática, geografia e topografia [no original chorographia] do Brasil; operações sobre números inteiros e fracionários, metrologia, princípio de desenho linear, noções de coisas, fastos da nossa história e ligeiros conhecimentos de higiene militar, deveres militares, na paz e na guerra, disciplina, valor, abnegação e patriotismo com exposição de exemplos notáveis, escrituração de companhia, esquadrão ou bateria.¹⁵⁸

A criação das escolas regimentais, além da função primária de alfabetização, apresentava aulas com conteúdos ideológicos e doutrinadores, como “disciplina”, “valor”, “abnegação” e “patriotismo”. Podemos perceber que a oferta destas se assemelha a observação feita pelo Ministro da guerra Argollo em 1904, acerca da

¹⁵⁶ Ibid. p. 56.

¹⁵⁷ Cada corpo deveria ter uma escola regimental e um professor, oficial subalterno que tenha curso de sua arma, auxiliado por um ou mais adjuntos; em turmas de até 30 alunos, só existiria um adjunto. Os adjuntos seriam praças-de-pré, com as precisas habilitações.

¹⁵⁸ ANEXO AB - Regulamento para os Institutos Militares de Ensino. Decreto 5.698, de 02 de outubro de 1905. In: **Relatório do Ministro da Guerra**, General Francisco de Paula Argollo, 1905. pp. 5-80. p. 6.

necessidade de um ensino militar que operasse uma “*transformação moral e intelectual do indivíduo*”¹⁵⁹. Nesse caso trata-se de uma modalidade de educação militar anterior a formação do oficial, uma vez que para o Ministro, e isso era um consenso também entre seus sucessores, o aspirante a oficial deveria chegar à escola militar com a referida transformação concluída, ou seja, para que o seu caráter civil fosse eclipsado pela doutrina militar do soldado. A necessidade desse tipo de expediente diminuiu proporcionalmente a consolidação de um ensino militar profissionalizante, especialmente a partir do fim da década de 1910.

A formação dos oficiais de Infantaria e Cavalaria era oferecida nas duas escolas militares do Rio Grande do Sul, a Escola de Guerra, em Porto Alegre, e a Escola de Aplicação de Infantaria e Cavalaria, em Rio Pardo¹⁶⁰. A conclusão dessa formação não poderia exceder três anos e dez meses. O curso na Escola de Guerra tinha duração de dois anos, não podendo o aluno nele permanecer por mais de três anos. Já o Curso da Escola de Aplicação de Infantaria e Cavalaria durava dez meses e não poderia ser frequentado por mais de uma vez. Sobre o início do funcionamento da Escola o Ministro da Guerra Hermes da Fonseca constatava “*um número muito grande de alunos, agora no 2º ano, sendo necessária a divisão em 4 turmas por aula. (...) Concluíram o curso de guerra 74 oficiais e 311 praças. (...) Em março de 1907 existiam 378 praças e 11 oficiais entre os alunos*”¹⁶¹. Apesar da distância física entre as escolas, o Ministério da Guerra, considerava o período de estudos na Escola de Aplicação de Infantaria e Cavalaria como uma complementação ao curso da Escola de Guerra, por isso, nos relatórios ministeriais, ao se referir a ambas utilizava apenas o nome da Escola de Guerra.

A Escola de Guerra era responsável pela maior parte do curso, e tinha como principal função oferecer uma instrução teórica e prática preliminar, que deveria ser completada na Escola de Aplicação de Infantaria e Cavalaria. Dessa forma, o praça-de-pré, se tornaria habilitado ao posto de primeiro oficial em qualquer das duas armas. A partir da matrícula dos praças-de-pré nas escolas militares, passariam a ser chamados de aspirantes-a-oficial, e seriam inseridos no quadro dos oficiais subalternos (Para detalhes acerca da hierarquia militar ver o anexo X). O título de cadete foi proibido logo

¹⁵⁹ **Relatório do Ministro da Guerra**, General Francisco de Paula Argollo, 1904. p. 5.

¹⁶⁰ A cidade de Rio Pardo fica a cerca de 150 quilômetros de Porto Alegre.

¹⁶¹ **Relatório do Ministro da Guerra**, General Hermes da Fonseca, 1907. p.19.

após a proclamação da república, pois era associado diretamente a monarquia. No entanto, o mesmo foi resgatado no pós-30 e, é o termo utilizado até os dias de hoje. Os artigos 13 e 15 definiam as aulas e o quadro docente da Escola, como podemos observar no quadro abaixo,

Quadro 2 – Escola de Guerra: aulas teóricas, instrução prática e quadro docente (1905).

ANOS	AULAS (Teóricas)	QUADRO DOCENTE
Primeiro ano	Arte e História Militar – Organização do Exército Brasileiro	Um professor.
	Estudo prático de armamento em uso. Balística elementar e sua aplicação ao tiro das armas portáteis.	Um professor.
	Geometria Analítica. Geometria Descritiva – planos cotados, trabalhos gráficos correspondentes.	Um professor e um adjunto para a parte de desenho (com graduação inferior à do professor).
	Física.	Um professor.
Segundo ano	Fortificação de Campanha, Noções de Fortificação Permanente.	Um professor.
	Noções de Direito Internacional aplicado à guerra – conhecimentos indispensáveis a seu estudo. Estudo da Constituição Brasileira, Legislação e Administração Militar.	Um professor.
	Topografia, especialmente suas aplicações militares. Convenções topográficas, desenho, cópia, redução e leitura de cartas topográficas.	Um professor e um adjunto para a parte de desenho (com graduação inferior à do professor)
	Física	Um professor
GRUPOS	INSTRUÇÃO (Prática)	DOCENTES
Primeiro	Trabalhos topográficos.	Um instrutor.
Segundo	Instrução prática das unidades de combate – estudo descritivo e nomenclatura do armamento, equipamento, arreamento, munições e demais materiais de guerra regulamentar.	Três instrutores.
Terceiro	Equitação – esgrima a cavalo – Hipologia	Um instrutor.
Quarto	Esgrima de espada, florete e baioneta.	Dois instrutores.
Quinto	Ginástica e Natação.	Um instrutor.
Sexto	Redação e estilo militar, escrituração militar de companhia, bateria e esquadrão, composição, atribuições e forma processual dos conselhos militares, conferências sobre preceitos de subordinação, disciplina, honras e precedências militares.	Um instrutor.
Sétimo	Higiene.	Médico da escola.
Oitavo	Prática oral de Francês (obrigatória), Inglês ou Alemão (facultativas).	Dois ou três professores.
Fonte: GRUNENVALDT, José Tarcísio. <i>A educação militar nos marcos da primeira república: estudos dos regulamentos do ensino militar (1890-1929)</i> . 2005. 285 f. Tese (Doutorado em História da Educação) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 2005. p. 82-83.		

As aulas eram basicamente teóricas e apenas algumas apresentavam

conteúdos essencialmente militares. No entanto, a instrução prática, existente nos regulamentos anteriores, teve a sua estrutura alterada uma vez que procurava dar um caráter realmente prático aos assuntos teóricos, militares ou não, ministrados nas aulas. Nos regulamentos de 1890 e 1898 a instrução prática se restringia a estudos teóricos acerca de assuntos essencialmente militares, a exceção ficava por conta das práticas de montagem de armas e construção de trincheiras, e algumas pontuais instruções específicas de cada arma, com equitação no caso da cavalaria. A instrução prática deveria ser ministrada na sequência das aulas que estivessem em consonância com seu conteúdo ao longo dos dois anos de curso. Para tanto as modalidades de instrução prática foram divididas em grupo, e seriam ministradas, em sua maioria, por instrutores (normalmente oficiais de baixa patente.). A distribuição dos grupos de instrução prática e de seus respectivos instrutores, ou professores, foi determinada pelos artigos 14 e 16, e podemos observar que o segundo e o sexto grupos ainda se caracterizam por matérias teóricas, no entanto trata-se de um conteúdo essencialmente militar. O restante dos grupos é composto por atividades práticas, com destaque para as atividades físicas e esportivas.

A Escola de Aplicação de Infantaria e Cavalaria tinha como finalidade a complementação e o aprimoramento da instrução ministrada na Escola de Guerra. As aulas eram essencialmente práticas e visavam formar o oficial em um curto espaço de tempo. Segundo Grunennvaldt, “*com este Curso mais rápido, o Exército procurou, decerto, ocupar vazios nas guarnições nas diversas regiões do país.*”¹⁶² Caso optasse por uma dessas armas, o aspirante-a-oficial estaria apto para o serviço, na tropa, principalmente na instrução de praças-de-pré. Esse tipo de formação refletia o pensamento de um setor do Exército que se fortalecia: o dos adeptos da concepção do soldado-profissional, tal concepção defendia uma formação técnica, profissional e apolítica, voltada para assuntos essencialmente militares. O Ministro da Guerra Francisco de Paula Argollo propunha preparar o oficial “*no que é necessário ao exercício das funções que deve desempenhar*”¹⁶³. A instrução prática era dividida em oito grupos de acordo com a afinidade entre os tipos de instrução, como podemos observar no quadro abaixo,

¹⁶² GRUNENNVALDT, José Tarcisio. **A educação militar nos marcos da primeira república: estudos dos regulamentos do ensino militar (1890-1929)**. 2005. 285 f. Tese (Doutorado em História da Educação) PUC. São Paulo. p. 86.

¹⁶³ **Relatório do Ministro da Guerra**, General Francisco de Paula Argollo, 1905. p. 5.

Quadro 3 – Escola de Aplicação de Infantaria e Cavalaria: ensino prático por grupos e docentes.

GRUPOS	INSTRUÇÃO	DOCENTES
Primeiro	Difusão dos conhecimentos relativos ao armamento em uso nos Exércitos das nações circunvizinhas Escrituração militar completa de batalhão ou regimento. Estilo militar: redação de ordens em geral, informações, relatórios, correspondência oficial. Prática dos processos militares.	Um instrutor
Segundo	Equitação e esgrima a cavalo. Hipologia.	Um instrutor
Terceiro	Esgrima de espada, florete e baioneta.	Um instrutor
Quarto	Instrução completa de tiro: exercício das três armas.	Três instrutores
Quinto	Construção dos entrincheiramentos, seu ataque e defesa. Castrametação. [Escolha e levantamento de terreno para fortificação ou acampamento.] Trabalhos de guerra, incluindo destruição de vias férreas, pontes e viadutos.	Um instrutor
Sexto	Trabalhos topográficos: levantamentos regulares e expeditos.	Um instrutor

Fonte: GRUNENVALDT, José Tarcísio. **A educação militar nos marcos da primeira república: estudos dos regulamentos do ensino militar (1890-1929)**. 2005. 285 f. Tese (Doutorado em História da Educação) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 2005. p. 84-85.

A formação dos oficiais de Artilharia e Engenharia, por sua vez, era oferecida nas duas escolas militares do Rio de Janeiro, a Escola de Artilharia e Engenharia, no Realengo, e a Escola de Aplicação de Artilharia e Engenharia, no Curato de Santa Cruz, e tinha os mesmos moldes das escolas do Rio Grande do Sul. A formação do oficial não poderia exceder quatro anos e dez meses, tanto no Curso de Artilharia, como no Curso de Engenharia. Sobre o primeiro ano de funcionamento da Escola o Ministro da Guerra Hermes da Fonseca relatava que o instituto estava,

completamente desaparelhado para o ensino, porquanto do material que lhe coube, provindo das extintas escolas, pouco há de aproveitável; entretanto, satisfeitas as exigências reclamadas para as instalações e adaptações mencionadas ficará esta escola apta a realizar seus programas, e tais serão os resultados práticos colhidos que, em breve compensarão quaisquer sacrifícios feitos no momento.¹⁶⁴

O artigo 34 do Regulamento de 1905 determinava que a Escola de Artilharia e Engenharia o Regulamento deveria ministrar, a oficiais e aspirantes a oficial de artilharia, a instrução exigida para o ingresso em um dos cursos da Escola de

¹⁶⁴ **Relatório do Ministro da Guerra**, General Hermes da Fonseca, 1906. p.21

Aplicação de Artilharia e Engenharia. Segundo Grunennvaldt, a matrícula na Escola de Artilharia e Engenharia só era permitida,

aos integrantes da arma de artilharia que tivessem passado pelo Curso da Escola de Aplicação de Infantaria e Cavalaria, além da imprescindível licença do Ministro da Guerra. Nos casos em que o número de candidatos excedesse o de vagas, seriam preferidos aqueles que se destacassem com melhores médias de aprovação nos cursos da Escola de Guerra e da Escola de Aplicação de Infantaria e Cavalaria. Para a matrícula no segundo ano de Engenharia, a prioridade seria daqueles que obtivessem melhores médias de aprovação no primeiro ano.¹⁶⁵

Assim, o curso de Artilharia tinha dois anos de duração, com extensão máxima a três anos de permanência do aluno, e o curso de Engenharia tinha três anos de duração, com permanência máxima de quatro anos. Esses limites eram os mesmos aplicados nas escolas do Sul.

O regulamento de 1905, nos artigos 36 e 38, estipulava que a Escola ofereceria quatorze aulas, com um professor em cada, divididas entre os cursos de artilharia e engenharia ao longo dos anos de duração de cada um. Algumas aulas seriam compartilhadas pelos alunos de ambos os cursos como podemos observar no quadro abaixo,

Quadro 4 – Escola de Artilharia e Engenharia: aulas teóricas e instrução prática por cursos e séries (1905).

AULAS (Teórica)	CURSOS	SÉRIES
Revisão e estudo completo de Geometria Analítica – Cálculo Diferencial e Integral.	Artilharia Engenharia	Primeiro ano
Física e Química, aplicadas à arte da guerra (explosivos, telefonia, fotografia e aerostação).		
Metalurgia (precedida da revisão de Mineralogia).		
Perspectiva e Sombra – Desenho correspondente		
Mecânica racional e sua aplicação às máquinas.	Artilharia Engenharia	Segundo ano
Tática aplicada à artilharia – Fortificação Permanente – Minas Militares: ataques e defesa das praças de guerra.		
Balística, estudo completo – Artilharia, estudo completo de seu material.	Artilharia	

¹⁶⁵GRUNENNVALDT, José Tarcisio. **A educação militar nos marcos da primeira república: estudos dos regulamentos do ensino militar (1890-1929)**. 2005. 285 f. Tese (Doutorado em História da Educação) PUC. São Paulo. p. 88.

Desenho de Fortificação – Máquinas, especialmente de artilharia.			
Geologia – Botânica (Fitografia – estudo das famílias botânicas com ênfase nas melhores madeiras de construção).		Engenharia	
Desenho de fortificação e máquinas.			
Resistência dos Materiais: estabilidade das construções (métodos analítico e gráfico).		Engenharia	Terceiro ano
Hidráulica: abastecimento de água, esgotos – Energia hidráulica e motores correspondentes.			
Estradas em geral, pontes e viadutos.			
Arquitetura, estereotomia e desenhos correspondentes.			
GRUPOS	INSTRUÇÃO (Prática)	CURSOS	DOCENTES
Primeiro	Manipulações pirotécnicas.	Artilharia	Um instrutor (1)
Segundo	Manobras e evoluções de artilharia	Artilharia Engenharia	Um instrutor por grupo, independente dos cursos
Terceiro	Prática de telegrafia, telefonia e fotografia		
Quarto	Equitação e esgrima a cavalo.		
Quinto	Esgrima de espada, florete e baioneta.		
Sexto	Trabalhos topográficos.		
Sétimo	Descrição dos materiais de construção, tecnologia das profissões elementares. Monografia das principais madeiras de construção. Organização de projetos e orçamentos de obras militares (fortalezas, paióis, hospitais etc.).	Engenharia	
<p>Fonte: GRUNENVALDT, José Tarcisio. A educação militar nos marcos da primeira república: estudos dos regulamentos do ensino militar (1890-1929). 2005. 285 f. Tese (Doutorado em História da Educação) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 2005. p. 87- 88.</p>			

A estrutura curricular dos cursos de artilharia e engenharia, muito pela natureza exata e científica de seus conhecimentos, ainda lembrava um pouco os currículos de 1890 e 1898. A grande diferença ficava por conta da tentativa de dar, a todo custo, um caráter prático a esses conteúdos essencialmente teóricos, preocupação inexistente nos regulamentos anteriores. Essa missão ficava sob a responsabilidade dos instrutores, cujas “aulas” foram determinadas e divididas em grupos pelos artigos 37 e 39 do regulamento de 1905. Da mesma forma que nos outros cursos, a instrução foi organizada em grupos com conteúdos correspondentes às aulas teóricas. Na Escola de

Aplicação de Artilharia e Engenharia o curso durava dez meses e o aluno não poderia frequentá-lo por mais de uma vez. A principal função do curso era ministrar um ensino essencialmente prático para complementar a instrução dos artilheiros e engenheiros provenientes da escola anterior. As atividades práticas apresentavam um grau de complexidade maior do que as dos outros cursos e foram organizadas pelos artigos 44 e 46 do regulamento, da forma que observamos no quadro abaixo,

Quadro 5 – Escola de Aplicação de Artilharia e Engenharia: ensino prático por grupos, cursos e docentes (1905).

GRUPOS	INSTRUÇÃO	CURSOS	DOCENTES
<u>Primeiro</u>	Fabrico de bocas de fogo, seus acessórios.	Artilharia	Um instrutor
<u>Segundo</u>	Instrução completa de tiro: cartuchame, artifícios de fogo, seu emprego – uso de projéteis e cargas.		(1)
<u>Terceiro</u>	Visitas às fabricas militares e arsenais.		(2)
<u>Quarto</u>	Ataque e defesa das praças de guerra e dos entrancheiramentos – minas militares.	Artilharia Engenharia	Um instrutor
<u>Quinto</u>	Exercícios de artilharia.		(1)
<u>Sexto</u>	Equitação e esgrima a cavalo.		Um instrutor para cada grupo.
<u>Sétimo</u>	Esgrima de espada, florete e baioneta.		
<u>Oitavo</u>	Trabalhos topográficos		
<u>Nono</u>	Telegrafia, telefonia e fotografia		
<u>Décimo</u>	Prática oral de francês (obrigatória), inglês ou alemão (facultativas).		Dois ou três professores
<u>Décimo primeiro</u>	Fortificação, trabalhos acessórios e de pontoneiros.	Engenharia	Um instrutor para cada grupo.
<u>Décimo segundo</u>	Eletricidade aplicada à guerra, instalações.		
<u>Décimo terceiro</u>	Reconhecimento e exploração de terrenos para trabalhos de engenharia, estradas, ferrovias memoriais descritivos		
<u>Décimo quarto</u>	Visitas a obras de engenharia em execução, fábricas e grandes oficinas.		(2)

Fonte: GRUNENVALDT, José Tarcisio. **A educação militar nos marcos da primeira república: estudos dos regulamentos do ensino militar (1890-1929)**. 2005. 285 f. Tese (Doutorado em História da Educação) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 2005. p. 89. **Nota:** (1) Um só instrutor para os dois grupos (segundo e quinto). (2) “As visitas do 3º e 14º grupos serão dirigidas pelos instrutores que forem designados pelo comandante da escola” (parágrafo 2º, art. 45).

A Escola de Estado-Maior era submetida à inspeção técnica do chefe do Estado-Maior do Exército e ofereceria a formação complementar superior visando à

preparação para o serviço de Estado-Maior do Exército. Funcionando nas dependências do Estado-Maior do Exército, no Rio de Janeiro, seu curso duraria 24 meses, divididos em três períodos, e seria oferecido a oficiais, até o posto de capitão, inclusive, os que tivessem o curso de sua arma, não se permitindo aos alunos a repetição de qualquer um período. O Estado-Maior do Exército (EME) foi criado pela lei nº 403, de 24 de outubro de 1896. A sua principal função era a de preparar a Instituição para a defesa da Pátria, para isso era especialmente encarregado do estudo e aplicação de todas as questões relativas à organização, direção e execução das operações militares, ficando os comandos das forças e as direções dos diversos serviços militares sob sua ação, no que concerne à instrução e disciplina da tropa. Grunennvaldt destaca que o EME também era responsável pela publicação da Revista Militar (1899-1908), que pretendia,

a promoção e difusão da instrução técnica destinada a aparelhar o soldado para a compreensão e desempenho de sua elevada missão. (...). Em consonância com os progressos técnicos e científicos que reordenavam os Exércitos na virada do século XIX para o XX, o editorial da [primeira edição da] Revista Militar dizia-se de acordo com a implantação de uma feição técnica e profissional na reorganização do ensino das nossas escolas militares, em elaboração para serem implantadas.¹⁶⁶

Regras comuns às escolas militares.

O Regulamento de 1905, em seu capítulo X – “*Disposições gerais comuns às escolas*” –, dispunha sobre: ensino, pessoal administrativo, docentes, exames, conselhos, alunos, penas e recompensas em 138 artigos (artigo 55 ao 193.)

Entre as funções delegadas ao comandante da escola, destaca-se a responsabilidade pela distribuição de tempo entre o ensino teórico e o prático nas escolas, dentro de alguns limites pré-estabelecidos pelo próprio regulamento. Dessa forma cada aula não poderia durar mais que uma hora e meia e os intervalos entre elas durariam no mínimo 15 minutos. Nas instruções práticas o tempo limite era de duas horas para as Escolas de Guerra e de Artilharia e de Engenharia, e de três horas para as Escolas de Aplicação.

O corpo docente seria formado por professores, instrutores e adjuntos.¹⁶⁷

¹⁶⁶ (GRUNENVALDT, José Tarcísio. **A educação militar nos marcos da primeira república: estudos dos regulamentos do ensino militar (1890-1929)**. 2005. 285 f. Tese (Doutorado em História da Educação) PUC. São Paulo. p.80)

¹⁶⁷ O artigo 94 determinava como requisitos, para os professores e instrutores, serem de primeiro-tenente a major, com curso de arma e dois anos de serviço no corpo e dos adjuntos, que cada um possuísse

Entre as funções do professor destaca-se, lecionar suas aulas, delas fazendo os registros, fiscalizar as atividades em sala de aula, fazer revisões de assuntos ministrados, arguir os alunos, avaliar-lhes o aproveitamento, enviando à secretaria, mensalmente, os resultados dessas avaliações e, ainda, apresentar ao comandante, programa de ensino de sua aula. Os instrutores eram responsáveis pela execução do ensino prático, fazendo o “serviço de dia por escala” e podendo “*ser encarregados de quaisquer outros, compatíveis com o exercício de suas funções*”¹⁶⁸. Quanto aos objetos de que fizessem uso no desempenho de suas funções, ficam sujeitos a livros de carga e descarga. Os adjuntos, por sua vez, deveriam cumprir estritamente as instruções dadas pelo professor, que sempre as supervisionava.

Os exames de todas as escolas deveriam ocorrer em um só período, a exceção ficava por conta das regimentais. Após o encerramento do ano letivo os professores, de cada escola, deveriam apresentar à secretaria relação dos assuntos lecionados ao longo do ano. O comandante da escola e os professores, através de um Conselho de Instrução, formavam uma comissão de exame por disciplina, composta por três docentes, sendo que um deles deveria ser o responsável pela respectiva disciplina. Cabia às comissões determinar a ordem das provas finais. Na apuração das médias de conclusão do ano letivo eram consideradas as notas das provas finais e médias correspondentes e todas as demais, obtidas ao longo de todo o ano letivo, em uma escala de zero a dez. As médias seguiam a seguinte classificação: aprovados com distinção – somente, média 10; plenamente aprovados – médias entre seis e nove; simplesmente aprovados – médias entre três e cinco; reprovados – médias inferiores a três.¹⁶⁹

Em relação ao corpo discente a maior mudança em relação aos regulamentos anterior foi, sem dúvida, a extinção do cargo de alferes-aluno, figura característica da Escola Militar da Praia Vermelha, e a criação do aspirante-a-oficial. Segundo Jehovah Motta o alferes-aluno, “*era aquele estudante ‘afervorado’ que, à custa de esforços inauditos, de longas vigílias sobre livros e apostilas, conquistava, ainda aluno, um*

gradação inferior à do professor da disciplina que lhe fosse respectiva (ANEXO AB - Regulamento para os Institutos Militares de Ensino. Decreto 5.698, de 02 de outubro de 1905. In: **Relatório do Ministro da Guerra**, General Francisco de Paula Argollo, 1905. pp. 5-80. p. 26).

¹⁶⁸ ANEXO AB - Regulamento para os Institutos Militares de Ensino. Decreto 5.698, de 02 de outubro de 1905. In: **Relatório do Ministro da Guerra**, General Francisco de Paula Argollo, 1905. pp. 5-80. p. 27.

¹⁶⁹ ANEXO AB - Regulamento para os Institutos Militares de Ensino. Decreto 5.698, de 02 de outubro de 1905. In: **Relatório do Ministro da Guerra**, General Francisco de Paula Argollo, 1905. pp. 5-80. p. 29-30.

status especial, vizinho do oficialato, significativo de distinção intelectual e valendo melhoria do soldo”¹⁷⁰. Um escritor militar da década de 1920 apresentava outra definição, segundo Liberato Bittencourt com a instituição desse cargo na escola militar, “*preparavam-se arrogantemente legítimos bacharéis de farda, com fidalga entrada em todos os centros intelectuais do país e do estrangeiro. Então, honra e glória era ser alferes-aluno, o primeiro e invejado posto da hierarquia na atualidade.*”¹⁷¹. A instituição da figura do aspirante-a-oficial, orientado para uma formação que tinha como objetivo atuação como oficial de tropa, destoava da longa tradição caracterizada pelo tempo maior de formação e pela sólida formação científica e técnica. Segundo Grunnenvaldt, *Tal medida, do ponto de vista estratégico, pode ter relação com a melhoria das condições dos oficiais que seriam os instrutores dos recrutados a prestarem serviço militar.*”¹⁷². Nesse sentido, sua função foi redimensionada, tendo em vista uma nova necessidade, bem representada pela velocidade na formação em três anos dos oficiais de infantaria e cavalaria.

A estrutura do Regulamento de 1905 coincide com a dos seus antecessores ao organizar o ensino militar desde os cursos mais elementares que formaram os oficiais, até os níveis mais elevados de especialização, no mesmo conjunto de Normas, ou seja, formando, a oficialidade com diretrizes em que o ensino teórico precedia o ensino e os exercícios práticos, embora tenha intensificado a presença deste último com a criação das Escolas de Aplicação das diferentes armas. Para Grunnenvaldt o regulamento “*buscou um equilíbrio dos dois componentes na formação de seus quadros de oficiais em favor da instrução, conceito caro ao Regulamento de 1905.*”¹⁷³. De modo geral, podemos dizer que os três primeiros regulamentos da era Republicana (1890, 1898 e 1905), não foram marcados por grandes transformações no ensino militar, o que se constata é ocorrência de pequenas e graduais mudanças, tão graduais, que acabaram estabelecendo uma relação de continuidade entre estes. Embora o

¹⁷⁰ MOTTA, Jehovah. **Formação do Oficial do Exército: currículos e regimes na Academia Militar (1810-1944)**. Rio de Janeiro, Biblioteca do Exército, 1998. p. 237.

¹⁷¹ BITTENCOURT, Liberato. Sobre a reforma do ensino militar. **A Defesa Nacional**. n.113, ano 10. 1923. pp. 538-540. p. 538.

¹⁷² GRUNENVALDT, José Tarcisio. **A educação militar nos marcos da primeira república: estudos dos regulamentos do ensino militar (1890-1929)**. 2005. 285 f. Tese (Doutorado em História da Educação) PUC. São Paulo. p.85.

¹⁷³ GRUNENVALDT, José Tarcisio. **A educação militar nos marcos da primeira república: estudos dos regulamentos do ensino militar (1890-1929)**. 2005. 285 f. Tese (Doutorado em História da Educação) PUC. São Paulo. p.106.

regulamento de 1905 aponte alguns caminhos, as grandes mudanças precisariam esperar alguns anos para se materializarem no campo da educação militar. Como já alentamos antes as mudanças estruturais demandam um tempo longo para se manifestarem, e invariavelmente, necessitam de um forte estímulo conjuntural, que se materializaria na ocorrência da Primeira Guerra Mundial.

2.2 O Ministério da Guerra de Hermes da Fonseca e as reformas no Exército.

A gestão de Hermes da Fonseca (1906-1909)¹⁷⁴ na pasta do Ministério da Guerra foi marcada por diversas tentativas de reformas no Exército. A gestão de Hermes é emblemática em duas perspectivas. A primeira é retrospectiva, uma vez que as ações e pensamentos do Ministro condensam as aspirações e reivindicações de seus antecessores, desde o General Bernardo Vasquez em 1895. A segunda é prospectiva, pois, é em sua gestão, incentivado por suas ações, que nasce o embrião de um movimento de renovação ampla e geral do Exército, que se manifestará intensamente ao longo da década de 1910.

O Marechal Hermes da Fonseca, quando assumiu o Ministério da Guerra tinha um profundo conhecimento acerca das condições do Exército Brasileiro. Em 1905, quando ainda era General de Divisão e comandante do 4º Distrito Militar, promoveu as primeiras grandes manobras do Exército, realizadas nos campos de instrução do Curato de Santa Cruz, entre os dias 16 de setembro e 8 de outubro. Após 22 dias de exercícios e manobras militares, ficaram evidenciadas as precariedades da tropa: calçados de baixa qualidade, barracas muito pequenas, insuficiente estoque de alimentos devido a dificuldades de transporte, armamento velho e insuficiente, mochilas excessivamente pesadas e com um sistema de alças que dificultava a circulação nos braços, cintos que se abriam constantemente e cartucheiras de couro que não resistiram ao peso da munição.¹⁷⁵

¹⁷⁴ Nomeado por decreto do Presidente Afonso Pena (1906-1909) em 15 de novembro de 1906, foi Ministro até 15 de novembro de 1909, quando disputou e ganhou as eleições de 1910. O Marechal Hermes da Fonseca foi presidente do Brasil entre 1910 e 1914.

¹⁷⁵ Essas informações constam no Relatório do General de Divisão Hermes Rodrigues da Fonseca, ao General Francisco Antônio Rodrigues Salles, Chefe do Estado-Maior do Exército, de 16 de fevereiro de 1906 e foi citado por RODRIGUES, Fernando da Silva. **Uma carreira: as formas de acesso à escola de formação de oficiais do Exército brasileiro no período de 1905 a 1946**. 2008. 268 f. Tese (Doutorado em História Política). UERJ, Rio de Janeiro. p. 99.

Segundo Fernando Rodrigues¹⁷⁶ no final do século XIX e início do XX, movimentos sociais como a Revolta de Canudos e problemas de fronteira no estado do Amazonas mostravam a necessidade de se organizar o Exército. O Ministro da Guerra, General Argollo, asseverava que não se podia confiar somente na eficácia da diplomacia para resolver os problemas da política externa brasileira com relação à garantia dos territórios e ao reconhecimento de seus direitos¹⁷⁷.

Em seu primeiro relatório, cuja maior parte abrangia a gestão de seu antecessor, o Ministro já ressaltava que “*apesar dos esforços dos governos passados e dos sacrifícios feitos com o seu custeio, o estado do Exército não é lisonjeiro; carece de pessoal e de material bélico, de organização e de comando.*”¹⁷⁸. As considerações feitas em seu primeiro relatório como Ministro da guerra indicam, como veremos adiante, as principais coordenadas das futuras mudanças na instituição castrense. Após essa desoladora constatação o Ministro aborda o tema mais recorrente nos relatórios ministeriais, da década de 1890 a de 1920, o tamanho do efetivo militar do Exército. A primeira observação era comparativa, “*Estamos a este respeito em condições inferiores a aquela em que nos achávamos em 1864.*”¹⁷⁹. Seu antecessor oferece uma dimensão mais exata das condições do efetivo, “*em 1905 com uma população de 20 milhões temos um efetivo de 15 mil sendo que em 1858, com uma população de 8 milhões tínhamos 16 mil. (...) Ainda uma vez insisto, pois na necessidade de elevarmos o efetivo em tempos de paz, no mínimo a 20.000.*”¹⁸⁰ O aumento do efetivo está indissociavelmente ligado ao funcionamento de um serviço militar. Desde 1905 tramitava na Câmara dos Deputados um projeto de lei sobre o serviço militar obrigatório. A lei vigente sobre o serviço militar era de 1874 e “*estabelecia o alistamento universal e o sorteio para cobrir as vagas não preenchidas pelo voluntariado e pelo reengajamento.*”¹⁸¹, Essa lei foi sistematicamente burlada e ignorada. Segundo o Ministro, o projeto de lei satisfazia aos reclamos do Exército, que

¹⁷⁶ RODRIGUES, Fernando da Silva. **Uma carreira: as formas de acesso à escola de formação de oficiais do Exército brasileiro no período de 1905 a 1946**. 2008. 268 f. Tese (Doutorado em História Política). UERJ, Rio de Janeiro p. 91.

¹⁷⁷ **Relatório do Ministro da Guerra**, General Francisco de Paula Argollo, 1906. p.5.

¹⁷⁸ **Relatório do Ministro da Guerra**, General Hermes da Fonseca, 1906. p.3.

¹⁷⁹ *Ibid.* p.4.

¹⁸⁰ **Relatório do Ministro da Guerra**, General Francisco de Paula Argollo, 1904. p.15.

¹⁸¹ CARVALHO, José Murilo de Carvalho. “Forças Armadas na primeira república: o poder desestabilizador”. In: _____. **Forças Armadas e política no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Jorge Zahar, 2006. p.19.

eram os da própria nação, uma vez que era imprescindível “*a adoção de uma lei que dê ao Exército soldados e reservistas em número suficiente para enfrentar qualquer adversário e alimentar uma luta tão prolongada quanto permitam os recursos da Nação.*”¹⁸². O Ministro defendia que a adoção da lei do serviço militar obrigatório traria em seu bojo “*a necessidade de quartéis higiênicos e confortáveis e de campos de instrução*”¹⁸³, uma vez que na realidade, *A maioria dos corpos está aquartelado em casarões que não preenchem as exigências de conforto e sociabilidade indispensáveis à vida dos conscritos, entre os quais se encontrará o mais rude camponês com o mais culto intelectual.*”¹⁸⁴.

O Estado-Maior do Exército também foi alvo das primeiras considerações do Ministro, que via nele uma feição burocrática, com a realização de serviços que deveriam ser atribuídos a uma secretaria de guerra, para que este pudesse exercer exclusivamente sua elevada função de “*preparo das tropas, do estudo da defesa do país e das campanhas futuras.*”¹⁸⁵.

Sobre os institutos militares de ensino, o Ministro atestava que não havia muito que se falar, pois o regulamento de 1905 ainda não havia sido posto inteiramente em execução, mas acreditava, “*as escolas devem ser destinadas aos oficiais inferiores com mais de um ano de praça. Para ser oficial e cuidar do bem estar do soldado é preciso ter participado do seu modo de viver.*”¹⁸⁶.

Diante deste estado de coisas, o Alto Comando Militar, na figura do Ministro Hermes percebeu necessidade de ações mais imediatas com o objetivo de operar mudanças significativas. Uma das primeiras medidas foi promulgação da Lei nº. 1860, de 04 de janeiro de 1908, que regulava o alistamento e o sorteio militar, e reorganizava o Exército. Segundo Fernando Rodrigues¹⁸⁷, o Exército seria organizado sobre as seguintes bases:

- 1) das forças de 1ª linha ou Exército ativo e sua reserva; 2) das forças de 2ª linha e sua reserva. (...) além do Comando-Chefe, que é exercido

¹⁸² **Relatório do Ministro da Guerra**, General Hermes da Fonseca, 1906 p.4.

¹⁸³ Ibid. p.4.

¹⁸⁴ Ibid. p.4.

¹⁸⁵ Ibid. p.8.

¹⁸⁶ **Relatório do Ministro da Guerra**, General Hermes da Fonseca, 1906 p.12.

¹⁸⁷ RODRIGUES, Fernando da Silva, **Uma carreira: as formas de acesso à escola de formação de oficiais do Exército brasileiro no período de 1905 a 1946**. 2008. 268 f. Tese (Doutorado em História Política). UERJ, Rio de Janeiro. p.98.

pelo presidente ou seu delegado, no caso de guerra, o Exército teria também o comando hierárquico, que seria exercido pelos oficiais à testa das grandes e pequenas unidades. (...) o Ministério da Guerra seria o órgão imediato do comando superior, servindo órgãos mediatos, isto é, dependentes daquele: a) o Estado-Maior; b) as Inspeções.

Ainda de acordo com o autor, o Ministro determinou a criação de Grandes Unidades permanentes, a reorganização do Estado-Maior do Exército (EME); tornando-o mais compatível com a preparação para a guerra; a elaboração dos regulamentos de emprego das Armas destinados à instrução da tropa e dos quadros; a aquisição de armamento; e o reaparelhamento das fábricas. Vale ressaltar que apenas duas dessas mudanças foram concretizadas ainda na gestão do Ministro Hermes da Fonseca: a criação das grandes unidades e a aquisição de armamentos.

A referida Lei nº. 1860, de 04 de janeiro de 1908, em seu primeiro artigo, determinava que todo cidadão brasileiro, desde a idade de 21 á de 44 anos completos, é obrigado ao serviço militar, na forma do Art. 86¹⁸⁸ da Constituição da República e de acordo com as prescrições da nova lei.

Segundo o Ministro da Guerra Hermes da Fonseca a lei foi recebida com,

...simpatia e gerais aplausos pelo povo e especialmente pela mocidade estudiosa, que desde então tem afluído aos quartéis do Exército para receber a instrução militar, indispensável ao cumprimento oportuno do seu dever cívico de defender a integridade da Pátria e a manutenção das instituições nacionais.¹⁸⁹

Empolgado, o Ministro ainda defendia a validade da lei ao caracterizá-la como,

...essencialmente democrática que, baseada na Constituição de 24 de fevereiro [de 1891], fez do Exército a instituição nacional por excelência, nivelando sob a bandeira e sob o uniforme, sem distinção de classes nem de raças, todos os cidadãos, assim chamados a se desobrigaram da responsabilidade que a todos incumbe de manter a grandeza do nosso Brasil.¹⁹⁰

A ideia de formar um efetivo composto por membros oriundos de todas as classes sociais foi um sonho acalentado por muitos anos no imaginário do alto comando do Exército e por setores da intelectualidade como o poeta Olavo Bilac. Segundo Edmundo Coelho, o poeta via no serviço militar obrigatório,

¹⁸⁸ Art. 86 - *Todo brasileiro é obrigado ao serviço militar, em defesa da Pátria e da Constituição, na forma das leis federais.* (BRASIL, Constituição (1891). **CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL**: promulgada em 24 de fevereiro de 1891)

¹⁸⁹ **Relatório do Ministro da Guerra**, General Hermes da Fonseca, 1907. p.3.

¹⁹⁰ *Ibid.* p.4.

a solução para os problemas da organização nacional. O quartel, dizia ele, apura as qualidades do indivíduo, infunde-lhe o sentido de hierarquia, da disciplina e do patriotismo. O quartel seria a expressão mais acabada da democracia porque nivela as classes no mesmo dever e tarefa de defesa nacional.¹⁹¹

No entanto, a lei só entrou em vigor em 1916, quando houve o primeiro sorteio militar, no dia 10 de novembro, no Quartel General do Exército, na presença do Presidente da República Venceslau Brás, do Ministro da Guerra General José Caetano de Farias, e de diversas autoridades civis e militares. Apesar da alegria, o Ministro constatou a ocorrência de muitas falhas, por falta de civismo de alguns sorteados e por falhas nas juntas de recrutamento, a maioria em função do despreparo dos integrantes das juntas¹⁹².

A campanha de Olavo Bilac pelo serviço militar obrigatório coincidiu com a ação de um grupo de jovens oficiais que viam no serviço militar obrigatório um elemento importante da defesa militar, que deveria ser desenvolvido em tempo de paz, ao longo da década de 1910. A organização e as principais ideias desse grupo serão abordadas a seguir.

2.3 Os jovens Turcos, a revista *A Defesa Nacional* e o projeto de modernização do Exército.

Os três anos de mandato de Hermes da Fonseca no Ministério da Guerra foram marcados, como já vimos, por várias tentativas de renovação e reforma. Segundo José Murilo de Carvalho, no que se refere ao treinamento de oficiais, a medida de maior impacto, “foi sugerida pelo Ministro Rio Branco: o envio de jovens oficiais para servirem arregimentados no Exército alemão, considerado dos mais bem organizados na época.”¹⁹³. Segundo o autor, foram enviadas três turmas, uma em 1906 outra em 1908 e a última em 1910, para absorverem o espírito da organização militar alemã. A determinação para enviar a turma já constava no relatório do Ministro da guerra em 1904,

Como complemento da orientação prática e profissional que vai ter o ensino nas escolas militares, e com o fim de formar instrutores

¹⁹¹ COELHO, Edmundo Campos. **Em busca de identidade: o Exército e a política na sociedade brasileira**. Rio de Janeiro: Editora Record., 2000. p.89-90.

¹⁹² **Relatório do Ministro da Guerra**, General José Caetano de Faria, 1916. p. 5.

¹⁹³ CARVALHO, José Murilo de Carvalho. “Forças Armadas na primeira república: o poder desestabilizador”. In: _____. **Forças Armadas e política no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Jorge Zahar, 2006. p. 27.

perfeitamente habilitados para lecionar nestes estabelecimentos, enviou o Governo para a Europa, onde vão servir por dois anos no Exército alemão os seguintes oficiais: capitão Emilio Sarmiento e tenente Constantino Deschamps Cavalcante, de infantaria; 1º tenente Cassiano da Silveira Mello Mattos e 2º tenente Bento Marinho Alves e Manoel Bougard de Castro e Silva, de artilharia; e tenente Estellita Augusto Werner, de cavalaria.¹⁹⁴

Em 1908, o próprio Ministro, foi para a Alemanha, a convite do cáiser Guilherme I, para assistir as manobras do Exército alemão. Para Frank McCann, o convite e a viagem renderam considerável publicidade para Hermes e aumentaram a sua popularidade. O Ministro, junto com outros oficiais superiores, realizou um voo sobre Frankfurt em um dirigível militar, e participou de uma parada em sua honra, ficando impressionado com as manobras realizadas na Alsácia-Lorena. O capitão Constantino Deschamps Cavalcante, integrante do grupo enviado em 1906, acompanhou a comitiva explicando detalhadamente as manobras, principalmente aos generais que integravam a comitiva. O autor afirma que Hermes ficou tão impressionado que “*negociou com a Alemanha o envio de uma missão para supervisionar a reorganização do Exército.*”¹⁹⁵. A missão chegou a ser organizada, mas a sua contratação não foi efetivada. As discussões acerca da contratação de uma missão estrangeira para reorganizar o Exército nacional adentraram a década de 1910 e só foram decididas ao término da Primeira Guerra Mundial, com a contratação de uma missão francesa em detrimento da germânica, devido a sua derrota no conflito.

Em seu relatório do ano de 1908, o Ministro Hermes descrevia, assim, o envio da segunda turma,

No intuito de aperfeiçoamento da instrução militar foram nomeados, para servirem no Exército alemão, os 1º tenentes Alexandre Galvão Bueno, Leopoldo Itacoatiara de Senna e os 2º tenentes Manoel Joaquim Pena, Augusto da Silva Mendes, Antonio Borba de Moura e Amaro Azambuja Villa Nova, tendo sido designados os 2º tenentes Mario Hermes da Fonseca, Ignacio de Alencastro Guimarães Junior e Pedro Carlos da Fonseca para se aperfeiçoarem na Europa em conhecimentos militares e profissionais.¹⁹⁶

A última e maior turma foi enviada em 1910, composta por 16¹⁹⁷ jovens oficiais de

¹⁹⁴ **Relatório do Ministro da Guerra**, General Francisco de Paula Argollo, 1904 p. 17.

¹⁹⁵ McCANN, Frank D. **Soldados da Pátria: História do Exército Brasileiro (1889-1937)**. trad. Laura Teixeira Motta. Companhia das Letras: São Paulo, 2007. p. 145.

¹⁹⁶ **Relatório do Ministro da Guerra**, General Hermes da Fonseca, 1908 p.5.

¹⁹⁷ Em algumas obras esse número chega a 20 oficiais, pois levavam em consideração os oficiais das missões anteriores que permaneceram na Alemanha, como foi o caso do tenente Amaro Azambuja Villa Nova.

baixa patente como podemos observar no quadro abaixo,

Quadro 6 – Relação dos oficiais que estagiaram na Alemanha entre 1910 e 1912.

Militar	Organização Militar de Origem
1º Tenente de Cavalaria Arnaldo Brandão	(Departamento da Guerra)
1º Tenente de Artilharia Bertholdo Klinger	Parque da 2ª Brigada Estratégica
1º Tenente de Artilharia César Augusto Parga Rodrigues	Escola de Artilharia e Engenharia.
1º Tenente de Artilharia Eduardo Cavalcanti de Albuquerque Sá	Instrutor da Escola de Artilharia e Engenharia.
1º Tenente de Artilharia Epaminodas de Lima e Silva	1º Batalhão de Artilharia de Posição
2º Tenente de Infantaria Estevão Leitão de Carvalho	11º Regimento de Infantaria
2º Tenente de Cavalaria Evaristo Marques da Silva	15º Regimento de Cavalaria
2º Tenente de Cavalaria Euclides de Oliveira Figueiredo	6º Regimento de Cavalaria
Capitão de Artilharia Francisco Jorge Pinheiro	Departamento da Guerra
2º Tenente de Infantaria Joaquim de Souza Reis Netto	14º Regimento de Infantaria
2º Tenente Jerônimo Furtado do Nascimento	Instrutor da Escola de Artilharia e Engenharia.
1º Tenente de Infantaria José Antônio Coelho	6º Regimento de Infantaria
2º Tenente José Bento Thomaz Gonçalves	5º Regimento
Capitão de Infantaria José Carlos Vital Filho	13ª Companhia Isolada
1º Tenente de Engenharia José Pinheiro de Ulhôa Cintra	Departamento da Guerra
Capitão de Infantaria Luís Furtado	1º Regimento de Infantaria

Fonte: DENYS, Odylio. Renovação do Exército – Missão Indígena. **Revista A Defesa Nacional**. Rio de Janeiro: 1985. Nº. 718, p. 10-11.

Essa turma retornou ao Brasil em 1912 e ainda na viagem de volta, a bordo do navio Capitão Rocca, os jovens oficiais discutiam acerca da melhor forma de aproveitar os conhecimentos recebidos durante os dois anos de estágio. Segundo Grunennvaldt, nas conversas entre os tenentes Bertholdo Klinger, Estevão Leitão de Carvalho e César Augusto Parga Rodrigues surgiu a ideia da criação de uma revista, “*como mecanismo de difusão entre os oficiais e o Exército, acerca da renovação da formação profissional e, conseqüentemente, do Exército brasileiro.*”¹⁹⁸ Vale lembrar que assim que desembarcaram, os oficiais estagiários foram distribuídos, conforme solicitação do Ministro da Guerra General Vespasiano Gonçalves de Albuquerque e Silva, pelos Corpos de Tropa das suas respectivas Armas para colocarem em prática os conhecimentos adquiridos. Ao falar sobre os ex-estagiários Odylio Denys nos oferece um panorama mais íntimo ao destacar que,

Esses oficiais, ao voltarem, estranharam que estivesse perdurado o atraso do nosso Exército. Queriam que utilizassem sua experiência. Não foram no começo aproveitados como deveriam ser, pois sua

¹⁹⁸ GRUNENNVALDT, José Tarcisio. **A educação militar nos marcos da primeira república: estudos dos regulamentos do ensino militar (1890-1929)**. 2005. 285 f. Tese (Doutorado em História da Educação) PUC. São Paulo. p.120.

inclusão em unidades das armas a que pertenciam, deu-lhes âmbito de influência pequena.¹⁹⁹

Com o intuito de divulgar os ensinamentos obtidos na Alemanha no campo das ideias os jovens oficiais fundaram, em outubro de outubro de 1913, a revista *A Defesa Nacional*²⁰⁰. Vale destacar que dos doze membros fundadores, apenas quatro não eram ex-estagiários no Exército Alemão, mas, sim, adeptos da nova campanha de renovação do Exército. Segundo Grunennvaldt, a revista teve como modelo, a famosa publicação alemã, *Militärwochenblatt*, “ao incorporar as características de sua congênere alemã, o seu primeiro número apareceu sem capa, uma publicação que se impusesse à aceitação dos camaradas pelo conteúdo de suas páginas, de caráter estritamente profissional, e não pelo formato, aparência ou acabamento.”²⁰¹. O nome da revista foi sugerido pelo tenente Mário Clementino Carvalho, Este oficial formava com José Pompêo Cavalcanti de Albuquerque, Brasílio Taborda e Francisco de Paula Cidade o grupo de oficiais que não estagiaram no Exército alemão. Para Fernando Rodrigues a escolha do nome já indicava o objetivo principal da revista, “iniciar uma literatura militar renovadora da Instituição no país e o de estabelecer uma discussão sobre os interesses na defesa do território contra os problemas externos e internos.”²⁰². De acordo com Frank McCann²⁰³, nas primeiras edições da revista os jovens se revezavam na escrita dos editoriais, que geralmente apresentavam um conteúdo mais ideológico e doutrinário em favor da profissionalização do Exército, do afastamento da política, da reforma da educação militar e da lei do serviço militar. Em seus artigos mais técnicos, apresentavam a tradução de regulamentos alemães, difundindo seu sistema de treinamento, suas práticas e costumes. Artigos acerca de novos armamentos, preferencialmente alemães, também ocupavam as páginas da revista, em ambos os casos, nos editoriais e nos artigos técnicos, a preocupação principal era a modernização

¹⁹⁹ DENYS, Odylio. A Missão Indígena. **Revista de Infantaria!** Ano VI, nº14. Abril de 1979. pp.26-28.

²⁰⁰ Os oficiais fundadores foram: Estevão Leitão de Carvalho, Jorge Pinheiro, Joaquim de Souza Reis, Bertholdo Klinger, Amaro de Azambuja Villa Nova, Epaminondas de Lima e Silva, César Augusto Parga Rodrigues, Euclides Figueiredo, José Pompêo Cavalcanti de Albuquerque, Mário Clementino de Carvalho, Brasílio Taborda, e, Francisco de Paula Cidade.

²⁰¹ GRUNENVALDT, José Tarcísio. **A educação militar nos marcos da primeira república: estudos dos regulamentos do ensino militar (1890-1929)**. 2005. 285 f. Tese (Doutorado em História da Educação) PUC. São Paulo. p.122. Vale lembrar que os jovens oficiais também utilizavam o Boletim do Estado Maior do Exército (espaço público e oficial da Instituição) pra a divulgação de suas ideias.

²⁰² RODRIGUES, Fernando da Silva, **Uma carreira: as formas de acesso à escola de formação de oficiais do Exército brasileiro no período de 1905 a 1946**. 2008. 268 f. Tese (Doutorado em História Política). UERJ, Rio de Janeiro. p. 101.

²⁰³ McCANN, Frank D. **Soldados da Pátria: História do Exército Brasileiro (1889-1937)** trad. Laura Teixeira Motta. Companhia das Letras: São Paulo, 2007. pp. 214-220.

da instituição castrense. Segundo Leila Maria Capela²⁰⁴, um dos editoriais sob responsabilidade do 1º Tenente Pantaleão Pessoa, por exemplo, defendia a transformação da Escola Militar em um centro de formação de oficiais profissionais, com domínio acerca dos conhecimentos técnicos e táticos, visando à formação de instrutores de tropa capazes e em sintonia com os conhecimentos militares modernos.

O projeto de renovação e modernização idealizado pelos jovens turcos²⁰⁵ fundamentava-se na profissionalização militar e instituía como pré-requisito básico para tal o afastamento dos militares em relação à política e a ocupação de cargos públicos. Nesse sentido, os jovens concebiam a transformação do Exército num órgão nacional voltado, essencialmente, à defesa do país, afastado das lutas políticas internas, princípios como a disciplina e o respeito à hierarquia foram elencados como imprescindíveis para a execução deste objetivo. José Murilo de Carvalho²⁰⁶ afirma que essas ideias representam a ideologia do soldado-profissional, ou a não intervenção, e apontou como um dos grandes representantes dessa ideologia Estevão Leitão de Carvalho que, durante a década de 1920, por exemplo, combateu energicamente a postura dos rebeldes tenentistas, cujo título de suas *“memórias de um soldado legalista”* atesta sua ingênua posição de neutralidade em relação à política, efetivada na defesa de uma posição legalista, que invariavelmente era também política. Essa caracterização dos jovens turcos foi reforçada pela análise de Edmundo Coelho²⁰⁷, que os definia como propagadores de uma imagem apolítica e de dedicação exclusiva as questões profissionais da instituição castrense.

No entanto, José Murilo de Carvalho afirma que os jovens turcos *“enganavam-se quanto a possibilidade da neutralidade política. De fato, sua ação voltada para problemas de defesa nacional e fortalecimento do Exército tornou viável*

²⁰⁴ CAPELA, Leila Maria Correa. **As malhas de aço no tecido social: a revista “A defesa Nacional” e o serviço militar obrigatório**. 1985, 267 f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política). Instituto de Ciências Humanas e Filosofia. Universidade Federal Fluminense. Niterói.

²⁰⁵ Esse nome fazia referência aos jovens oficiais do Exército turco, que sob a influência direta da doutrina militar germânica, formaram um grupo que renovou, reorganizou e modernizou o Exército da Turquia. Inicialmente os jovens oficiais brasileiros foram tachados pejorativamente de “jovens turcos” por oficiais conservadores, mas com tempo o apelido foi transformado em símbolo na campanha para a modernização do Exército.

²⁰⁶ CARVALHO, José Murilo de Carvalho. **Forças Armadas na primeira república: o poder desestabilizador**. In: _____. **Forças Armadas e política no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Jorge Zahar, 2006. p. 40.

²⁰⁷ COELHO, Edmundo Campos. **Em busca de identidade: o Exército e a política na sociedade brasileira**. Rio de Janeiro: Editora Record., 2000. p. 79.

*novo tipo de intervenção militar na política.*²⁰⁸. Essa modalidade de intervenção foi chamada, pelo autor, de intervenção moderadora, ou o soldado-corporação, e admitia a intervenção política dos militares. Segundo Edmundo Coelho, em publicação anterior, a caracterização de um papel moderador,

imputa ao Exército o desempenho de uma função arbitral cujo conteúdo e sentido são definidos fora das fronteiras da organização militar e independentemente dela. Sugere-se, segundo esta versão, que o arbitramento dos conflitos entre as classes e grupos é desempenhado em consonância com o sentido das correntes predominantes de opinião pública²⁰⁹.

Vale ressaltar que para o autor a utilização desse conceito de “papel moderador” aborda apenas o aspecto instrumental do Exército, ou seja, sua caracterização enquanto instrumento da sociedade civil, sendo assim, apenas refratária das suas clivagens e disputas. Edmundo Coelho destaca que a abordagem institucional, ou seja, a abordagem que leva em conta as especificidades “internas” da instituição é o caminho mais profícuo para a análise do Exército e de sua relação com a sociedade.

O primeiro editorial da Revista *ADN* atestava essa possibilidade de intervenção ao dizer que “*O Exército precisa estar aparelhado para a sua função conservadora e estabilizante dos elementos sociais em marcha e preparado para corrigir as perturbações internas, tão comuns a vida tumultuária das sociedades que se formam.*”²¹⁰. Sobre a autoria do texto há divergências. Para José Murilo o provável autor do texto foi Bertholdo Klinger, tendo em vista a sua posição de liderança e as ideias que expressou nos anos subsequentes. Segundo Estevão Leitão de Carvalho foi do tenente Mário Clementino de Carvalho a “*autoria do editorial de apresentação, escrito naquele belo estilo, flexível, harmonioso, elegante, com que foram vestidos, para a curiosidade de adeptos e adversários, as idéias fundamentais do nosso programa*”²¹¹. Vale ressaltar que o texto de Leitão de Carvalho foi escrito em 1948, portanto, após a revolução de 30 onde a maioria dos oficiais tradicionalmente legalistas como Góes Monteiro e o próprio Leitão de Carvalho, admitiram a intervenção militar.

²⁰⁸ CARVALHO, José Murilo de Carvalho. Forças Armadas na primeira república: o poder desestabilizador. In:_____. **Forças Armadas e política no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Jorge Zahar, 2006. p. 41.

²⁰⁹ COELHO, Edmundo Campos. **Em busca de identidade: o Exército e a política na sociedade brasileira**. Rio de Janeiro: Editora Record., 2000. p. 33.

²¹⁰ **A Defesa Nacional**. Rio de Janeiro, ano 1, n. 1, outubro de 1913. p.1.

²¹¹ CARVALHO, Estevão Leitão de. A fundação de “A Defesa Nacional”: reminiscências. **Revista A Defesa Nacional**. Rio de Janeiro, ano 34, n. 413, 1948, pp. 14-17. p. 14.

Nesse sentido, a posição tradicionalmente legalista defendidas nas décadas de 1910 e 1920 tende a se alterar para uma posição que admitia a intervenção política, uma vez que se realiza um relato retrospectivo posterior aos eventos da Revolução de 30. Segundo Pollak²¹² e Alberti²¹³ Esse movimento de resignificação do passado é natural na elaboração das memórias pessoais e dos relatos memorialísticos.

Para João Quartim a autoria do primeiro editorial foi realizada em conjunto, pelo ‘grupo fundador’, e desde seu início apresentava a ideia intervencionista de que “*a reforma do Exército tinha na reforma da nação o seu desdobramento lógico.*”²¹⁴. Essa última proposição nos parece fazer mais sentido, no entanto, mais importante que a autoria é o próprio texto. O editorial partia do pressuposto de que o Brasil era um país nascente, uma nação materialmente e socialmente atrasada, e que nesse tipo de nacionalidade,

em que os elementos mais variados se fundem apressadamente para a formação de um povo, o Exército, única força verdadeiramente organizada no seio de uma tumultuosa massa efervescente, vai às vezes um pouco além dos seus deveres profissionais para tornar-se, em dados momentos, um fator decisivo de transformação política ou de estabilização social.²¹⁵

Os autores afirmavam, assim, que eram as condições sociais inerentes a uma nação ainda infantil que impediria o Exército de exercer suas funções puramente militares, como ocorria, naturalmente, no caso das nações mais desenvolvidas do mundo. Nesse sentido, se fazia a crítica ao regime liberal que descartava as intervenções militares como fator essencial na evolução social dos povos, uma vez que os autores afirmavam que,

é um fato histórico que as sociedades nascentes têm necessidade dos elementos militares para assistirem á sua formação e desenvolvimento, e que só num grau já elevado de civilização elas conseguem emancipar-se da tutela da força, que assim se recolhe e se limita á sua verdadeira função.²¹⁶

Os jovens defendiam que a modernização do Exército exigiria, antes, a

²¹²POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, 1989.

²¹³ ALBERTI, V. **Além das versões: possibilidades da narrativa em entrevista de história oral**, Rio de Janeiro: CPDOC, 2004.

²¹⁴ MORAES, João Quartim de. **A esquerda militar no Brasil**. v.1. São Paulo: Expressão Popular, 2005, p. 138.

²¹⁵ **A Defesa Nacional**. Rio de Janeiro, ano 1, n. 1, outubro de 1913. p.1.

²¹⁶ **A Defesa Nacional**. Rio de Janeiro, ano 1, n. 1, outubro de 1913. p.1.

modernização do país. Nelson Werneck Sodré²¹⁷ considerava esse tipo de ideia ingênua e considerava os jovens turcos idealistas que não conseguiam compreender a impossibilidade de se criar um Exército organizado e moderno em uma sociedade em que predominavam as relações de produção arcaicas, articuladas em torno do sistema latifundiário. João Quartim complementa a ideia de Sodré ao asseverar, que a existência de um Exército moderno em um país economicamente atrasado só seria possível enquanto expressão de um “despotismo esclarecido.” A época, o exemplo mais notável dessa situação era a própria Alemanha, tão admirada pelos ‘jovens turcos’. Segundo Quartim, a Prússia constituía o clássico exemplo dessa hipótese, uma vez que foi em torno desse estado germânico que se realizou, principalmente através de guerras, em 1871, a unificação dos estados germânicos, dando início ao II Império Germânico -II *Reich* – (1871 - 1919). O primeiro imperador germânico foi o governante da própria Prússia, Guilherme I, e o maior articulador da unificação foi o chanceler Otto Von Bismarck, poderoso *junker*²¹⁸ que defendia a união pela via autoritária e militar do estado prussiano. Para o autor,

A fusão, na classe dos *junkers*, da condição de grande proprietário feudal com a de oficial de carreira, constituiu a expressão mesma da síntese entre as relações de produção arcaicas e um Exército organizado e eficaz e, nesta medida, ‘moderno’, que fez da Prússia e do *reich* alemão uma grande potencia militar.²¹⁹

Vale ressaltar que essa hipótese não se verificou em nosso país, “*mas afirmar que no início do século já estava evidente a sua impossibilidade é cometer uma previsão retrospectiva.*”²²⁰

Entre as principais ideias expostas no primeiro editorial destacamos a defesa do aumento dos Exércitos como instrumento de soberania nacional, ou seja, a associação entre o militar como promotor da política externa. Segundo Fernando Rodrigues esse novo conceito “*desenvolvia a corrida armamentista e também aguçava*

²¹⁷ SODRÉ, Nelson. Werneck. **A História Militar do Brasil**. 2º ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010. p. 200.

²¹⁸ Nome dado a classe dos grandes proprietários rurais da Prússia que detinham uma formação militar antes da unificação alemã.

²¹⁹ MORAES, João Quartim de. **A esquerda militar no Brasil**. v.1. São Paulo: Expressão Popular, 2005, p. 141.

²²⁰ *Ibid.* 141.

o interesse pela profissionalização militar nos países latino-americanos.”²²¹. O texto dos jovens turcos é perpassado por um tom patriótico, mas trata-se de um patriotismo que busca uma distinção em relação à sociedade civil, especialmente aos políticos. Para Frank McCann, os oficiais mantinham uma crença na sua superioridade espiritual, como forma de compensar sua posição social, política e econômica inferior em relação à classe política. Havia generalizada convicção de que os homens de farda eram puros, eram sãos, eram patriotas; ao passo que os civis eram corruptos, eram podres, despidos de todo sentimento público. Os oficiais se viam como “salvadores da pátria”, com a obrigação não só de defender seus próprios direitos e interesses, mas também salvar a pátria dos políticos civis que a corrompiam²²². Nesse sentido, os militares, especialmente a vanguarda modernizadora, seriam os verdadeiros patriotas, por isso se colocavam como responsáveis pela tutoria da nação infante rumo à maturidade civilizacional.

Por fim, destacamos a ideia de que o Exército deveria existir com base nos princípios da disciplina, da hierarquia, da autoridade, da ordem e na existência de um cerimonial próprio. A disciplina se manifestaria na obediência que o inferior deveria prestar ao superior, na integral observância dos regulamentos militares, e deveria ser o objetivo final de toda instituição militar, alcançado por meio da hierarquia. A preocupação com a disciplina era prioritária quando nos voltamos para as escolas militares. O espírito insubmisso ainda não havia sido extirpado das escolas militares e a longa tradição de episódios revoltosos ainda preocupava o alto comando militar. Prevalencia, entre os jovens turcos, a idéia de que um bom Exército é uma escola de disciplina, justamente para preparar para a disciplina social. No entanto, somente com oficiais bem preparados o a instrução da tropa seria bem-sucedida, e é nesse ponto que jovens turcos iniciariam a implementação de seu projeto de modernização do Exército: na instrução das tropas. Vale ressaltar que em um segundo momento esse grupo se voltará diretamente para instituição que formava os oficiais que atuavam na instrução da tropa. Essa atuação ocorreu no fim da década de 1910, com a implantação da

²²¹ RODRIGUES, Fernando da Silva, **Uma carreira: as formas de acesso à escola de formação de oficiais do Exército brasileiro no período de 1905 a 1946**. 2008. 268 f. Tese (Doutorado em História Política). UERJ, Rio de Janeiro. p.104.

²²²McCANN, Frank D. **A Nação Armada: ensaios sobre a história do Exército Brasileiro**. Tradução: Sílvio Rolim. Recife: Guararapes, 1982, p. 115. Para uma abordagem sociológica do patriotismo nas Forças Armadas conferir: SANTOS, Miriam Oliveira. **Berço de Heróis: o papel das escolas militares na formação dos “salvadores da pátria”**. São Paulo: AnnaBlume, 2004. pp.54-58.

chamada “Missão Indígena”, que abordaremos no próximo capítulo.

Conforme o Marechal Odylio Denys²²³, os bons resultados alcançados pelos jovens turcos na instrução da tropa, fato corroborado pelo Ministro da Guerra General Vespasiano de Albuquerque, despertaram o interesse do Alto Comando do Exército, que percebeu a necessidade da uniformização da instrução em todo o Exército. O Ministro relatava que a atuação dos jovens oficiais, *“já vem produzindo benéficos resultados, bem sensíveis e apreciáveis depois da incorporação a diversas unidades de alguns dos oficiais recém chegados da Europa, onde praticaram no Exército alemão”*²²⁴.

Nesse sentido, surge a necessidade de formar um novo tipo de oficial: bom instrutor nos corpos de tropa, disciplinador, e bom representante das organizações militares em que fossem servir, especialmente, diante da sociedade civil. Fernando Rodrigues afirma, que desde o a fundação da revista seus redatores *“procuraram obter colaboração de seus superiores hierárquicos, como forma de estabelecer uma relação com a legalidade na veiculação de suas publicações.”*²²⁵. A ida do Tenente Estevão Leitão de Carvalho e de outros integrantes do grupo para o Gabinete do Ministro da Guerra, General José Caetano de Faria (1914-1918) e para o Estado-Maior do Exército, abriria espaço para consolidar a divulgação dos interesses profissionais desses ex-estagiários do Exército alemão. Esse movimento ganhará corpo com a elaboração de um novo regulamento para as escolas militares e com a centralização da formação de oficiais na Escola Militar do Realengo, a partir de 1913.

²²³ DENYS, Odylio. Renovação do Exército – Missão Indígena. **Revista A Defesa Nacional**. Rio de Janeiro, ano 72, nº. 718. 1985. p. 14.

²²⁴ **Relatório do Ministro da Guerra**, General Vespasiano Gonçalves de Albuquerque e Silva, 1913. p.14.

²²⁵ RODRIGUES, Fernando da Silva, **Uma carreira: as formas de acesso à escola de formação de oficiais do Exército brasileiro no período de 1905 a 1946**. 2008. 268 f. Tese (Doutorado em História Política). UERJ, Rio de Janeiro. p.106.

3. Capítulo 3: O Regulamento de 1913-14 e a centralização da formação dos oficiais do Exército Brasileiro na EMR.

O regulamento para o ensino militar de 1913, foi estabelecido pelo Decreto nº 10.198, de 30 de abril de 1913. Alguns de seus artigos foram alterados pelo Decreto nº 10.832, de 28 de março de 1914²²⁶, e por isso passou a ser chamado pelos estudiosos de Regulamento de 1913-1914. A principal mudança determinada por esse estatuto foi a centralização da formação dos oficiais do Exército Brasileiro na Escola Militar do Realengo.

A sua elaboração foi determinada em abril de 1911 com a nomeação, pelo ministro da guerra, de uma comissão de oficiais que deveriam revisar os regulamentos existentes visando “*atender as conveniências mais palpitantes da instrução militar*”²²⁷. Segundo Jehovah Motta, o presidente da Comissão foi o General Caetano de Faria e seus dois outros membros foram o Major Melchisedeck de Albuquerque Lima, do Estado-Maior, e o Major Professor Samuel de Oliveira. “*A este último atribui o General Leitão de Carvalho a real autoria do novo regulamento, de quem afirma ter sido uma das mais belas inteligências do Exército, matemático, filósofo e estudioso das questões do ensino.*”²²⁸. Assinado pelo Marechal Presidente Hermes da Fonseca, o estatuto procurou eliminar os ensinamentos puramente teóricos, tendo em vista a formação de um oficial, com conhecimentos técnicos e práticos, postura de não-envolvimento em questões políticas, bom instrutor nos corpos de tropa, disciplinador, e bom representante das organizações militares em que fossem servir, especialmente, diante da sociedade civil.

Uma das primeiras resoluções do regulamento foi a diminuição do número de escolas de quatro para duas, segundo Jehovah Motta “*passaríamos a ter apenas a ‘Escola Militar’ e a ‘Escola Prática’.* *E ambas funcionando no Realengo, intimamente articuladas, podendo mesmo, sob certos aspectos, ser consideradas um só estabelecimento.*”²²⁹. Assim, todas as instituições militares de ensino que visavam a

²²⁶ A maioria das alterações foi pequena e se prendia a detalhes. No decreto, foram publicados os Regulamentos de 1913 com as correções e alterações, na íntegra, em um total de 111 páginas. Por isso a citação do decreto se refere aos regulamentos corrigidos e não somente as correções.

²²⁷ **Relatório do Ministro da Guerra**, General Emygdio Dantas Barreto, 1910. p. 6.

²²⁸ MOTTA, Jehovah. **Formação do Oficial do Exército: currículos e regimes na Academia Militar (1810-1944)**. Rio de Janeiro, Biblioteca do Exército, 1998. p. 242.

²²⁹ Ibid. p.243.

formação dos oficiais foram reunidas no bairro do Realengo, no subúrbio do Rio de Janeiro²³⁰, e passaram a funcionar sob a denominação oficial de Escola Militar e Escola Prática do Exército. Da mesma forma que ocorreu com a Escola Militar da Praia Vermelha, cujo nome oficial era Escola Militar do Brasil, a “Escola Militar” e a “Escola Prática do Exército”, passaram a ser chamadas pela historiografia de Escola Militar do Realengo. Nas memórias dos ex-alunos as alcunhas “Escola do Realengo” e “Escola Militar do Realengo” predominavam. As referências à EMR nos relatórios dos ministros da guerra entre 1913 e 1917 eram feitas em um único item denominado “Escola Militar e Prática do Exército”. A partir de 1918, apenas “Escola Militar”. A escolha do mesmo comandante para ambas, o coronel Antonio de Albuquerque Souza, reforça a supracitada ideia de Motta. Em sua primeira ordem do dia²³¹, emitida do Comando da Escola Militar, localizado no quartel do Realengo, o comandante determinava,

Para conhecimento da Escola e devida execução publico o seguinte:

Exercício de Cargo

Nomeado por decreto do dia 7 corrente comandante das Escolas Militar e Prática do Exército, criadas pelo de nº 10.198 de 30 de abril de 1913 assumo nesta data as respectivas funções e determino que sejam iniciados todos os trabalhos concernentes a boa execução dos serviços a meu cargo.²³²

Para o Comando da Escola Militar não havia distinção entre as escolas e, portanto, só circulava uma ordem do dia. A divisão em duas escolas era meramente funcional e tinha o intuito de demarcar que tipo de ensino que oferecido em cada uma. Na Escola Militar seria ministrado o ensino teórico-prático e prático e na Escola Prática do Exército, apenas o ensino prático. O Ministro da Guerra Vespasiano confirma esse intuito ao relatar que,

Ao iniciar-se o ano de 1913, o governo, usando da autorização que lhe conferiu o Congresso Nacional, deu nova organização ao ensino militar, com caráter mais prático que teórico e de perfeito acordo com as exigências da atualidade. Criou para isso, em substituição às escolas de guerra, de aplicação de artilharia e engenharia, as escolas militar e prática, sendo ministrado na primeira o ensino teórico-prático e na segunda o prático.²³³

O regulamento completava a orientação ao determinar que “*nos referidos*

²³⁰ Conferir a localização do Bairro no mapa da cidade do Rio de Janeiro, disponível no Anexo 7.

²³¹ A Ordem do Dia é o meio de comunicação escrito oficial pelo qual o Comando de uma organização militar trata de assuntos de relevante interesse da Instituição, devendo ter a mais ampla divulgação.

²³² AHEX. Acervo da EMR. **Livro de Registro das Ordens do Dia do Comando da Escola Militar e Prática do Exército**. Ordem do dia nº1 de 9 de maio de 1913.

²³³ **Relatório do Ministro da Guerra**, General Vespasiano de Albuquerque e Silva, 1913. p. 32.

*estabelecimentos não haverá ensino puramente teórico: todo ele é ou teórico-prático ou prático unicamente.*²³⁴. Era a primeira vez que o termo “teórico-prático” era usado em um regulamento para o ensino militar, que o explicava assim, “*teórico-prático significa que a teoria deveria reduzir-se ao indispensável, ser escolhida com um fim útil e, sempre que possível, seguida de exemplos práticos*”.²³⁵

A decisão de centralizar a formação do oficial do Exército no Bairro do Realengo pode ser atribuída a dois fatores principais. O primeiro foi, basicamente, geográfico, uma vez que o bairro do Realengo fazia parte da área rural do Rio de Janeiro e tinha um baixo índice de ocupação demográfica o que supria a necessidade de um local com espaço suficiente para as aulas práticas e de manobras táticas previstas no novo regulamento e concernentes ao novo modelo de educação militar que se buscava implantar. A existência de instalações militares no bairro possibilitaria o rápido início do funcionamento da escola e o afastamento das agitações políticas do centro da cidade sempre era bem visto aos olhos do alto comando militar. O bairro do Realengo abrigava instituições militares desde a época imperial e foi usado até 1905, basicamente, como campo de treinamento tático e de tiro, com especial destaque ao Campo de Instrução do Gericinó, ativo até os dias atuais. Nessa localidade funcionaram as seguintes escolas: Escola Geral de Tiro do Campo Grande (1859-1890), Escola Prática do Exército na Capital Federal (1891-1897) e Escola Preparatória e de Tática do Realengo (1898-1905). A partir de 1905, como vimos, o bairro passou a abrigar a Escola de Artilharia e Engenharia (1905-1912) e, posteriormente, o primeiro ano do curso da Escola de Guerra, como podemos aferir no relatório ministerial de 1911, “*em virtude do decreto n.8.522 de 18 de janeiro de 1911, funcionam anexos a esta escola o curso de aplicação de artilharia e o 1º ano do curso de guerra.*”²³⁶. O texto do decreto é mais específico ao, “*determinar que passe a Escola de Guerra a funcionar no edifício da Escola Artilharia e Engenharia, com internato, para o fim de nela ter em matrícula os ex-alunos do Colégio Militar*”²³⁷. Tal medida já vislumbrava a concentração dos cursos de

²³⁴ ANEXO A - Decreto nº. 10.832, de 28 de março de 1914 - Altera artigos dos regulamentos dos colégios militares e Escola Militar e Prática do Exército e de Estado Maior. In: Relatório do Ministro da Guerra, General Vespasiano de Albuquerque e Silva, 1913p. 33. Doravante apenas **Regulamento de 1913-1914**.

²³⁵ **Regulamento de 1913-1914**, p. 33.

²³⁶ **Relatório do Ministro da Guerra**, General Vespasiano de Albuquerque e Silva, 1913. p.7.

²³⁷ BRASIL, **Coleção de Leis da República (1910-1930) – Atos do Poder Executivo**. Decreto n. 8.522, de 18 de janeiro de 1911.p.76.

formação de oficiais em uma mesma instituição. No entanto, valia o alerta de atenção do Ministro da Guerra para a “*falta de acomodações para o cabal desempenho dos trabalhos escolares*”²³⁸.

O segundo fator foi administrativo, pois a organização de quatro escolas diferentes excedia as limitadas capacidades no Ministério da Guerra, fato que já era notado por Hermes da Fonseca em 1906, “*todavia posso antecipar que julgo o número de escolas muito grande para o nosso pequeno Exército.*”²³⁹. Nesse sentido, a eficiência na aplicação do novo regulamento dependia diretamente de um acompanhamento mais próximo e atento acerca do funcionamento do centro de formação de oficiais, e a centralização na EMR facilitaria esse processo. Segundo Grunennvaldt, a subordinação didática ao Estado-Maior do Exército é constatada a partir de 1905, em termos legais, e vai se tornar mais marcante a partir de 1913, momento em que o regulamento altera sua estrutura ao dedicar um corpo normativo específico para cada instituição de ensino, isso determinou que a Escola Militar receberia um regulamento exclusivo, o mesmo procedimento adotado em relação as escolas regimentais, aos colégios militares e a escola de estado-maior. Tal mudança de responsabilidade sobre a estrutura educacional foi reafirmada pelo artigo 7^a do Regulamento de 1913-1914, que determinava, “*Pelo lado didático, isto é, quanto a compêndios, programas e modos de executar a Escola Militar fica na dependência direta do chefe do Estado Maior do Exército; sob o ponto de vista administrativo e disciplinar, ela depende diretamente do Ministro da Guerra*”²⁴⁰. Para McCann, essa alteração foi “*fundamental para o desenvolvimento da Escola Militar unificada.*”²⁴¹

O Chefe do EME à época, José Caetano Faria foi um dos redatores do novo regulamento, e em sua atuação buscou padronizar a educação militar na EMR. O General José Caetano de Faria foi chefe do EME entre 1910 e 1914 e ministro da Guerra entre 1914 e 1918, e nesse período vários estudos foram desenvolvidos visando à reforma militar. A estrutura de planejamento e organização do EME seguia o modelo alemão, que determinava como mola propulsora da ação reformadora a continuidade ocorrida entre 1907 e 1918, envolvendo o Marechal Hermes da Fonseca e o Marechal

²³⁸ **Relatório do Ministro da Guerra**, General Vespasiano de Albuquerque e Silva, 1913. p.33.

²³⁹ **Relatório do Ministro da Guerra**, General Hermes da Fonseca, 1906. p.11.

²⁴⁰ **Regulamento de 1913-1914**, p.34.

²⁴¹ McCANN, Frank D. **Soldados da Pátria: História do Exército Brasileiro (1889-1937)** trad. Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.p. 249.

Caetano de Faria. A subordinação da instituição formadora de oficiais ao Chefe do EME também foi tomada do modelo germânico²⁴². Em 1917, já como ministro da guerra, Caetano de Faria relembra o papel do EME em relação às escolas militares, “*O estado-maior, - fiscalizando toda a instrução, desde as escolas superiores até os corpos de tropa, e elaborando ou examinando todos os regulamentos a ela relativos –, vai naturalmente estabelecendo a unidade de doutrina.*”²⁴³. Para McCann foi, “*fundamental para o desenvolvimento da escola militar unificada ter sido tirada do controle do Ministro da Guerra e entregue a direção do Estado-Maior.*”²⁴⁴.

O primeiro capítulo do Regulamento de 1913-14, intitulado “Da escola e seus fins” tinha apenas dois artigos, assim escritos,

Artigo 1º. A Escola Militar é um internato que se destina a ministrar às praças do Exército os conhecimentos necessários para a matrícula na Escola Prática do Exército onde lhes será passado o atestado de curso.

Parágrafo único. Não será permitido, sob hipótese alguma, que se matriculem oficiais na Escola Militar.

Art. 2º Os alunos constituirão uma ou mais companhias sujeitas ao regime militar, com a denominação de companhia de alunos e o efetivo máximo de cem praças, cada uma, armadas à infantaria.²⁴⁵.

O capítulo IV do Regulamento de 1913-1914, que dispunha sobre as matrículas manteve como condição essencial exclusividade de o candidato ser praça-de-pré, aqueles militares que tivessem no mínimo seis meses de serviço na tropa. Com exceção dos candidatos que tivessem o curso integral de um dos Colégios Militares que deveriam apresentar um atestado de aprovação nas seguintes matérias: Português, Francês, Inglês ou Alemão, Física e Química e noções de Mecânica, História Natural, Geografia Geral, História Geral, Cartografia, História do Brasil, Aritmética, Álgebra elementar, Geometria, Trigonometria retilínea, e Desenho Linear. Os demais candidatos deveriam apresentar o atestado de aprovação nos exames referentes às mesmas matérias, e realizados nos próprios colégios. O candidato à seleção deveria, ainda, preparar um requerimento a ser apresentado na secretária da Escola Militar, até 31 de janeiro de cada ano, dirigido ao Ministro da Guerra, junto com os seguintes documentos,

certidão de idade ou documento equivalente, provando ser o candidato

²⁴² BENTO, Cláudio Moreira. Marechal José Caetano de Faria. **Revista A Defesa Nacional**, n.724, março/abril de 1986, pp. 93-124.

²⁴³ **Relatório do Ministro da Guerra**, General José Caetano de Farias, 1917. p. 36.

²⁴⁴ McCANN, Frank D. **Soldados da Pátria: História do Exército Brasileiro (1889-1937)** trad. Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.p. 248.

²⁴⁵ **Regulamento de 1913-1914**. p. 65.

maior de 17 e menor de 21 anos, referida a idade ao primeiro dia útil do ano da matrícula; documento provando que o candidato era solteiro ou viúvo, sem filhos; certificado de que o candidato não sofria moléstia contagiosa ou infecto-contagiosa; certificado de vacinação; atestado de boa conduta,²⁴⁶

Os candidatos ainda seriam submetidos a um exame de admissão, que contava com quatro grupos de provas, e cada grupo tinha a modalidade escrita e oral, cujos conteúdos seriam as supracitadas matérias. O grau, ou a nota, de cada prova era a média entre a prova oral e escrita de cada grupo, totalizando quatro médias de 0 a 10. O candidato seria considerado excluído caso obtivesse nota inferior a 3 em qualquer prova, oral ou escrita, independentemente do valor das outras notas.

Sobre a Companhia de alunos a ordem do dia nº 1 determinava a criação de “3 companhias de alunos com as designações de 1ª, 2ª e 3ª (...) Para estas companhias serão transferidos os inferiores propostos pelos respectivos comandantes e todos os alunos.”²⁴⁷ O comandante determinava a criação de um companhia de praças para a qual seriam “transferidos os inferiores e praças que pertenciam as companhias da extinta Escola de Artilharia e Engenharia”²⁴⁸ O termo “inferiores” se refere aos oficiais subalternos²⁴⁹.

A orientação que oferecia um curso mais longo com os conhecimentos necessários para a aplicação em um curso prático e rápido era a mesma do Regulamento de 1905, no entanto, o novo estatuto deu uma nova estrutura curricular para essa orientação. Assim, grande inovação do regulamento de 1913-1914 foi a reforma na estrutura curricular, que passaria a ter um curso fundamental de dois anos destinado a todos os alunos e quatro cursos especializados, uma para cada Arma. Os cursos de Cavalaria e Infantaria teriam duração de um ano e os cursos de Artilharia e Engenharia, durariam dois anos. Essa estrutura rompeu com a tradição curricular vigente desde 1810 e a partir de 1913 essa passa a ser a norma na EMR até seu fechamento. A estrutura foi mantida até os dias de hoje na sucessora da EMR, como vemos na apresentação da Política Educacional da Academia Militar das Agulhas Negras,

²⁴⁶ Ibid.. p. 86.

²⁴⁷ AHEX. Acervo da EMR. **Livro de Registro das Ordens do Dia do Comando da Escola Militar e Prática do Exército**. Ordem do dia nº1 de 9 de maio de 1913.

²⁴⁸ Ibid.

²⁴⁹ Nesse caso, os cargos de 1º e 2º Tenente. (Para ver tabela completa com a hierarquia militar conferir o glossário de termos militares no Apêndice.)

A duração dos cursos da AMAN é de 4 (quatro) anos. Os cursos da AMAN são estruturados em duas fases distintas: 1ª fase, correspondendo aos 1º e 2º anos, tem por objetivo iniciar a formação do cadete, com a aquisição de conhecimentos comuns a todos os cursos, habilitando-o ao prosseguimento nos 3º e 4º anos; e II - 2ª fase, correspondendo aos 3º e 4º anos, tem por objetivos: a) complementar a formação dada ao cadete nos 1º e 2º anos, habilitando-o para o desempenho de cargos de tenente e capitão não-aperfeiçoado das Armas (Infantaria, Cavalaria, Artilharia, Engenharia e Comunicações), do Serviço de Intendência e do Quadro de Material Bélico.²⁵⁰

Essa inovação trazia em seu bojo uma situação problemática: a coexistência, na EMR, de duas estruturas curriculares, uma vez que havia um contingente de alunos remanescentes do regulamento de 1905, que seriam transferidos para a EMR. Tal problema existiu em um período anterior e continuou a existir até a extinção da escola na década de 1940, uma vez que outros regulamentos foram elaborados e implantados. Entretanto, todas as alterações regulamentais posteriores ao estatuto de 1913-1914, foram elaboradas para a mesma escola e partiam da estrutura curricular de um curso fundamental geral e quatro cursos específicos de cada Arma. Nesse caso, a mudança provoca um problema maior, pois ocorre em um contexto de tentativa de centralização do ensino militar na EMR e de alteração significativa na estrutura curricular. Como podemos atestar nas palavras do MG General Vespasiano,

Além das aulas relativas a escola militar funcionaram as do 2º ano do curso de artilharia, as do 2º e 3º ano do curso de engenharia, os cursos de aplicação de artilharia e engenharia, os de guerra e de aplicação de infantaria e cavalaria, pelo regulamento de 2 de outubro de 1905, para os alunos que iniciaram seus estudos por esse regulamento.²⁵¹

O regulamento de 1913-1914 determinava que o estatuto de 1905 vigoraria, para estes casos, até 1916²⁵² e os demais casos, seguiriam no novo estatuto conformes as seguintes disposições,

Os alunos que iam estudar o 1º ano da Escola de Guerra serão matriculados no 1º do curso fundamental (...) os que iam estudar o 2º

²⁵⁰ Informações retiradas do site oficial da AMAN. Disponível em: www.aman.ensino.eb.br. Acesso em: 14/05/2011.

²⁵¹ **Relatório do Ministro da Guerra**, General Vespasiano de Albuquerque e Silva, 1913. p. 33.

²⁵² O decreto legislativo nº 2884, do dia 18 de novembro de 1914, determinava o prazo de três meses, de janeiro a março de 1915, para a conclusão do curso da Escola de Guerra pelo regulamento de 1905. Nos referidos meses o ensino será ministrado de modo intensivo e sob aspecto exclusivamente prático. AHEx. Acervo da EMR. **Livro de Registro das Ordens do Dia do Comando da Escola Militar e Prática do Exército**. Ordem do dia nº 323 de 21 de novembro de 1914. Segundo o Relatório do MG daquele ano foram efetuadas 68 matrículas no curso de aplicação de infantaria e cavalaria e apenas 8 no de aplicação de artilharia e engenharia. (**Relatório do Ministro de Guerra**. General Vespasiano de Albuquerque e Silva. 1914. p.20.)

ano da mesma iram estudar o 2º ano do referido curso (organizando-se para eles aula especial de cálculo e mecânica) (...) os que iam para a Escola de Aplicação de Infantaria e Cavalaria, continuarão a estudar pelo presente regulamento, matriculando-se nos cursos especiais, de acordo tanto quanto possível (...) e frequentando, com os alunos do 2º ano do fundamental, a aula especial de calculo e mecânica.²⁵³

Quanto ao quadro de professores e instrutores, o ministro relata que foi preenchido com “*os professores e adjuntos vitalícios e interinos das escolas extintas, os ditos remanescentes do colégio militar, alguns docentes em disponibilidade e bem assim fizeram-se outras nomeações.*”²⁵⁴. A ordem do dia nº1 da EMR ao abordar a designação dos cargos informava que os professores deveriam assumir as disciplinas correspondentes as que lecionavam nas escolas extintas, “*até ulterior deliberação*”²⁵⁵. Essa afirmação dá margem para a interpretação de que o quadro de professores e instrutores deveria sofrer alterações que o adaptassem às mudanças regulamentais. Tal alteração, no entanto, só seria realizada no final da década de 1910 com a realização de concursos para instrutores. Pelo novo regulamento os professores deveriam seguir algumas orientações específicas, como determinava o artigo 6º,

O ensino será ministrado de modo a se evitar os excessos de teoria, as divagações inúteis e as generalizações prematuras, devendo cada docente trabalhar para que o aluno aprenda, sempre que for possível, de conformidade com a marcha natural do espírito humano, do concreto para o abstrato.²⁵⁶

Os professores, juntamente com os instrutores, seriam os responsáveis pela elaboração dos programas trienais de ensino²⁵⁷, no entanto estes deveriam ser enviados ao chefe de EME, que tinha autonomia para fazer qualquer tipo de alteração que julgasse necessária. Entretanto, o próprio regulamento já determinava que os programas não poderiam se afastar de “algumas linhas gerais”, que determinavam todos os conteúdos das aulas, principalmente as que tinham uma tradição teórica herdada dos tempos da EMPV, e a sua forma correta de exposição são descritas com detalhes, como podemos inferir pelo trecho abaixo sobre as aulas de matemática, física e química,

O ensino de matemática será reduzido ao estritamente necessário para os estudos superiores do aluno, evitando-se tudo aquilo que não tenha

²⁵³ **Regulamento de 1913-1914**. p. 89-90.

²⁵⁴ **Relatório do Ministro de Guerra**. General Vespasiano de Albuquerque e Silva. 1913. p.33.

²⁵⁵ AHEX. Acervo da EMR. **Livro de Registro das Ordens do Dia do Comando da Escola Militar e Prática do Exército**. Ordem do dia nº1 de 9 de maio de 1913.

²⁵⁶ **Regulamento de 1913-1914**.p. 69.

²⁵⁷ Exceto os programas de prática falada das línguas estrangeiras, que seriam elaborados pelo EME, e deveriam abranger a tecnologia militar em todas as suas modalidades.

aplicação ou valor prático. Os conhecimentos essenciais de geometria analítica serão dados nos dois primeiros meses do ano letivo, sendo o cálculo lecionado nos seis meses restantes; com respeito à mecânica racional, é preciso evitar sistematicamente todo o excesso de cálculo e os largos desenvolvimentos analíticos. (...) o professor de física e química entrará logo na termologia, seguindo-se a eletrologia [Estudo dos fenômenos elétricos e magnéticos] e a fotologia [Tratado acerca da luz.]. O mesmo se fará na química, encetando logo o estudo da parte descritiva, limitada à inorgânica e à inorgânica, com exclusão da biológica. *Um critério superior deverá dirigir a regência dessa aula lembrando-se o professor de que as ideias propedêuticas de uma e outras ciências já foram adquiridas pelo aluno e que se trata, tão somente na Escola Militar, de ministrar das duas ciências os conhecimentos indispensáveis para as aplicações de ordem profissional. Sendo assim, tais conhecimentos, sobre inteligentemente escolhidos, devem revestir-se de um caráter eminentemente experimental, sem o que os alunos não gravarão de modo eficaz os fenômenos e as leis a estudar.* Atendendo a tudo isso, o professor de física e química irá destacando, à medida que for fazendo seu curso, os pontos mais essenciais sobre o objetivo prático, mencionando os diversos domínios em que os alunos terão posteriormente de fazer aplicações, bem como a natureza e importância destas.²⁵⁸

Essas recomendações destacam que o ensino deveria ser orientado por dois princípios básicos: a utilidade e a experiência. A utilidade dos conhecimentos estava em seu “valor prático”, ou seja, em sua capacidade de aplicação na prática da profissão militar. A experiência se manifestava no “caráter eminentemente experimental” com o qual os conhecimentos deveriam ser “revestidos”. Os supracitados conceitos remetem ao pragmatismo filosófico, corrente de pensamento surgida nos Estados Unidos no fim do século XIX e que tinha como seus principais expoentes Charles Peirce (1839-1914) e William James (1842-1910). Outro expoente do pragmatismo, conhecido por sua forte ligação com a educação, foi John Dewey (1859-1952). Para o pragmatismo o conhecimento se daria por uma “atitude antiintelectualista” pautada nos critérios de utilidade e praticidade, ou seja, a partir da aplicabilidade do conhecimento à vida prática. Nesse sentido, o pragmatismo buscava retirar o conhecimento do plano metafísico e vinculá-lo ao plano pragmático, útil à vida. Vale ressaltar que o pragmatismo norte-americano tem suas raízes na tradição filosófica inglesa do empirismo, representada, sobretudo, pelas ideias de Francis Bacon (1561-1626) na obra *Novum Organum* e de John Locke (1632-1704) em seu *Ensaio sobre o Entendimento Humano*. Não há indícios de que os responsáveis pela elaboração do estatuto foram influenciados por essas correntes filosóficas, assim a explicação mais provável é

²⁵⁸ **Regulamento de 1913-1914.** p. 71. (Grifos nossos.)

tentativa de oposição ao ensino excessivamente teórico ministrado na EMPV por muitos anos. Outra característica importante do novo estatuto foi sua tentativa explícita de estabelecer um maior controle sobre os professores da EMR, evitando distorções do programa. A seguir faremos uma análise mais detida acerca dos programas dos cursos ministrados na EMR.

Os professores e os instrutores comporiam o conselho de instrução, presidido pelo comandante da escola. O conselho de instrução só funcionaria com a maioria absoluta de seus membros em efetivo exercício dos respectivos cargos, e tinha as seguintes atribuições,

1º, tomar conhecimento dos programas de ensino de que trata esse regulamento; 2º, organizar instruções especiais para o exame de admissão; 3º escolher os compêndios que devam ser adotados nas aulas; 4º, propor as reformas de melhoramento que possam convir ao ensino da Escola; 5º, prestar as informações e dar os pareceres que lhe forem pedidos pelo comandante.²⁵⁹

Outra forma de exercer um controle mais rígido sobre os professores foi a atribuição uma grande carga de responsabilidades, dentre as quais destacamos as seguintes,

Dar aulas nos dias e horários designados mencionando no respectivo livro, com sua assinatura, o assunto da lição (...) marcar recordações e habilitar os alunos, por meio de sabatinas, às provas de que se compoñham os exames finais da matéria; apresentar mensalmente à secretaria as notas de aproveitamento dos alunos obtidas em todas as provas realizadas, e expressas em graus de 0 a 10 (...) dar ao comandante, para ser presente no conselho de instrução, na época competente, o programa de ensino da matéria que lecionar (...) cumprir rigorosamente os programas de ensino, adotando exclusivamente os livros aprovados pelo conselho de instrução (...) enfim, empregar todos os meios ao seu alcance para que o ensino seja eficiente, concorrendo, na medida de suas forças, para a educação dos alunos entregues aos seus cuidados.²⁶⁰

Os instrutores, por sua vez, deveriam observar,

os programas do ensino prático cingindo-se rigorosamente aos regulamentos do Exército e mencionarão nas respectivas partes o assunto do exercício (...) os instrutores terão livros de carga e descarga dos objetos a seu cargo, e concernentes ao ensino de que estiverem encarregados.²⁶¹

No mesmo dia em que se encerravam os trabalhos letivos, cada professor

²⁵⁹ Regulamento de 1913-1914. p. 86.

²⁶⁰ Ibid. p. 86.

²⁶¹ Ibid. p. 80.

apresentava à secretaria da escola a relação dos alunos da sua aula com as notas, de 0 a 10, por eles obtidas durante o ano nas sabatinas e trabalhos gráficos e a média de todas essas atividades representava a *conta de ano* do aluno. No primeiro dia útil de dezembro o conselho de instrução se reunia para estabelecer os “pontos” para os exames das aulas. Os “pontos” eram formulados pelo professor da disciplina e deveriam distribuir toda a matéria do programa, lecionada durante o ano, entre 20 a 30 “pontos”. Na hora do exame seria sorteado apenas um ponto para qualquer prova. Não haveria “pontos” relativos às aulas práticas das línguas estrangeiras, uma vez que seus exames finais seriam feitos na Escola Prática do Exército. Na mesma sessão do conselho de instrução o comandante da escola designava comissões examinadoras²⁶², compostas por três membros, professores, no caso das matérias teórico-práticas e instrutores, no caso das matérias práticas.

As provas tinham cinco modalidades: escritas, orais, prático-orais, gráficos e práticas, de acordo com a natureza da matéria a qual se referisse o exame e todas com valor de 0 a 10. Os exames finais eram realizados ao longo do mês de dezembro. As provas escritas tinham duração de 4 horas e as provas orais 2 horas, o ponto sorteado para uma não poderia se repetir no sorteio da outra e deveria ser respeitado um intervalo de 72 horas entre a realização dos mesmos. Ao fim dos atos de exame de cada dia a comissão examinadora fazia a classificação dos alunos por ordem de merecimentos, tendo em vista que o *grau de aprovação*, conforme a disciplina de que se tratava, era, assim, representado, *1º, pela média dos graus da conta de ano da prova escrita e da oral, 2º, pela média dos graus da conta de ano e da prova prático-oral; 3º, pela média dos graus da conta de ano e da prova gráfica; 4º, pelo grau da prova prático-oral; 5º pelo grau da prova prática.*²⁶³. Os graus eram publicados no Diário Oficial e na Ordem do dia da EMR e eram classificados da seguinte forma, “*grau superior a 9 ½ dará direito a aprovação com distinção; de 9 ½ até 6, a aprovação será plena; inferior a 6 até 3, a aprovação será simples; abaixo de 3, haverá reprovação. Será também reprovado o aluno que tiver a média zero em qualquer prova.*”²⁶⁴. Todos os exames deveriam ser realizados na mesma época; dessa forma, segundo o artigo 51

²⁶² Caso a comissão fosse composta somente por civis ou por civis e militares a presidência ficava por conta do membro com mais alta categoria no magistério ou mais antigo como docente e quando fossem compostas apenas por militares seria seguida a hierarquia militar.

²⁶³ Regulamento de 1913-1914. p. 74.

²⁶⁴ Ibid. p.74.

não era permitido, “*sob hipótese alguma, exame vago na Escola Militar*”²⁶⁵.

O Curso Fundamental, como já vimos, era comum a todos os alunos ingressantes e tinha duração de dois anos. Com o predomínio de matérias de caráter propedêutico, apresentava quatro aulas destinadas ao ensino teórico-prático em cada ano, seis conteúdos do ensino prático, repetidas nos dois anos, além das práticas orais de francês e inglês ou alemão, também repetidas nos dois anos, como podem observar pelo quadro abaixo,

Vale destacar que as aulas e matérias que compunham o ensino teórico prático recebiam orientações do tipo “preparar o aluno para a solução de questões práticas” e “ministrar os conhecimentos indispensáveis para as aplicações de ordem profissional” revestindo-os de “um caráter eminentemente experimental”. Vimos algumas dessas orientações

Quadro 7 – Curso Fundamental da Escola Militar: por aulas e anos (1913-14).		
AULAS	ANO	
	Primeiro	Segundo
Ensino Teórico-Prático		
Conhecimentos Essenciais de Geometria Analítica e Cálculo Transcendente		
Conhecimentos Essenciais de Direito Constitucional, Administrativo e Internacional; Legislação Militar Brasileira.		
Princípios Gerais de Organização dos Exércitos; Noções de Tática e Estratégia; História Militar do Brasil.		
Conhecimentos Essenciais de Geometria Descritiva; Perspectiva, Sombras e Desenhos Correspondentes.		
Ensino Prático		
Equitação, Infantaria, Cavalaria, Artilharia, Tiro ao Alvo e Esgrima.		
Prática Falada de Francês e Inglês ou Alemão.		
Ensino Teórico-Prático		
Conhecimentos Essenciais de Mecânica Racional; Noções Fundamentais de Aeronáutica Militar.		
Física, Conhecimentos Essenciais de Termologia, Eletrologia e Fotologia:		
Química Descritiva Inorgânica e Orgânica.		
Higiene Militar, Precedida de Noções Gerais de Higiene.		
Topografia, especialmente Militar, Desenho Correspondente.		
Ensino Prático		
Equitação, Infantaria, Cavalaria, Artilharia, Tiro ao Alvo e Esgrima.		
Prática Falada de Francês e Inglês ou Alemão.		
Fonte: GRUNENVALDT, José Tarcísio. <i>A educação militar nos marcos da primeira república: estudos dos regulamentos do ensino militar (1890-1929)</i> . 2005. 285 f. Tese (Doutorado em História da Educação) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 2005. p. 114.		

²⁶⁵ Ibid. p.74.

anteriormente quando citamos o exemplo do ensino de matemática e física, clássicas matérias da EMPV. Outras matérias que integravam o ensino teórico-prático, mas que tinham um forte tradição e tendência teórica, também recebiam orientações específicas, como era o caso das aulas de *organização militar*, que deveriam ser lecionadas de modo que o aluno adquirisse “*conhecimentos proporcionais a importância prática que possam ter para estudar o Exército Brasileiro. O Exército nacional será profundamente estudado, fazendo-se o histórico de sua evolução desde o período colonial*”²⁶⁶. Embora não faça referência direta a matéria de “História Militar do Brasil”, a orientação deixa claro a função dessa disciplina: ilustrar com exemplos históricos, a organização tática do Exército brasileiro desde os tempos coloniais. As aulas de direito deveriam seguir a seguinte ordem,

Dadas em uma lição as noções propedêuticas do direito em geral, o professor passará a estudar o direito constitucional brasileiro, o administrativo e a parte internacional que interessa a profissão das armas. O ensino de legislação militar brasileira Serpa inteligentemente ligado ao anterior, procurando, além disso, o professor unificar o estudo tanto quanto possível.²⁶⁷

O regulamento ainda determinava que essas matérias deveriam ser ensinadas “*sem sobrecarregar a memória do aluno, evitando o exagero de detalhes nas nomenclaturas, e cingindo o assunto ao atual material de guerra em uso nos principais Exércitos.*”²⁶⁸.

Quando os alunos terminavam o curso fundamental era o momento de se candidatarem ao ingresso em algumas das quatro Armas: Infantaria, Cavalaria, Artilharia e Engenharia. Tal ingresso era regulamentado pelo conselho de instrução que designava anualmente, após os exames finais, os cursos especiais nos quais os alunos deveriam matricular-se. A escolha deveria levar em conta o número de vagas ocorridas no ano anterior em cada uma das armas e, por fim, a aptidão dos candidatos. O estatuto determinava alguns requisitos para o ingresso em algumas armas, os cursos de artilharia e engenharia só poderiam ser frequentados pelos alunos que tivessem sido aprovados nas oito aulas do curso fundamental com graus tais, que somados, dessem, no mínimo, um total de 48. Os melhores classificados entre eles tinham preferência na escolha do curso de engenharia. Essas determinações deixam claro que existia uma hierarquia em relação às armas, com o destaque das armas chamadas científicas (Artilharia e

²⁶⁶ **Regulamento de 1913-1914.** p. 70.

²⁶⁷ *Ibid.* p. 71.

²⁶⁸ *Ibid.* p. 71.

Engenharia) em detrimento das armas mais ligadas ao combate, como a Infantaria e Cavalaria. Embora as Armas de Infantaria e Cavalaria fossem mais fidedignas à essência do ser militar, ou seja, o combate, as armas chamadas científicas ainda detinham o *status de superior* por conta da importância que adquiriram ao longo do século XIX, especialmente a Arma de Engenharia na época da EMPV. Tal fato pode ser explicado pela fase ainda incipiente da profissionalização do oficial do Exército da década de 1910. O general Antônio Muricy, que ingressou na EMR em 1923, e se formou aspirante-a-oficial da arma de Artilharia em 1925 corrobora esse ideia ao constatar que em sua passagem pela escola, “*as armas mais escolhidas eram a Engenharia e a Artilharia*”.²⁶⁹ A partir das décadas de 1930 e 1940 a ordem, dessa hierarquia se inverteu e atualmente as Armas de Infantaria e Cavalaria são as mais privilegiadas.

O Curso de Infantaria e Cavalaria da Escola Militar tinha duração de apenas um ano e visava a formação rápida de comandantes e instrutores de tropas. Em ambas as armas as matérias visavam um aprofundamento dos conteúdos ensinados no curso fundamental, reforçados pelos conteúdos estritamente militares, como podemos observar no quadro abaixo,

Quadro 8 – Curso de Cavalaria e Infantaria da Escola Militar: por aulas (1913-14, art. 4º)

AULAS	CURSOS	
	Infantaria	Cavalaria
Ensino Teórico-Prático		
Tática e Serviços da Infantaria, Precedidos da Organização dessa Arma nos Exércitos em Geral, Especialmente nos Sul-americanos; Infantaria Brasileira.		
Armas Portáteis e Metralhadoras; Balística Elementar e sua Aplicação ao Tiro dessas Armas		
Fortificação de Campanha, Noções de Fortificação Permanente; Propriedades e Emprego dos Explosivos		
Ensino Prático		
Topografia Militar, Infantaria, Tiro ao Alvo e Esgrima.		
Prática Falada de Francês e Inglês ou Alemão.		
Ensino Teórico-Prático		
Tática e Serviços da Cavalaria, Precedidos da Organização dessa Arma nos Exércitos em Geral e Especialmente nos Sul-Americanos; Cavalaria Brasileira.		

²⁶⁹ Arquivo do CPDOC/FGV. Entrevista General Antônio Carlos Muricy. Rio de Janeiro, 1981.p. 31.

Armas Portáteis e Metralhadoras; Balística Elementar e sua Aplicação ao Tiro dessas Armas.		
Fortificação de Campanha., Noções de Fortificação Permanente; Propriedades e emprego dos explosivos.		
Hipologia e Noções Gerais de Veterinária.		
Ensino Prático		
Topografia Militar, Equitação, Cavalaria, Tiro ao Alvo e Esgrima. Prática Falada de Francês e Alemão		
Fonte: GRUNENVALDT, José Tarcisio. A educação militar nos marcos da primeira república: estudos dos regulamentos do ensino militar (1890-1929) . 2005. 285 f. Tese (Doutorado em História da Educação) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 2005. p. 115.		

O Curso de Artilharia era mais complexo que os dois anteriores e tinha a duração de dois anos, alguns de seus conteúdos eram compartilhados com o curso de engenharia, e procuravam formar um oficial com grande capacidade técnica e conhecimento dos assuntos militares, como podemos constatar no quadro abaixo,

Quadro 9 – Curso de Artilharia da Escola Militar, por anos e aulas (1913-14, art. 4º)

AULAS	ARTILHARIA	
	1ºANO	2ºANO
Ensino Teórico-Prático		
Organização da Artilharia nos Exercícios em Geral, e Especialmente nos Exércitos Sul-Americanos; Artilharia Brasileira. Material de Artilharia, Compreendendo Noções de Artilharia Naval e de Costa.		
Tática e Serviços da Artilharia: Tática Naval.		
Balística, Estilo Completo: Aplicação ao Tiro das Armas de Fogo em Geral.		
Ensino Prático		
Topografia Militar, Equitação, Artilharia, Tiro ao Alvo e Esgrima.		
Prática Falada de Francês, Inglês ou Alemão.		
Ensino Teórico-Prático		
Fortificação de Campanha: Fortificação Permanente: Ataque e Defesa das Praças de Guerra.		
Conhecimentos Essenciais de Metalurgia Eletrotécnica Militar, Noções Gerais sobre o Fabrico de Material de Guerra, Incluindo Explosivos.		
Pirotécnica Militar; Propriedades e Empregos dos Explosivos e Minas Militares.		
Desenho de Fortificação e de Máquinas.		
Ensino Prático		
Topografia Militar, Fortificação, Artilharia, Tiro ao Alvo e Esgrima. Prática Falada de Francês ou Alemão.		
Fonte: GRUNENVALDT, José Tarcisio. A educação militar nos marcos da primeira república: estudos dos regulamentos do ensino militar (1890-1929) . 2005. 285 f. Tese (Doutorado em História da Educação) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 2005. p. 116.		

O Curso de Engenharia também tinha dois anos de duração, mas

apresentava uma quantidade maior de conteúdos em relação ao curso de artilharia, como vemos no quadro abaixo:

Quadro 10 – Curso de Engenharia da Escola Militar: por anos e aulas (1913-14, art. 4º)

AULAS	ENGENHARIA	
	1º ANO	2º ANO
Ensino Teórico-Prático		
Organização da Engenharia Militar nos Exércitos em Geral e Especialmente nos Exércitos Sul-Americanos; Material e Serviços de Engenharia Militar Brasileira		
Balística, Estilo Completo: Aplicação ao Tiro das Armas de Fogo em Geral		
Resistência dos Materiais; Estabilidade das Construções (método analítico e gráfico)		
Conhecimentos Essenciais de Hidráulica: Abastecimento de Água e Esgotos; Noções Fundamentais de Engenharia Sanitária		
Arquitetura, Especialmente Militar; Desenho Correspondente		
Ensino Prático		
Topografia em Geral; Materiais de Construção, Organização de Projetos e Orçamentos de Obras Militares; Equitação.		
Prática Falada de Francês, Inglês ou Alemão.		
Ensino Teórico-Prático		
Geodésia, Precedida dos Indispensáveis Conhecimentos <i>Práticos</i> de Astronomia		
Fortificação de Campanha: Fortificação Permanente; Ataque e Defesa das Praças de Guerra.		
Estradas em Geral, Pontes e Viadutos		
Máquinas de Maior Importância para a Engenharia Militar e Eletrotécnica Militar.		
Desenho de Fortificação e de Máquinas.		
Ensino Prático		
Topografia em Geral, Geodésia; Construção de Fortificação: Telegrafia, Telefonia, Fotografia, e Serviço de Pontes. Prática Falada de Francês, Inglês ou Alemão.		
Fonte: GRUNENVALDT, José Tarcísio. A educação militar nos marcos da primeira república: estudos dos regulamentos do ensino militar (1890-1929) . 2005. 285 f. Tese (Doutorado em História da Educação) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 2005. p. 117.		

De acordo com o artigo 97, o primeiro do capítulo sobre o pessoal docente, a Escola militar contaria com 30 professores, três adjuntos, 11 instrutores e seis coadjuvantes, assim distribuídos: 27 professores para as quatro primeiras seções²⁷⁰, 3

²⁷⁰ De acordo com o artigo 5º do regulamento as matérias dos cinco cursos constituiriam sete seções, a saber, 1ª Matemática e suas aplicações; 2ª Direito, organização e tática; 3ª Física, química e aplicações; 4ª Fortificação e artilharia; 5ª Serviços de artilharia e engenharia; 6ª Armas, combatentes, esgrima e tiro; 7ª

para a prática falada das línguas estrangeiras, 1 adjunto²⁷¹ para a aula de descritiva, uma para a de topografia e uma para a de arquitetura, 1 instrutor para cada uma das matérias de que se compõe a 5ª e 6ª seções, 1 coadjuvante prático²⁷² para cada um dos instrutores da 6ª seção. Além do citado pessoal docente a escola deveria contar com 4 preparadores-conservadores, para conservar os gabinetes e laboratórios a seu cargo e ajudar o professor nas experiências quando requisitado.²⁷³ O prazo de tolerância para o término de qualquer um dos quatro cursos das Armas era de um ano e nenhum aluno poderia estudar a mesma disciplina por mais de dois anos.

O Curso da Escola Prática do Exército.

O estudo de Grunennvaldt ao abordar o regulamento de 1913-1914 suprime qualquer tipo de análise sobre o curso da Escola Prática, ao se restringir à análise do regulamento da Escola Militar e o mesmo se constata em relação ao estudo de Jehovah Motta sobre a formação do oficial do Exército. Nesta dissertação, entendemos ser importante uma análise mais detida sobre esse curso, pois ele era etapa obrigatória para a formação do oficial e para o recebimento do atestado de curso, que concedia o posto de oficial de arma ao aspirante-a-oficial.

Após concluir o curso fundamental e um dos cursos especiais de armas os alunos deveriam matricular-se na Escola Prática do Exército, que funcionava em um prédio anexo a Escola Militar. Como já vimos a Escola Prática tinha um regulamento específico, mas a maioria de seus artigos seguia o regulamento para a Escola Militar. As diferenças ficavam por conta das especificações em relação ao ensino prático, nos mesmos moldes das orientações que vimos em relação ao ensino teórico-prático na Escola militar. Na Escola Prática eram ministradas apenas aulas práticas com o intuito de,

completar e aperfeiçoar, dando-lhes um caráter eminentemente prático, em todos os sentidos, os conhecimentos das praças que tenham um qualquer dos cursos da Escola Militar, habilitando-as

Línguas estrangeiras. (**Regulamento de 1913-1914**. p. 68-69.) Para consultar a grade completa ver o Anexo 8.

²⁷¹ Os adjuntos atuavam como auxiliares dos professores, cumprindo estritamente suas instruções e, alguns casos, os substituindo. (artigos 99 e 100.)

²⁷² Os coadjuvantes práticos estavam para os instrutores como os adjuntos para os professores (artigo 102).

²⁷³ **Regulamento de 1913-1914**. p. 79-80.

assim para o desempenho das funções de oficial em cada uma das quatro armas do Exército.²⁷⁴

A Escola Prática ainda tinha algumas funções específicas que não estavam ligadas diretamente a Escola Militar, tais como,

Executar, as experiências e trabalhos ordenados pelo Ministério da Guerra, concernentes ao tiro e ao armamento; estudar o aperfeiçoamento dos métodos de tiro; estudar o aperfeiçoamento dos regulamentos táticos das armas; estudar os progressos do material de guerra nos países limítrofes, acompanhando-lhes o desenvolvimento das ideias sobre o tiro e a tática.²⁷⁵

A Escola deveria, ainda, organizar anualmente duas séries de conferências, uma por período, sobre os supracitados assuntos. Os temas dessas conferências deveriam ser enviados para o exame do chefe do EME, que podia aprovar, alterar ou proibir a execução da conferência.

O Curso da Escola Prática tinha duração de um ano e seria ministrado em dois períodos de seis meses. Em ambos, cinco meses eram destinados aos trabalhos práticos e um para os exames e visitas²⁷⁶. O ano letivo começaria no primeiro dia útil de abril, e se encerraria no último dia útil de março do ano seguinte. Nos dois períodos haveria prática falada de francês, inglês ou alemão e natação.²⁷⁷ As matérias dos períodos eram divididas seis grupos por período, conforme o quadro abaixo,

Quadro 11 – Curso da Escola Prática do Exército: aulas, grupos e períodos (1913-1914.)

Grupos	MATÉRIAS	Períodos	
		1º	2º
1º	Estudo prático das armas portáteis e metralhadoras em uso no Exército nacional e nos das nações limítrofes. Esgrima de espada, florete e baioneta.		
2º	Estudo práticos dos regulamentos de infantaria brasileira relativos a manobras e ao serviço em campanha. Preparo para o comando das diversas unidades da arma. A infantaria em marcha, em estação, no combate; serviço de segurança; material		
3º	Cavalo de guerra; preceitos para a sua escolha, aquisição, treinamento, tratamento e conservação; sistemas de remonta. Equitação e esgrima a cavalo.		
4º	Estudo prático dos regulamentos da cavalaria brasileira, relativos a		

²⁷⁴ Regulamento de 1913-1914. p.92.

²⁷⁵ Ibid.p. 92.

²⁷⁶ Completarão a instrução dos alunos visitas a estabelecimentos e obras militares, a navios de guerra e estabelecimentos navais. (art. 12)

²⁷⁷ Regulamento de 1913-1914. p. 92.

	manobras e ao serviço de campanha. Preparo para o comando das diversas unidades da arma. A cavalaria em marcha, em estação e no combate; cavalaria independente; exploração e serviços de segurança; material.		
5º	Estudo prático do armamento e material de artilharia em uso no Exército nacional e nos das nações limítrofes. Material de guerra em geral.		
6º	Estudo prático dos regulamentos da artilharia brasileira, relativos a manobras e ao serviço de campanha. Preparo para o comando das diversas unidades da arma. A artilharia em marcha, em estação e no combate; proteção pelas outras armas.		
1º	Topografia e foto-topografia; levantamentos regulares e expedidos; reconhecimentos e explorações militares; reconhecimentos e explorações de terreno para os trabalhos militares de engenharia. Estradas, pontes e viadutos, memória descritiva.		
2º	Eletricidade aplicada a guerra; instalações, telegrafia, telefonia, fotografia e criptografia. Aerostação [balonismo] militar.		
3º	Prática de tiro. Fortificação; ataque e defesa das praças de guerra e dos entrincheiramentos; minas militares. Trabalhos de guerra, incluindo destruição de vias férreas, pontes e viadutos.		
4º	Ligação de armas. Formação das grandes unidades em pé de guerra; seu funcionamento em campanha; serviços auxiliares do Exército.		
5º	Jogo da guerra.		
6º	Escrituração militar completa: redação de ordens em geral, informações, relatórios, correspondência oficial, serviços auxiliares do Exército.		
Fonte: Regulamento de 1913-1914 . pp.92-93.			

Segundo o artigo nono cada grupo deveria ser ensinado três vezes por semana, pela manhã e à tarde, por causa da natureza dos trabalhos, exceção feita para o 5º e 6º grupos do 2º período, que poderiam ser ensinados ao meio dia, porém três vezes na semana também e a natação seria ensinada duas vezes por semana.²⁷⁸

Por se tratar de um ensino estritamente prático o corpo docente era composto apenas de treze instrutores, treze coadjuvantes práticos, sendo que haveria um instrutor e coadjuvante prático para cada grupo e um instrutor e coadjuvante prático para natação. Completavam o corpo docente, os três professores de prática falada das línguas estrangeiras e um preparador-conservador para o gabinete de fotografia.

As atribuições dos professores e instrutores seguiam as disposições dos artigos do regulamento da escola militar, acrescentando que na Escola Prática os instrutores também deviam “*interrogar os alunos durante os exercícios, procurando conhecer-lhes a inteligência, o interesse pelos trabalhos, o amor à profissão, o espírito de iniciativa, de modo que as contas de ano correspondam ao merecimento real de*

²⁷⁸ Ibid. p. 93.

cada um.”²⁷⁹. Os instrutores ainda eram orientados a procurar, “*durante os exercícios, todos os meios para que os alunos vejam na prática, de modo real, os trabalhos a executar, lançando mão das forças aquarteladas na Escola e dos instrumentos, aparelhos e mais objetos necessários ao ensino.*”²⁸⁰. Por fim o estatuto aconselhava os instrutores a tomarem cuidado para não amortecerem “*espírito de iniciativa dos alunos, procurando ao contrario, despertá-lo e educá-lo com a maior intensidade.*”²⁸¹

Em relação aos exames, o estatuto previa duas épocas para a sua realização: uma em setembro, para o primeiro período; outra em março, para o segundo. As provas seriam de três espécies: orais, prático-orais e práticas, sendo que as orais eram para as línguas, as práticas para o tiro, esgrima e natação e as prático-orais para todas as outras matérias dos grupos. Cada prova duraria, no máximo, uma hora, não podiam ser examinados mais de seis alunos por dia.

O artigo 7º do estatuto determinava que, “*todo o aluno, qualquer que seja o curso especial que tenha – infantaria, cavalaria, artilharia ou engenharia – é obrigado a frequência e ao exame dos 12 grupos, a fim de que se lhe passe o atestado de curso.*”²⁸². Dessa forma, os alunos das armas de infantaria e cavalaria receberiam a patente de aspirante-a-oficial após e a conclusão do curso da Escola Prática e só poderiam receber a patente de segundo tenente um ano depois. Os alunos de artilharia e engenharia, que tinham um curso mais longo, eram declarados aspirantes ao ingressar na Escola Prática e poderiam ser promovidos logo após a conclusão do curso da mesma.

O curso da escola prática reforçava os conteúdos profissionais e técnicos na tentativa de consolidar a nova diretriz de ensino. Outra característica dessa diretriz era a redução da duração dos cursos das armas para a rápida formação de oficiais no novo molde, entretanto é nesse ponto que o curso da escola prática aparecia com um entrave, pois adiaria a formação de todos os oficiais em cerca de um ano. Essa contradição será resolvida apenas em 1918 com a dissolução dos conteúdos do curso da Escola Prática no currículo geral da Escola Militar.

²⁷⁹ Ibid. p. 94.

²⁸⁰ Ibid. p. 95.

²⁸¹ Ibid. p. 95.

²⁸² Ibid. p. 93. Para ver o modelo do atestado de curso conferir o Anexo 9.

3.1 Entre a norma e a realidade: Os primeiros anos da EMR (1913-1918).

O início da década de 1910 foi marcado por uma disputa eleitoral entre o Ministro da Guerra Hermes da Fonseca, apoiado pelos políticos mineiros, gaúchos e militares, e o Senador Rui Barbosa, preferido dos paulistas. Vale ressaltar que tal contenda, em última análise, não passou de uma divergência entre as elites agrárias regionais que, invariavelmente, dominavam a política da época. Pela primeira vez na história da Primeira República ocorreria uma verdadeira disputa eleitoral e esse ineditismo foi sentido pelas populações das grandes cidades do Brasil, pois, segundo Hélio Silva, o “*povo acorria, com entusiasmo às urnas em uma disputa real embora a máquina dos governos estaduais funcionasse na manipulação da fraude*”²⁸³. A ressalva do autor nos remete a constatação, elaborada no primeiro capítulo, acerca da ocorrência sistemática de fraudes eleitorais ao longo do período republicano. De acordo com Frank McCann, apesar do embate eleitoral as ideias de Hermes da Fonseca se alinhavam com as de Rui Barbosa em determinados temas, “*como na crítica ao sistema político e às oligarquias estaduais.*”²⁸⁴.

Para alguns autores, como José Murilo de Carvalho e McCann, o principal erro da campanha eleitoral de Rui Barbosa foi tentar caracterizar a candidatura de Hermes da Fonseca como “militarista”, atribuindo a sua campanha um tom “civilista”, ou seja, de reação a uma possível intervenção do Exército na política. No entanto, a candidatura de Hermes da Fonseca pode ser explicada muito mais pelo esforço das elites mineiras e gaúchas em eleger um candidato que pudesse representar seus interesses do que realmente por um desejo intervencionista do Exército. A candidatura de Rui Barbosa, segundo Boris Fausto, se apresentou como “*a luta da inteligência pelas liberdades políticas, pela cultura, pelas tradições liberais, contra o Brasil inculto, oligárquico e autoritário.*”²⁸⁵, e nesse sentido procurou atrair o voto das classes médias urbanas através da defesa de princípios democráticos e, principalmente, do voto secreto. João Quartim de Moraes nos oferece um contraponto a essa constatação ao caracterizar a campanha de Rui Barbosa como um “civilismo de circunstância”, uma vez que este, “*participara, como poderoso Ministro da Fazenda, do governo de*

²⁸³ SILVA, Hélio. **O Poder Militar**. Porto Alegre: L&PM Editores, 1984. p. 83.

²⁸⁴ MCCANN, Frank D. **Soldados da Pátria: História do Exército Brasileiro (1889-1937)**. Trad. Laura Teixeira Motta. Companhia das Letras: São Paulo, 2007. p.154.

²⁸⁵ FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. 13ª edição. São Paulo: EDUSP, 2010. p.271.

Deodoro da Fonseca, e redigira, como revisor do projeto de Constituição republicana, o artigo que atribuía aos militares a malfadada função de manter as leis no interior do país.”²⁸⁶

No dia 14 de julho de 1909 a morte prematura do então presidente Afonso Pena, que era a favor de um candidato civil, definiu o rumo das eleições ocorridas no dia primeiro de março de 1910, pois seu vice-presidente Nilo Peçanha manifestou claramente o apoio do Governo Federal à candidatura do Marechal Hermes da Fonseca. Apesar da aparente falta de pretensão política do Marechal, é inegável que sua eleição colocou novamente os militares em uma posição política de destaque, e que o “Marechal Presidente”²⁸⁷ faria questão de demonstrar isso, uma vez que, segundo Frank McCann, “*em 1912, sete senadores, seis deputados, três governadores e o prefeito do Distrito Federal eram oficiais da ativa, com patentes que iam de tenente-coronel a general-de-divisão*”²⁸⁸.

A presidência de Hermes da Fonseca, por sua vez, não foi marcada pela ostentação de militares em cargos políticos, e sim por ações militares em violentos episódios, como a Revolta da Chibata (1910), a Campanha do Contestado (1914-1915) e na ação política do Exército no movimento salvacionista. Em 22 de novembro de 1910, Hermes da Fonseca, apenas sete dias após sua posse, se deparou com uma rebelião no interior das Forças Armadas quando os marinheiros que tripulavam os modernos encouraçados *Minas Gerais* e *São Paulo* se rebelaram contra a manutenção dos castigos corporais na Marinha que ocorria mesmo após sua abolição pelo terceiro decreto da República em 16 de novembro de 1889. Segundo McCann, “*o regulamento naval prescrevia dez, quinze ou 25 chibatadas para várias transgressões, mas há vários relatos que mencionam duzentas ou trezentas.*”²⁸⁹. A utilização dos castigos corporais remetia diretamente ao passado próximo da escravidão, fato avivado pela polarização racial da Marinha, onde a maioria dos oficiais eram brancos, e a maioria dos marinheiros, negros. A Revolta da Chibata, como ficou conhecido o episódio, consistiu, basicamente, na tomada dos navios pelos marinheiros que, em seguida, ameaçaram

²⁸⁶ MORAES, João Quartim de. **A esquerda militar no Brasil**. São Paulo: Expressão Popular, 2005. v.1. p.147.

²⁸⁷ Por não existir obrigatoriedade legal Hermes da Fonseca optou por manter-se como oficial da ativa, adicionando apenas a atribuição de Presidente da República ao seu posto de Marechal.

²⁸⁸ MCCANN, Frank D. **Soldados da Pátria: História do Exército Brasileiro (1889-1937)**. Trad. Laura Teixeira Motta. Companhia das Letras: São Paulo, 2007. p.142.

²⁸⁹ Ibidem. p.157.

bombardear a capital caso suas exigências por melhores tratamentos não fossem atendidas. Em apenas dois dias a anistia aos rebeldes foi votada no Congresso e sancionada pelo Presidente, e no dia 26 de novembro os marinheiros devolveram os navios aos oficiais. O real desfecho da revolta ocorreria na base naval da ilha das Cobras, no dia 9 de dezembro de 1910, quando cerca de 600 marinheiros detidos provisoriamente se rebelaram novamente em virtude da não efetivação da anistia. Nesse episódio, porém, a Marinha lançou mão de uma violenta repressão que contou com o uso dos encouraçados para bombardear os revoltosos, deixando cerca de 100 mortos. No dia seguinte, o presidente Hermes da Fonseca enviava ao congresso um pedido de decretação de estado de sítio, rapidamente aprovado pelo Senado e pela Câmara. Tal fato intensificou a repressão aos marinheiros envolvidos promovendo a expulsão em massa e a prisão dos líderes das duas rebeliões. Segundo João Quartim, os dezoitos presos foram levados a um calabouço e,

intoxicados com cal, abundantemente derramado na cela sufocante sob o cínico pretexto de desinfetá-la. Quando, na manhã do dia 25 de dezembro, talvez pela atenção a data, a cela foi aberta, dezesseis cadáveres, alguns já apodrecendo, a entulhavam. (...) Naquele mesmo dia de Natal, deixava o Rio de Janeiro o navio *Satélite*, levando nos porões uma carga humana de cerca de 500 deportados para a Amazônia, marginais na maioria, mas também 105 marinheiros considerados instigadores da trágica revolta. Na longa viagem, nove dos principais “cabeças” do movimento foram fuzilados. A ordem voltava a reinar na Marinha...²⁹⁰

Esse episódio ficaria marcado na história das Forças Armadas por muitos anos.

O movimento salvacionista foi o nome dado a uma série de intervenções militares nos estados com o intuito de depor os governadores adversários do Governo Federal. A primeira “salvação” foi no Estado do Rio de Janeiro, onde o presidente, Alfredo Baker, que apoiara Rui Barbosa, foi substituído pelo coronel Feliciano Sodré, chefe da oposição a esse governo, que elegeu uma segunda Assembléia Legislativa caracterizando o dualismo de poder. Segundo Hélio Silva,

era o motivo constitucional das intervenções. A fraude generalizada facilitava a tarefa. Realmente, não havia eleição. Governo e oposição, ambos, apresentavam atas duvidosas. Foi assim, que o poder apurador declarou legítima a fraude da oposição e invalidou, por fraudulento, o resultado do situacionismo.²⁹¹

²⁹⁰ MORAES, João Quartim de. **A esquerda militar no Brasil**. São Paulo: Expressão Popular, 2005. v.1. p.151.

²⁹¹ SILVA, Hélio. **O Poder Militar**. Porto Alegre: L&PM Editores, 1984.p.85.

Com os mesmos procedimentos legais foram depostos o governo da Bahia e de Pernambuco, onde assumiram o poder homens de confiança de Hermes. Também foram iniciados movimentos para a derrubada dos governos de São Paulo e do Rio Grande do Sul, mas a influência de importantes políticos junto ao Governo Federal, impediram sua concretização.

Ao final de agosto de 1914 ocorreu uma disputa territorial envolvendo diversos interesses de latifundiários regionais em uma área limítrofe reivindicada pelos estados do Paraná e Santa Catarina. Inevitavelmente a população pobre da região se envolveu nos enfrentamentos ocorridos na região. Entre essa população surgiu um movimento messiânico religioso liderado por um “monge” chamado José Maria. Acusados de pretenderem a restauração da monarquia, os “religiosos” tornaram-se alvo do governo, que enviou forças do Exército para desalojá-los. Entre 1912 e 1914, seis expedições foram enviadas contra os rebeldes, sem resultado. Os combates entre esses “fanáticos” e as tropas oficiais perpassaram os três anos seguintes, chegando a envolver o mais moderno equipamento bélico e mais de 7.000 soldados no auge da guerra. Somente em dezembro de 1915 é que cessou a campanha do Contestado, com a morte de todos os líderes do movimento messiânico.

A exposição desses acontecimentos é importante para demonstrarmos que o Brasil passava por momentos de instabilidade política e social que chegou a atingir as Forças Armadas, internamente com a Revolta da Chibata, e externamente, pois o Exército foi mobilizado para lutar contra a própria população e interferir em questões políticas.

As primeiras páginas desse capítulo foram preenchidas por uma exposição sobre documentos oficiais relacionados com a fundação da EMR, a saber, o Regulamento de 1913-1914 e os relatórios dos Ministros da Guerra. Como já vimos tais documentos foram elaborados com a intenção de reformar estruturalmente a formação do oficial do exército, ou seja, com o propósito de modernizar o ensino militar do Exército. É fundamental entendermos que o sentido dessa modernização é o de profissionalização do oficial do exército tendo como modelo os exércitos estrangeiros, notadamente o alemão e o francês.

Nas próximas páginas tentaremos analisar os primeiros anos de

funcionamento da EMR, de 1913 a 1918²⁹², com o intuito de confrontar as determinações dos documentos oficiais com as condições reais da EMR. Para tanto usaremos os relatos memorialísticos de ex-alunos que passaram pela escola nesse período. O principal e mais detalhado relato é o do Marechal Henrique Duffles Teixeira Lott que frequentou a EMR entre 1911 e 1914. Ao abordar sua chegada na escola ele relembra que,

A escola, quando a cursei, nem era chamada Escola Militar, mas havia dois cursos – o da Escola de Guerra e o da Escola de Aplicação de Infantaria e Cavalaria –, ambos no Realengo. Minha turma inaugurou a Escola de Aplicação. Viemos 48 que havíamos concluído o curso no Colégio Militar em fins de 1910 e a nós se somaram mais oito reprovados da Escola de Guerra do sul.²⁹³

Como já vimos anteriormente a Escola de Guerra foi transferida para o Realengo no início de 1911 e, portanto, Lott fazia parte da primeira turma a cursar o primeiro ano da Escola de Guerra em terras realengas. O Marechal também ofereceu uma pequena descrição física, “*A Escola Militar, então, funcionou no edifício que abrigou a Escola Preparatória e de Tática do Realengo. Era um edifício grande, quadrilátero, tendo a parte da frente com dois pavimentos, as laterais e a dos fundos com um só pavimento e um grande pátio no meio.*”²⁹⁴. A caracterização de Lott nos apresenta um prédio demasiadamente simples e pequeno diante do eminente aumento de cursos que a instituição recebia, especialmente após a concentração de toda a formação do oficialato na EMR a partir de 1913. A título de comparação exporemos uma descrição mais detalhada de um cadete que frequentou a escola no início dos anos 1930,

Compreendia longo retângulo fechado, dividido, internamente, por pavilhões. Formava-se assim três pátios internos: o primeiro, o da frente, era cercado pelo pavilhão de comando e administração, salas de aula e, ao fundo, o pavilhão da biblioteca e cinema; o segundo era cercado por pavilhões de alojamento; o terceiro, por pavilhões de alojamento de um lado, o rancho e o cassino, de outro, e, ao fundo o pavilhão de enfermaria.²⁹⁵

²⁹² O ano de 1918 marcou o fim da Primeira Guerra Mundial e o início de uma nova etapa de desenvolvimento do Exército Brasileiro e conseqüentemente da educação militar. Essas mudanças serão analisadas posteriormente.

²⁹³ **Arquivo do CPDOC/FGV**. Entrevista Marechal Henrique Batista Duffles Teixeira Lott. Rio de Janeiro, 1978. p.9.

²⁹⁴ *Ibid.* p.7.

²⁹⁵ SODRÉ, Nelson. Werneck. **Memórias de um soldado: do tenentismo ao Estado Novo**. 2ª edição. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1986. p.73.

As instalações descritas por Nelson Werneck Sodré continham três pátios²⁹⁶ e mesmo assim são anteriores as reformas implementadas no ano de 1931, pelo então Coronel José Pessoa, comandante da EMR entre 1931 e 1934. Vale ainda destacar que entre 1913 e 1918 a estrutura física da EMR se aproximava muito mais da descrição de Lott. Em 1915 o Ministro da Guerra alertava o Presidente da República para a necessidade urgente de reformas na escola alegando inclusive que existia um projeto de ampliação daquele edifício e outros melhoramentos que *“o tornariam perfeitamente apto ao fim a que se destina, mas que as condições financeiras atuais não permitem executá-lo, sendo que no presente momento bastaria assobradar as duas alas da frente, que assim ficaria aumentado de seis salões.”*²⁹⁷. Por fim, o Ministro descreve as únicas melhorias realizadas naquele ano, *“devido à pequena verba concedida, somente ligeiros reparos inadiáveis se fizeram em varias dependências da escola. Foram iniciadas e concluídas as instalações de luz elétrica no picadeiro, nas baias, no quartel da companhia e na enfermaria e farmácia.”*²⁹⁸. Diante do exposto podemos observar que somente após três anos de funcionamento a EMR conseguiu finalizar a instalação de luz elétrica em departamentos vitais como o quartel das companhias, onde os alunos se alojavam, e a enfermaria. Essa situação perdurou por mais alguns anos, pois, segundo Claudius Viana, até o fim da década de 1910,

a escola ainda era composta por um único pátio, tomado por alojamentos; as salas de aula espalhavam-se pelas ruas sem calçamento do bairro, e grande parte dos alunos se hospedava - prática herdada da Praia Vermelha - em repúblicas, quartos alugados como moradia conjunta.²⁹⁹

Em contrapartida, ao abordar o material humano, ou seja, os oficiais responsáveis pela administração e pelo ensino ministrado na EMR o Marechal Lott afirmava que,

a escola teve bons comandantes, exigentes, mas muito bons. Disciplinadores, muito sérios, muito honestos e muito justos; também teve um bom corpo de instrutores, dos quais o melhor foi o então tenente Eurico Gaspar Dutra, que era instrutor da cavalaria. (...) Havia outros bons instrutores, como um de infantaria que se destacou porque era grande andarilho, um entusiasmado pela infantaria, mas

²⁹⁶ No Anexo 10 temos um mapa da EMR em 1931 onde constam os três pátios.

²⁹⁷ **Relatório do Ministro da Guerra**, General José Caetano de Faria, 1915. p. 23.

²⁹⁸ *Ibidem*. p.26.

²⁹⁹ VIANA, Claudius Gomes de Aragão. **História, memória e patrimônio da Escola Militar do Realengo**. Dissertação de Mestrado em História, Política e Bens Culturais. CPDOC/FGV, Rio de Janeiro. p. 83.

profissionalmente não estava à altura do Dutra. A artilharia tinha uns nomes, dos quais também não me recordo agora, que nos davam instrução e eram bons instrutores. Tínhamos ainda instrutor de ginástica. (...) Tivemos também excelentes professores de assuntos militares, de cálculo, descritiva, cálculo diferencial, integral, geometria analítica, que nos proporcionavam uma boa base. (...) Os professores, de um modo geral, eram bons mestres que procuravam por todos os modos, nas matérias pelas quais eram responsáveis, nos dar uma cultura que nos habilitasse mais tarde a desempenhar bem nossas funções no Exército.³⁰⁰

A afirmação de que a EMR tinha bons professores e instrutores, não corresponde aos resultados da extensa pesquisa realizada por Jehovah Motta sobre esse período. O último parágrafo é merecedor de uma análise mais detida, pois, quando Lott utiliza a expressão “cultura” como algo que habilitasse o bom desempenho do oficial do Exército percebe-se um resquício da concepção de formação da extinta EMPV. Isso pode ser comprovado quando Lott, ao falar da EMPV, lamentava seu brusco fechamento, pois, *“a Escola Militar da Praia Vermelha formava profissionais que se destacavam em várias funções públicas. A instrução, a formação profissional e a formação técnica e conhecimentos gerais de lá eram muito boas, porque havia um excelente quadro de mestres.”*³⁰¹. Ao ser questionado sobre as críticas de que o tipo de ensino ministrado na EMPV formava mais bacharéis fardados do que militares, o Marechal Lott sintetiza a diferença essencial entre os tipos de ensino ao afirmar que,

A Escola Militar, encaixada na praia Vermelha, não proporcionava a seus alunos a possibilidade de fazer exercício de combate no campo e eles se ressentiam disso. Não havia linha de tiro nem qualquer exercício prático, a não ser a ordem unida, que se faz em qualquer canto. No Realengo, ao contrário, estávamos junto de Gericinó e tínhamos maior possibilidade de nos formar profissionalmente na instrução de combate. Eu, quando era da Escola Militar, tinha mãos grossas de cavar trincheira. Em compensação, mais tarde fiz muita gente cavar trincheira, inclusive dois presidentes da República – Castelo Branco e Costa e Silva –, que tiveram que engrossar a mão, quando fui seu instrutor em organização do terreno.³⁰²

Após a leitura do trecho fica evidente que a realização de atividades práticas, sobretudo as de esforço físico, era considerada um “divisor de águas” na formação do oficial do Exército brasileiro, ao menos para os próprios oficiais.

Outro importante relato memorialístico é a autobiografia de Juarez

³⁰⁰ **Arquivo do CPDOC/FGV.** Entrevista Marechal Henrique Batista Duffles Teixeira Lott. Rio de Janeiro, 1978. p.13.

³⁰¹ *Ibid.* p.8.

³⁰² *Ibid.* p. 9-10.

Távora escrita em 1973, após o fim de sua importante carreira política³⁰³. Távora também chegou ao posto de General do Exército. Em 1917 Juarez e seu irmão Fernando entraram para a Escola Militar, saindo em dezembro de 1919 como aspirantes-a-oficial da arma de engenharia. Sobre o seu primeiro ano ele relata que naquele ano a escola havia recebido um grande número de alunos, elevando o corpo discente da escola a quase setecentos alunos. Isso gerou problemas em relação a modesta estrutura física da EMR, uma vez que, “*seus alojamentos e salas de aula não estavam dimensionados, entretanto, para atender a um tal efetivo. As próprias dotações orçamentárias, para fardamento e roupas de cama eram insuficientes.*”³⁰⁴. O Relatório do Ministro da Guerra daquele ano corrobora a condição insatisfatória do edifício, mas apresenta um número menor de alunos ao constatar que haviam 503 alunos matriculados na EMR, o que não deixava de ser um número alto, pois segundo o próprio Ministro da Guerra existia um “*um projeto de construção de um novo edifício, de modo a conter 500 alunos e centralizar as dependências do estabelecimento.*”³⁰⁵. Ora, a situação era delicada, pois mesmo após a suposta expansão de suas dependências, a EMR estaria funcionando com sua capacidade futura excedida em 3 alunos já em 1917.

Vale ressaltar que a referida expansão só seria implantada em 1919. No entanto, segundo Távora, somando as turmas dos três primeiros anos do curso da Arma de Engenharia não se somavam mais que trinta alunos, o que fazia da Arma, “*por seu reduzido número de alunos, um oásis de ordem no meio daquele tumulto.*”³⁰⁶. Sobre as matérias cursadas no primeiro ano do curso fundamental, ainda na vigência do Regulamento de 1913-1914, Távora faz uma pequena separação: entre as teóricas, as matérias mais difíceis eram Cálculo e Geometria Descritiva e as “relativamente leves” eram História Militar e Direito Constitucional e Internacional. As matérias consideradas teóricas por Távora, no Estatuto constavam como “teórico-práticas”. Restava, assim, a chamada “Instrução militar prática”, composta por exercício de ordem unida, tiro ao alvo e ginástica. Sobre os horários a serem cumpridos em um dia normal Távora nos

³⁰³ Juarez Távora participou ativamente do movimento tenentista, de 1922 a até o fim da Coluna Prestes em 1927, e após a Revolução de 30 passou a figurar como importante figura no Governo Vargas. Távora também ocupou cargos políticos nos governos militares.

³⁰⁴ TÁVORA, Juarez. **Uma vida e muitas lutas: da planície à borda do altiplano**. Rio de Janeiro: Livraria José Olímpio Editora & Biblioteca do Exército, (v. 1), 1973. p.85.

³⁰⁵ **Relatório do Ministro da Guerra**, General José Caetano de Farias, 1917.p.44-45.

³⁰⁶ TÁVORA, Juarez. **Uma vida e muitas lutas: da planície à borda do altiplano**. Rio de Janeiro: Livraria José Olímpio Editora & Biblioteca do Exército, (v. 1), 1973. p.86.

oferece uma descrição detalhada que reproduziremos a seguir,

Os horários eram apertados. Acordávamos às 4,30 para lavar o rosto ou tomar banho e vestir- nos. Por volta das 5,30 tocava o ‘rancho’ para o café. E normalmente de víamos estar formados as 6, para a instrução no campo. Às 9, almoçávamos, e após pequena pausa, começavam, às 10 horas, as aulas teóricas. Às 15, jantávamos. A partir das 16 podíamos deixar o recinto da escola e dar um passeio pelo Realengo. Às 18 horas tocava o ‘rancho’ para a ceia. Depois da ceia tínhamos estudos em sala, que se prolongava até às 21, quando tocava ‘revista’. A esse toque os alunos formavam nos respectivos alojamentos, para conferência, pelo oficial de dia, dos cadetes presentes. Finalmente, às 22 horas, tocava ‘silêncio’.³⁰⁷

O relato de Távora aborda um tema inexistente nas outras memórias utilizadas como fonte nessa pesquisa: a religião. Távora fala da fundação de uma Conferência Vicentina na EMR com o nome de São Maurício (centurião romano e mártir cristão) por um grupo de aproximadamente 12 cadetes católicos – no qual ele e o irmão se incluíam. O ambiente era hostil à religiosidade, pois o grupo era “*ridicularizado, inicialmente, por pequeno grupo de agnósticos impenitentes.*” O autor destacava que algumas conferências proferidas pelo padre de Realengo contribuíram para “*modificar de alguma forma, o ambiente de ateísmo e indiferença religiosa reinante, tradicionalmente, na Escola Militar.*” No entanto, segundo Távora, o movimento religioso do qual fazia parte passou a ser respeitado somente após as manifestações do “espírito de caridade cristão” demonstrando pela Conferência Vicentina diante do surto de gripe espanhola que assolou a cidade do Rio de Janeiro entre 1918. A gripe chegou ao Brasil em setembro de 1918, com um grupo de marinheiros que desembarcou em Recife após prestarem serviços militares na costa atlântica da África. Pouco mais de duas semanas depois a doença chegava a São Paulo e ao Rio de Janeiro. Em poucos meses foram registradas 14.348 mortes, só no Rio de Janeiro e cerca de 2.000 em São Paulo.³⁰⁸ Na década de 1920 o movimento católico na EMR cresceu consideravelmente.

Outro relato que aborda fatos que geralmente ficam de fora da maioria das memórias é a entrevista concedida pelo General José Machado Lopes aos

³⁰⁷ Ibid. p.86.

³⁰⁸ Dados disponíveis em: <http://www.invivo.fiocruz.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=815&sid=7>. Acesso em 4/1/2012.)

pesquisadores do CPDOC em 1986³⁰⁹, quando o ex-aluno da EMR tinha 86 anos. Apesar da avançada idade o Machado Lopes descreve algumas particularidades, de seu cotidiano na EMR, entre 1918 e 1922. Dono de um discurso eloquente o ex-aluno relata como era a EMR no ano de seu ingresso, *“Era uma coisa horrível, era um educandário no qual não podia entrar família. O ideal do aluno era ser machão, com revólver na cintura e facção no colete.”*³¹⁰. Ao ser indagado se os cadetes não eram proibidos de portar armas o ex-aluno ironizou: *“Não, era uma anarquia medonha. Os alunos andavam nus e saíam assim da escola para ir comprar o jornal na Estação.”*³¹¹. (Trata-se da estação do Realengo da Estrada de Ferro Central do Brasil). Machado afirmou que saiu do Colégio Militar de Barbacena, onde a disciplina era “consciente e racional”, para uma escola cuja disciplina era “anarquizada”. Ele relembra que, *“quando os alunos passavam por Bangu as pessoas trancavam as portas, pois caso contrário os alunos invadiam tudo.”*³¹² Outra demonstração dessa “anarquia”, segundo Machado, era o fato de alguns cadetes deixarem o dia de sua guarda para jogar pôquer. Em um destes dias de “jogatina”, o cadete Ângelo Mendes de Moraes, veterano que se formaria no fim de 1918, acabou se envolvendo em uma violenta briga. Para Machado foi o Comandante Coronel Eduardo Monteiro de Barros que moralizou a EMR, pois quando assumiu, em 1919, expulsou mais de 100 alunos por indisciplina. Vale lembrar que no Relatório do Ministro da Guerra de 1919³¹³ não constam as referidas expulsões, apenas o desligamento de 216 alunos, dos quais 197 por conclusão de curso e apenas 19 por outros motivos. De qualquer forma, o relato de Machado Lopes revela aspectos informais do cotidiano da EMR, que os regulamentos, os relatórios dos Ministros da Guerra, e até, as ordens do dia não seriam capazes de nos fornecer. Retomemos a análise do Regulamento de 1913-1914.

Ao abordarmos o capítulo VII “Do material de ensino e dependências da Escola” do Regulamento de 1913-1914 que previa que “Para que o ensino seja ministrado com o necessário desenvolvimento, em todas as suas partes” a EMR contaria com,

³⁰⁹ Essa está disponível apenas em áudio para a consulta direta no CPDOC/FGV/RJ e foi transcrita pelo autor desta dissertação. Os dados completos desta e das demais entrevistas consultadas e utilizadas nesta dissertação podem ser consultados no item “Fontes Primárias” na página

³¹⁰ **Arquivo do CPDOC/FGV**. Entrevista General José Machado Lopes. Rio de Janeiro, 1986.

³¹¹ Ibid.

³¹² Ibid.

³¹³ **Relatório do Ministro da Guerra**, João Pandiá Calógeras, 1919. p.94.

Uma biblioteca contendo livros, revistas, coleções de leis e regulamentos, e quaisquer publicações de importância militar; um museu contendo o que possa interessar ao ensino; material para o ensino de desenho; um gabinete de física e química e outro de eletrotécnica [...] e fotografia; Laboratório de pirotecnia; instrumentos e material para os trabalhos topográficos; aparelhos e acessórios necessários para o ensino da hipologia [estudo sobre o cavalo]; gabinete com modelos de engenharia e trem de pontes; material de campanha para uma via férrea, uma linha telegráfica e uma telefônica; gabinete com modelos de arquitetura, de máquinas e de fortificação; gabinete com amostras de materiais de construção, instrumentos e aparelhos próprios para o conhecimento de sua resistência; sala para os estudos táticos, na qual se reúnam cartas, mapas, plantas, descrições, memórias, especialmente sobre a América do Sul, e particularmente sobre o Brasil; ferramentas e utensílios indispensáveis para os trabalhos de guerra; instrumentos e aparelhos necessários para o estudo prático de balística; sala de armas com objetos necessários para o ensino da esgrima, armamento, equipamento e munição de guerra; um paiol para depósito de munição de guerra; campo de exercício e linha de tiro; cavalos e muares para os exercícios, além dos precisos para o serviço do estabelecimento; peças de arreamento e penso dos animais; picadeiros; uma bomba e mais aparelhos imprescindíveis para o serviço de extinção de incêndio; uma oficina para o reparo do material e conservação dos edifícios, com o indispensável pessoal e ferramenta.³¹⁴

Grande parte desses materiais seria dividida com a Escola Prática, que os utilizaria em suas aulas práticas e exercícios. A Escola Prática contaria, exclusivamente, com um gabinete de fotografia, um parque de aerostação e material para os exercícios de natação. O regulamento determinava que escola teria também uma farmácia para o fornecimento de medicamentos, e enfermaria com as necessárias acomodações para o tratamento dos alunos que adoecerem, por isso deveria ser afastada dos edifícios principais e dos lugares frequentados pelos alunos em seus trabalhos escolares e que o comandante deveria “*adquirir o que for necessário para acompanhar os progressos do ensino superior em geral, e do ensino militar em particular.*”³¹⁵.

Embora o regulamento de 1913-1914 apresentasse propostas de mudanças substanciais no ensino militar a escola necessitava de condições materiais para a efetivação dessas mudanças, como destaca Jehovah Motta, “*para que o tão almejado ensino prático fosse realizável, não seria suficiente prescrevê-lo, enfaticamente, nos regulamentos, impunha-se dar-lhe meios de execução adequados, em pessoal e*

³¹⁴ Regulamento de 1913-1914. p. 78-79.

³¹⁵ Ibid. p. 93.

material.”³¹⁶. O Ministro da Guerra Vespasiano de Albuquerque e Silva relatava que o ano letivo de 1913 “começou tarde” e foi sobrecarregado devido ao fechamento das outras escolas, faltando acomodações para todos os cadetes e para a realização dos trabalhos escolares. A situação precária se agravava na descrição dos laboratórios onde eram ministradas as principais aulas teórico-práticas,

O laboratório de pirotecnia, os gabinetes de física e química, e de eletrotécnica e engenharia e trem de pontes acham-se muito desfalcados, apenas em princípio de organização, precisando de uma verba especial destinada a encomendas que os venham completar.³¹⁷

A situação descrita é grave, pois relata que após dois anos de funcionamento os laboratórios estavam em “princípio de organização”, ou seja, não apresentavam as condições mínimas para sua utilização. Ora, como uma escola de formação de oficiais poderia oferecer um ensino que ressaltasse o “caráter prático” das aulas tradicionalmente verbalistas como química, física e matemática, como exigia o novo regulamento, se não dispunha dos laboratórios necessários para tal? Esse foi, sem dúvida, o maior problema enfrentado pela EMR entre os anos de 1913 e 1918.

No entanto, vale ressaltar que, a despeito das dificuldades esses primeiros anos foram importantes para a realização de um diagnóstico acerca dos problemas do edifício da escola, da estrutura curricular e, inclusive, da estrutura do corpo docente e administrativo. Foi a partir desse diagnóstico que novas reformas foram realizadas em todas as supracitadas instâncias a partir de 1918. Tais mudanças serão abordadas posteriormente. A falta de condições materiais também era a comum no próprio Exército, de acordo com McCann a falta de equipamentos era absoluta, “*não havia armas, carroções de munição, nem barracas suficientes. E o pior era que os oficiais não sabiam comandar operações de campanhas*”³¹⁸. Diante dessa constatação fica claro que não faltava apenas material bélico, mas material humano, ou seja, o Exército estava carente tanto de oficiais qualificados para comandar as tropas, quanto de soldados para compor as fileiras do Exército, problema agravado pela ineficiência da lei de serviço militar da época. O fim da primeira guerra mundial, em 1918, proporcionou uma revalorização das Forças Armadas, sobretudo do Exército, por parte do Governo

³¹⁶ MOTTA, Jehovah. **Formação do Oficial do Exército: currículos e regimes na Academia Militar (1810-1944)**. Rio de Janeiro, Biblioteca do Exército, 1998. p. 242.

³¹⁷ Relatório do Ministro da Guerra, General José Caetano de Faria, 1915. p. 26.

³¹⁸ MCCANN, Frank D. **Soldados da Pátria: História do Exército Brasileiro (1889-1937)** trad. Laura Teixeira Motta. Companhia das Letras: São Paulo, 2007. p.142

Federal e colocou a dormente questão do serviço militar obrigatório novamente sob a atenção dos políticos, da imprensa e das classes urbanas de modo geral. O desenrolar desses fatos também será abordado posteriormente.

Nas próximas linhas teceremos algumas considerações finais acerca do Regulamento de 1913-1914, especificamente sobre a “recomendação” (ou seria determinação?) de que o ensino deveria ser ministrado do “concreto para o abstrato”, sugerindo, como já vimos, que os programas de ensino não poderiam se afastar de algumas linhas gerais. Segundo Grunennvaldt, está situação respondia às exigências de uma conjuntura que requeria respostas mais imediatas, para agilizar a operacionalização dos conteúdos das aulas do ensino militar.³¹⁹ Essa exigência de um ensino mais pragmático tinha relação com o questionamento da orientação da cultural geral, vigente nos tempos de EMPV, que foi perdendo seu prestígio conforme as cidades cresciam e a base industrial se ampliava. Movimento semelhante ocorreu na reforma do ensino superior e secundário na década de 1910 como podemos perceber na “Exposição de Motivos” da Lei Orgânica do Ensino Superior e do Fundamental³²⁰ na República, criada pelo Ministro da Justiça e Negócios Interiores Rivadávia Correa,

Nas faculdades superiores e no Colégio Pedro I, transformei, criei e extingui cadeiras, com a preocupação de infundir um critério prático aos estudo das disciplinas, de maneira que se formem professores bons e convencidos de sua alta missão e se preparem cidadãos capazes de elevar o nível intelectual da República. Ao ensino fundamental consagrei especial atenção. Diminuindo o número de matérias e o número de horas de aula – em nenhuma série haverá mais de 21 horas de aula por semana - modificando as exigências do exame de admissão, estatuindo a passagem por simples promoção, espero ver afastada a sobrecarga que tanto prejudicava e desmoralizava o ensino secundário. As noções científicas e literárias deverão ser ministradas com segurança e sem desperdício de teorias.³²¹

Além de procurar infundir um caráter mais prático ao estudo das disciplinas a lei tinha a intenção, segundo Luiz Grijó, de aplicar a chamada desoficialização do ensino, ou seja, as instituições educacionais mantidas até então pelo governo federal não teriam mais a exclusividade de conferir títulos acadêmicos. Assim,

³¹⁹ GRUNENVALDT, José Tarcisio. **A educação militar nos marcos da primeira república: estudos dos regulamentos do ensino militar (1890-1929)**. 2005. 285 f. Tese (Doutorado em História da Educação) PUC. São Paulo, 2005. p. 120.

³²⁰ Aprovada pelo Decreto nº 8659, de 05 de abril de 1911.

³²¹ MOACYR, Primitivo. **A instrução e a República**. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, vol. 4, 1942. p. 13.

Estas escolas passariam a ser autônomas frente ao governo central justamente no que diz respeito ao seu sustento financeiro e à sua organização disciplinar, pedagógica e administrativa. O ingresso nos cursos superiores seria agora feito por meio da aprovação em um exame de admissão. Por outro lado, a lei extinguiu completamente a fiscalização federal dos estabelecimentos de ensino estaduais e particulares e seus currículos passariam a ser organizados, de acordo com suas próprias conveniências, pelos respectivos corpos docentes, sem ser necessário seguir o modelo das escolas oficiais. A lei criou ainda um Conselho Superior de Ensino, que seria responsável pela gestão do processo de autonomia das instituições federais, e admitiu o exercício da livre-docência nas escolas superiores.³²²

Segundo dados apresentados por Luiz Antonio Cunha, a lei vigorou até 1915, e durante a sua vigência foram inauguradas nove instituições superiores de ensino, sendo que desta seis eram de medicina.³²³

Para Grunennvaldt a configuração das relações de forças que afloravam pela Europa, onde uma grande onda de nacionalismo incitava a belicosidade entre os países imperialistas, foi outro fator de influenciou essa tentativa de mudança no paradigma do ensino do Exército, uma vez que para estarem em consonância com as mudanças européias os Exércitos aceleravam a formação de seus quadros de oficiais em moldes mais modernos. Dessa forma, o sentido prático e experimental do ensino militar era uma prioridade. O editorial da revista *A Defesa Nacional* de junho de 1918 asseverava que para colocar em prática um ensino profissional nas escolas militares era necessário lançar mão de uma *doutrina de execução*, que concentrasse todos os esforços na instrução prática e profissional dos instruídos das escolas militares como podemos observar no trecho abaixo,

Os regulamentos dos institutos militares de ensino tem-se sucedido a miúdo, de cada vez tem sido alterados sempre com o propósito declarado, a boa intenção, de tornar o ensino mais eficiente e sempre fica tudo aproximadamente no mesmo. o essencial, o que ainda não se reconheceu como mais importante para se estabelecer, é uma unidade de vistas a respeito da execução desses regulamentos, desses programas, é uma **doutrina de ensino**.

Pasma pela simplicidade e evidencia essa verdade, admira, escandalista, envergonha que tanto preciosíssimo tempo se tivesse perdido em não havermos entrado desde muito nesse caminho largo,

³²² GRIJÓ, Luiz Alberto. Quando o privado tem interesse público: a fundação e a trajetória institucional da Faculdade Livre de Direito de Porto Alegre (1900-1937). *Revista História*. São Paulo, vol.28, n.2 2009. pp. 303-338. p.320.

³²³ CUNHA, Luiz Antônio. **A universidade temporã: o ensino superior, da Colônia à Era Vargas**. 3ª edição. São Paulo: Editora UNESP, 2007. p.164-165.

verdadeira estrada real, única em condições de nos levar sem tantas apalpadelas desnorteadas, expressas em reformas e remodelações, ao magno objetivo: o levantamento do ensino profissional dos recrutas do oficialato.

Magno objetivo porque nesse se encerra de envolta com a cultura dos oficiais – o espírito dos quadros, o preparo da tropa e a iniciação que é proporcionada aos instruídos militares das diversas fontes subsidiárias da preparação militar do país, bem como cada vez mais o espírito militar de toda a nação e a sua inteligência a respeito da defesa nacional. É assim, necessidade de primeira ordem para a desejada melhora no ensino militar o estabelecimento da respectiva **doutrina de execução**. Enquanto ela não for atendida não haverá regulamento salvador, tudo será baldado intento, talvez agitação estéril.”³²⁴.

Para o editorialista a chamada *doutrina de ensino*, ou seja, a minuciosa elaboração de regulamentos para as escolas militares era um desperdício de tempo sem a existência de uma ação prática e direta. É exatamente nesse ponto que os jovens turcos da revista *A Defesa Nacional*, entraram novamente em cena. Como vimos no capítulo 2, após a fundação da revista diversos membros do grupo dos jovens turcos foram trabalhar no gabinete do então chefe do Estado-Maior do Exército, General José Caetano de Faria. Em 1918, Faria era o Ministro da Guerra e a proximidade do fim de sua gestão foi o momento chave para que ele e os jovens turcos pudessem colocar em ação um plano para realizar as reformas, sob moldes germânicos, que enchiam as páginas da revista *A Defesa Nacional*. Segundo McCann a EMR era o cerne do plano do Ministro Faria, pois ela “*teria por objetivo formar oficiais que, ao receber sua primeira atribuição, pudessem imediatamente começar a instruir seu pelotão ou sua seção sem se sentir acanhado entre os seus colegas de companhia, esquadrão ou bateria.*”³²⁵. Isso porque a “*instituição educacional central de um exército é a sua escola preparatória de oficiais. Ela é o molde que plasma as características básicas sobre as quais se constroem o ensino, o treinamento e a experiência posteriores*”³²⁶. Esse plano foi concretizado a partir da formação de uma comissão de instrutores para atuarem na EMR. Estava formada a Missão Indígena³²⁷, que dominaria a instrução militar na EMR entre 1919 e 1922.

³²⁴ Revista **A Defesa Nacional**. Rio de Janeiro, ano 5, n. 57, 1918. p. 268. [grifos no original]

³²⁵ MCCANN, Frank D. **Soldados da Pátria: História do Exército Brasileiro (1889-1937)**. Trad. Laura Teixeira Motta. Companhia das Letras: São Paulo, 2007. p.248.

³²⁶ Ibid. p.249.

³²⁷ Nome dado ao grupo de oficiais, alguns ex-estagiários do Exército alemão, outros discípulos destes, que atuaram como instrutores na EMR entre 1919 e 1922. O nome tinha a intenção de caracterizar a “Missão” como genuinamente brasileira em face das discussões sobre a contratação de uma “Missão” estrangeira para reformar o Exército Brasileiro, que dominavam o ambiente político e militar.

4. Capítulo 4: A EMR após a Primeira Guerra Mundial: modernização, revolta e transformação. (1918-1929)

4.1 A Missão Indígena na Escola Militar do Realengo.

Antes de abordarmos especificamente as ações realizadas na EMR pelos instrutores da Missão Indígena é importante destacar que os ex-estagiários do Exército Alemão, os membros da revista *ADN* e os instrutores que fizeram parte da Missão Indígena não eram exatamente as mesmas pessoas, e sim compunham um grupo mais amplo que compartilhava a mesma concepção de educação militar e os mesmos desejos de reforma, modernização e profissionalização do Exército Brasileiro. Esse grupo mais amplo acabou sendo conhecido como os jovens turcos³²⁸. Assim analisaremos alguns editoriais da revista *ADN* e algumas das principais ideias desse grupo de jovens oficiais, especialmente sobre a educação militar e a formação do oficialato do Exército.

O editorial de janeiro de 1918, intitulado *O ensino profissional* tinha como tema principal as condições da educação militar, especialmente da formação de oficiais. O tom do discurso era crítico e atacava principalmente a ineficiência da escola militar em formar oficiais com preparo prático e capacidade de comandar tropas, sinônimo de profissionalismo, de acordo com os jovens turcos. A primeira análise remeta aos “administradores” da escola militar e constatava que,

Depois de inúmeras remodelações no ensino profissional, após varias medidas de caráter técnico interessando a essência de nossa organização militar, somos forçados a repetir que os resultados dos esforços de nossos administradores, visando a formação do quadro de oficiais, esbarram mais uma vez em novas decepções, porque, no terreno da prática, ou as ideias surgiram sempre com pouca felicidade ou os projetos acabaram por se amoldar as conveniências pessoais. (...) Não temos tido sorte, realmente com o nosso ensino profissional (...) a verdade é que a questão da formação do quadro de oficiais tem sido varias vezes tomada em consideração pelos nossos dirigentes, mas não houve ainda quem conseguisse enfrentá-la e resolvê-la de modo satisfatório.³²⁹

Esse trecho deixa claro quem o editorial da revista considerava os “dirigentes” e “administradores” os responsáveis pela falha na “questão da formação do quadro de oficiais”, ou melhor, pela falha em infundir um caráter profissional a essa formação. o uso do termo “administradores” sugere uma indefinição que, provavelmente, aponta

³²⁸ Primeiramente só os ex-estagiários do Exército Alemão receberam essa alcunha.

³²⁹ Editorial. **A Defesa Nacional**. Rio de Janeiro, ano 5, n.52. Janeiro de 1918. pp. 101-103. p.101.

para os políticos de uma forma geral, a palavra “dirigentes”, por sua vez, é acompanhada do pronome “nosso”, o que indica maior proximidade e de superioridade hierárquica em relação aos militares, o que nos levaria a cogitar que se trata do Ministro da Guerra e de seu chefe, o Presidente da República. Esse estilo de escrita prolixo, que apresenta as críticas envoltas por frases cheias de palavras e sem muito sentido, era um recurso muito útil para a proteção dos membros da revista, pois todos eram oficiais da ativa que escreviam em um periódico não-oficial, mas de grande circulação entre as fileiras do Exército. Portanto, qualquer tipo de crítica direta a órgãos oficiais poderia gerar graves consequências disciplinares para os redatores da revista.

Para o editorial a escola militar havia deixado para trás aquela formação que tinha como *“principal escopo formar filósofos, professores, bacharéis e políticos da escola comteana.”*³³⁰. Entretanto, era fato incontestável que o *“ensino profissional é um problema que não foi ainda resolvido e requer, neste país de problemas a resolver, uma urgente e dedicada atenção.”*³³¹. Tal situação só teria uma resolução a partir do momento que a escola militar tivesse como,

principal objetivo a formação de oficiais instrutores, aptos a ministrarem nos corpos a instrução a seis comandados, surgindo diante destes não como neófitos mas verdadeiramente como mestres. Sob tal orientação, cogita-se finalmente de modelar o ensino, dando-lhe um cunho prático e essencialmente militar (...) formando de fato *dês chefs de peloton et non dès généraux.*³³²

Como vimos anteriormente a intenção de formar oficiais “chefes de pelotão e não os generais” estava contido no Regulamento de 1913-1914. A alusão ao “general” era uma crítica a uma formação mais teórica e mais extensa com matérias e conteúdos que deveriam fazer parte de um curso especial para altos postos da hierarquia militar, quando na verdade o ideal seria formar primeiramente um bom chefe de pelotão e depois um general. O modelo a ser seguido era novamente o alemão, já que o texto propunha que se reservasse, *“para o alto comando e para a formação dos oficiais de estado maior uma academia militar nos moldes, por exemplo da de Berlim, cursada ulteriormente, com a admissão franqueada aos oficiais de todas as armas e obedecendo a um selecionamento rigoroso.”*³³³. Em contrapartida, o exemplo do tipo de formação

³³⁰ Ibid. p. 101.

³³¹ Ibid. p. 101.

³³² Ibid. p. 102.

³³³ Ibid. p. 102

sobrecarregada de matérias pouco importantes era a formação de oficiais na França, onde os programas eram cheios de “*matérias sem aplicação prática ou de necessidade remota.*”³³⁴. Assim a formação ideal deveria valorizar a tropa, “*onde é preciso habituar-nos a ver a melhor escola e de onde o oficial deverá ser o menos possível afastado.*”³³⁵.

Poucos meses após a publicação desse editorial a formação do oficial do Exército Brasileiro ganharia nova forma e orientação, pelo menos essa era a intenção do novo Regulamento para a Escola Militar aprovado pelo decreto nº 12.977, de 24 de abril de 1918, e que, Segundo Grunennvaldt,

Promoveu transformações substantivas, ocorrendo, na grade curricular dos cursos oferecidos na Escola Militar, reformulações e redefinições de conteúdos, surgindo configurações novas, em que se constatam a completude para a formação profissional, com funções especificamente delimitadas pelas restrições na administração dos conteúdos das cadeiras.³³⁶

Essa preocupação com a formação profissional do oficial do Exército ganhou importância e foi intensificada diante da ocorrência da Primeira Guerra Mundial, pois essa era uma circunstância histórica favorável as demandas militares. Tal fato foi assinalado na revista *ADN* quando o editorial ponderava o impacto na sociedade da constatação de que a formação dos quadros de oficiais do Exército não estava sendo preparada para instrução junto às tropas, ou seja, com o fim específico de intervir em situações e problemas que uma guerra, como aquela suscitava. A conclusão era preocupante pois, “*opinião pública está de tal forma excitada pelo problema da nossa defesa que se alarmaria muito*”³³⁷. A excitação popular foi intensificada com o ingresso oficial do Brasil no conflito em meados de 1917. O impacto da primeira grande guerra na organização do Exército e na própria educação militar foi tão significativo que em abril de 1919 (Decreto nº 13.574, de 30 de abril de 1919) era publicado um novo regulamento para a Escola Militar. Com a nítida função de aprimorar alguns pontos específicos da norma anterior o Regulamento de 1919 tinha como principal característica a diminuição do número de matérias e, conseqüentemente, de professores,

³³⁴ Ibid. p. 102.

³³⁵ Ibid. p. 103.

³³⁶ GRUNENNVALDT, José Tarcisio. **A educação militar nos marcos da primeira república: estudos dos regulamentos do ensino militar (1890-1929)**. Tese (Doutorado em História da Educação) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 2005. p. 129.

³³⁷ Editorial. **A Defesa Nacional**. Rio de Janeiro, ano 5, n.49. Outubro de 1917. pp. 35-36. p.35.

Tal redução foi mais nítida no curso das Armas de Artilharia e Engenharia que passaram ter a duração de apenas um ano (Nos Regulamentos de 1913-1914 e 1918 o curso durava dois anos.). Segundo Grunennvaldt, em alguns casos os conteúdos foram apenas redistribuídos ou subdivididos, com a clara intenção de dar mais especificidade a própria matéria. Enfim,

tratou-se de um movimento de reordenação e ajustamentos que procurava estabelecer nexos entre os conteúdos com situações concretas, visando dar mais funcionalidade à intervenção do oficial que o conformasse para sua atuação profissional nos regimentos militares junto à tropa. Para os formuladores da Norma, os acontecimentos da conflagração européia requeriam oficiais com requisitos básicos para comandar pelotões, esquadrões e companhias de soldados, pois a situação histórica, assim o exigia.³³⁸

Vale destacar que a estrutura dos cursos era a mesma estabelecida no Regulamento de 1913-1914, ou seja, um Curso Fundamental e quatro cursos especiais, uma para cada Arma: Infantaria, Cavalaria, Artilharia e Engenharia. Outros aspectos se assemelham como atesta Jehovah Motta,

Quanto às prescrições didáticas, o Regulamento de 1919 copia, em grande parte, o de 1918, como este já copiara o de 1913. São os mesmos textos usados por esses três estatutos quando tratam dos aspectos gerais do ensino, da importância dos exemplos práticos, dos excessos de teoria e das normas que deverão presidir os programas da maioria das disciplinas.³³⁹

Um fato interessante foi o resgate do termo “cadeira” para denominar os grupos de conhecimentos que apresentassem afinidade pela sua natureza e especificidade de seus conteúdos constitutivos. Em ambos os regulamentos³⁴⁰ era previsto um professor para cada cadeira, sendo que pelo Regulamento de 1918, seriam 19 professores (18 para as cadeiras e um para a prática de línguas) e 14 adjuntos. Esses números foram reduzidos, no Regulamento de 1919, para 13 professores e 11 adjuntos. A abordagem dos Regulamentos de 1918 e 1919 será desenvolvida de modo mais sintético e com o intuito de dar maior ênfase a análise de dados previamente processados, como por exemplo, no quadro que compara os conteúdos que compunham o ensino prático no primeiro ano do Curso Fundamental nos Regulamentos de 1913-1914, 1918 e 1919 reproduzido a seguir,

³³⁸ GRUNENNVALDT, José Tarcisio. **A educação militar nos marcos da primeira república: estudos dos regulamentos do ensino militar (1890-1929)**. 2005. 285 f. Tese (Doutorado em História da Educação) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 2005. p. 131.

³³⁹ MOTTA, Jehovah. **Formação do Oficial do Exército: currículos e regimes na Academia Militar (1810-1944)**. Rio de Janeiro, Biblioteca do Exército, 1998.p.259.

³⁴⁰ Conferir as tabelas com todas as cadeiras e suas partes constitutivas nos Anexos 10 e 11.

Quadro 12 – Ensino Prático na Escola Militar: Regulamentos de 1913-1914, de 1918 e de 1919.				
CURSO	ANO	REGULAMENTO DE 1913-1914	REGULAMENTO DE 1918	REGULAMENTO DE 1919
FUNDAMENTAL	1	Equitação Infantaria Cavalaria Artilharia Tiro ao alvo Esgrima Prática falada de francês Prática falada de inglês ou alemão	Ginástica. Instrução de infantaria. Segunda classe de tiro. Esgrima de baioneta. Sinaleiros. Escola da peça. Prática falada de francês e espanhol. Instrução tática de infantaria. Primeira classe de tiro, tiro de metralhadora. Instrução individual e de conjunto da cavalaria, até à escola de pelotão. Equitação. Esgrima de espada. Execução do tiro com canhão de campanha. Telefonia e telegrafia. Prática falada de francês, espanhol e inglês.	Ginástica de tropas a pé. Aperfeiçoamento da instrução do recruta de infantaria. Esgrima de baioneta. Nomenclatura do fuzil e do mosquetão. Tiro de fuzil. Avaliação de distâncias. Sinaleiros. Nomenclatura sumária do material de artilharia. Emprego e funcionamento dos aparelhos principais da peça. Atribuições e deveres inerentes a cada posto e função, segundo o R. I. S. G (Título II). Ginástica de tropas a pé e montadas. Instrução para praças prontas, graduados e sargentos de infantaria e cavalaria. Emprego da ferramenta da sapa. Sinaleiros e telefone de campanha. Esgrima de baioneta. Tiro de fuzil. Tiro de mosquetão. Avaliação das distâncias. Nomenclatura e manejo da metralhadora e do fuzil-metralhadora. Tiros de instrução de metralhadora e fuzil-metralhadora. Equitação. Esgrima de espada a pé. Escola do servente. Escola de peça. Instrução de apontadores de artilharia. Tiro simulado de bateria. Instrução de condutores de artilharia. Tiro real do canhão de campanha. Exposições disciplinares do R. I. S. G (Título IV)
Fonte: GRUNENVALDT, José Tarcisio. A educação militar nos marcos da primeira república: estudos dos regulamentos do ensino militar (1890-1929) . Tese (Doutorado em História da Educação) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 2005. p.265				

A comparação entre os três estatutos evidencia claramente a gradual importância que o ensino prático ganhou ao longo da década de 1910. Esse aumento quantitativo foi acompanhado por um aprofundamento das matérias, notadamente específicas no Regulamento de 1919. Outra característica que merece destaque é o movimento de extinção, também gradual, das práticas faladas de língua estrangeira, pois no Regulamento de 1913-1914 aparecem a prática falada de francês, e a prática de inglês ou alemão, no Regulamento de 1918 a prática falada de francês, espanhol e inglês, e no Regulamento de 1919, já não há nenhuma. O fim do ensino de línguas estrangeiras pode estar relacionado a tentativa de eliminação de qualquer tipo de

conteúdo que pudesse ser considerado teórico, mesmo que acompanhado da vaga denominação de “prática falada”. As línguas estrangeiras também poderiam ser identificadas com o ideal de “cultura geral e humanística”, já que o domínio de outras línguas era um traço de distinção intelectual típico dos bacharéis. Diante do paradigma profissionalizante que se tentava implementar nada seria mais óbvio do que eliminar esses conteúdos não militares e de natureza pouco prática.

Ao analisar o Regulamento de 1919 Jehovah Motta traça um panorama acerca dos regulamentos que o antecederam, dando destaque para o espaço que a supracitada “cultura geral” foi perdendo ao longo do tempo,

Esta nova reforma tem aspectos que irmanam à de 1918. Chegamos a chamá-las de gêmeas: currículo idêntico, em suas linhas-mestras, esforço na valorização do ensino prático-profissional, formulações didáticas parecidas, quando não idênticas, mesma filiação à linha das reformas que, a partir de 1905, acutilam os duendes da Praia Vermelha, com fúria crescente. O estatuto de 1919, nesse sentido, representa mesmo um clímax. Nunca antes ou depois dele as matemáticas, as demais ciências – a ‘cultura geral’ como às vezes se tem dito – enfrentaram tantos desfavores. Nunca como nele a operatividade profissional ao nível do tenente-instrutor foi cercada de tantos desvelos.³⁴¹

A explanação de Motta destaca o espaço que o ensino prático-profissional ganhou nas determinações dos regulamentos do fim da década de 1910. Esse movimento foi reforçado pela instituição, a partir da norma de 1918, dos “coeficientes de avaliação”, que serviriam como referência para mensurar um critério para a promoção dos aspirantes a segundos-tenentes chamado de “merecimento intelectual” que era representado “*pela soma total dos graus de aprovação do aluno em todas as matérias dos cursos fundamental e especial, depois de multiplicados pelo coeficiente fixo.*”³⁴². Assim, os coeficientes passariam a atribuir pesos para determinadas cadeiras, privilegiando os conteúdos essencialmente militares como *História Militar, Noções gerais de serviços, Organização das Armas e Tática*, que tinham peso três. Com peso “dois”, *Balística, Topografia, Conhecimentos essenciais sobre fabrico de material de guerra* e, com peso “um”, matérias como *Direito e as antigas disciplinas Geometria, Cálculo e Mecânica* e, estranhamente todo ensino prático. A pouca importância

³⁴¹ MOTTA, Jehovah. **Formação do Oficial do Exército: currículos e regimes na Academia Militar (1810-1944)**. Rio de Janeiro, Biblioteca do Exército, 1998.p. 258.

³⁴² BRASIL, **Coleção Leis da República**. Decreto nº 12.977, de 24 de abril de 1918. Regulamento para a Escola Militar. pp. 345-388.p.383.

atribuída ao ensino prático, em detrimento de uma disciplina essencialmente teórica como *História Militar*, por exemplo, seria corrigido com o Regulamento de 1919, onde todo o ensino prático passou a ter peso cinco, o máximo. O critério também ganhou novo nome e passou de “merecimento intelectual” para “merecimento geral”, além de contar com o acréscimo do “*grau de ‘qualidades morais’ multiplicado pelo coeficiente cinco*”³⁴³. Mas o que seriam essas “qualidades morais” e como elas seriam mensuradas? O artigo nº 87 em seu inciso 2º respondia essas questões ao determinar que,

Aos instrutores e auxiliares compete especialmente a criteriosa observação de cada um de seus instruendos quanto às qualidades de caráter, resolução, sangue frio e tenacidade e exprimir o respectivo julgamento, em graus de zero a dez, apresentando-os mensalmente, pelos devidos canais, à secretaria da Escola. O grau de cada aluno sob esse ponto de vista é apurado no fim do ano, pelo conselho de instrutores, deduzido da média dos graus dados pelos instrutores e auxiliares com os quais de houve o aluno.³⁴⁴

Dessa forma, as matérias com maior “peso” no currículo da Escola Militar, de acordo com o Regulamento de 1919, eram as matérias que compunham o ensino prático e as subjetivas “qualidades morais” ou “qualidades de caráter”. A atribuição de graus, em ambas, era responsabilidade dos instrutores e auxiliares, que passariam a ocupar lugar de destaque da estrutura docente, diminuindo assim, a tradicional importância dos professores das disciplinas teórico-práticas. Como pudemos perceber o Regulamento de 1918 e, sobretudo, o de 1919, representaram uma valorização dos conteúdos essencialmente práticos, que buscavam preparar o oficial a partir de uma composição em que a tropa e a escola “*se achassem intimamente ligadas ao preparo do oficial, no que se acentuava a valorização do trabalho pedagógico produtivo puramente.*”³⁴⁵. Segundo Franco Cambi, um movimento semelhante ocorreu na teoria pedagógica da primeira metade do século XX, quando os currículos,

foram submetidos a urna virada fundamental, dando espaço ao “fazer”, ao “trabalho”, ao “problema”, rejeitando o intelectualismo e o formalismo tradicionais, a abstração culturalista da tradição escolar humanística. Tratou-se, sobretudo, de abrir espaço nas escolas para o trabalho, ora entendido como **trabalho pedagógico** (feito em classe, capaz de valorizar a habilidade manual do estudante, destinado a

³⁴³ BRASIL, **Coleção Leis da República**. Decreto nº 13.574, de 30 de abril de 1919. Regulamento para a Escola Militar. pp.481-526.p.519.

³⁴⁴ Ibid. p.506.

³⁴⁵ GRUNENVALDT, José Tarcisio. **A educação militar nos marcos da primeira república: estudos dos regulamentos do ensino militar (1890-1929)**. Tese (Doutorado em História da Educação) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 2005. p. 160.

reunificar o pensamento e o fazer, não-produtivo), ora como **trabalho produtivo** *tout court* [simplesmente], para ser exercido em locais específicos (oficinas) ligados à escola e capazes de introduzir nela uma fase que não é urna mera bricolagem, mas um trabalho real.³⁴⁶

Na EMR o “trabalho produtivo” seria o próprio ensino prático, realizada obrigatoriamente nos campos de instrução, que tinha o intuito de preparar o aluno para sua atuação profissional, ou seja, para a realização de seu trabalho como oficial do Exército e, especialmente, chefe de pelotão. Como por exemplo, nas matérias, “Relação entre comando e as tropas”, ou “Temas táticos no terreno e serviços especiais das Armas em campanha”. O “trabalho pedagógico” ficava por conta das aulas teórico-práticas de conteúdos militares, que eram essenciais para o bom andamento da “prática manual” como, por exemplo, “Conhecimentos essenciais sobre o armamento usado no exército brasileiro; descrição e funcionamento das armas de fogo portáteis” e “Topografia em geral; descrição e uso dos principais instrumentos”. As disciplinas teórico-práticas de assuntos não-militares, como “Direito”, “Desenho”, “Geometria”, “Mecânica”, que tinham o menor coeficiente, também poderiam ser inclusas nesse grupo.

Nesse sentido, surgia outro perfil psicológico de instrutores que atuavam na conjuntura gerada pela Primeira Guerra Mundial subsidiados pela determinação de que “*o ensino prático de caráter militar deve ser ministrado inteiramente de acordo com os regulamentos das diversas armas e serviços do Exército, seguindo os instrutores, o mais possível, os programas estabelecidos no R.I.S.G. [Regimento Interno dos Serviços de Guerra], e os métodos já consagrados no serviço da tropa*”³⁴⁷. Essa determinação constava inalterada nos Regulamentos de 1918 e 1919.

Essa nova orientação que a formação dos oficiais deveria receber foi detalhadamente abordada pela revista *ADN*, como podemos perceber pelo editorial sobre o Regulamento de 1918, intitulado “O novo regulamento da Escola Militar – a responsabilidade permanente do Estado Maior”. O texto destacava a expectativa que existia em relação ao novo regulamento, como podemos perceber no trecho a seguir,

³⁴⁶ CAMBI, Franco. **História da Pedagogia**. Trad. Álvaro Lorencini. São Paulo: Editora UNESP, 1999. p.396. (Grifos nossos).

³⁴⁷ BRASIL, **Coleção Leis da República**. Decreto nº 13.574, de 30 de abril de 1919. Regulamento para a Escola Militar. pp.481-526.p.510.

Em diversos números anteriores, aguardando com um elevado interesse o novo regulamento dos institutos militares de ensino, manifestamos a esperança de ver atacado com firme decisão e senso prático o problema capital da formação de nossos oficiais. Que a doutrina por nos defendida nestas colunas, no que diz respeito aos objetivos a atingir, nos levou a uma honrosa companhia, temos agora a certeza, tanto transparecem aquelas salutares preocupações na exposição de motivos do Sr. Ministro da Guerra, como no texto do próprio regulamento.³⁴⁸

Como já vimos anteriormente o “problema capital da formação dos oficiais” era a necessidade de realização de um ensino prático e tático tendo que visasse a formação profissional do oficial em corpo de tropa, ou seja, do chefe de pelotão. O próprio Ministro da Guerra a época, José Caetano de Faria, corroborava essa ideia ao definir a “nova Escola Militar”, como uma

fonte de recrutamento de nossos oficiais, é necessário que o aluno, ao concluir o curso, esteja apto a exercer as funções de oficial em corpo de tropa. Para isso, a instrução militar que receber na Escola deve obedecer rigorosamente aos regulamentos e modelos usados nas unidades do Exército.³⁴⁹

Para o editorial tal constatação do Ministro da Guerra era óbvia, pois era incompreensível a existência até aquela época de um “*estranho divórcio entre a Escola e a tropa.*”³⁵⁰

Entusiasmado com a publicação da norma o editorialista chegou a propor uma série de medidas que deveriam ser tomada para que o regulamento alcançasse o êxito completo. Reproduziremos apenas as principais a seguir,

1º Estabelecer normas gerais, e para cada uma das especialidades, a observar na execução dos programas de ensino da escola militar e da tropa; estudo permanente da educação militar do país. Sobre este ultimo ponto encontra-se ampla explanação no livro de V. Bernhardi “A Alemanha e a próxima guerra” muito conhecido entre nós, na França, Inglaterra, Espanha e América do Norte. Veja-se o capítulo XIII “O Exército e a educação nacional.” 2º Promover a edição de compêndios guias, gráficos para o ensino intuitivo e cogitar permanentemente da sua revisão. (...) 5º Promover a construção de um edifício escolar que resulte organicamente do regulamento interno, atendendo-se aos pontos de vista militar, pedagógico, higiênico e administrativo.³⁵¹

³⁴⁸ Revista **A Defesa Nacional**. Rio de Janeiro, ano 5, n.56. Maio de 1918. pp. 227-231.p 227.

³⁴⁹ Ibid. p.227.

³⁵⁰ Ibid. p.227.

³⁵¹ Ibid. p.228.

Prosseguindo com as recomendações o editorial transcreve alguns artigos do regulamento para o serviço das escolas de guerra alemãs, que estavam em pleno uso noutros países sul-americanos. A rígida metodologia alemã determinava um forte controle sobre a prática docente chegando ao ponto de dizer que o professor deveria “*penetrar no curso do raciocínio do aluno a fim de guiá-lo gradativamente.*”³⁵². Apesar da “boa vontade” dos editores da revista a maioria destas orientações não foram seguidas na elaboração do Regulamento de 1919. Tal fato, no entanto, não diminui a importância que a revista *ADN* teve na divulgação e no apoio ao modelo de ensino militar proposto nos regulamentos, tendo em vista que alguns de seus redatores, como vimos, eram membros do EME e, conseqüentemente, colaboraram com a elaboração dos estatutos. Tal assertiva é avalizada por Odylio Denys, ao afirmar que os jovens turcos tiveram o apoio então Ministro da Guerra Marechal Caetano de Faria, que “*lhes deu lugar no seu Gabinete e no Estado-Maior do Exército. Com esse apoio conseguiram a adoção dos regulamentos alemães, que era o objetivo principal, para unificar, com a mesma doutrina, a instrução de todas as armas.*”³⁵³.

Em relação aos três regulamentos editados na década de 1910 podemos inferir que, em certa medida, procuraram responder à conjuntura histórica da Primeira Guerra Mundial (1914-1918) e aos seus conseqüentes reordenamentos, acelerando as transformações e dando muito mais ênfase ao ensino prático, militar e profissional. No entanto, seria necessário mais do que novos regulamentos e elaborados editoriais da *ADN* para realizar essa mudança, seria preciso, como os jovens turcos defendiam, uma “ação prática”. De acordo com Odylio Denys essa ação ocorreu, inicialmente, na atuação dos jovens turcos em seu trabalho como oficiais junto às tropas, tendo como modelo a instrução militar alemã. Isso despertou o interesse de alguns tenentes que não estiveram na Alemanha, mas tinham vontade e grande capacidade de aprender. “*Assim, a partir de 1915, começou a aparecer o trabalho desses oficiais, e em 1917 já se apontavam algumas unidades, de todas as armas, bem instruídas, em várias Guarnições, especialmente no Rio de Janeiro, Curitiba e Porto Alegre.*”³⁵⁴. Segundo Denys a Escola Militar não “*poderia ficar alheia a esse movimento, tanto mais que,*

³⁵² Ibid. p.228.

³⁵³ DENYS, Odylio. A Missão Indígena. **Revista de Infantaria!** Ano VI, nº14. Abril de 1979. pp.26-28. p.26.

³⁵⁴ Ibid. p.26.

*sendo ela formadora dos oficiais, daria uniformidade à instrução técnica e garantiria sua generalização em todo o Exército.*³⁵⁵

A chance para concretizar dessa nova ação veio por meio de um concurso realizado, segundo Tristão de Alencar Araripe em fins de 1918, quando ocorreu uma “*seleção de um quadro de instrutores para a Escola Militar do Realengo, mediante o critério de reconhecida capacidade de instruir*”³⁵⁶. A realização da prova marcou o ingresso de uma turma de instrutores que ficaria conhecida como Missão Indígena. Em agosto de 1918 a revista *ADN* publicava uma nota intitulada, “Concursos para a Escola Militar”, cujo principal trecho será reproduzido abaixo,

Como sintoma promissor de notável progresso intelectual dos nossos institutos militares de ensino registre-se a abertura de inscrição para concursos a diversas cadeiras vagas. É para desejar que sejam em grande numero os candidatos a disputa lícita e desassombrada de cargos tão cômodos e escandalosamente bem remunerados, quanto honrosos para aqueles que os exercem com competência e vierem a conquistá-los pelo seu valor.³⁵⁷

Apenas um mês depois a revista publica outra nota, dessa vez, intitulada “Os concursos na Escola Militar e os programas de ensino”, que continha informações sobre as inscrições, dando ênfase as do concurso para instrutor, como podemos perceber no trecho a seguir,

A inscrição para os concursos de instrutores e seus auxiliares na Escola Militar (comandantes e subalternos nas unidades) teve um êxito muito superior ao da inscrição para as quatro primeiras cadeiras do ensino teórico. Enquanto para estas a inscrição quase se limitou aos detentores atuais das cadeiras, para os cargos de instrutores se inscreverem muitos oficiais da tropa, dentre os quais há nomes que são uma garantia para o êxito da instrução prática, desde que não lhes falte o material indispensável e o apoio ao esforço de são capazes.³⁵⁸

Segundo o General Tristão Araripe, as provas tinham caráter “estritamente prático” e seu principal critério de seleção era a “capacidade de instruir”. A prova foi dividida em três partes:

- a) *Prova escrita* – com quinze dias de prazo, uma apreciação geral sobre o emprego da arma do candidato e um programa de

³⁵⁵ Ibid. p.27.

³⁵⁶ ARARIPE, Tristão de Alencar. A Missão Indígena na Escola Militar do Realengo. **Revista do Instituto de História e Geografia Militar do Brasil**. Vol.31. n.44, 1963. pp. 17-25. p.20.

³⁵⁷ Revista **A Defesa Nacional**. Rio de Janeiro, ano 5, n.59. Agosto de 1918. pp. 331-337. p.333.

³⁵⁸ **Revista A Defesa Nacional**. Rio de Janeiro, ano 5, n.60. Setembro de 1918. pp. 363-367.p.365.

instrução da tropa correspondente e abrangendo os variados assuntos em que se decompõe;

- b) *Prova oral* – aula de duração de cinquenta minutos, sobre um assunto do programa de instrução;
- c) *Prova prática* – no terreno com tempo indeterminado sobre:
 - o comando do pelotão ou seção de ordem unida;
 - resolução de uma situação tática (ordens e croquis) no quadro de um Destacamento Misto e quanto ao emprego de fração da arma do candidato.³⁵⁹

O autor ainda destaca que poucos oficiais se inscreveram nesse concurso, “*devido talvez à falta de publicidade e a exiguidade dos prazos para a preparação pessoal nesse processo de seleção tão fora de nossos hábitos.*”³⁶⁰ A estranheza em relação à realização de um concurso para a seleção de instrutores evidencia que as escolhas de instrutores e professores eram feitas por outros meios, como a indicação, o que gerava falta de equidade. O favoritismo era uma prática comum não só na política, como também no Exército. É o que atesta um trecho do supracitado artigo publicado na *ADN*, quando o autor relembra o período que a Escola Militar era reduzida “*a um instituto que tinha por fim justificar descabidos privilégios de trabalho e remuneração para quem tivesse um bom padrinho, tratada às vezes com lastimável indiferença pelo alto comando.*”³⁶¹ Frank McCann corrobora a afirmação ao destacar que antes desse concurso “*as nomeações para o corpo docente da escola baseavam-se em favoritismo. O fato de um oficial contemporâneo mais tarde qualificar essa decisão como um ‘serviço corajoso’ dá uma idéia do clima em que ela foi tomada.*”³⁶²

A apresentação do primeiro grupo de instrutores, em 1919, contou com a presença no recém nomeado Ministro da Guerra General Alberto Cardoso de Aguiar e do chefe do EME General Bento Ribeiro (1914-1919), que proferiu um discurso que evidenciava o ambiente em que se iniciava o trabalho da Missão indígena e que reproduzimos a seguir,

Pela primeira vez este EME teve intervenção na escolha dos Instrutores da Escola Militar e foi minha preocupação única servir ao ensino prático dos futuros oficiais, como há muito já deveria ter sido feito. Participo, conseqüentemente, do êxito que alcançardes e espero que todas as dificuldades sejam vencidas, porque não falta

³⁵⁹ ARARIPE, Tristão de Alencar. A Missão Indígena na Escola Militar do Realengo. **Revista do Instituto de História e Geografia Militar do Brasil**. Vol.31. n.44, 1963. pp. 17-25. p.20.

³⁶⁰ Ibid. p. 20.

³⁶¹ **Revista A Defesa Nacional**. Rio de Janeiro, ano 5, n.60. Setembro de 1918. pp. 363-367.p.366.

³⁶² MCCANN, Frank D. **Soldados da Pátria: História do Exército Brasileiro (1889-1937)**. Trad. Laura Teixeira Motta. Companhia das Letras: São Paulo, 2007. p.251.

competência e espero encontrareis todo o auxílio material e moral de que carecerdes para o desempenho de vossa missão. Ela é bem difícil, mas não há motivos para esmorecimento. O vosso recrutamento seguiu os mais dignos processos; ou foi o concurso que, não sendo perfeito é o menos imperfeito dos processos para a seleção em tais casos, constituindo a mais larga porta para entrar naquele estabelecimento de ensino ou foi o conceito mais ou menos generalizado entre os nossos camaradas, conceito firmado no árduo e assíduo trabalho da tropa. Muitos e distintos oficiais têm passado pela Escola Militar como instrutores e, ainda agora, alguns de lá saem, mas é de justiça afirmar que **nunca um corpo de instrutores da Escola Militar atingiu o grau de homogeneidade que hoje assume com grande esperança para o ensino profissional.** Não é demais que vos lembre a influencia que a **instrução moral** e a disciplina cimentada pelo exemplo, terão na Escola Militar, sem bem que vos sejam perfeitamente familiares os processos mais seguros para formação de bons soldados. Muito espero de vossos esforços na Escola Militar e, por isso, a ela e ao Exército eu felicito peoas vossas nomeações.³⁶³

As palavras do General Bento Ribeiro demonstravam a grande expectativa que existia em relação ao trabalho desse grupo de instrutores rigorosamente selecionados para cumprir o objetivo de qualificar o ensino prático na EMR. A primeira turma de instrutores nomeados para a EMR Escola foi constituída pelos seguintes oficiais:

Quadro 13 – Primeiro grupo da Missão Indígena na EMR (1919).	
Oficial/Instrutor	Arma
1º Tenente Eduardo Guedes Alcoforado 1º Tenente Newton de Andrade Cavalcanti 1º Tenente Demerval Peixoto 1º Tenente João Barbosa Leite 2º Tenente Odylio Denys	Infantaria
Capitão Euclides de Oliveira Figueiredo 1º Tenente Renato Paquet 1º Tenente Orosimbo Martins Pereira 1º Tenente Antônio da Silva Rocha	Cavalaria
Capitão Epaminondas de Lima e Silva 1º Tenente Luiz Correa Lima 1º Tenente Aventino Ribeiro, 1º Tenente José Augustinho dos Santos	Artilharia
1º Tenente Artur Joaquim Panfiro 1º Tenente Mário Ary Pires 1º Tenente José Bentes Monteiro	Engenharia
Fonte: ARARIPE, Tristão de Alencar. A Missão Indígena na Escola Militar do Realengo. Revista do Instituto de História e Geografia Militar do Brasil. Vol.31. n.44, 1963. pp. 17-25. p.21.	

De acordo com o General Tristão de Alencar o número de selecionados na primeira

³⁶³ ARARIPE, Tristão de Alencar. A Missão Indígena na Escola Militar do Realengo. **Revista do Instituto de História e Geografia Militar do Brasil.** Vol.31. n.44, 1963. pp. 17-25. p.21-22. (Grifos nossos).

turma de instrutores não foi suficiente para preencher o quadro de instrutores da EMR. Assim, os cargos foram ocupados ao longo do período marcado pelos anos de 1919 a 1922. Na relação abaixo registramos o nome de outros oficiais que foram selecionados para exercer a função de instrutores na EMR:

Quadro 14 - Membros da Missão indígena que atuaram na EMR (1919- 1922).	
Oficial/Instrutor	Arma
Capitão Outubriro Pinto Nogueira	Infantaria
1º Tenente José Luiz de Moraes	
1º Tenente Mario Travassos Penedo Pedras	
1º Tenente Henrique Duffles Teixeira Lott	
1º Tenente Victor César da Cunha Cruz	
1º Tenente Olimpio Falconiere da Cunha	
1º Tenente Filomeno Brandão	
1º Tenente Joaquim Vieira de Melo	
1º Tenente Onofre Muniz Gomes de Lima	
1º Tenente Tristão de Alencar Araripe	
1º Tenente Cyro Espírito Santo Cardoso	
1º Tenente Illydio Rômulo Colônia	
1º Tenente Arlindo Murity da Cunha Menezes	
Capitão Milton de Freitas Almeida	Cavalaria
1º Tenente Gomes de Paiva	
1º Tenente Brasileiro Americano Freire	
1º Tenente Aristóteles de Souza Dantas	Artilharia
Capitão Eduardo Pfeil	
Capitão Pompeu Horácio da Costa	
1º Tenente Álvaro Fiúza de Castro	
1º Tenente José Agostinho dos Santos	Engenharia
Capitão Othon de Oliveira Santos	
1º Tenente Luiz Procópio de Souza Pinto	
1º Tenente Juarez do Nascimento Fernandes Távora	
1º Tenente Edmundo de Macedo Soares	

Fonte: ARARIPE, Tristão de Alencar. A Missão Indígena na Escola Militar do Realengo. **Revista do Instituto de História e Geografia Militar do Brasil.** Vol.31. n.44, 1963. pp. 17-25. p.21.

Esse grupo maior de instrutores que atuou entre 1919 e 1922 apresenta nomes que teriam grande importância na história política brasileira como Henrique Teixeira Lott e Juarez Távora. Vale ressaltar que muitos deles chegaram ao posto de General, e no caso de Lott a Marechal.

O início do ano de 1919 também marcou o início do trabalho do Coronel Eduardo Monteiro de Barros como Comandante da Escola Militar do Realengo. Segundo Araripe a nomeação do Coronel Monteiro de Barros estava em sintonia com a escolha dos instrutores da Missão Indígena, pois ele era um “*chefe de tropa ardoroso,*

verdadeiro soldado, com experiência dos problemas da caserna e da instrução de sua arma.”³⁶⁴. O Coronel Monteiro de Barros exercia, na época, o comando do Primeiro Batalhão de Engenharia, na Vila Militar e era conhecido “*como disciplinador e aplicador de intenso regime de trabalho que imprimia novo aspecto marcial a esse corpo de tropa.*”³⁶⁵.

A escolha de do Coronel Monteiro de Barros significou uma ruptura em relação as seus antecessores no comando da EMR, uma vez que, tradicionalmente o cargo era exercido por oficiais dedicados ao estudo, ou seja, oficiais de Estado-Maior ou antigos professores catedráticos. Seguindo com os elogios o General Araripe chega a afirmar que então Comandante da EMR, foi o “*verdadeiro chefe da Missão Indígena e soube empenhar todas as suas energias no aperfeiçoamento da instrução da Escola Militar. Coordenando a atuação do novo corpo de instrutores e prestigiando-o, realizou verdadeira revolução no ensino militar.*”³⁶⁶. As impressões pessoais de Araripe são de um instrutor que atuou na EMR, e que nutria grande admiração pelo Coronel Monteiro de Barros, chegando a caracterizá-lo como um homem “*bondoso e paternal, por natureza, tinha filhos na Escola, desvelava-se pelo bem-estar e pela saúde dos alunos, mas não tolerava o menor deslize de disciplina e de trabalho, a ponto de parecer exagerado o seu rigor.*”³⁶⁷. Vejamos, por exemplo, a impressão de um ex-aluno da escola sobre o Coronel Monteiro de Barros. Emygdio da Costa Miranda ingressou na EMR em fevereiro de 1920 e ao lembrar do Coronel o descrevia como “*um sujeito violento, tinha uma ideia, a nosso ver falsa, do que era disciplina. Por outro lado, sem sentir ele consagrou contra ele a maioria.*”³⁶⁸. Diante do exposto podemos constatar a existência de duas impressões diametralmente opostas em relação à postura do ex-comandante da EMR. A mesma conduta, era vista como disciplina rígida e justa pelo instrutor e sentida como violência exagerada por uma parcela do alunado. Vale ressaltar que quando eclode o movimento revoltoso de 5 de julho de 1922 na EMR o seu comandante era, como veremos em breve, o Coronel Monteiro de Barros.

Uma das primeiras iniciativas dos instrutores e do Comandante da EMR

³⁶⁴ Ibid. p.23.

³⁶⁵ Ibid. p.23.

³⁶⁶ Ibid. p.23

³⁶⁷ ARARIPE, Tristão de Alencar. A Missão Indígena na Escola Militar do Realengo. **Revista do Instituto de História e Geografia Militar do Brasil**. Vol.31. n.44, 1963. pp. 17-25. p.23.

³⁶⁸ **Arquivo do CPDOC/FGV**. Entrevista General Emygdio da Costa Miranda. Rio de Janeiro, 1977.

foi a reorganização do Corpo de alunos que passou a ter: um batalhão de Infantaria de duas companhias; um Esquadrão de Cavalaria; uma Bateria de Artilharia e uma Companhia de Engenharia. Essa divisão foi feita com o intuito de facilitar a instrução prática por Armas e, principalmente, acostumar os alunos uma rotina mais intensa da tropa. Inicialmente a ação mais contundente dos instrutores foi a preparação dos alunos dos últimos anos para exercerem a função de auxiliares, nomeando-os sargenteantes. Para Odylio Denys essa medida propiciava aos alunos um aprendizado duplo, ou seja,

como executantes e como instrutores, assim saberiam agir na tropa, com a autoridade da experiência adquirida. Em pouco tempo Escola apresentou alto grau de instrução com a observância de admirável disciplina consciente. Como era de se esperar a primeira turma de Aspirantes que saiu da Escola, depois dessa remodelação levou para a tropa seu entusiasmo, sua experiência e seus conhecimentos, muito concorrendo para a uniformidade do Exército, com a observância dos novos regulamentos. As turmas seguintes foram completando o trabalho das anteriores.³⁶⁹

Segundo Araripe, foi fácil contar com o entusiasmo desses alunos, pois “*a turma declarada aspirante-a-oficial em dezembro de 1919 chegava aos corpos de tropa imbuída de excepcional ardor e conhecedora dos processos práticos de instrução dos soldados.*”³⁷⁰.

Em relação aos textos do General Araripe e do Marechal Denys vale lembrar que ambos foram publicados em periódicos oficiais do Exército durante a vigência dos governos militares (1964-1985), e por isso apresentam um relato que ultrapassa a simples exposição de fatos rememorados, pois os apresentam com uma tônica idealista, de verdadeira exaltação aos feitos da Missão Indígena. O detalhado relato dos dois autores tem em comum o fato de ambos terem atuado como instrutores na EMR entre 1919 e 1922. Observemos, por exemplo, um trecho da autobiografia do Marechal Estevão Leitão de Carvalho, que como já vimos, fez parte do grupo que estagiou no Exército Alemão entre 1910 e 1911 e foi um dos fundadores da revista *ADN*. O então capitão Estevão Leitão de Carvalho, que trabalhava no gabinete do Ministro da Guerra e havia participado da elaboração dos Regulamentos de 1918 e 1919, descrevia assim a Missão Indígena

³⁶⁹ DENYS, Odylio. A Missão Indígena. **Revista de Infantaria!** Ano VI, nº14. Abril de 1979. pp.26-28.

³⁷⁰ ARARIPE, Tristão de Alencar. A Missão Indígena na Escola Militar do Realengo. **Revista do Instituto de História e Geografia Militar do Brasil**. Vol.31. n.44, 1963. pp. 17-25. p.23.

O Ministro Caetano de Faria, confiando em nossa capacidade para dar ao Exército cunho moderno e eficiente, prontamente concordou em mandar para a Escola Militar uma turma de instrutores experimentados, alguns ex-estagiários do Exército alemão, outros discípulos destes, que imprimiram no Corpo de Cadetes uma silhueta nova, levando a perfeição o conhecimento tático de todas as armas. A esse grupo, que a verve militar batizou com o nome de Missão Indígena, deveu a Escola Militar um passo largo no caminho traçado pelos elementos progressistas empenhados na renovação dos costumes militares.³⁷¹

Neste trecho fica claro que as impressões de elementos que defendiam fervorosamente as ideias dos jovens turcos apresentavam altas doses de idealismo (ou irrealismo?) ao afirmar, por exemplo, que a MI levou a “perfeição o conhecimento tático de todas as armas”. Nesse sentido, embora os textos tenham valor como fonte histórica é fundamental para o bom andamento da pesquisa que suas produções sejam confrontadas com relatos memorialísticos de outros instrutores, ex-alunos e até com a produção historiográfica a respeito da Missão Indígena, seja com a intenção de refutá-las ou confirmá-las. A título de exemplo dessa situação, reproduziremos um trecho da supracitada entrevista do Marechal Henrique Lott quando é abordada a questão da influência dos jovens turcos e da doutrina alemão na modernização do Exército Brasileiro,

A influência alemã foi pequena, porque veio através de alguns oficiais nossos que fizeram estágio na Alemanha, como o Armínio Borba de Moura e o Estevão Leitão de Carvalho. Eles naturalmente trouxeram alguma melhoria, mas eram oficiais de postos inferiores, de forma que com influência limitada. Por isso, a influência alemã não se fez sentir, nem profunda, nem extensamente no Brasil.³⁷²

O relato de Lott, nos oferece outra perspectiva em relação à referida atuação transformadora dos jovens turcos e de seu modelo de instrução baseado em moldes germânicos. Vale destacar que Lott, não fazia parte dos jovens turcos, embora tivesse atuado como instrutor na EMR brevemente em 1920. Esse tipo de divergência é comum em relatos memorialísticos de indivíduos que ocupavam posições distintas na época da ocorrência dos fatos, e, principalmente, quando os relatos foram produzidos. Por isso é fundamental o cruzamentos dessas informações com outras fontes para a produção do trabalho de pesquisa. Para tanto, analisaremos, inicialmente, dois relatos

³⁷¹ CARVALHO, Marechal Estevão Leitão de. **Memórias de um soldado legalista**. Rio de Janeiro, Imprensa do Exército, 1961, tomo 1. p. 209.

³⁷² **Arquivo do CPDOC/FGV**. Entrevista Marechal Henrique Batista Duffles Teixeira Lott. Rio de Janeiro, 1978. p. 23.

memorialísticos de outros ex-instrutores da EMR que fizeram parte Missão Indígena.

O primeiro relato é de Edmundo de Macedo Soares que ingressou na EMR como instrutor do curso de engenharia em maio de 1921, logo após ter sido promovido a segundo-tenente. Sua entrevista foi publicada em um livro amplo que enfoca bastante sua destacada trajetória profissional como engenheiro metalúrgico na Europa onde se exilou após seu envolvimento na revolta de 5 de julho de 1922. Por isso a obra cede pouco espaço para sua vida militar. No entanto, Edmundo Macedo, relata que em sua perspectiva a Missão Indígena foi um desdobramento dos jovens turcos, formada por jovens oficiais brasileiros, como ele, Odílio Denis e Juarez Távora, que articularam uma grande mudança no ensino, até então muito teórico. Edmundo relata que no papel do instrutor, *“Era responsável pela parte prática, pelos exercícios. Fui instrutor de topografia, na parte de construção de estradas, ensinava direitinho, pois era muito bom topógrafo.”*³⁷³. O relato de Edmundo Macedo parece bem mais realista ao constatar as mudanças que imprimiram um sentido prático na formação do oficial.

O segundo relato é um pouco mais detalhado, pois como já vimos trata-se da autobiografia de Juarez Távora, que em janeiro de 1922 foi designado auxiliar de instrutor da seção de engenharia da Escola Militar do Realengo, em substituição a Luís Carlos Prestes, que, promovido a capitão, passou a comandar a Companhia Ferroviária, em Deodoro. Segundo sua autobiografia ele foi *“cientificado, por telegrama do comandante da Escola Militar do Realengo, Coronel Monteiro de Barros, haver sido indicado e nomeado auxiliar de instrutor na Seção de Engenharia.”*³⁷⁴. Vale ressaltar que nesse período Távora teve como companheiro de função o supracitado primeiro-tenente Edmundo de Macedo Soares e Silva e fez amizade com Antônio de Siqueira Campos, Eduardo Gomes, João Alberto Lins de Barros, Osvaldo Cordeiro de Farias, Luís Carlos Prestes e Odylio Denys, todos com atuação de destaque no movimento tenentista na década de 1920.

Juarez Távora nos fornece um relato duplamente rico, pois além de ter recebido a instrução da primeira turma da Missão Indígena em 1919 também atuou como instrutor em 1922. Vale lembrar que Távora exerceu a função por apenas seis

³⁷³ SILVA, Edmundo de Macedo Soares e. **Um construtor do nosso tempo: depoimento ao CPDOC/** Lucia Hippolito e Ignez Cordeiro de Farias (Organizadoras). Rio de Janeiro: Fundação CSN, 1998. p.31.

³⁷⁴ TÁVORA, Juarez. **Uma vida e muitas lutas: da planície à borda do altiplano.** Rio de Janeiro: Livraria José Olímpio Editora & Biblioteca do Exército, (v. 1), 1973.p. 108.

meses devido sua participação no levante de 5 de Julho de 1922. Entretanto foram meses vividos intensamente, pois ele relata que não lhe sobrava tempo para “*distração, ou mesmo paz de espírito: além do trabalho excessivo exigido pela instrução da Seção de Engenharia – repartido entre mim e o Edmundo de Macedo – havia as preocupações fermentadas no ambiente político-militar que se criara desde o fim do ano anterior.*”³⁷⁵. Em 1922 o curso da Arma de Engenharia da EMR tinha duração de um ano, pois estava em vigor o Estatuto de 1919, o que obrigava os professores e instrutores a ministrar uma grande quantidade de conteúdo em um curto período de tempo, uma vez que o curso dessa Arma, desde 1913 tinha dois anos de duração. As matérias do ensino prático do curso da Arma de engenharia também aumentaram (seguindo a tendência já observada quadro 12). Sobre seus tempos de cadete ele relembra que os alunos no curso de Engenharia recebiam intensa instrução prática, ministrada por oficiais da Arma, selecionados pelo EME e que

precederam a Missão Militar Francesa, nos esforços para adaptação do nosso Exército às novas exigências da guerra, (...) Coube-lhes, sem dúvida, o mérito de darem à instrução das várias Armas, na velha Escola Militar do Realengo, uma tônica de objetividade e renovação que ela nunca dantes tivera. Mas a conjugação dessa instrução prática com o acúmulo de matérias teóricas determinadas para o curso de Engenharia, nesse ano, representava enorme sobrecarga física e mental para os alunos do 3º ano dessa Arma. Disso deveria resultar um fraco preparo técnico para o desempenho de suas funções especializadas, quer na guerra, quer na paz.³⁷⁶

O depoimento de Távora é o primeiro a diagnosticar uma consequência problemática no aumento da carga de instrução militar prática na EMR, decorrente dos novos Regulamentos, especialmente o de 1919, e da atuação da Missão Indígena. De fato, é difícil de imaginar um aluno resolvendo elaboradas questões de “estabilidade das construções” ou “traçados dos gráficos correspondentes e seu emprego” após um dia de exaustivo esforço físico em uma aula de “ginástica da tropa a pé” ou da construção de uma trincheira na aula de “Criação de obstáculos”. Esse problema era real e seria debatido no alto comando do Exército na década de 1920.

Vamos analisar agora algumas impressões de ex-alunos da EMR que presenciaram a chegada da MI e suas ações no processo de formação do oficial do Exército Brasileiro. O primeiro e mais completo relato é do General João Punaro Bley e

³⁷⁵ Ibid. p.115.

³⁷⁶ Ibid. p.94

ex-comandante da Academia Militar das Agulhas Negras, que ingressou na EMR em 1918. Seus relatos vêm de duas fontes; a primeira é uma entrevista³⁷⁷ realizada em 1982, um ano antes de sua morte, e a segunda é um artigo publicado no jornal *Letras em Marcha* e intitulado “Recordações de uma Velha Escola”, consultado em seu arquivo pessoal. No registro do arquivo do CPDOC/FGV tal documento constava como “sem data”, mas alguns indícios nos auxiliam a determinar uma estimativa para publicação do texto. O jornal *Letras em Marcha* foi fundado em 1971 por oficiais que faziam o curso de Comunicação Social do Exército e que segundo Vagner Alves e Eduardo Santos era uma “espécie de tribuna militar.”³⁷⁸. Dessa forma, podemos inferir que o artigo foi escrito entre 1971 e 1983, ano da morte do General, e, portanto, durante o Governo Militar. A primeira constatação de Punaro Bley é ampla e impactante, pois ele assevera que de todas as turmas egressas da EMR, “na década de 20, talvez tenha sido a nossa a mais provada, a mais sofrida. Inicialmente ao cursá-la, enfrentamos o impacto de duas orientações conflitantes, que chamaríamos a velha e a nova ordem, para diferenciá-las.”³⁷⁹. A descrição dessa velha ordem começa com a localização da Escola,

Situada no Realengo, então longínquo e esquecido subúrbio da Central do Brasil, nossa velha escola, reduzida a um único pátio, provida de precárias instalações de suporte, sem dotações extraordinárias para um planejamento adequado capaz de atender às necessidades e exigências de tão numeroso contingente, não tinha, evidentemente, condições mínimas para cumprir as altas finalidades de uma Escola de Formação de Oficiais, homem a que a Nação confiaria o alto encargo de zelar e defender as características imutáveis e intocáveis de sua segurança e soberania. (...) Com aquele pátio tomado por alojamentos; salas de aula fora da sua sede; horários de trabalho e de refeições anacrônicos e desajustados; (...) com a quase totalidade dos seus alunos espalhados por “repúblicas”, e, por isso mesmo, sem condições de fiscalizá-los; (...) o “trote” campeando livremente, violento e por vezes deprimente (...) Tais deficiências e desconfortos não podiam deixar de contribuir para uma queda sensível de sua disciplina. (...) foi assim que, rapidamente adaptadas ao seu peculiar modo de vida, começamos a enfrentar os percalços da vida militar.³⁸⁰

³⁷⁷ **Arquivo do CPDOC/FGV**. Entrevista General João Punaro Bley. Rio de Janeiro, 1982.

³⁷⁸ ALVES, Vagner Camilo; SANTOS, Eduardo Heleno. A trincheira da batalha da memória a versão dos grupos de civis e militares da reserva. In: SVARTMAN, Eduardo Munhoz; ARIAS NETO, José Miguel; GODOY, Tania Regina Pires de; ALVES, Vagner Camilo (Orgs.). **Defesa, Segurança Internacional e Forças Armadas - III Encontro da ABED**. Campinas: Mercado de Letras, 2009.

³⁷⁹ BLEY, General João Punaro. Recordações de uma velha escola. **Letras em Marcha**. Rio de Janeiro, s/d. p. 3.

³⁸⁰ *Ibid.* p. 3.

A descrição de Bley retratava uma situação extremamente grave que abrangia desde aspectos físicos como as más condições do prédio, até aspectos ideológicos como a realização de trotes violentos e a falta de disciplina, decorrentes, em parte, da falta de organização pedagógica. A instrução militar, afirmava Bley, era “*rudimentar e incerta: obrigada a aplicar regulamento novo, improvisando professores, notadamente no currículo de línguas, É que se pretendia os fins, sem ter os meios.*”³⁸¹. O surto de gripe espanhola que atingiu o Rio de Janeiro em outubro de 1918 interrompeu as aulas e os exercícios por cerca de um mês dificultando ainda mais a vida acadêmica dos cadetes.

Punaro Bley ainda rememora que antes do fim do ano letivo, por volta de novembro, os alunos começaram a se deparar com “novas fisionomias”, dando início a um acontecimento

novo que iria transformar fundamentalmente nossa então filosofia de vida, uma “reversão de expectativa” como modernamente se diria. (...) Era a vanguarda da famosa “Missão Indígena” que surgia, com a finalidade específica de formar um novo tipo de oficial com mentalidade aberta à realidade brasileira, capaz de atuar com eficiência e precisão nas mais variadas formas de luta Constituída por uma plêiade de oficiais de escol [elite] rigorosamente selecionada em concursos; expressivamente saudada pelo próprio Chefe do Estado-Maior do Exército, fato singular na nossa história militar; dedicada e consciente de seus deveres e obrigações; de elevado valor moral e profissional, entusiasta da tarefa de cumprir, iria exercer notável e decisiva influência na nossa formação profissional.³⁸²

As palavras escolhida por Punaro Bley lembram os textos de Tristão Araripe e Odylio Denys com seus hiperbólicos elogios e caracterização idealista das ações da Missão Indígena. Em sua entrevista Punaro Bley rememora seu regresso a EMR em março de 1919 e com a surpresa com que todos os alunos verificaram que “*um furacão de substituições havia varrido a velha ordem. (...) cedo passaríamos a compreender que havíamos ingressado na nova ordem.*”³⁸³. Em seu texto o General descreve com detalhes as mudanças que caracterizavam a “nova ordem”,

Decisões enérgicas, certas e oportunas emanadas do alto-comando do Exército, reestruturando-lhe novamente o ensino, com predominância do militar; a proibição da dependência indeterminada; a instituição do grau de moral; a mudança do comando, do pessoal de administração, do corpo de instrutores (...) Trabalho e exemplo; restrições de saídas em dias úteis; obrigatoriedade de comparecimento às aulas teóricas;

³⁸¹ Ibid. p. 3.

³⁸² Ibid. p. 3.

³⁸³ **Arquivo do CPDOC/FGV**. Entrevista General João Punaro Bley. Rio de Janeiro, 1982.

pontualidade de professores e instrutores; comando íntegro e inteiriço, contando com a colaboração leal e dedicada dos órgãos administrativos.³⁸⁴

As supracitadas mudanças correspondem basicamente ao Regulamento de 1919 e a formação da Missão Indígena. A descrição de Bley dá a impressão de que ambas as medidas tomadas pelo Estado-Maior do Exército foram suficientes para a “transformação” da EMR em centro de excelência de formação de oficiais em apenas alguns meses. Para o General Bley a maior surpresa se deu no quadro de trabalho diário da EMR, que promoveu largamente a instrução prática, abaixo temos a narração de como era organizado o dia dos alunos,

alvorada às 5 horas, primeira refeição às 5,30, formatura e partida para os diferentes campos de instrução às 6, regresso às 10, almoço às 11, aulas teóricas das 12 às 16,30, jantar às 17,30, hora e meia de recreação fora da Escola, mas no Realengo e adjacências, revista às 19, silêncio às 21 horas, tempo integral de instrução às sextas-feiras.³⁸⁵

A autobiografia de Juarez Távora também nos ofereceu uma narração semelhante do quadro de trabalho em 1917 e a maior diferença em relação ao quadro de Bley fica por conta do tempo integral de instrução às sextas e pela redução do tempo que os alunos podiam desfrutar fora das dependências da EMR. Apesar de terem diferenças importantes, Távora também descreve uma rotina organizada o que inviabilizaria a caracterização de horários “anacrônicos” e “desajustados” do relato de Bley. De fato, parece-nos mais viável que a descrição de Bley daquilo que ele chamou de “velha ordem” tenha sido elaborado muito mais com a intenção de enaltecer as inovações da “nova ordem” do que realmente de oferecer uma caracterização mais compatível com o cotidiano da EMR. O ex-aluno João Alberto Lins de Barros, que frequentou a EMR entre 1919 e 1922, descreve uma rotina muito semelhante a de Bley, mas com um adendo importante sobre a instrução prática diária ao rememorar que “*Os exercícios práticos, algumas vezes de extrema violência, como as corridas a pé de mais de um quilometro, com fortes obstáculos que deveríamos transpor completamente equipados, estendiam-se até as dez horas.*”³⁸⁶

³⁸⁴ BLEY, General João Punaro. Recordações de uma velha escola. **Letras em Marcha**. Rio de Janeiro, s/d. p. 3.

³⁸⁵ Ibid. p. 3.

³⁸⁶ BARROS, João Alberto Lins de. **Memórias de um revolucionário**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1953.p. 16.

Para Bley o aumento da carga de instrução prática foi um “*grande golpe psicológico inflexivelmente executado*”, pois,

A Missão Indígena, num golpe de inteligência, havia compreendido que só pelo trabalho intenso podia “quebrar” nossas energias de moços. E foi o que aconteceu. As quatro horas de instrução ao sol e areias quentes de Gerincó aos rigores de exercícios viris e diversificados “quebravam” qualquer um.³⁸⁷

Esse golpe foi completado com o aumento das punições disciplinares, que geralmente consistiam em prisão. Segundo Bley “o verbo ‘*torrar*’, ou seja, punir, começou a ser conjugado em todos os tempos, gêneros, modos e pessoas.”³⁸⁸ O último aspecto que abordaremos da descrição do General Bley guarda correspondência com duas análises dessa dissertação. A primeira, já feita, versava sobre a incapacidade de efetivar as mudanças na diretriz de ensino e, conseqüentemente da formação do oficial sem as necessárias condições materiais quando analisamos o Regulamento de 1913-1914. Assertiva, aliás, que serve igualmente para os Regulamentos de 1918 e 1919. Entre as principais deficiências atribuídas à EMR, seja por Ministros da Guerra, por ex-alunos ou ex-instrutores a única unanimidade sempre foi a má condição do pequeno edifício da Escola. Vejamos agora o trecho do texto para que possamos iniciar a segunda análise sobre esse tema,

Complementarmente, com rapidez pouco comum em obras públicas, seu segundo pátio encontrava-se inteiramente construído e o terceiro bastante adiantado. Alojamentos amplos e arejados iriam abrigar, camas e colchões novos, as velhas “aratacas” substituídas por armários. Órgãos de apoio convenientemente instalados e equiparados; salas de aulas novamente grupadas no primeiro pátio, reservado à administração, evitando caminhadas inúteis e fugas programadas; o “rancho” com mesas de 8 lugares, destruindo a “peruação”; alimentação mais variada e de melhor preparo.³⁸⁹

Evidentemente a segunda análise será sobre a reforma e ampliação da EMR ocorrida em entre 1919 e 1921. No entanto, antes de analisarmos a reforma e suas implicações diretas vamos nos ater aos fatores que tornaram possível a concretização desta: a conjuntura histórica gerada pela eclosão e, especialmente, pelo fim da Primeira Guerra Mundial. Em 1917 o editorial da revista *ADN*, vislumbrava claramente o efeito que este acontecimento teria:

³⁸⁷ **Arquivo do CPDOC/FGV**. Entrevista General João Punaro Bley. Rio de Janeiro, 1982.

³⁸⁸ *Ibid.*

³⁸⁹ BLEY, General João Punaro. Recordações de uma velha escola. **Letras em Marcha**. Rio de Janeiro, s/d. p. 3. O edifício que Bley descreve é parecido com a caracterização de Werneck Sodré do prédio em 1931, já reproduzida nesse trabalho.

Seria uma injustiça atribuir apenas ao efeito **reflexo dos acontecimentos em que nos vimos envolvidos**, a mudança radical que a nossa política militar experimentou dentro de poucos meses. Se as soluções que quase de surpresa foram adotadas não estivessem em elaboração desde longa data, aguardando apenas uma oportunidade, esta obra, de aparente improvisação, não teria sido levado a efeito. Entre nós as coisas se passam de modo inteiramente diferente dos outros países. **Não são os discursos, os relatórios, as exposições de motivos que fazem realmente as reformas.** Precisamos estar sempre à espera **desses grandes momentos de entusiasmo** para obter quase sem trabalho o que os profissionais, durante anos seguidos, reclamam sem cessar como estado normal da organização dos serviços públicos.³⁹⁰

O editorial atinge o cerne da questão: todas aquelas reformas descritas aqui só foram concretizadas pelo “grande momento de entusiasmo” gerado pela eclosão do conflito mundial. De fato, a ocorrência da Primeira Guerra Mundial (1914-1918) foi especialmente importante para o Exército ao colocar no primeiro plano dos problemas da nação questões como a defesa nacional, o serviço militar obrigatório, e a formação dos oficiais. A constatação de Jehovah Motta corrobora essa ideia,

Antes era o pequeno Exército, talhado em moldes antiquados, a despeito de algumas iniciativas meritórias, mas destituídas de pujança renovadora. Com a guerra, e depois desta, vieram as reformas substanciais de estrutura, o sorteio foi aplicado, os orçamentos se fizeram mais generosos, realizaram-se efetivos de maior porte, construíram-se quartéis, compraram-se armas automáticas e canhões, ampliaram-se arsenais e fábricas, o ensino militar adquiriu novo tom.³⁹¹

Em 1914, existia entre os estrategistas europeus a crença em uma guerra rápida, ilusão desfeita diante do amplo poder de destruição dos países beligerantes, acumulado ao longo da formação dos “impérios colonialistas” do século XIX. O conflito que durou mais de quatro anos mobilizou milhões de homens para compor os Exércitos. Para equipá-los, foi necessária uma intensa mobilização nacional de recursos em suprimentos de uniformes, de alimentos, de viaturas e de armas. A produção agrícola e industrial passou a ser dirigida para suprir as exigências da Grande Guerra e mulheres passaram a ocupar postos de trabalho reservados antes aos homens. Os Estados beligerantes adquiriram a excelência do planejamento econômico e da produção. No campo militar criou-se um novo conceito de defesa nacional, envolvendo como constituintes da estratégia militar todos os aspectos relevantes da vida de um país,

³⁹⁰ **Revista A Defesa Nacional**. Rio de Janeiro, ano 4 n. 51, 1917. p.69. [grifos nossos]

³⁹¹ MOTTA, Jehovah. **Formação do Oficial do Exército: currículos e regimes na Academia Militar (1810-1944)**. Rio de Janeiro, Biblioteca do Exército, 1998. p. 218.

da estrutura militar até o desenvolvimento de indústrias estratégicas para a defesa, como a siderurgia e o controle das fontes de energia. Segundo René Remond essa conjuntura gerou um Estado que precisa,

regulamentar, controlar, organizar e racionar recursos que se esgotavam e que não se proporcionavam às necessidades da indústria de guerra ou do abastecimento da população. Tornaremos a ver o alcance longínquo e as conseqüências institucionais, administrativas e psicológicas dessa intervenção crescente do poder público, e do controle exercido sobre todas as atividades econômicas e sociais.³⁹²

De acordo com Remond o conflito elevou a mobilização dos efetivos a um grau até então desconhecido, Na França, por exemplo, “*arregimentaram-se cerca de 8,5 milhões, numa população que não chegava então a 40 milhões, ou seja, mais de um quinto dos habitantes, para 14 milhões de alemães. Em 1916, a Grã-Bretanha introduz a constrição. A Rússia mobiliza tanta gente que lhe falta material.*”³⁹³.

Diante grande conflito mundial a sociedade brasileira assistiu a grandes manifestações de patriotismo e nacionalismo, habilmente propagado pelas classes políticas e militares na tentativa, por exemplo, de implantar o a lei do serviço militar, que teve seu primeiro sorteio oficial em 1916. A criação de ligas nacionalistas para incentivar o alistamento entre todas as classes sociais mobilizou importantes setores da elite e da intelectualidade da época, cujo maior símbolo era Olavo Bilac, autor da coleção de discursos *A Defesa Nacional*, e um dos fundadores da Liga da Defesa Nacional, entidade cívico-cultural, cujo objetivo principal era “*robustecer na opinião pública nacional um elevado sentimento de patriotismo*”. A Liga foi fundada em 7 de setembro de 1916, por um grupo de políticos, intelectuais e militares de grande destaque como João Pandiá Calógeras, Rui Barbosa, Venceslau Braz, Almirante Alexandrino de Alencar, Francisco de Paula Rodrigues Alves e o General Caetano de Farias. A liga existe até hoje.³⁹⁴ Antes do fim da Guerra, em 1917, o Ministro da Guerra José Caetano de Faria, ao abordar o problema da execução do serviço militar obrigatório constatava que,

O momento era favorável; a guerra européia tinha chamado a atenção geral para a necessidade de todas as nações cuidarem seriamente de

³⁹² RÉMOND, René. **O Século XX: de 1914 aos nossos dias**. Trad. Octavio Mendes Cajado São Paulo: Editora Cultrix, 1990.p.25.

³⁹³ Ibid. p.26.

³⁹⁴ Para mais informações históricas e atuais sobre a Liga consultar o site disponível em: <http://www.ligadedefesanacional.org.br> Acesso em: 05/10/2011.

sua defesa; os exemplos da Bélgica, Servia e Montenegro mostravam a sorte reservada aos povos que, confiados em tratados, não se tornam bastante fortes para fazer valer sua soberania e proteger seu território, sua fortuna e seus lares. A nação, convencida por uma propaganda patriótica, a cuja frente se colocou na benemérita Liga da Defesa Nacional, e vendo a firme resolução do governo em estabelecer o serviço militar obrigatório, despertou da indiferença em que jazia; a mocidade principiou a buscar os meios de aprender a defender a pátria, alistando-se nos corpos de tropa, procurando o voluntariado de manobras os as sociedades de tiro; as academias, colégios, institutos de educação profissional ou simplesmente esportivos pediram instrutores e elementos para a instrução militar. (...) A guerra atual mostrou que, ao contrário do que geralmente se pensava, as reservas podem constituir exército de primeira linha, para as primeiras operações. (...) E a batalha do Marne foi ganha pela intervenção do exército do general Maunoury, composto de tropas de nova formação.³⁹⁵

Estava claro para o alto comando do Exército Brasileiro que o momento era o mais propício para a implementação de mudanças de maior vulto. Retomemos agora a questão das reformas na EMR. Em 1918 o recém nomeado Ministro da Guerra Alberto Cardoso Aguiar oferecia em seu relatório um diagnóstico acerca das condições do prédio da escola e uma lista de pequenas reformas realizadas naquele ano,

Foi bastante anormal a marcha da instrução durante o ano, embora tardiamente em vigor o atual regulamento, **faltaram por completo quase os recursos em material e pessoal para a sua rigorosa observância**. Elevado o número de alunos, houve **deficiência de alojamentos**, tendo de se transformar para esse fim as salas de aulas do edifício. Adquiriram-se mesas e bancos necessários ao refeitório, aumentando-lhe de muito sua capacidade. Para a organização de dependências para as aulas **conseguiu o comandante onze salas, aproveitando o antigo quartel onde alojava a quarta companhia de infantaria**. (...) Foram os seguintes os trabalhos executados em diversas dependências da escola: construção de uma cozinha e adaptações complementares; limpeza, pintura, caiação e reparação do assoalho da enfermaria; **pintura e caiação do picadeiro, das salas onde funcionam as aulas, da intendência e do xadrez**; instalação de um gabinete para o comandante; construção de aparelhos sanitários; esgotos da enfermaria e edifício das aulas; preparo de dois salões para a arrecadação do material da intendência; limpeza e adaptação da sala de música; aumento da ferraria; construção da correaria e de uma ambulância veterinária; adaptação de arrecadações, para o esquadrão de cavalaria e bateria de artilharia; construção de um pequeno parque para o material de artilharia; limpeza das baias e modificações com o fim de alojar 150 cavalos; construção de cabides para as arrecadações e modificações nos gabinetes de telegrafia e fotografia; **aterro do passeio do edifício das aulas**; construção de um passeio e de uma pista de obstáculos para o exercício de equitação; transformação do

³⁹⁵ **Relatório do Ministro da Guerra**, General José Caetano de Farias, 1917.p.10.

local da antiga cozinha em alojamento de capacidade para 70 alunos e assoalho, forro e pintura da portaria. [Grifos nossos].³⁹⁶

Neste trecho fica evidente que os problemas de alocação de alunos e de falta de materiais e salas de aula eram resolvidos com improvisações e adequações que interferiam no desenvolvimento do ensino, seja teórico ou prático. A maioria das reformas era pontual e emergencial, como pinturas e pequenas reformas. Essa estrutura da EMR, ainda com apenas um pátio, seria alterada substancialmente a partir de novembro de 1919, com a nomeação de um novo Ministro da Guerra, político e engenheiro João Pandiá Calógeras, o primeiro civil a ocupar essa pasta. Calógeras era formado na Escola de Minas de Ouro Preto em 1890 e foi eleito deputado federal pelo Partido Republicano Mineiro (PRM) para a legislatura de 1897-1899 e retornou à Câmara ainda em 1903, 1906, 1909 e 1912. O traço distintivo de sua formação civil e política era facilmente notado em suas mensagens ministeriais³⁹⁷. Enormes, em média setenta páginas, eram cheias de elucubrações históricas e exaltações patrióticas, recursos usuais da classe política da época. Entre tantas divagações estava um relato acerca da EMR, tida como o núcleo preparador da oficialidade. Segundo o ministro,

É notável o entusiasmo com que ali se trabalha. Quadros e alunos porfiam por ascender aos graus mais apurados da instrução. O Brasil pode estar tranqüilo quanto a eficiência pratica do ensino nesse estabelecimento, e quanto à pureza e a elevação do ideal que anima todos os esforços desenvolvidos por mestres e discentes. É digno de nossa terra e, cada vez mais, subirá no conceito dos que se interessam pela defesa nacional. **Cumpra completar suas instalações e pô-la em termos de poder dar instrução integral, apurada até as minúcias, a oficialidade que ali inicia seu treinamento profissional.** [Grifos nossos]³⁹⁸

Apesar do estilo literário de Calógeras, podemos notar que para o ministro a formação dada ao oficialato na EMR, sob a influência da Missão Indígena, era mais que satisfatória. No entanto, o Ministro assumia que o trabalho da MI só poderia ser realizado totalmente se existisse o suporte material de edifício adequado. No relatório do mesmo ano o Ministro Calógeras assumia a necessidades da ampliação do prédio ao constatar que o *“edifício da escola era destinado originariamente para um*

³⁹⁶ **Relatório do Ministro da Guerra**, General Alberto Cardoso Aguiar, 1918, pp.67-68. [grifos nossos]

³⁹⁷ A mensagem ministerial era uma espécie de introdução do relatório, onde o MG apresentava uma síntese das ações do Ministério e apresentava algumas considerações mais gerais e pessoais, uma vez que se tratava, formalmente, de uma mensagem ao Presidente de República.

³⁹⁸ **Relatório do Ministro da Guerra**, João Pandiá Calógeras, 1919.p.59.

estabelecimento de reduzido efetivo”³⁹⁹ e que já no decorrer de 1919, ainda na gestão do General Cardoso Aguiar, sofreu algumas “*ampliações com o fim de corresponder as crescentes necessidades que decorreram de sucessivas reformas e continuado aumento do nosso principal instituto de ensino militar.*”⁴⁰⁰ No Relatório de 1920, as referidas reformas e a ampliação são mais detalhadas como podemos aferir no trecho a seguir,

Edifício - Inicialmente destinado a um estabelecimento de pequeno vulto, foi ampliado o atual edifício da escola, dando-se-lhe outra feição de modo a aproximá-lo da indispensável correspondência entre as instalações várias e as crescentes necessidades que decorreram do continuado aumento do efetivo de alunos. O efetivo do estado-menor pode ser acomodado em melhores condições, as instalações do parque de artilharia e respectivas arrecadações se tornaram mais confortáveis; depósitos de material de engenharia puderam ser inaugurados e no edifício, que pertenceu à companhia de estabelecimentos, foram instaladas as oficinas de carpintaria, ferraria e correiaria.⁴⁰¹

As obras de ampliação do edifício foram concluídas em 1920 com o acréscimo de um segundo andar no pátio principal, onde foram distribuídas as salas de aula repartições administrativa. Foram construídos mais dois pátios para abrigar alojamentos amplos e mais convenientemente mobiliados. Em 1921, o Ministro Calógeras, fazia um balanço sobre as reformas e a nova feição da EMR, como podemos conferir no trecho a seguir,

Durante o ano findo passou o edifício escolar por alguns melhoramentos; assim é que está a concluir a construção de um pavilhão destinado a alojar a ferraria, a oficina de ferrador e a sala do veterinário. Foi construído mais um picadeiro ao ar livre com grande vantagem, para a instrução de equitação; o pavilhão para a enfermaria foi também melhorado com a introdução de modificações indispensáveis ao mister desse departamento do estabelecimento. Conquanto as ampliações do edifício, terminadas em 1920, não preencham condições estéticas, todavia satisfazem o fim a que se destinam.⁴⁰²

Segundo Claudius Viana a fachada da EMR foi remodelada em estilo *art nouveau* mantendo essa configuração até os dias atuais onde funciona o quartel do Realengo, uma vez que a escola foi fechada definitivamente em 1944. Reproduzimos a seguir fotos da escola antes das reformas, após as reformas e atualmente. A diferença, como podemos notar, é realmente significativa,

³⁹⁹ Ibid. p.76.

⁴⁰⁰ **Relatório do Ministro da Guerra**, João Pandiá Calógeras, 1919.p.94.

⁴⁰¹ **Relatório do Ministro da Guerra**, João Pandiá Calógeras, 1920. p.76-77.

⁴⁰² **Relatório do Ministro da Guerra**, João Pandiá Calógeras, 1921.p.32.



Detalhe da Fachada antes da reforma



Tela em óleo da EMR antes da reforma



Fachada da EMR em 1937



Foto atual – Quartel do Realengo

A reforma da EMR ocorreu concomitantemente a diversas mudanças realizadas pelo Ministro Calógeras, com o apoio da breve gestão de seu antecessor General Cardoso Aguiar. O maior feito dessa dupla foi, sem dúvida, a contratação de uma missão de instrução militar composta por oficiais do exército francês em maio de 1919⁴⁰³. O objetivo principal da Missão Militar Francesa era, em primeiro lugar, a reorganização do Estado-Maior do Exército e, posteriormente, de todo o Exército.⁴⁰⁴ Segundo Fernando Rodrigues o Ministro da Guerra Pandiá Calógeras consolidou a expansão numérica e espacial das Instituições Militares ao realizar um “ambicioso programa de construções entre 1920 e 1921. (...) Ele iniciou a construção de 56 novos

⁴⁰³ A contratação foi selada pelo Decreto 3.741, de 28 de maio de 1919. Autoriza o governo a contratar, na França, uma missão militar, para fins de instrução no Exército.

⁴⁰⁴ A MMF e sua atuação junto ao Ministério da Guerra e ao EME, especialmente no tocante a educação militar, será abordado no item 3.3.

*quartéis em 49 localidades diferentes do Brasil, além de reformar e ampliar 45 outros em 41 lugares”.*⁴⁰⁵

Por fim, retornaremos ao objeto central desse item: a atuação da Missão Indígena na EMR para a elaboração de três considerações. Em primeiro lugar é importante entendermos que a concretização desse movimento modernizador e profissionalizante que tomou conta da EMR entre 1919 e 1922 só foi possível por meio da articulação entre os jovens turcos, membros da *ADN*, membros do EME e os instrutores da Missão Indígena. Basta olharmos, por exemplo, para o “grupo mantenedor” da *ADN* no início da década de 1920⁴⁰⁶ para entendermos essa ligação, pois neste figuravam nomes como, Bertholdo Klinger, Leitão de Carvalho, Eurico Gaspar Dutra, Pompeu Cavalcanti, Newton Cavalcanti, Basílio Taborda, e Orozimbo Pereira. Entre os colaboradores ainda estavam, Genserico de Vasconcelos, Tristão Araripe, Odylio Denys e José Eduardo Pfeil. Alguns deles, como Klinger e Leitão, fizeram parte do grupo que estagiou no Exército Alemão, dando origem aos jovens turcos. Outros, como vimos nos quadros 13 e 14, atuaram como instrutores da Missão Indígena na EMR.

Em segundo lugar devemos ressaltar que todo esse esforço conjunto foi concretizado mediante a ocorrência de um fator totalmente alheio as suas capacidades e vontades: a eclosão da Primeira Guerra Mundial e o rápido crescimento da importância das Forças Armadas, em especial o Exército, no contexto nacional. Por último, temos a consideração acerca do fim da Missão Indígena, pois todo aquele ardoroso trabalho de renovação disseminada na EMR seria interrompido com o envolvimento de quase todos os alunos e instrutores da escola no levante de 5 de julho de 1922. A escola acabou sendo tomada pelo clima revoltoso que se intensificava nas fileiras do Exército desde o início de 1922 como veremos a seguir.

4.2 A Escola Militar do Realengo e o levante de 5 de julho de 1922.

O início da década de 1920 foi marcado por uma disputa eleitoral inter-oligárquica. Fruto de uma divergência entre as elites políticas de São Paulo e Minas

⁴⁰⁵ RODRIGUES, Fernando da Silva, **Uma carreira: as formas de acesso à escola de formação de oficiais do Exército brasileiro no período de 1905 a 1946**. (Doutorado em História Política). UERJ, Rio de Janeiro. 2008. p.122.

⁴⁰⁶ AHEX. **Índice das Matérias da Revista A Defesa Nacional**. 9º volume (nº 97 a 108). Capa.

Gerais de um lado e, as elites políticas do Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Bahia, Pernambuco e Distrito Federal, de outro. Tal fato demonstrou a delicadeza do arranjo político elaborado por Campos Sales no início do século XX, a política dos governadores, pois pela primeira vez a hegemonia dos estados de Minas Gerais e de São Paulo era realmente desafiado por um conjunto de forças significativo. No dia 24 de junho de 1921, um grupo de políticos lançou um manifesto oficializando a candidatura do político carioca Nilo Peçanha e de seu vice o baiano J.J. Seabra. Era a criação da chamada Reação Republicana. Segundo Marieta Moraes, os pontos básicos do manifesto eram a

crítica ao processo adotado pelos grandes estados para a escolha do candidato à presidência, a reivindicação de maior autonomia para o Legislativo frente ao Executivo e a exigência de maior credibilidade para as Forças Armadas, que no último governo, de Epitácio Pessoa, haviam sido afastadas da chefia das pastas militares. Do ponto de vista econômico, o manifesto defendia princípios financeiros ortodoxos e elegia o equilíbrio do orçamento federal e o equilíbrio cambial como questões centrais.⁴⁰⁷

Apesar de apresentar algumas premissas do liberalismo político como a autonomia do legislativo, o conservadorismo inerente às elites políticas se sobressaía no programa como podemos observar nos princípios econômicos defendidos. A disputa ganhou contornos polêmicos em 9 de outubro de 1921 com a publicação no jornal *Correio da Manhã* de uma carta supostamente assinada por Artur Bernardes que continha insultos ao Marechal Hermes e ao Exército. Hélio Silva reproduz a carta na íntegra como podemos conferir abaixo,

Belo Horizonte, 3-6-1921.

Am.º Raul Soares

Saudações afetuosas.

Estou informado do ridículo e acintoso banquete dado pelo Hermes, esse sargento sem compostura, aos seus apaniguados [protegidos], e de tudo que nessa orgia se passou. Espero que use com toda energia, de acordo com as minhas últimas instruções, pois, essa canalha precisa de uma reprimenda para entrar na disciplina. Veja se o Epitácio mostra agora a sua apregoada energia, punindo severamente esses ousados, prendendo os que saíram da disciplina e removendo para bem longe esses generais anarquizadores. Se o Epitácio com medo não atender, se de diplomacia que depois do meu reconhecimento ajustaremos contas. A situação não admite contemporizações os que

⁴⁰⁷ FERREIRA, Marieta de Moraes. A Reação Republicana e a crise política dos anos 20. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 6, n. 11, 1993, p. 9-23. p.11.

forem venais, que é quase a totalidade, compre-os com todos os seus bordados e galões. Abraços do ARTHUR BERNARDES.⁴⁰⁸

O banquete citado na carta seria a cerimônia de posse do Marechal Hermes na presidência do Clube Militar⁴⁰⁹. No mesmo dia Bernardes nega a autoria da carta por meio de telegrama enviado ao deputado mineiro Bueno Brandão que lê o telegrama na sessão da Câmara. Um dia após à publicação da carta o Clube Militar fez uma primeira reunião para tratar do assunto, sob a presidência do Marechal Hermes. À Mesa foi encaminhada uma moção assinada pelos 80 sócios presentes que sintetiza e simbolizou o sentimento dominante nas Forças Armadas em relação a candidatura de Artur Bernardes até o fim do pleito. Abaixo reproduziremos o manifesto endereçado a nação,

O Clube Militar órgão das classes armadas julga de seu dever declarar que o público conceito emitido pelo Sr. Artur Bernardes, último, colocou o Exército na contingência de reagir imediatamente. Porque ou S. Exa. tem razão em nos qualificar de canalha venal, ou inutilmente ultrajou o Exército. Na primeira hipótese, o Exército deve ser dissolvido, pois a defesa da Nação não pode estar confiada a janízaros e canalhas; na segunda, S. Exa. criou absoluta incompatibilidade entre sua pessoa e o Exército. Existe, pois, um dilema, como solução única: ou a nossa dissolução, ou o Exército não aceita que S. Exa. seja o Presidente da República. **O Exército proclamou, consolidou e entregou a República aos senhores políticos profissionais, que podem governá-la sem ultrajar aos que tem a convicção da nobreza honrada.** E é com tais fundamentos que o Exército implora à Nação a eleição de qualquer outro brasileiro para Presidente da República, pois **não podemos assegurar ao Sr. Artur Bernardes o exercício desse cargo.** [grifos nossos.]⁴¹⁰

Os trechos destacados são emblemáticos em relação ao papel político exercido pelas Forças Armadas, notadamente o Exército, na Primeira República. É clara a oposição entre o Exército que proclamou e consolidou a República e os “políticos profissionais” para quem a mesma foi confiada. Na manhã seguinte o *Correio da Manhã* publica uma segunda carta, estampando ao lado a reprodução da primeira, com boa nitidez. Nessa segunda há a confirmação do conteúdo da primeira e outras referências ao Exército e ao Marechal Hermes.

⁴⁰⁸ SILVA, Hélio. **1922: Sangue na areia de Copacabana.** Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1964. p.60.

⁴⁰⁹ Criado em 1887, consolidou-se como importante ponto de reunião da oficialidade do Exército que conspirou e participou da Proclamação da República. Antes disso, já havia desempenhado um papel de destaque nas lutas abolicionistas. Durante a República, tornou-se cenário de grandes disputas políticas.

⁴¹⁰ SILVA, Hélio. **1922: Sangue na areia de Copacabana.** Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1964.p.62.

Em novembro de 1921 uma assembleia do Clube Militar decide iniciar uma investigação para aferir a autoria das ofensivas cartas. Dentro do Clube não existia a unanimidade. Durante todo esse período o Clube Militar manteve reuniões, deliberando sobre a matéria que se tornou um grande escândalo nacional. O Exército e grande parte da população se dividiam entre os que admitiam ou negavam a autoria de Bernardes. O que se viu foi uma sucessão de comissões e perícias que ora atestavam a veracidade, ora a falsidade das cartas. Essa situação perdurou até as eleições do dia 1º de março de 1922, da qual saiu vitorioso o candidato situacionista, Artur Bernardes. Cerca de dois meses depois das eleições dois homens assumiram a autoria da falsificação alegando que sua intenção era forçar a candidatura do Marechal Hermes. Segundo Marieta Moraes, ao longo de todo o primeiro semestre de 1922 os candidatos derrotados da Reação Republicana assumiram uma postura panfletária que denunciava as perseguições feitas pelos bernardistas aos seus partidários e aos militares, chegando a extremar suas posições, abrindo espaço para a possibilidade de intervenção armada na decisão do conflito político. Nelson Werneck Sodré destaca que o clima vivido nas ruas do Rio de Janeiro poderia ser aferido por dois episódios. O primeiro é a chegada de Artur Bernardes sob vaias da população, notadamente dos estudantes, ao passar pela Avenida Atlântica, na capital federal. O outro episódio foi o de uma sessão do Clube Militar, realizada a 24 de junho de 1922, onde um Tenente chamado Gwaier de Azevedo troca ofensas com vários superiores e denuncia o comportamento corrupto de alguns, chegando a dizer ao presidente da sessão, Marechal Hermes, que eles estavam “à porta de uma revolução”. Sodré afirma que tal pronunciamento representava um sentimento de grande parte da oficialidade, especialmente os oficiais de baixa patente.

No entanto, as rebeliões que marcaram o dia 5 de julho de 1922 foram irrompidas diante de um decisivo acontecimento: a prisão do Marechal Hermes da Fonseca e o fechamento do Clube Militar. O processo que culminou na prisão do Marechal Hermes teve seu início em uma disputa política ocorrida em Pernambuco, onde um grupo político ligado ao então presidente Epitácio Pessoa requeria a intervenção federal a seu favor. Aos moldes do supracitado movimento salvacionista ocorrido na gestão do próprio Hermes da Fonseca entre 1910 e 1914. O envolvimento do Marechal se deu após o envio de um apelo de um grupo de oficiais da guarnição de Recife, endereçado ao Clube Militar, que manifestavam o desejo de não intervir. Assim

o Marechal enviou um telegrama ao Comandante da guarnição federal, coronel Jaime Pessoa da Silveira, onde recomendava a não intervenção fazendo a ressalva de *que “as situações políticas passam e o Exército fica”*⁴¹¹.

O presidente Epitácio Pessoa não aceitou a intervenção e no dia 19 de junho de 1922 o Ministro da Guerra Pandiá Calógeras remeteu um aviso de repreensão ao Marechal Hermes por sua interferência indevida em questões que não eram de sua competência legal. O Marechal Hermes se sentiu ofendido e em ríspida resposta, escrita no dia 2 de julho, endereçada a Epitácio Pessoa não aceitou a repreensão. Diante disso o Presidente Epitácio ordenou a prisão do Marechal Hermes da Fonseca e o fechamento do Clube Militar por 6 meses. Segundo Hélio Silva, depois de 17 horas de detenção Hermes foi solto, no dia 3 de julho, e pouco depois de sua chegada no hotel em que morava, recebeu uma mensagem de seu filho, Capitão Euclides Hermes da Fonseca, comandante do Forte de Copacabana, avisando que o Forte iria se revoltar.

Nas próximas páginas apresentaremos uma breve narração dos fatos ocorridos nos dias 5, 6 e 7 de julho de 1922⁴¹², especialmente a revolta da EMR e do Forte de Copacabana. Tal narração será baseada na extensa literatura sobre o tema, além de utilizar os depoimentos de muitos dos envolvidos que registraram suas lembranças em memórias, entrevistas e autobiografia. Nesse intento, o livro *1922: sangue na areia de Copacabana* de Hélio Silva, nos oferece uma grande quantidade de documentos como jornais da época e os depoimentos dos participantes do movimento de 5 de julho de 1922 reproduzidos na íntegra. Os depoimentos foram dados ao Chefe do EME, Augusto Tasso Fragoso, responsável pelo processo de investigação instaurado pelo EME. Entre os depoentes estavam os Tenentes Siqueira Campos e Eduardo Gomes, do Capitão Euclides Hermes e do Coronel Xavier de Brito.

Antes de iniciarmos uma pequena narração dos fatos ocorridos no Forte de Copacabana e na EMR é fundamental entendermos que o processo conspiratório para a eclosão da revolta foi marcado pela indiscrição e desorganização, geradas pelo entusiasmo otimista, pois os conspiradores acreditavam que suas ações se alastrariam rapidamente pelas fileiras do Exército. Outra característica marcante foi a falta de

⁴¹¹ SILVA, Hélio. **O Poder Militar**. Porto Alegre: L&PM Editores, 1984.p.80.

⁴¹² Algumas guarnições de Campo Grande e de Niterói também tentaram se sublevar em solidariedade ao movimento na Capital Federal, mas foram debelados em poucas horas.

preparo, manifestada nas falhas de comunicação entre os núcleos rebelados⁴¹³. Faltou, também, aos rebeldes a percepção de que o Governo Federal tinha graves suspeitas de que poderia ocorrer uma rebelião e por isso já havia tomado algumas medidas preventivas como a transferência e afastamento de oficiais suspeitos, especialmente da Vila Militar, que como veremos a seguir tinha lugar especial no plano dos rebeldes. Fato emblemático dessa conjuntura foi a adesão ao movimento revoltoso do Primeiro Tenente João Alberto Lins de Barros, que servia 1º Regimento de Artilharia Montada, na Vila Militar,

Eu estava quase alheio a estes acontecimentos. Absorvido pelos cálculos de uma nova tabela de tiro de artilharia, mal terminava o jantar, voltava ao trabalho. Não dava muita atenção a política e não tinha a noção exata da situação. Quando o Presidente Epitácio pessoa fechou o Clube Militar, numa atitude violenta e imprudente, manifestei-me contra. A minha simples declaração no cassino bastou para que eu fosse envolvido nos a acontecimentos, em fase final de ação revolucionaria. (...) Fui convidado a aderir ao movimento no dia anterior, e optei por me unir aos amigos e a Escola Militar. (...) A revolução veio. No dia 5 de julho, durante noite, todos nós, revolucionários, estávamos a posto para erguer a tropa, ao primeiro sinal, que seria dado pela Escola Militar (...) Éramos poucos dentro de um regimento considerado legalista.⁴¹⁴

O relato do envolvimento da revolta na EMR, dado por Juarez Távora, instrutor de Engenharia na EMR, não é muito distante da descrição de João Alberto de uma participação às pressas, sem muita preparação ou até conhecimento,

alheei-me das confabulações havidas, dentro ou fora de minha caserna, para o acerto de seu desencadeamento, Não compareci a uma sequer das reuniões do Clube Militar, que o precederam. E, na Escola Militar, onde servia, limitei-me a transmitir a Edmundo de Macedo Soares e Silva, meu colega, ai, como instrutor de Engenharia, e a outros companheiros mais graduados, do Corpo de Instrutores da Escola, a segurança de minha solidariedade a qualquer atitude de desafronta aos brios do Exército, de que eles participassem. Enormemente sobrecarregados de serviços - Edmundo e eu - dedicávamos todo o tempo de que dispúnhamos ao preparo e ministração da instrução que nos cabia dar, como auxiliares de instrutor da Seção de Engenharia da Escola. Quando, após a prisão do Marechal Hermes, fui notificado, por um de meus colegas instrutores da Escola Militar, de que o levante estava marcado para a noite de 4

⁴¹³ A distância entre o Forte de Copacabana e a EMR é de aproximadamente 40 quilômetros.

⁴¹⁴ BARROS, João Alberto Lins de. **Memórias de um revolucionário**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1953. p.19.

para 5 de julho, reiterei-lhe, sem maiores indagações, minha disposição de nele colaborar.⁴¹⁵

Em ambos os relatos fica a impressão de que a conspiração foi pouco elaborada e que os oficiais que tomaram parte dela ficaram sabendo do levante às vésperas de sua realização. Ambos os oficiais relatam estarem alheios a assuntos políticos e dedicados exclusivamente a seus afazeres profissionais, lembrando que estes receberam a instrução da primeira turma da MI em 1919. Retomemos a descrição sucinta dos fatos.

No depoimento do tenente Eduardo Gomes consta que após reunião com os oficiais do Forte ficou decidido que a revolta ocorreria na primeira hora do dia 5 de julho. Na capital, outros oficiais manifestaram a vontade de se rebelar como o Comandante da Fábrica de Cartuchos do Realengo, Coronel Xavier de Brito, que juntamente com outros oficiais da EMR iria sublevar a Escola. Os preparativos para o levante na Escola se desenvolveram de forma totalmente indiscreta e isso fica claro no depoimento do Capitão Oton de Oliveira Santos, que cumprindo ordens do diretor da Escola, Coronel Eduardo Monteiro de Barros, fazia, pessoalmente, o serviço de ronda na noite de 4 para 5 de julho. O Capitão relata que, ao passar defronte da casa do Coronel Xavier de Brito, por volta da meia-noite, *“que normalmente, se conservava fechada e de luzes apagadas àquela hora, encontrou-a, inexplicavelmente, iluminada e repleta de alunos e oficiais, muitos deles instrutores e auxiliares.”*⁴¹⁶. O relato do Capitão segue com a narração de um embate com alguns alunos, onde ele após efetuar dois disparos de pistola *mauser* fugiu para a residência do Comandante Monteiro de Barros. O Coronel Xavier de Brito formou um grupo de alunos da arma da Cavalaria com a missão de interceptar o Coronel Monteiro de Barros e escoltá-lo com segurança até a Escola, mas o Coronel conseguiu fugir para a Vila Militar, restando aos alunos efetuar a prisão do Capitão Oton que foi levado a escola. Hélio Silva reproduz uma passagem de um documento judicial, intitulado *Acontecimentos de 5 e 6 de julho. Denúncias do Procurador Criminal da República* e publicado pela Imprensa Nacional em 1923, onde o Coronel Eduardo Monteiro de Barros era acusado de não ter, à época dos fatos, *“energia precisa para encarar, como militar, a situação, pois ao invés de*

⁴¹⁵ TÁVORA, Juarez. **Uma vida e muitas lutas: da planície à borda do altiplano**. Rio de Janeiro: Livraria José Olímpio Editora & Biblioteca do Exército, (v. 1), 1973. p. 115.

⁴¹⁶ SILVA, Hélio. **1922: Sangue na areia de Copacabana**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1964.p.189.

*enfrentar os amotinados e chamá-los ao caminho da disciplina*⁴¹⁷ e que ao invés disso “*procurou fugir para a Vila Militar, o que não fez com medo das patrulhas, voltando pouco depois para a sua residência onde aguardou o desenrolar dos fatos e de onde só saiu depois da derrota das forças revoltosas*”.⁴¹⁸

Na EMR estavam de prontidão cerca de 600 alunos, e apenas uma minoria, cerca de 8 alunos e 5 oficiais não se engajaram no movimento. Competia à Escola Militar descer pela estrada São Pedro de Alcântara com destino à Vila Militar onde as forças ali aquarteladas adeririam a revolta para que junto marchassem para o Palácio do Catete com o intuito de depor o Presidente Epiácio Pessoa e empossar o Marechal Hermes da Fonseca. Na Vila Militar estavam aquarteladas várias unidades, de todas as armas, pertencentes à 1ª Divisão de Infantaria, sendo uma delas o 1º regimento de infantaria, cujo comandante era o Coronel Sezefredo dos Passos, que havia recebido horas antes ordens do Ministério da Guerra para mandar prender um grupo de oficiais suspeitos que desembarcavam na Estação da Vila Militar. Mais cedo, na tarde daquele dia alguns oficiais da ESAO, que pretendiam se rebelar, também haviam sido detidos. O levante estava fadado ao fracasso, pois os rebeldes da EMR não teriam mais seus elementos de ligação na Vila Militar. Diante desse cenário o confronto era inevitável. Segundo o Depoimento do Coronel Xavier de Brito, “*a 1700 metros a nordeste da Escola, travou-se a luta em que, de parte a parte, se empenharam as três armas (...) a luta se manteve encarniçada durante quatro horas.*”⁴¹⁹. No dia 17 de setembro de 1923 o jornal *A noite*, do Rio de Janeiro, publicava uma matéria escrita à época, mas até então censurada, sobre o desfecho dos acontecimentos,

A luta, conforme refere o coronel Xavier de Brito em seu depoimento, se tinha mantido encarniçada durante 4 horas a fio. Depois das 10 horas da manhã, novo elemento da Infantaria da Vila foi visto em direção à Escola, procurando contorná-la pelo flanco esquerdo, elemento que, igualmente, poderia ser hostilizado e dizimado e, entretanto, como o anterior, não o foi. Não poderia haver mais dúvida. Estava positiva, inteira e completamente esclarecida a situação. O Coronel Xavier de Brito era responsável por cerca de 600 vidas. Não poderia trucidá-las, comprometê-las inutilmente. Havia cumprido seu dever de bom soldado e bom patriota, e tão grande quanto esse era o de defender todas aquelas vidas.⁴²⁰

⁴¹⁷ Ibid. p.191.

⁴¹⁸ Ibid. p.191.

⁴¹⁹ Ibid. p.194.

⁴²⁰ Ibid. p.199.

A mesma sequência de fatos ganha outros contornos quando é feita por um dos revoltosos, no caso, o Tenente Juarez Távora, que comandou junto com Edmundo Macedo, o grupo de revoltosos da Arma de Engenharia,

Ao clarear do dia 5, o comando da Escola determinou o disparo de alguns tiros de artilharia, sobre os quartéis da Vila, a fim de verificar o comportamento da tropa nela aquartelada. A reação não demorou. Pouco depois, formações de combate deixavam os quartéis, aproximando-se, com cautela, da posição ocupada pela Escola. Foram trocados, então, os primeiros tiros de infantaria, que, rapidamente, se generalizaram. Por volta de 9 horas da manhã, a situação estava claramente definida: toda a tropa da Vila Militar se movimentava contra a Escola. Entre os elementos desta já havia um morto — o cadete Feordoal Xavier Leal, e um outro ferido. Seria insensato e desumano prosseguir naquele duelo desigual. O coronel Xavier de Brito decidiu retirar-se da posição ocupada e reconduzir os cadetes e seus instrutores ao quartel da Escola, no Realengo. (...) A retirada foi feita em ordem. Mas um véu de tristeza e de frustração descera sobre as fisionomias de oficiais e de cadetes. Chegando à Escola, reassumi minhas funções de oficial de dia. No “Livro de Partes”, devia referir-me, no item “Ocorrências”, ao malogrado levante da Escola, de que participara. (...) Pouco depois do meio-dia, a Escola foi ocupada por forças governistas, entregando-se, sem resistência, os oficiais que haviam participado do seu levante.⁴²¹

O jornal termina sua notícia relatando com certa ironia o retorno do Comandante Monteiro de Barros somente após a “ocupação completa” da Escola.

A revolta do Forte de Copacabana, núcleo do movimento, foi mais duradoura que a da Escola Militar, cerca de dois dias a mais, e foi importante para a história do Exército Brasileiro, mais por conta de seu desfecho como veremos nos parágrafos a seguir.

Os rumores de conspiração difundidos após as eleições de março fizeram com que o Governo Federal e o Ministério da Guerra estivessem alertas, pois na tarde do dia 4 de julho foram enviados um General e um Capitão para ao Forte de Copacabana com ordens de transferir o comando e prender o Capitão Euclides Hermes. Segundo o depoimento do Capitão Euclides, quando o General comunicou a determinação do Ministério da Guerra, “*o comandante do Forte adiantou-se: General o senhor é que está preso desde esse momento. Também está preso o Capitão. Vou conduzi-los ao meu gabinete*”. *O General replicou com altivez: — “Submeto-me*

⁴²¹ TÁVORA, Juarez. **Uma vida e muitas lutas: da planície à borda do altiplano**. Rio de Janeiro: Livraria José Olímpio Editora & Biblioteca do Exército, (v. 1), 1973. p. 118-119.

porque estou desarmado”⁴²². Diante do imprevisto o Comandante do Forte ordenou o início da sublevação com o disparo de um tiro do canhão de 190mm em direção à ilha de Cotunduba. Logo após mais quatro tiros acertaram o Ministério da Guerra. Segundo Depoimento do primeiro tenente Delso Mendes da Fonseca⁴²³ ele efetuou os disparos utilizando uma tabela de tiros elaborada pelo então chefe do EME Tasso Fragoso. Segundo Hélio Silva e Glauco Carneiro⁴²⁴, o primeiro disparo do levante os disparos que atingiram o Ministério da Guerra foram efetuados pelo capitão Euclides Hermes da Fonseca, que substituíra Delso no comando da torre do canhão. De qualquer forma, estava iniciada a revolta.

Na manhã do dia 5 já estava organizada uma Força de Ataque das tropas legalistas sob o Comando do Coronel Nepomuceno da Costa que enviava aos rebelados do Forte uma mensagem que começava a mudar os rumos da revolta, “*Comunico-vos que a Escola Militar e o 15.º Regimento de Cavalaria, que se tinham revoltado, já se renderam. O Forte de Copacabana é a única unidade que falta se entregar. Espero que a 1ª bateria se renda imediatamente, para evitar maiores males pelo intenso ataque que serei forçado a levar.*”⁴²⁵ Isolados, os revoltosos não tinham muitas opções e depois de deliberarem, o Capitão Renato Pinto Aleixo vai ao encontro do comandante das tropas legalistas pleiteando um armistício, ao mesmo tempo que o Forte hasteava a bandeira branca. A reposta da Força de Ataque só chegou no início da noite e não tinha a intenção de finalizar o movimento revoltoso com um armistício, como podemos perceber na mensagem endereçada ao Capitão Euclides Hermes,

Comunico-vos de ordem do Governo da República que não é possível conceder aos elementos do Exército Nacional que se encontram revoltados no Forte de Copacabana, (...) Deveis por consequência ordenar a rendição deste Forte, sob pena de ser o mesmo atacado por terra e mar, os seus defensores sujeitos às severas penas da Lei. Fica por essa comunicação sem efeito a combinação anteriormente feita.⁴²⁶

A ameaça de bombardeio foi concretizada na manhã do dia 6 quando encouraçado *São Paulo* abriu fogo contra o Forte de Copacabana provocando grande estrago em sua

⁴²² SILVA, Hélio. **1922: Sangue na areia de Copacabana**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1964.p.114. Ao longo da narração dos fatos citaremos nominalmente apenas os principais envolvidos para que não ocorra uma profusão desnecessária de nomes.

⁴²³ **Arquivo do CPDOC/FGV**. Entrevista General Delso Mendes da Fonseca. Rio de Janeiro, CPDOC1975.

⁴²⁴ CARNEIRO, Glauco. **História das revoluções brasileiras**. Rio de Janeiro: O Cruzeiro, 1965.

⁴²⁵ SILVA, Hélio. **1922: Sangue na areia de Copacabana**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1964.p.130.

⁴²⁶ *Ibid.* p.128.

estrutura. Após os ataques, segundo o depoimento do Capitão Euclides Hermes, quando o São Paulo se deslocou, seu comandante cometeu grave imprudência, pois havia fundeado o navio, “*perto da ilha de Cotunduba, oferecendo alvo fixo à fortaleza. Euclides mandou que Siqueira o alvejasse. Era seu melhor artilheiro e dono de notável pontaria. Siqueira precisou o tiro e fez o São Paulo largar as amarras e rumar para o fundo da baía.*”⁴²⁷. No entanto, nem o tiro certo do tenente Siqueira Campos seria suficiente para dar novo ânimo a revolta. Ele mesmo, em seu depoimento relatava que naquele momento,

Os oficiais se reuniram e decidiram continuar no primitivo propósito, mas lembrando-se que, dos oficiais presentes era o comandante o único que tinha família, resolveram induzi-lo a ir parlamentar com o governo, levando condições que eles sabiam de antemão serem inaceitáveis. Esse ato dos oficiais restantes para com o capitão Euclides Hermes era ditado por um sentimento de gratidão para com o chefe que sempre lhes dera as maiores provas de amizade e que naquela hora demonstrava rara coragem. O comandante partiu tendo antes entregado o comando do Forte ao depoente.⁴²⁸

Um ano depois dos fatos, Siqueira Campos narrava o desfecho desses acontecimentos para uma edição extraordinária do jornal, *A Noite* do dia 3 de outubro de 1923, que reproduziremos abaixo,

As 6,30 horas do dia 6, cinco oficiais e 23 praças constituíam a guarnição do Forte. Após soltarem o general Bonifácio e os demais presos, dispuseram-se para a resistência. Os seus últimos defensores, no firme propósito de não se renderem, saíram para combater as forças do governo e, por terra sitiavam o Forte, evitando assim, a destruição do mesmo e talvez a do bairro de Copacabana; cada um trazia um pedaço da última bandeira do Forte de Copacabana. Na saída, aderiu aos revoltosos o civil Otávio Correia. Já disseram os jornais o que foi a luta entre os revoltosos, estabelecida na praia, nos trechos compreendidos pelas ruas que encerram a praça Sezefredo Correia e a infantaria governista e que durou das 13,45 horas às 15 horas, onde pereceram algumas praças, o civil Otávio Correia e o bravo tenente Carpenter e foram feridos os tenentes Nilton Prado e eu e o tenente Eduardo Gomes, o último atirador do grupo, 1º sargento-mecânico-eletricista José Pinto de Oliveira, que faleceu 2 dias depois e mais 2 praças que sobreviveram.⁴²⁹

Esse relato confere com o depoimento de Eduardo Gomes e representa bem o significado desse episódio que ficaria conhecido como a marcha dos “18 do Forte de Copacabana”, fazendo alusão ao número estimado de membros dessa marcha, embora

⁴²⁷ Ibid. p.129.

⁴²⁸ Ibid. p.133.

⁴²⁹ Ibid. p.154.

existam algumas controvérsias históricas em relação ao número exato. De todo modo, esse acontecimento entraria para a história do Exército Brasileiro como símbolo de bravura, patriotismo e até amor ao Exército. No entanto, todas essas “nobres” características seriam “notadas”, apenas muitos anos após os fatos, pois o que realmente aconteceu em seguida foram prisões abusivas, expulsão em massa e perseguições pessoais.

A eclosão da revolta fez com que o Presidente Epitácio encaminhasse rapidamente um pedido ao Congresso para declarar “Estado de Sítio” no Estado do Rio e no Distrito Federal. Segundo Marieta Moraes, o pedido foi prontamente votado e aprovado, inclusive por um “*grande número de deputados dissidentes do Rio Grande do Sul, Bahia e Pernambuco (...) demonstrando um recuo das oligarquias e a desarticulação completa da Reação Republicana.*”⁴³⁰. Os últimos meses do mandato de Epitácio Pessoa foram marcados por uma forte repressão que determinou inúmeras prisões e instaurou vários processos, inúmeros políticos fluminenses e jornalistas foram presos e processados. Até o ex-candidato da Reação Republicana, Nilo Peçanha, foi arrolado em alguns inquéritos como envolvido na revolta, mas não teve nenhuma acusação comprovada.

Os alunos da EMR não tiveram a mesma sorte. Nos dias que se seguiram a revolta todos permaneceram confinados na escola, por conta de seu elevado número. Todo o processo foi liderado pelo EME e a primeira medida tomada foi a abertura de uma sindicância com a elaboração de “listas” para apurar e classificar a participação que cada aluno teve no movimento. A primeira lista continha a epígrafe: “*Tomamos parte conscientemente da rebelião da Escola Militar na noite de 4 para 5 de julho.*”⁴³¹ e foi assinada por 588 alunos. A Segunda lista apresentava a seguinte descrição, “*Declaramos que fomos compelidos a tomar parte na rebelião da Escola Militar, na noite de 4 a 5 do corrente, em virtude de conselhos e sugestões de colegas e oficiais.*”⁴³², apenas 4 alunos assinaram. A terceira continha esta legenda: “*Declaramos que tomamos parte no movimento de rebelião na Escola Militar, na noite de 4 para 5*

⁴³⁰ FERREIRA, Marieta de Moraes. A Reação Republicana e a crise política dos anos 20. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 6, n. 11, 1993, p. 9-23. p.20.

⁴³¹ SILVA, Hélio. **1922: Sangue na areia de Copacabana**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1964.p.158. Todas as listam constavam no *Inquérito na Escola Militar* reproduzido na obra.

⁴³² Ibid. p.159.

do corrente, forçados por ameaças e agressões de colegas e oficiais”⁴³³. 18 alunos assinaram. Alguns dos alunos que assinaram essa lista escreveram observações de que não foram realmente forçados, mas que participaram, pois acreditavam que o movimento havia sido ordenado pelo governo, portanto, era legal. Mais duas listas foram elaboradas, em uma delas 7 alunos declaravam que não tomaram “*parte no movimento de rebelião da Escola Militar, na noite de 4 para 5 do corrente, por não concordarmos com o mesmo*”⁴³⁴. A última e mais peculiar lista foi elaborada a pedido do único aluno que a assinou, Márcio de Azevedo Franco declarou que não tomou “*parte no movimento de rebelião da Escola Militar, na noite de 4 para 5 do corrente, por não estarmos presentes à Escola naquele momento mas, se lá estivéssemos, faríamos causa comum com os nossos camaradas.*”⁴³⁵. Todas as listas tinham um termo de encerramento assinado pelo responsável pela sindicância, o General Antônio de Albuquerque e Sousa, ex-comandante da EMR.

A maioria dos alunos recebeu foi punida com o desligamento. Para dimensionar o tamanho dessa punição vamos apresentar alguns números. Segundo o Relatório do Ministro da Guerra de 1922 no início daquele ano a EMR contava com 666 alunos regularmente matriculados. Segundo mesmo documento, “*Em virtude dos acontecimentos de julho foram desligados 584 alunos que somados a 32, também desligados por diferentes motivos, e a 2, excluídos por morte, perfazem um total de 618.*”⁴³⁶. Apenas 5 alunos concluíram os cursos em diferentes armas e foram declarados aspirantes-a-oficial. Permaneceram matriculados na Escola cerca de 40 alunos que continuariam seus estudos em 1923. O efeito que esse esvaziamento da EMR causou nos jovens que ingressavam em 1923 pode ser sintetizado no depoimento de um desses alunos: “*Nós chegamos na Escola Militar em 1923 e havia um ambiente de imensidão vazia. A escola de Realengo era uma escola fria. Escola tipo quartel.*”⁴³⁷

Os acontecimentos do dia 5 de julho foram assunto em dois relatórios ministeriais. É do Ministro Calógeras a menção mais detida aos acontecimentos,

Correu irregular e agitado o ano de instrução. Motivos estranhos ao serviço perturbaram a normalidade da tarefa. Houve repercussão nas

⁴³³ Ibid. p.160.

⁴³⁴ Ibid. p.161.

⁴³⁵ Ibid. p.161.

⁴³⁶ **Relatório do Ministro da Guerra**, General Fernando Setembrino de Carvalho, 1922. p.15.

⁴³⁷ **Arquivo do CPDOC/FGV**. Entrevista General Antônio Carlos Muricy. Rio de Janeiro, 1981.p. 28.

escolas e como remate final da desordem, culminaram os fatos de princípios de julho. Sem me pronunciar sobre os acontecimentos e responsabilidades, sujeitos ambos ao estudo criterioso de órgãos da justiça militar, *sub judice* portanto, quero, entretanto, **lamentara a regressão havida**. E assim será sempre, enquanto vida, ocupações, anseios, esforços e sacrifícios dos oficiais se não norteam **exclusivamente pelo interesse supremo da carreira das armas, a defesa da lei, no interior, a defesa da bandeira e do território pátrio, no cenário internacional**. Época de tumultos e agitações profundas ficaram divididas as forças em grupos opostos. (...). Resultou uma situação moral, lamentável e luctuosa, de divisão da classe, de rivalidades e de vinganças, a prejudicar o progresso da instituição e o bem servir ao Brasil. Hoje, todos os amigos do Exército só têm um ideal a propugnar: cumprido o dever de fazer justiça completa e impessoal, redobrar de trabalho para o restabelecimento da união na força armada.⁴³⁸

As palavras de Calógeras, sempre pomposas, deixam claro ter ocorrido, em sua perspectiva, uma grande regressão nos avanços disciplinares conquistados pela MI a partir de 1919, especialmente em relação ao sentido de profissionalismo que estava sendo impresso na EMR. O Ministro Setembrino é mais sucinto, mas não deixa de diagnosticar as consequências do acontecimento, especialmente, em relação a instrução,

O ano findo decorreu profundamente irregular para esse estabelecimento de ensino militar, por motivo dos deploráveis sucessos de julho, ocorridos numa época crítica de sua vida escolar, isto é, quando deveriam ter início os exames de fim de período, primeiro dos dois em que o regulamento vigente desdobra o ano letivo. Assim, de julho de 1922 ao fim do mesmo ano, esteve a escola militar numa fase dificultosa de reconstrução.⁴³⁹

A menção mais sintética do Ministro é proposital, pois visava minimizar os danos causados pela revolta. Nesse intuito, ao longo do restante do relatório sobre a EMR o Ministro destaca outros aspectos como, por exemplo, a movimentação na tesouraria com uma grande tabela, ou a movimentação da biblioteca, com dados detalhados.

Os oficiais que serviam na EMR também foram investigados e punidos. No Arquivo Histórico do Exército consta uma relação nominal dos oficiais pronunciados pelos acontecimentos de 5 de julho de 1922⁴⁴⁰, conforme verificamos abaixo:

⁴³⁸ **Relatório do Ministro da Guerra**, João Pandiá Calógeras, 1921. p.24. [grifos nossos]

⁴³⁹ **Relatório do Ministro da Guerra**, General Fernando Setembrino de Carvalho, 1922. p.14.

⁴⁴⁰ **AHEX. Fundo Estado-Maior do Exército**. Relação nominal dos oficiais pronunciados pelos acontecimentos do 5 de julho de 1922.

Quadro 15 - Lista Nominal dos Oficiais Pronunciados pelos acontecimentos de 1922, que faziam parte da “Missão Indígena”, e sua situação na época.

Posto	Nome	Situação
1º Tenente	Odylio Denys	Em liberdade em Pádua
1º Tenente	Arlindo Maurity da Cunha Menezes	Desertado
1º Tenente	Braziliano Americano Freire	Desertado
1º Tenente	Illydio Rômulo Colônia	Em liberdade no RJ
1º Tenente	Juarez do Nascimento Fernandes Távora	Desertado
1º Tenente	Cyro do Espírito Santo Cardoso	Em liberdade em S. J. Del Rei
1º Tenente	Aristóteles de Souza Dantas	Em liberdade no RJ
1º Tenente	Edmundo Macedo Soares e Silva	Desertado

Fonte: RODRIGUES, Fernando da Silva, *Uma carreira: as formas de acesso à escola de formação de oficiais do Exército brasileiro no período de 1905 a 1946*. Tese (Doutorado em História Política). Rio de Janeiro: UERJ, 2008.p.119.

Ao longo da década de 1920 esse grupo de oficiais foi alvo de algumas investigações, militares e criminais, e de perseguição por parte de elementos do Governo Federal. Esses fatos são comprovados a partir de uma consulta realizada no arquivo pessoal de Odylio Denis, no CPDOC/FGV, onde encontramos alguns documentos inéditos que comprovam a perseguição sofrida por esse grupo de oficiais. Em documento manuscrito endereçado ao Superior Tribunal Federal e datado de 19 de dezembro de 1925, o então primeiro-tenente, que estava preso, se qualificava como “co-participante nos acontecimentos de 1922”, e requeria a expedição de um *habeas corpus* a fim de “cessar as coações que sofre e as que se acha em iminente perigo de sofrer (...) As coações atuais consistem no irregular desconto que faz a contabilidade do Ministério da Guerra da gratificação de exercício a que tem o suplicante direito pela sua patente e bem assim a importância que foi atribuída para a sua alimentação.”⁴⁴¹

A coação que estava na “iminência de acontecer” apontada por Denys era em relação a pena a que estava submetido, pois Denys relata que foi “preso em 5 de julho de 1922 – tendo sido conservado em custódia até 10 de janeiro de 1923, quando foi posto em liberdade em virtude de *habeas corpus* concedido por esse Supremo Tribunal que anulou o processo no foro militar, a que respondia.”⁴⁴² Segundo o relato ocorre uma segunda prisão em 27 de dezembro de 1923 que era estendida até aquela data. Após essa nova prisão, Denys considerava-se um “preso político”. Segundo as contas de Denys o prazo máximo de pena terminaria no dia 4 de fevereiro de 1926, e por isso requisitava o início de seu processo de soltura para que não sofresse essa nova

⁴⁴¹ Arquivo do CPDOC/FGV. Arquivo Pessoal Odylio Denys. (OD 1915.04.00 pasta 1 doc.38).

⁴⁴² Ibid.

coação. Vale ressaltar que nem o Comandante da Escola escapou de uma punição, pois Boletim do Exército⁴⁴³ do dia 31 de julho foi publicado o afastamento do Coronel Eduardo Monteiro de Barros.

Por fim, teceremos algumas considerações acerca do significado político e simbólico da revolta de 5 de julho de 1922. O movimento ganhou importância e prestígio dentro e fora das Forças Armadas somente na década de 1930, pois muitos dos jovens oficiais que deflagraram as revoltas em 1922 no Rio de Janeiro, em 1924 em São Paulo⁴⁴⁴ e que integraram a Coluna Miguel Costa-Prestes⁴⁴⁵, tiveram papel importante na Revolução de 30. Segundo Frank McCann, “*Em 5 julho, quando marcharam pela avenida Atlântica, dividiram a oficialidade e puseram o Brasil em um ciclo revolucionário que acabaria por demolir a República.*”⁴⁴⁶. Entre a produção historiográfica sobre a Primeira República é quase unânime a constatação de que a revolta de 1922 tenha dado origem ao chamado movimento tenentista, que abalou as estruturas políticas vigentes até aquele momento precipitando o fim do arranjo político das velhas oligarquias rurais inaugurado em 1889. O novo “Estado de Compromisso”⁴⁴⁷ exigia uma organização política muito mais complexa e com novos elementos, como os tenentes da década de 1920, que atuaram como interventores estaduais no pós-30.

A revolta de 5 de julho pode ser considerada uma reação a uma série de medidas consideradas ofensivas à honra do Exército. Como já vimos, as circunstâncias de sua eclosão e o seu breve desenrolar são provas disso. O movimento, posterior a esse fato, ganhou corpo, ideologia e organização muito em função das consecutivas ações repressivas dos governos, que forçou os tenentes à clandestinidade, prisões, fugas e conspirações. A defesa da honra do Exército é um elemento que consta em praticamente

⁴⁴³ **AHEX**. Boletim do Exército. nº. 36, de 31 de julho de 1922.

⁴⁴⁴ No dia 5 de julho de 1924, após meses de conspiração uma revolta de grande envergadura mobilizou um grande contingente de revoltosos, muitos deles presentes em 22, na cidade de São Paulo. A batalha contra as tropas legalistas durou cerca de dez dias. Os revoltosos chegaram a expulsar as tropas legalistas no dia 11 de julho, mas poucos dias depois elas voltaram reforçadas e obrigaram os revoltosos a realizar uma retirada estratégica. A data foi escolhida para homenagear os “heróis de 1922.”

⁴⁴⁵ Grupo de militares revolucionários que percorreu cerca de 25.000 km pelo interior do Brasil entre 1925 e 1927 com o intuito de iniciar um amplo movimento contra as oligarquias regionais. A Coluna foi debelada pelas forças legalistas. Os seus comandantes optaram pelo exílio com o intuito de reorganizar as bases do movimento revolucionário. Nesse momento ocorreu a aproximação com a Aliança Liberal de Getúlio Vargas.

⁴⁴⁶ McCANN, Frank D. **Soldados da Pátria: História do Exército Brasileiro (1889-1937)** trad. Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.p. 288.

⁴⁴⁷ Conceito desenvolvido em FAUSTO, Boris. **A Revolução de 30: História e Historiografia**. 16ª ed. São Paulo: Cia das Letras, 2008 .pp.136-143.

todos os relatos memorialísticos dos revoltosos de 1922. Hélio Silva, que desenvolveu uma grande pesquisa documental, atesta essa afirmação ao constatar que *Em seus depoimentos e entrevistas, nenhum deles referiu outra razão que não fosse de protesto contra o ato epítaciano ‘que feriu os bríos do Exército.’*”⁴⁴⁸. Em uma análise sociológica do levante de 1922, Miriam Santos afirma que a “*revolta do forte de Copacabana é emblemática para as questões de honra, romantismo e virilidade.*”⁴⁴⁹. Partindo dessa premissa a autora atesta que essas características eram a base da identidade militar na Primeira República e que ela se formava gradualmente em diversas fases da vida militar. A fase da Escola Militar é essencial pois trata-se do momento que tais princípios passam a ser incorporados naturalmente pelos alunos, que em pouco tempo terão a função de reproduzi-los como chefes tropa, por exemplo.

A autora seleciona três processos para explicar a formação de identidade militar. O primeiro processo é o antagonismo entre o Exército (puro, coeso, são) e sociedade civil (incapazes) e política (corruptos). Esse processo é obviamente permeado por muitas variações de intensidade, pois essa característica, embora não seja exacerbada, pode ser reconhecida, como por exemplo, nas intervenções políticas realizadas em nome do bem-estar da nação em 1889, em 1930 ou até em 1964. A virilidade já figura como uma característica mais aparente, como podemos perceber nos relatos sobre o cotidiano da EMR na década de 1910. A capacidade transformadora dos intensos exercícios físicos implementados pela MI entre 1919 e 1922 é outro exemplo de culto à virilidade. E em última análise o militar ostentava sua virilidade em clara oposição a um “bacharelismo efeminado e histérico”⁴⁵⁰,

Por último, temos o “espírito romântico”, ou seja, o romantismo das ações heróicas e realizadas por amor à pátria. A marcha dos 18 do Forte de Copacabana representa o clímax dessa característica, a morte por um ideal. Siqueira Campos ao rememorar o fato elabora uma frase de efeito que sintetiza a ideia do romantismo, “*A Pátria tudo se deve dar – A Pátria nada se deve pedir – nem mesmo compreensão*”⁴⁵¹. Vale lembrar que a questão da honra permeia os três processos.

⁴⁴⁸ SILVA, Hélio. **O Poder Militar**. Porto Alegre: L&PM Editores, 1984. p.93.

⁴⁴⁹ SANTOS, Miriam Oliveira. **Berço de Heróis: o papel das escolas militares na formação dos “salvadores da pátria”**. São Paulo: AnnaBlume, 2004.p.22.

⁴⁵⁰ Ibid.p.56.

⁴⁵¹ CARONE, Edgar. **O tenentismo**. São Paulo: Difel, 1975.p.39.

A partir da constatação de que esses processos de fato ocorrem na formação da identidade militar, da qual a formação do oficial na Escola Militar é fase importante, é que desenvolvemos a seguinte consideração: O esforço depreendido pelo Ministério da Guerra em conjunto com o EME entre 1919 e 1922 com a criação Missão Indígena, para instituir um ensino prático, com conteúdo essencialmente militar, com uma disciplina rígida e hierarquizada na EMR apresentou, como vimos, alguns resultados consideráveis. Nesse sentido, formava-se oficiais bem capacitados em conhecimentos militares. Em 1919, por exemplo, a EMR formou alguns dos oficiais que em poucos anos comporiam a liderança do chamado movimento tenentista, como atesta Cordeiro de Farias ao rememorar que,

Os oficiais formados em 1919 iam para a tropa senhores do que tinham de fazer. Foi um impacto forte, porque chegávamos às unidades com uma formação técnica que nos diferenciava do resto da oficialidade. A “Missão Indígena” formava turmas de bem mais de cem oficiais por ano, que iam para a tropa. (...) tudo começou a mudar. Uma influência renovadora se irradiava dos escalões inferiores para cima, criando-se uma mentalidade mais militar, mais técnica. Nesse sentido, os tenentes de 1919 surgiram como uma elite dentro do Exército.⁴⁵²

Assim, deve-se ressaltar que a formação prática e tática oferecida pela Missão Indígena na EMR contribuiu em parte, por exemplo, para o sucesso militar da Coluna Prestes, mas não pode ser elencado como fator decisivo para a eclosão dos movimentos que a antecederam, uma vez que esses foram fruto de fatores essencialmente alheios a formação do oficial, em que pese o fato de que a real politização desses tenentes ocorreu após a expulsão das fileiras do Exército e às prisões e perseguições sofridas. João Alberto Lins de Barros relembra que foi nos tempos de prisão que aprendeu a ser revolucionário⁴⁵³.

O ano de 1922 foi emblemático das transformações postas em curso no início dos anos 20 e cujo maior expoente foi a Revolução de 30 e início do processo de transição para uma sociedade urbano-industrial. Nesse ano temos, por exemplo, a realização da Semana da Arte moderna que mobilizou a vanguarda artística da elite paulistana em um evento que apontava novos caminhos para a manifestação cultural, transcendendo os modelos europeus, em nome de uma arte essencialmente nacional. O

⁴⁵² CAMARGO, Aspásia; GÓES, Walter. **Meio século de combate: diálogo com Cordeiro de Farias**. Rio de Janeiro: Editora Biblioteca do Exército. 2001. pp.63-64.

⁴⁵³ BARROS, João Alberto Lins de. **Memórias de um revolucionário**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1953. p.26.

ano também ficou marcado pela fundação do Partido Comunista Brasileiro, primeira manifestação de real tentativa de organização do movimento operário, que apesar das significativas greves de 1917 em São Paulo e no Rio de Janeiro, não tinha nenhum tipo de estrutura organizacional.

A revolta de 1922 e o fim precoce da Missão Indígena fizeram com que o alto comando do Exército, especialmente no EME, inicia-se um processo de reformulação na formação do oficial do Exército Brasileiro. Agora sob a orientação dos oficiais da Missão Militar Francesa⁴⁵⁴.

4.3 A Missão Militar Francesa a nova diretriz de ensino da EMR.

As discussões sobre a contratação de uma missão de oficiais estrangeiros para a reorganização e reforma do Exército Brasileiro eram assunto corrente no meio militar desde o início da década de 1910, como vimos no capítulo 2, e dividia a opinião dos oficiais brasileiros entre uma missão francesa ou alemã, havendo certa predileção em relação a última, como pode-se inferir pela simples existência dos jovens turcos. No entanto, foi a partir do fim dessa década que esse assunto se tornou ponto de reflexão no meio político, especialmente na Câmara dos Deputados. Conforme dito anteriormente, esse movimento de ascensão dos assuntos militares ocorre por conta da ocorrência da Primeira Guerra Mundial, e tem seu ápice a partir de 1917, quando o Brasil entra oficialmente no conflito ao declarar guerra ao Império Alemão.⁴⁵⁵

Tal fato impossibilitava, obviamente, qualquer contato com o Exército alemão. Assim, em sessão realizada em fins de 1917, o Congresso Nacional aprovava a lei que autorizava o Poder Executivo a iniciar as “*negociações com o Governo francês no sentido de contratar urna grande missão para organizar eficientemente o Exército.*”⁴⁵⁶. A exposição de motivos ou Justificação para a promulgação da lei contém severas críticas a Exército, ao afirmar que,

⁴⁵⁴ Missão contratada pelo Ministério da Guerra em 1919 para reorganizar o Exército Brasileiro. A Missão Francesa passou a exercer influência na EMR somente após a participação da escola nos acontecimentos revoltosos de 5 de julho 1922, efetivando sua presença a partir de 1924 com a elaboração de um novo regulamento para o ensino militar. Como veremos a seguir.

⁴⁵⁵ Pelo Decreto de 26 de outubro de 1917, o Congresso Nacional, de pleno acordo com o Executivo, reconheceu o estado de guerra iniciado pelo Império alemão contra o Brasil. Incluíamo-nos entre os países beligerantes no primeiro conflito mundial

⁴⁵⁶ BASTOS FILHO, Jayme de Araújo. **A Missão Militar Francesa no Brasil**. Rio de Janeiro. Editora Biblioteca do Exército, 1994. p.13. A obra reproduz uma série de documentos oficiais na íntegra. Nos utilizaremos das transcrições das leis que relacionadas a ação da MMF no Brasil.

em todos ramos da preparação militar muito dinheiro e energia têm sido gastos sem método; os regulamentos se sucedem sem as ligações indispensáveis à coesão do aparelho militar, os quartéis são abandonados antes de terminada a construção, o material se estraga por abandono ou esquecimento. Tudo é feito de ocasião, sem unidade de doutrina e de ação; há falta de base orgânica e de um programa de desenvolvimento dessa organização. *O mal vem, assim, da alta administração e comando.*⁴⁵⁷

Neste trecho fica claro que os políticos acreditam que as más condições do Exército Brasileiro, que já elencamos anteriormente, eram causadas, sobretudo, pela falta de capacidade administrativa e organizacional do Alto comando do Exército, a saber, o Ministério da Guerra e o EME. A “Justificação” ainda tocava em um ponto nevrálgico para o Exército: a questão orçamentária, assunto presente em todos os relatórios dos Ministros da Guerra produzidos na Primeira República. A diferença, no entanto, é que para os políticos até aquele momento gastara-se muito sem nenhum resultado aparente. Em contrapartida, para os militares, representados pelos sucessivos ministros, as mudanças eram limitadas e produziam pouco efeito devido ao baixíssimo repasse financeiro recebido pelo Ministério da Guerra. Tal cenário seria consideravelmente alterado ao longo da década de 1920 como veremos em breve. Outro aspecto importante do documento é apresentação de uma lista de afinidades entre o Brasil e a “grande nação francesa”, a saber, a raça, a forma política, a comunhão de ideias liberais.

O primeiro contrato oficial entre os governos brasileiro e francês foi assinado no dia 10 de outubro de 1918 pelo Ministro Plenipotenciário do Brasil na França. A missão tinha como objetivo principal o desenvolvimento e a organização dos serviços de avião militar do Exército Brasileiro e era composta por três oficiais aviadores, três monitores de aviões e três mecânicos de motores. A missão também ficaria responsável pela criação de uma escola de Aviação.

A contratação da “grande missão” autorizada em 1918 só seria formalizada no dia 8 de setembro de 1919 com a assinatura do contrato⁴⁵⁸ para a vinda para o Brasil de uma Missão Militar Francesa de Instrução. Entretanto, somente em março de 1920, desembarcaram na cidade do Rio de Janeiro os primeiros instrutores

⁴⁵⁷ Ibid.14.

⁴⁵⁸ As análises sobre o contrato desenvolvidas tomam como base a reprodução literal de grande parte dos seus artigos consultados em BASTOS FILHO, Jayme de Araújo. **A Missão Militar Francesa no Brasil**. Rio de Janeiro. Editora Biblioteca do Exército, 1994.p.74-82.

franceses. chefiados pelo General Maurice Gamelin⁴⁵⁹, que seria posto à disposição do Chefe do EME como assistente técnico para a Instrução e a Organização. O contrato deixava claro que a MMF estava subordinada, na figura do General Gamelin, somente ao Ministro da Guerra do Brasil.

Entre os principais aspectos técnicos do contrato estava a duração inicial de quatro anos, com possibilidade de rescisão individual após dois anos e de renovação. Os vencimentos anuais dos membros da MMF estavam separados conforme a patente e a função exercida por cada membro como pode ver no quadro abaixo,

Quadro 16 – Remunerações e gratificações anuais dos oficiais da MMF	
Remunerações anual por posto do oficial	Valor (em contos de réis)*
General, Chefe da Missão	65
Coronel, Subchefe da Missão	45
Tenente-Coronel	40
Major	35
Capitão	30
Primeiro-tenente	25
Segundo-tenente casado	12
Segundo-tenente solteiro	10
Indenizações anuais de gratificação de comando	Valor (em contos de réis)
Chefe da Missão	10
Coronel Subchefe da Missão	05
Tenente-Coronel Comandante da Escola de Aperfeiçoamento	05
Intendente	03
Veterinário	02
* Um conto de réis equivalia a mil vezes a unidade monetária do "mil-réis", que vigorou de 1883 a 1942. Para maiores detalhes conferir Anexo. Fonte: BASTOS FILHO, Jayme de Araújo. A Missão Militar Francesa no Brasil . Rio de Janeiro. Editora Biblioteca do Exército, 1994.p.78.	

Os oficiais franceses seriam realmente bem remunerados. A título de comparação um primeiro-tenente em 1922 ganhava em média 9 contos de réis⁴⁶⁰ anuais, menos que um segundo-tenente da MMF.

O contrato também previa a criação de diversos cursos de especialização para oficiais, com a criação de escolas especializadas, como a de Aviação, de

⁴⁵⁹ Ao longo da Primeira República a MMF teria mais dois chefes após a saída de Gamelin do Comando em 1925, o General Coffec e o General Spire que assumiu a chefia em 1928.

⁴⁶⁰ Valor baseado no depoimento de João Alberto que ganhava 750 mil-réis mensais como primeiro-tenente de artilharia em 1922. BARROS, João Alberto Lins de. **Memórias de um revolucionário**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1953.p. 16.

Veterinária, de Intendência e Administração, e de aperfeiçoamento como a Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais e a Escola de Estado-Maior⁴⁶¹. A construção destas escolas foi realizada na gestão do Ministro da Guerra Pandiá Calógeras. No entanto, coube ao seu antecessor, General Cardoso de Aguiar, efetivar a contratação da MMF e expor em seu relatório ao Presidente da República as principais características de cada um desses cursos. Vale ressaltar que enquanto as escolas de especialização procuravam dotar os oficiais de um conhecimento técnico específico as escolas de aperfeiçoamento tinham como objetivo de formar oficiais com conhecimentos militares e gerais para exercer a funções de comando, tanto em tempos de guerra como em tempos de paz.

Os cursos de aperfeiçoamento de arma, por exemplo, seriam feitos na Escola de Aperfeiçoamento para Oficiais (ESAO). O Ministro da Guerra designaria, para frequentar essa escola *“capitães e primeiros tenentes, pertencentes as quatro armas do Exército (...) ela é destinada a completar a instrução dos oficiais do Exército e aperfeiçoá-los como instrutores e como comandantes de pequenas unidades.”*⁴⁶². Nesse sentido, a ESAO funcionaria como uma espécie de “curso de aperfeiçoamento” para os oficiais que se formaram na EMR e já tinham servido em tropas regulares, até chegarem ao posto de primeiro-tenente.

O curso de estado-maior também exigiria a construção de uma escola própria, a Escola de Estado-Maior (EEM), que seria *“didática, administrativa e disciplinarmente subordinada ao chefe do Estado-Maior.”*⁴⁶³. No discurso de inauguração dessa instituição militar de ensino o Chefe da MMF, General Maurice Gamelin, definia a EEM como um centro de altos estudos da arte da guerra com a finalidade de formar oficiais superiores com grande conhecimento militar e capacidade de comando de grandes unidades. O General Gamelin, por conta da natureza do evento, descrevia a escola de forma quase poética, como podemos conferir,

Esta Escola não será o templo ciosamente fechado, onde se ensinam dogmas do alto de uma cátedra; a academia em que eruditos dissertarão sobre arte ou ciência e acumularão os materiais dos conhecimentos humanos. Somos homens de ação; continuaremos admiradores apaixonados do pensamento, mas, para nós, ele só tem valor quando anima utilmente a ação; queremos ensinar-vos a “saber atuar” (...) se no ensino técnico, os oficiais da Missão Francesa se

⁴⁶¹ Como veremos a seguir essas últimas duas escolas tiveram pomposas cerimônias de inauguração, nos dias 7 e oito de abril de 1918, respectivamente.

⁴⁶² **Relatório do Ministro da Guerra**, General Alberto Cardoso Aguiar, 1918.p.25.

⁴⁶³ *Ibid.* p.27.

sentem a vontade, porque precisamente saem das provas da guerra, julgam-se encorajados, no que concerne ao ensino geral, pela comunidade de raça e de cultura que nos une.⁴⁶⁴

As palavras do chefe da MMF estavam sintonizadas com a concepção de ensino que vigorava no Exército, ou seja, um modelo que prioriza a ação e a prática. No mesmo evento também discursaram o Presidente da República, Epiácio Pessoa, que disse poucas palavras, e o Chefe do EME General Bento Ribeiro, que, apesar de ser um admirador confesso da doutrina militar alemã, afirmava a satisfação e boa vontade geral da oficialidade para “aprender e progredir”.

Para o General Gamelin o chefe do EME era contra a contratação da MMF e em um de seus relatórios para o Ministro da Guerra da França, dizia que seus adversários eram “*um grupo de oficiais germanófilos que cercavam o General Ribeiro*”⁴⁶⁵. Nesse mesmo relatório Gamelin ainda reclamava da hostilidade com que foi recebido pelo maior parte do Exército, especialmente o Alto Comando que não “*via com bons olhos a intrusão de alguém chamado a perturbar sua ociosidade e os benefícios proporcionados por abusos inveterados.*”⁴⁶⁶. Embora o General Ribeiro realmente nutrisse grande admiração pela doutrina alemã, não podemos considerá-lo um germanófilo, como os fundadores da revista *ADN*, por exemplo. Segundo Manuel Domingos o real problema entre os generais era de ordem material, pois Gamelin tinha ordens, diretas de seu Ministro da Guerra, de estabelecer a indústria bélica francesa como a única fornecedora de matérias para o Brasil, trabalhando como uma agente comercial com acesso privilegiado aos poderes militares. Uma matéria do jornal *O Combate* do dia 30 de maio de 1921, se referia duramente a essa segunda “função” ao relatar que Gamelin possuía muito “tino comercial e que era um arrojado agente comercial “*que só trata de nos impingir ferros velhos, aeroplanos remendados e toda espécie de material de guerra inteiramente imprestável. O seu maior heroísmo consiste em querer arruinar o país*”⁴⁶⁷.

Era exatamente contra essa dependência que o General Bento Ribeiro lutava, pois ao longo de sua gestão (1915-1921), ele defendia que para uma real

⁴⁶⁴ Discurso de inauguração da Escola de Estado-Maior, 7 de abril de 1920. In: **Relatório do Ministro da Guerra**, João Pandiá Calógeras, 1919. pp.75-90. p.80.

⁴⁶⁵ DOMINGOS NETO, Manuel. Gamelin, o modernizador do Exército. **Revista Tensões Mundiais**. Fortaleza, v. 3, n. 4, jan/jun. 2007. pp. 219-256. p.241.

⁴⁶⁶ *Ibid.* 242.

⁴⁶⁷ *Ibid.* 242.

transformação do Exército Brasileiro era fundamental “*torná-lo autônomo em relação aos fornecedores estrangeiros.*”⁴⁶⁸ A resolução desse “conflito de posições” seria o pedido de demissão do Chefe do EME após suposta indisposição com o Ministro da Guerra Calógeras. Sobre esse fato Gamelin relatava, ao Ministro da Guerra da França, que com o apoio do embaixador francês havia reportado ao MG e ao Presidente a incompatibilidade do General Ribeiro com o funcionamento da MMF. Esse tipo de artimanha era usual no jogo político brasileiro, mas bastante incomum no meio militar.

Outra novidade do contrato com a MMF era a disponibilização de um curso de revisão anexo a Escola de Estado-Maior e inteiramente facultativo. O objetivo desse curso era “*manter em dia o preparo dos oficiais superiores de qualquer arma, dos capitães com o curso de estado-maior e dos docentes de aulas essencialmente militares da Escola Militar, em turmas que não excedam de 40 oficiais.*”⁴⁶⁹. A existência desse curso irritou alguns oficiais superiores, veteranos de campanhas cruentas como a do Contestado, que consideravam ofensiva a suposição de que necessitavam de uma revisão em seus conhecimentos militares. Embora isso fosse verdade esses velhos generais não estavam dispostos a voltar a uma sala de aula após tantos anos. Além dos cursos essencialmente militares acima mencionados, haveriam mais três cursos. Na Escola de Aviação funcionaria um curso com o objetivo de “*ministrar a oficiais e sargentos do Exército ativo e a oficiais de reserva instrução de pilotos, mecânicos e observadores, para o serviço de aeronáutica do Exército.*”⁴⁷⁰. Em janeiro de 1920, a Escola de Aviação, realizou a formatura da primeira turma de alunos do curso de pilotos, formando 13 oficiais pilotos aviadores militares. Mais dois cursos completavam a lista,

um curso de veterinária, tendo como anexo um curso de ferradores, junto a Diretoria de Saúde do Exército, sob a direção técnica de um oficial da missão estrangeira e na forma por ele regulada; um curso de administração, junto a Diretoria da Administração da Guerra, sob a direção técnica de um oficial da missão estrangeira e na forma por ele regulada;⁴⁷¹

Esses cursos representavam uma mudança na educação militar brasileira em direção à diversificação e especialização das funções do oficialato do Exército. Embora algumas

⁴⁶⁸ Ibid. 243.

⁴⁶⁹ **Relatório do Ministro da Guerra**, General Alberto Cardoso Aguiar, 1918,p.26.

⁴⁷⁰ Ibid. p.27.

⁴⁷¹ Ibid. p.27.

dessas demandas já existissem, basta ver os editoriais sobre ensino militar da *ADN*, foi a conjuntura pós-guerra da contratação da MMF e da gestão inovadora⁴⁷² do Ministro da Guerra Calógeras que possibilitaram a execução destas obras. Essa ideia de progressiva especialização foi sintetizada pelo próprio Ministro Cardoso de Aguiar,

A Escola Militar naturalmente o viveiro de nossos oficiais. Depois de certo tirocínio na tropa, passam esses oficiais pelo curso de aperfeiçoamento, completando os seus conhecimentos e preparando-se então para prosseguirem em uma escola especial, se suas aptidões tiverem revelado a capacidade ou as tendências de maior desenvolvimento intelectual, porque, em benefício do próprio Exército, dever-se-á futuramente regulamentar a seleção desses oficiais, de sorte a pôr em relevo os verdadeiramente capazes de serem futuros chefes ou técnicos especialistas.⁴⁷³

Podemos perceber que a trajetória intelectual de aperfeiçoamento descrita pelo Ministro tinha início, obviamente, na EMR, e passava pela ESAO e pela EEM. No entanto, somente as últimas duas foram postas sobre a orientação da MMF. O motivo para a exclusão da EMR dos planos de reorganização dos oficiais franceses era simples: a atuação da Missão Indígena apenas começava seu trabalho de reforma da instrução e a EME não pretendia abrir mão de seu selecionado grupo de instrutores tão facilmente. No entanto, esse cenário foi alterado significativamente quando a EMR e os instrutores da MI se envolveram na revolta do dia 5 de julho de 1922, causando, conseqüentemente, o fim precoce dessa, até então, promissora comissão de instrução.

Diante desses acontecimentos coube ao Alto Comando do Exército, já sob influência francesa, elaborar as respostas a esse movimento de contestação que partiu do interior da instituição castrense, especialmente em relação à EMR, que figurou como um dos principais núcleos dessa revolta. Nesse sentido, começava a se manifestar uma corrente de pensamento, de inspiração claramente francesa, que defendia a despolitização do oficial do Exército através da difusão da ideia do reconhecimento da supremacia do poder civil nas democracias modernas, como ocorreu na própria França.

Tal ideia foi veementemente defendida pelo Diretor de Ensino da Escola de Estado-Maior, o tenente-coronel Maurice De Rougemont da MMF, em um artigo intitulado *O papel do oficial numa democracia moderna*, e publicado na revista *ADN*

⁴⁷² A inovação consistiu basicamente na ideia de expandir a estrutura física do Exército com a construção de grandes obras o que, conseqüentemente foi viabilizado pela habilidade política de Calógeras e pelo contexto pós-guerra já estudado.

⁴⁷³ ⁴⁷³ **Relatório do Ministro da Guerra**, General Alberto Cardoso Aguiar, 1918. p.29.

em 1923. No texto o oficial francês defendia a necessidade de evolução da “*mentalidade de seu órgão motor, o corpo de oficiais*”⁴⁷⁴ no sentido que convinha a uma democracia moderna para que o potencial valor do Exército pudesse ser alcançado. Para operar tal evolução era fundamental que os oficiais tomassem conhecimento de sua alta função de dar educação moral à tropa, além das instruções para a guerra. Caberia assim, ao oficial brasileiro, colocar em prática sua própria educação moral e exercer sua atividade profissional com “*vivo interesse pelas coisas militares, gosto pelo comando e pelas responsabilidades, um sentido agudo da psicologia do homem e uma natural repugnância pelas coisas não limpas e sérias*”⁴⁷⁵. Assim ficava claro que ao assumir essa posição o oficial excluía a possibilidade de qualquer tipo de intervenção, direta ou indireta na política do país.

A publicação de um artigo de um oficial da MMF em uma revista que, desde sua fundação pelos jovens turcos em 1913, sempre deixou claro sua admiração pela doutrina militar alemão era um sinal de que as mudanças organizacionais implementadas no Exército pela MMF estavam influenciando um dos grupos mais intelectualizados do meio militar da época. Um dos oficiais que mais colaboraram com a MMF nesse intento, foi Tasso Fragoso, chefe do EME, que defendia publicamente a não-ingerência do Exército na política partidária, com o objetivo de preservar sua coesão e disciplina. Dessa forma, a mudança começa a ser operada também no plano das ideias.

Após os acontecimentos de julho de 1922 essa tendência geral de mudança iniciada com a chegada da MMF começou a se manifestar mais fortemente nas questões relacionadas à formação do oficial do Exército, mais especificamente em relação ao currículo da EMR. No início da década de 1920 a EMR tinha um currículo em que os assuntos profissionais, ou seja, essencialmente militares, ocupavam, segundo Celso Castro, cerca de 70% do tempo de estudos⁴⁷⁶. Diante dessa discrepância, a falta das disciplinas de “cultura geral” passou a ser criticada. Antes mesmo de 1922, o Ministro da Guerra Calógeras, em seu relatório de 1920, elogiava a EMR, mas já apontava a necessidade de mudanças curriculares,

⁴⁷⁴ DE ROUGEMONT, Maurice. O papel do oficial numa democracia moderna. In: **Revista A Defesa Nacional**. Rio de Janeiro, ano 10, n. 108, 1923, pp. 358-360. p.358.

⁴⁷⁵ Ibid. p.359.

⁴⁷⁶ CASTRO, Celso. **O espírito militar: um antropólogo na caserna**. 2 ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2004.p125.

Continua esta, sob excelente comando, merecendo de dia para dia mais completamente o respeito e o carinho de todos os brasileiros. Nada há que modificar nos programas com que o preparo técnico tem sido ministrado. **O ponto em que um progresso esta reclamando atenção do governo, está em ampliar certos estudos teóricos**, sem prejuízo da orientação pratica atual, a fim de treinar oficiais nas **funções de mais alto nível científico**, ligadas ao provimento das próprias necessidades do Exército. Cumpre acrescentar que tal norma deve sempre ser encarada do ponto de vista militar, sem se perder em generalizações que nada, ou quase nada, tem que ver com a eficiência da força. **O problema está sendo estudado com o carinho que merece a Escola.**⁴⁷⁷

Neste trecho podemos perceber claramente a intenção de efetuar mudanças no regulamento da EMR, especialmente no que se refere a ampliação de “certos estudos teóricos” do programa de ensino. Para alguns militares da época, especialmente os ligados a MMF, o currículo vigente era demasiado técnico, inflado por “futilidades militares”, e oferecia uma formação estreita ao oficial. Esse intento toma cores mais fortes no relatório do ano seguinte, quando o Ministro caracteriza a revisão do programa de ensino como um “problema inadiável”, pois não era possível

ficar somente na feição profissional, prática, que foi adotada pela última reforma. Indispensável é o achar o meio de adicionar cursos científicos que permitam assegurar a formação de oficiais capazes de solver os mil e um problemas que surgem na prática da profissão e que exigem mais do que os conhecimentos de um oficial de tropa médio.⁴⁷⁸

A reforma aludida no texto é o Regulamento de 1919, considerado como um dos principais resultados da ação da Missão Indígena na EMR. A preocupação era com a capacidade intelectual do oficial, especialmente em relação aos seus conhecimentos sobre assuntos mais gerais, embora pertinentes ao exercício da profissão militar. Um artigo da revista *ADN* de 1923 dá a exata medida de um conhecimento mais geral que deveria ser ensinado na Escola Militar devido a sua grande utilidade para o futuro oficial do Exército. O artigo intitulado *Importância de um curso de psicologia no ensino militar* destacava que a guerra era um conflito de forças morais e que o homem era seu instrumento principal. Nesse sentido, o autor destacava que mesmo diante desse fato não constava “*nem uma palavra em nossos programas de ensino quanto ao conhecimento desse homem, quer isolado, quer em conjunto*”⁴⁷⁹ e que sem esse

⁴⁷⁷ **Relatório do Ministro da Guerra**, João Pandiá Calógeras, 1920. p.39. [grifos nossos]

⁴⁷⁸ **Relatório do Ministro da Guerra**, João Pandiá Calógeras, 1921. p.17-18.

⁴⁷⁹ **Revista A Defesa Nacional**. Rio de Janeiro, ano 10, n. 113. 1923. pp.538-540. p.538.

conhecimento “*nada valeria todo esse material bélico admiravelmente aparelhado para a guerra e tão cuidadosamente estudado quanto ao seu manejo.*”⁴⁸⁰. O autor completava o raciocínio ao constatar que era uma falha no ensino militar brasileiro a “*ausência da psicologia nos programas das escolas, constituindo um fato lamentável quando sabemos incluída nos programas de todas as escolas estrangeiras.*”⁴⁸¹. Entre elas o autor destacava para a Escola de Saint Cyr, principal responsável pela formação do oficialato na França.

Embora a psicologia não tivesse sido incluída no próximo regulamento, em 1924, o simples fato de um artigo na *ADN* defender a sua inclusão no currículo da EMR já demonstra o quanto o conceito de formação do oficial estava mudado. Tomemos como exemplo definitivo um editorial da mesma revista publicado menos de cinco anos antes e que falava das mudanças necessárias na elaboração do regulamento da época, o de 1919,

Mas então será preciso, sob o ponto de vista da instrução profissional, que não caiamos nos mesmo **vícios da organização francesa, tão sobrecarregada em seus programas de ensino de matérias sem aplicação prática** ou de necessidade remota, que um ilustre oficial de Estado-Maior foi levado a propor a criação de escolas de aplicação para preparar capitães, sob o fundamento de que os alunos que saíam das escolas de *Saint Cyr* e *Polytechnica* eram “*trop savants et pas assez*”⁴⁸².

A comparação entre os trechos deixa clara a mudança ocorrida em uma parte importante da intelectualidade militar de uma posição que criticava fortemente o excesso de matérias desnecessárias na formação do oficialato para uma posição que defendia a inclusão de uma matéria como psicologia. Tomemos como exemplo os cálculos matemáticos, estes sim são conteúdos consagrados no currículo da dos cursos de formação dos oficiais desde os tempos imperiais da EMPV. Como vimos no primeiro capítulo desde o os primeiros regulamentos para o ensino militar do século XX esse conteúdo era associado ao “bacharelismo” e a formação de oficiais com pouco ou nenhum conhecimento militar. Por conta disso a matemática teve seu espaço reduzido ao máximo na elaboração do Regulamento de 1919. É exatamente sobre essa questão que o Coronel de Engenharia Amílcar Magalhães escrevia na revista *ADN* em 1923 no

⁴⁸⁰ Ibid. p.538.

⁴⁸¹ Ibid. p.538.

⁴⁸² Revista **A Defesa Nacional**. Rio de Janeiro, ano 5, n.52. Janeiro de 1918. pp. 101-103.p.102. A expressão significa algo como “sábios demais, mas não o bastante”.

texto intitulado *A crise de técnicos e o ensino militar*. No texto o autor defendia basicamente que

se por um lado, para o exercício da função de *troupiér* [soldado] jamais se exigira a aplicação de princípios de Hidráulica ou se tivesse utilizado de quaisquer artifícios do Cálculo Integral, por outro lado, era incontestável e correta a afirmação de que as decisões de um mesmo *troupiér* no campo de batalha seriam mais acertadas e teriam mais probabilidades de êxito se, além do cabedal do homem de guerra, estivesse a esclarecer-lhe a inteligência e a iluminar-lhe a razão, uma vasta cultura científica, “um largo exercício de raciocínio de abstração através de escala ascendente da Matemática.”⁴⁸³

Percebe-se que o diálogo, buscando fundar a formação do oficial sob uma base mais larga de conhecimentos, não se dá mais em resposta aos perigos da Grande Guerra, como nos Regulamentos de 1918 e 1919, mas sim, evidenciava a preocupação com a capacitação intelectual do oficial do Exército. Essa preocupação seria o princípio norteador da reforma proposta pelo Regulamento de 1924.

No fim de 1922, assumiu a Presidência do Brasil Artur Bernardes nomeava como seu novo Ministro da Guerra o General Setembrino de Carvalho⁴⁸⁴, que ocuparia o cargo até 1926. Em seu primeiro relatório o já abordava a questão da elaboração de um novo regulamento,

Urge fazer a reforma do ensino na Escola Militar. Todos sentem que o plano atual esta positivamente abaixo das **exigências da cultura geral que deve ter um oficial para o cabal desempenho das funções que lhe incumbem** (...). É fora de dúvida que um oficial que se destina aos altos postos não pode estar estritamente encerrado dentro no horizonte das coisas da profissão (...). **A cultura científica consiste, sobretudo, a hora atual, em saber estudar as questões**, como diz, e com razão, um conhecido autor num prefácio recente.⁴⁸⁵

O General Setembrino era mais objetivo do que seu antecessor em seus relatórios e abordava as questões de modo direto como podemos aferir pelo trecho acima. O Ministro da Guerra defendia a ampliação das matérias de cultura geral nos currículos da EMR, especialmente no curso fundamental que era frequentado por todos os alunos. A reforma não demoraria a chegar.

⁴⁸³ MAGALHÃES, Amílcar A. Botelho de. A crise de técnicos e o ensino militar. **A Defesa Nacional**. Rio de Janeiro, n.117, ano 10. 1923. pp. 686-888. p. 687.

⁴⁸⁴ Em abril de 1924 foi graduado ao posto de Marechal.

⁴⁸⁵ **Relatório do Ministro da Guerra**, General Fernando Setembrino de Carvalho, 1922, p.7-8.

Um dos redatores do novo regulamento, Capitão Nilo Val, escrevia em 1923 um artigo intitulado *Escola Militar*, onde criticava o modelo de educação militar que não estabelecia uma ligação sequencial entre o ensino teórico e o prático, ou seja, ele defendia a valorização das características complementares que esses tipos de ensino tinham. Nesse sentido, afirmava que só seria possível praticar uma teoria que fosse pré-adquirida, “*para não se insistir no absurdo de praticar teorias ignoradas que poderia redundar em exercícios sem valor apreciável ou até nocivos.*”⁴⁸⁶. A constatação do autor era de que os últimos regulamentos para a EMR, de 1918 e 1919, haviam criado essa situação “absurda” de ignorar o aspecto teórico do conhecimento. Nesse sentido, concluía que não era admissível que a EMR continuasse a formar “medíocres instrutores”, quando a segurança do país dependia do preparo moral e intelectual dos oficiais oriundos da instituição militar de ensino.

A reforma veio através do Regulamento de 1924, decretado em fevereiro, que retomava as bases de cultura geral e científica na formação do oficial ao equilibrar a importância dada aos estudos gerais e aos profissionais. A nova reforma manteve a mesma estrutura com cursos em três anos, sendo que dois para o curso fundamental e um para o curso da Arma a ser escolhida. No novo regulamento o curso fundamental era composto pelo “ensino geral” e pelo “ensino militar”. Nos cursos específicos das quatro Armas, todo o ensino seria de conteúdos essencialmente militares e sob duas modalidades: o teórico e o teórico-prático.

O regulamento de 1924 após a exposição de todo conteúdo programático apresentava um capítulo, intitulado “Diretrizes do Ensino”, que em seu primeiro artigo dava o tom das mudanças ao determinar que, “*a idéia primordial na preparação militar do oficial de tropa consiste em dar, em dois anos, aos oficiais, de todas as armas, os conhecimentos gerais de infantaria que todas elas reclamam, e depois, num terceiro ano, os conhecimentos práticos peculiares a cada arma.*”⁴⁸⁷ Em relação aos supracitados cursos o regulamento determinava que

o plano de ensino da escola grupa as matérias do curso fundamental de modo que se torne, tanto quanto possível, bem patente a distinção entre o ensino geral, destinado a proporcionar aos alunos os conhecimentos científicos indispensáveis a todo o oficial, e que lhes

⁴⁸⁶ VAL, Nilo de Oliveira. *Prytaneau Militar: comemoração do quinto aniversário. Revista do Instituto dos Docentes Militares*. Rio de Janeiro, n. 2, 1923. pp. 23-35. p.25.

⁴⁸⁷ **Regulamento da Escola Militar de 1924**. p.314-315.

permitirão mais tarde cursar outras escolas especiais, e o ensino militar propriamente dito, o qual se subdivide, por sua vez, em ensino militar teórico e o ensino militar prático.⁴⁸⁸

Tal determinação apresenta uma das principais mudanças propostas pelo novo estatuto, a existência de um curso geral e amplo com o objetivo de proporcionar aos alunos uma sólida base científica indispensável para um oficial de tropa. Essa base serviria tanto para seus estudos profissionais no curso de uma das quatro Armas, quanto para sua especialização posterior. Nesse sentido tal ensino deveria “*ser reduzido ao estritamente reclamado por esse destino, pois que aí prevalecem, também, as razões que limitam os primeiros estudos militares e obrigam à continuidade e ao aperfeiçoamento sucessivo da instrução*”⁴⁸⁹.

A referida continuidade “obrigatório” dos estudos seria realizada em duas instituições militares fundadas, organizadas e sob a responsabilidade dos oficiais da MMF, A Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais, para capitães e tenentes e a Escola de Estado-Maior para capitães, majores e coronéis. Vale ressaltar que o avanço nessa “carreira acadêmica” também era uma forma de ascensão na hierarquia militar. Outro aspecto digno de nota nesse capítulo era a determinação de que todo ano um professor do ensino militar ou um instrutor fariam aos alunos ingressantes uma conferência sobre um episódio da guerra moderna, em síntese tratava-se “*de uma narrativa, o mais possível gráfica e sugestiva, para esclarecer o aluno e justificar previamente os processos a que o vão submeter na escola durante sua preparação como oficial de tropa e educador.*”⁴⁹⁰. Essa passagem indica que apesar da revalorização dos conteúdos de cultura geral, os assuntos militares não tiveram sua importância diminuída, e sim reorientada para que pudesse ser mais bem ministrados.

Segundo Jehovah Motta entre as principais características do conteúdo programático do novo regulamento estavam o destaque dado a matérias “científicas” como a *Geometria Analítica, o Cálculo, a Geometria Descritiva, a Física, a Química e a História Militar*, gerando, assim, uma “estrutura equilibrada do ensino militar”. Também ganharam espaço conteúdos práticos como a *Educação Física, o Armamento, o Adestramento para o combate, o Serviço em campanha*. O autor ainda destaca a criação de uma nova disciplina *Aplicações Gerais da Física, da Química e da Mecânica*

⁴⁸⁸ Ibid. p.315.

⁴⁸⁹ Ibid. p316.

⁴⁹⁰ **Regulamento da Escola Militar de 1924.** p.319.

à *Técnica Militar*. Para o autor o novo componente curricular tinha como objetivo “operar uma fusão das ciências com o ofício militar, dando àquelas a sua destinação prática (...) fornecendo a base científica solidificadora do conhecimento profissional.”⁴⁹¹. Uma disciplina com um objetivo grandioso exigia um professor com capacidade profissional e de condições materiais adequadas para ser bem ministrada. Segundo o autor nenhum desses pré-requisitos foi preenchido e a matéria não causou nenhum impacto significativo no ensino da EMR.

Outra matéria criada especialmente para esse regulamento e que permaneceu no de 1929, foi *Estudo da missão do exército e da missão social do oficial*, o primeiro componente curricular do ensino militar teórico. Ministrada para todos os alunos da EMR não constavam orientações/restrições para o encaminhamento dos conteúdos, como geralmente ocorria com outras matérias. Essa flexibilidade de conteúdo era uma rara exceção nos regulamentos desde o de 1905 e suscita, conseqüentemente, algumas importantes questões. Teria sido criada em função dos acontecimentos ocorridos na EMR no dia 5 de julho de 1922? Visava reforçar ideia de reconhecimento da supremacia civil na democracia moderna?

Tais questões podem tentar ser respondidas com uma observação feita pelo General Estevão Leitão de Carvalho que constatava entre os jovens militares dos anos 20 a difusão de uma cultura de rebeldia onde “obedecer às autoridades superiores e acatar as decisões do governo iam-se tornando uma prova de fraqueza, humilhante para os que, na ignorância do que há de nobre na sujeição dos militares, consideravam a insubordinação ato de altivez e hombridade”⁴⁹². As fortes palavras de Leitão de Carvalho se referiam claramente aos tenentes de 22, mas servem para percebermos como a alta oficialidade via os problemas gerados por uma completa despolitização dos jovens militares, que não sabiam como agir diante dos acontecimentos políticos. Nesse sentido, tal disciplina serviria para infundir uma pequena dose de politização, nos alunos da EMR, ao se debruçar sobre assuntos sociais. No entanto, o objetivo fundamental era reforçar que o papel do Exército e de seus oficiais em uma sociedade não tinha nenhuma relação com a atuação política, pois como disse o Marechal Hermes

⁴⁹¹ MOTTA, Jehovah. **Formação do Oficial do Exército: currículos e regimes na Academia Militar (1810-1944)**. Rio de Janeiro, Biblioteca do Exército, 1998.p.270.

⁴⁹² CARVALHO, Marechal Estevão Leitão de. **Dever militar e política partidária**. São Paulo: Companhia Editora Nacional. 1959. p.96

da Fonseca sobre a necessidade de não-intervenção do Exército em questões políticas, “os políticos passam, o Exército fica.”

Por fim, vale ressaltar que a MMF não passou despercebida no regulamento de 1924, uma vez que sua presença na EMR seria efetivada pela determinação de que as matérias de Tática Geral e História Militar seriam ministradas por um oficial estrangeiro contratado, que também seria responsável pela coordenação de todo o “*ensino de Tática da Escola tanto teórico como prático. (...) caber-lhe-á apresentar ao comandante o programa dessas matérias e emitir parecer sobre os programas referentes ao ensino prático.*”⁴⁹³.

A título de evidenciar a valorização do ensino teórico em busca dessa diretriz de equilíbrio elaboramos um quadro que compara o ensino teórico nos regulamentos de 1913-19, de 1919 e de 1924,

Quadro 17 – Ensino teórico do Curso Fundamental da EMR. (1913-14, 1919 e 1924).		
Regulamento 1913-14	Regulamento 1919	Regulamento 1924

⁴⁹³ **Regulamento da Escola Militar de 1924.** p.323.

<ul style="list-style-type: none"> -Conhecimentos Essenciais de Geometria Analítica e Cálculo Transcendente; -Conhecimentos Essenciais de -Direito Constitucional, Administrativo e Internacional; -Legislação Militar Brasileira. -Princípios Gerais de Organização dos Exércitos; -Noções de Tática e Estratégia; -História Militar do Brasil. -Conhecimentos Essenciais de -Geometria Descritiva; -Perspectiva, Sombras e Desenhos Correspondentes. -Conhecimentos Essenciais de -Mecânica Racional; -Noções Fundamentais de Aeronáutica Militar. -Física, Conhecimentos Essenciais de Termologia, Eletrologia e Fotologia: Química Descritiva Inorgânica e Orgânica. -Higiene Militar, Precedida de Noções Gerais de Higiene. -Topografia, especialmente Militar, Desenho Correspondente. 	<ul style="list-style-type: none"> -Conhecimentos essenciais sobre organização geral do Exército brasileiro, especialmente das armas, e sobre a tática regulamentar de cada uma delas. -Conhecimentos essenciais do direito constitucional brasileiro e de direito internacional. Direito penal e processual militar brasileiro. -Conhecimentos essenciais de geometria analítica. -Noções essenciais de higiene -Administração militar. -Conhecimentos essenciais sobre o armamento usado no Exército brasileiro. -Física. Conhecimentos essenciais de termologia, fotologia e eletrologia. -Conhecimentos essenciais de geometria descritiva, perspectiva e sombra e desenho correspondente. -Noções de fortificação permanente com referências especiais à fortificação de costa. Estudo sucinto do ataque e defesa das posições permanentemente fortificadas. -Topografia militar. -Conhecimentos essenciais de mecânica racional. -Estudo elementar das pólvoras, explosivos e artefatos pirotécnicos em uso no Exército e suas aplicações. 	<ul style="list-style-type: none"> -Geometria Analítica, Cálculo. Diferencial e Integral. -Física Experimental. Noções de Meteorologia. -Geometria Descritiva, Perspectiva e Sombra: desenho correspondente. -Estudo da missão do exército e da missão social do oficial. -Organização do exército brasileiro. -Estudo do regulamento da instrução física, precedido das noções de anatomia e fisiologia necessárias a sua execução racional. -Estudo do armamento portátil regulamentar e dos seus meios de conservação. Princípios que presidem a sua organização. -Estudo dos regulamentos de exercícios e combate da infantaria, de tiro das armas portáteis, de serviço em campanha, de transmissões, e de organização do terreno, na parte necessária ao ensino prático correspondente. -Estudo do regulamento para instrução e serviços gerais nos corpos de tropa, inclusive da parte disciplinar. -Noções elementares de topografia. Estudo de terreno, sua morfologia e modo de representá-las nas cartas. -Mecânica Racional. -Química. -Topografia e Desenho topográfico. Noções de Direito. Legislação militar. Administração militar. -Noções de higiene e profilaxia indispensáveis a saúde dos homens e a conservação do bom estado sanitário das habitações militares, em tempo de paz e de guerra. -Estudo da metralhadora e dos petrechos de acompanhamento da infantaria e dos carros de combate. -Continuação do estudo dos regulamentos, a saber: instrução física, exercícios e combate de infantaria e seus anexos, tiro das armas portáteis, metralhadoras pesadas, serviço em campanha, organização do terreno, transmissões, de instrução e serviços gerais nos corpos de tropa.
<p>Fonte: Regulamento de 1913-14, Regulamento de 1919 e Regulamento de 1924.</p>		

Vale ressaltar que nos regulamentos de 1913-14 e 1919 o ensino era denominado teórico-prático e no Regulamento de 1924 as matérias destacadas em negrito faziam parte do ensino geral e as restantes do ensino teórico.

Na análise sobre o Regulamento de 1913-14 elaborada no início desse capítulo fizemos a distinção entre a “norma e a realidade”, ou seja, tentamos inferir até que ponto as determinações legais realmente se efetivaram na EMR após suas promulgações. Cabe-nos aqui empreendermos a mesma análise sobre o Regulamento de 1924. O autor do primeiro, e mais importante, estudo sistemático sobre a formação do oficialato do Exército Brasileiro, foi estudante da EMR entre 1925 e 1927. Jehovah

Motta em apenas dois parágrafos nos oferece um depoimento com um diferencial em relação a todos estudados até aqui, pois ele, no trabalho de pesquisa, conheceu a fundo as normas.

A primeira consideração de Motta é em relação ao ensino teórico, especialmente o direcionado a todos os alunos, que constava no regulamento de 1924. O autor afirma que,

poucas vezes um texto terá sido tão diminuído ou deformado pelos seus executores. Não estiveram à altura do Regulamento nem os comandos da Escola nem os professores. Não será exagero dizer que, na sua quase totalidade, não leram as “diretrizes do ensino”, ou se as leram não as entenderam, ou se as entenderam, deliberadamente as desrespeitaram. O ensino que ministraram, com poucas exceções, foi livresco, verbalista, desligado dos objetivos traçados. Alguns deles como que cultivavam a anti-didática, compraziam-se com o ambiente de medo, e até de terror, que criavam sob a ameaça das provas inacessíveis e dos graus ínfimos.⁴⁹⁴

Em relação às condições físicas e aos materiais didáticos para a execução destas disciplinas o autor também tecia duras críticas,

Os gabinetes de Física e de Química raríssimamente se abriam, e quando isso ocorria era para que, na ausência do professor, os alunos se vissem diante de um “preparador” atarantado, que nada lhes tinha a dizer.(...) A Descritiva e a Mecânica perdiam-se em cálculos e abstrações, indiferentes aos objetivos mais modestos e relacionados com a especificidade militar que lhes foram traçados. A Topografia era uma irrisão, a Fortificação uma chatice, sem qualquer valor prático ou atual.⁴⁹⁵

No entanto, nem tudo estava perdido segundo a análise de Motta, pois o ensino militar, teórico e prático, não merecia a severidade do ensino de cultura geral científica. De acordo com o autor os,

instrutores nessa fase, eram profissionais devotados, já possuidores do curso de aperfeiçoamento, sob a orientação dos franceses. O clima que respiravam não era o da Missão Indígena, não lhes forravam a alma sentimentos de reformadores ou de salvadores. Mas levavam a sério a profissão, impregnados das motivações que então andavam no ar de que faziam apelos em prol de um Exército tecnicamente renovado e eficiente. (...) Diga-se que, para facilitar-lhes a ação, já existia, na época, um bom número de publicações técnicas, de origem francesa, que expunham com objetividade todos os aspectos da

⁴⁹⁴ MOTTA, Jehovah. **Formação do Oficial do Exército: currículos e regimes na Academia Militar (1810-1944)**. Rio de Janeiro, Biblioteca do Exército, 1998.p.275.

⁴⁹⁵ Ibid. p.275.

instrução individual e das pequenas unidades, no âmbito do combate e do serviço em campanha.⁴⁹⁶

As apreciações de Motta deixam claro que o ensino militar, especialmente o prático, tinha, além de professores e instrutores razoavelmente preparados, uma produção teórica de qualidade que embasava e facilitava a ação desses, uma vez que os alunos também tinham acesso a essa produção. Assim, podemos afirmar que o cerne do problema do ensino na EMR ao longo da Primeira República, foi o ensino da cultura geral científica que ainda se assemelhava, na prática, ao ensino verbalista e abstracionista oferecido na extinta EMPV. O depoimento de Motta não foi baseado apenas em suas impressões pessoais, de acordo com o autor para chegar a esta conclusão foi necessário empreender uma “*exaustiva pesquisa junto a vários oficiais saídos da Escola entre 1913 e 1944.*”⁴⁹⁷, e por isso essas constatações poderiam “*ser estendidas a toda a ‘Era do Realengo’, com as variações para melhor decorrentes da saída ou chegada deste ou daquele professor.*”⁴⁹⁸. Segundo McCann⁴⁹⁹, no relatório sobre os trabalhos do Estado-Maior do Exército de 1927, o chefe dessa instituição, General Tasso Fragoso, escreveu sobre a “crise de professores”, salientando que entre os efetivos, existiam poucos “realmente competentes com vontade de trabalhar”. Ele apontava a física e química como cursos particularmente fracos. A deficiência, docente e discente, nessas matérias pode ser constatada, por exemplo, no número de reprovados em Física no ano de 1924, uma turma de 139 alunos, teve 86 reprovados⁵⁰⁰.

Diante do exposto podemos inferir que a despeito das determinações regulamentares a carência do ensino da cultura geral e científica, desde o aspecto pedagógico ao material didático, foi a norma na EMR. O depoimento do General Antonio Muricy que foi aluno da EMR entre 1923 e 1926, constatava outra falha do ensino teórico geral: a falta de disciplinas de cunho humanístico. O ex-aluno afirmava que sua formação foi essencialmente técnica, pois

A Missão Indígena, aquele grupo de oficiais alemães, os jovens turcos, trouxeram uma mentalidade já mais militar. Quando trouxeram Missão Militar Francesa começou uma renovação para dar à Escola Militar um cunho de formação propriamente de oficial. Ainda havia

⁴⁹⁶ Ibid. p.276.

⁴⁹⁷ Ibid. p.275.

⁴⁹⁸ Ibid. p.276.

⁴⁹⁹ MCCANN, Frank D. **Soldados da Pátria: História do Exército Brasileiro (1889-1937)** trad. Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.p.315.

⁵⁰⁰ **Relatório do Ministro da Guerra**, General Fernando Setembrino de Carvalho, 1922, p.38.

remanescentes de certas coisas que eram úteis, mas hoje acho que fizeram falta à minha formação, certas coisas que fui aprender mais tarde, quando fiz o concurso para a Escola de Estado-Maior. (...) Por exemplo, a economia política (...) ninguém pode crescer e sentir o panorama mundial sem conhecer um pouco disso.⁵⁰¹

Interessante notar que a disciplina de *Economia Política* constava no Regulamento de 1905, não foi mantido no Regulamento de 1913-14, e retornou no Regulamento de 1934 ao lado de uma disciplina de *Sociologia*.

Outra mudança significativa implementada pelo Regulamento de 1924 dizia respeito à forma de acesso a EMR. De acordo com o regulamento os requisitos para matrícula eram, ser brasileiro nato, solteiro e ter mais de 16 e menos de 22 anos; ter observado boa conduta anterior atestada pela autoridade policial do distrito em que residir, e possuir as condições de honorabilidade⁵⁰² que afiançassem sua situação de futuro oficial, conforme certificado de pessoas respeitáveis, inclusive de oficiais do Exército que conhecessem seus antecedentes; ter o curso dos colégios militares, ou possuir atestado de aprovação das matérias feitas em estabelecimentos cujos exames preparatórios fossem considerados válidos para a matrícula nos Institutos Superiores de Ensino, ou a eles equiparados. Os candidatos ainda seriam submetidos a rigorosa inspeção de saúde e a concurso de admissão.

Em 1926 o então governador de São Paulo, Washington Luís, foi eleito Presidente da República após um tranquilo pleito de candidato único. O clima político estava calmo, pois a Coluna Prestes tinha interrompido sua marcha e seus líderes estavam exilados em países vizinhos. Tal configuração indicava que o pacto entre as oligarquias estava temporariamente recomposto. Para ocupar o cargo de Ministro da Guerra foi indicado o General Sezefredo dos Passos, militar experiente e conhecido por defender arduamente uma postura legalista. O novo Ministro também era partidário da MMF e ao longo de sua gestão apoiou prontamente as iniciativas dos oficiais franceses. O ritmo de desenvolvimento do ensino na EMR entre 1926 e 1929 pode ser resumidos nas considerações de dois Ministros da Guerra. No relatório de 1926, o Ministro Setembrino de Carvalho, entendia que a EMR, na execução do estatuto de

⁵⁰¹ **Arquivo do CPDOC/FGV.** Entrevista General Antônio Carlos Muricy. Rio de Janeiro, 1981.p. 29.

⁵⁰² Durante a vigência da Ditadura do Estado Novo esse pré-requisito tomou a forma de ferramenta discriminatória na exclusão de negros, imigrantes e judeus dos processos seletivos. Essa é o tema central da Tese de Fernando Rodrigues e já é constatada, mas não comprovada, na obra de Jehovah Motta.

1924, apresentou-se em “*plena e proveitosa atividade*”⁵⁰³. No relatório de 1927, o General Sezefredo concluía que, “*correu regular e calmo o ano de instrução.*”⁵⁰⁴.

Um acontecimento digno de nota foi o fortalecimento da religião católica na instituição. Como já vimos, Juarez Távora foi o precursor de um movimento católico na EMR entre 1917 e 1919, que contou com poucos adeptos por conta da rejeição que todo culto religioso tinha entre os jovens militares. A partir de 1923 esse movimento foi consideravelmente ampliado com a mobilização de um grupo de alunos em prol da “Ação Católica”. Um dos principais divulgadores de movimento foi Severino Sombra, que foi aluno da EMR entre 1923 e 1926. Em seu depoimento ao CPDOC ele conta que o momento de “tranquilidade” na EMR foi propício para o movimento de aproximação entre esta e a Igreja Católica, pois, “*A Igreja Católica sempre ficava ao lado das forças conservadoras e era totalmente alheia às questões políticas e sociais.*”⁵⁰⁵. O principal objetivo do grupo era retomar algumas tradições religiosas no ambiente escolar, entre elas a “benção das espadas”. O ex-aluno destacava a ação do “*tenente Paulo Gomes, que servia na vila Militar e morava em Realengo, e foi uma figura importante no movimento mauriciano dos cadetes católicos da Escola Militar.*”⁵⁰⁶. Ao longo da década de 1930 esses rituais religiosos foram introduzidos na cultura escolar da EMR.

Em 1928 foi promulgado um ato legislativo que dispunha sobre o conjunto de ensino militar, ou seja, deveria ser aplicados em todas as instituições militares de ensino. A lei ficou conhecida na época como Lei do ensino militar⁵⁰⁷, e era relativamente pequena em face aos regulamentos, pois contava apenas com 11 artigos. O primeiro artigo classificava o ensino militar por níveis (primário, secundário e superior) e categorias, enumerando estabelecimentos, definindo direitos e deveres. Entre as escolas do nível superior, ou seja, as destinadas aos candidatos a oficiais combatentes, como a EMR, um item chama a atenção: a Escola de Engenharia Militar, que seria criada para a “*formação de engenheiros-artilheiros, engenheiros-eletrotécnicos, engenheiros-químicos e engenheiros de construção.*”⁵⁰⁸. A lei elencava entre as instituições de ensino destinadas a “especialização”, o Centro de Artilharia de

⁵⁰³ **AHEx.** Relatório do Ministro da Guerra General Fernando Setembrino de Carvalho, 1926. p.21.

⁵⁰⁴ **AHEx.** Relatório do Ministro da Guerra General Sezefredo dos Passos, 1927.p.26.

⁵⁰⁵ **Arquivo do CPDOC/FGV.** Entrevista General Severino Sombra. Rio de Janeiro, 1986.

⁵⁰⁶ **Arquivo do CPDOC/FGV.** Entrevista General Severino Sombra. Rio de Janeiro, 1986.

⁵⁰⁷ Decreto n. 5.632, de 31 de dezembro de 1928, dispõe sobre o ensino militar e dá outras providências.

⁵⁰⁸ **Lei do ensino militar de 1928.** p. 307.

Costa e o Centro de Instrução das Transmissões e de “aperfeiçoamento” a ESAO e a EEM.

Nesse sentido, ia se formando uma espécie de “rede escolar do Exército” que se ampliava, e as modalidades do ensino de “formação”, de “aperfeiçoamento” e de “especialização” iam adquirindo forma. Merece destaque especial a criação da Escola de Engenharia Militar, pois com esta o Exército voltava a formar os seus engenheiros, o que não ocorria desde 1913. A lei dava como orientação geral para a as instituições de ensino do Exército que *“o plano geral de estudos será estabelecido de modo a que a instrução militar seja gradual e contínua e tão completa quanto possível, atendendo, em cada grau, não só a instrução profissional como a cultura geral que lhe deva corresponder.”*⁵⁰⁹. A intenção da lei era organizar todas as instituições militares de ensino submetendo-as a mesma orientação: oferecer o ensino profissional juntamente com o ensino científico, ou de cultura geral. Assim a premissa que já estava presente no Regulamento de 1924 para a Escola militar passava a ser incorporadas pelas demais escolas do Exército. Vale ressaltar que a promulgação dessa lei causou um mal-estar na alta cúpula do Exército, pois foi elaborada pelo Ministro da Guerra sob a orientação dos oficiais franceses da MMF, mas sem a participação do EME. Desde a década de 1910 cabia ao EME a elaboração dos regulamentos para as instituições militares de ensino. Tal situação teria sido a causa do pedido de demissão do chefe do EME, o General Tasso Fragoso em janeiro de 1929. Em depoimento publicado na Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro em junho de 1951, Tasso Fragoso se referiu a um processo de isolamento do EME dentro do Exército logo após o levante de 1922. Segundo ele, essa situação culminou com o alijamento do EME em relação ao programa de reestruturação do ensino militar no país⁵¹⁰.

O último regulamento para a Escola Militar da Primeira República foi elaborado basicamente em virtude de uma determinação da Lei do ensino militar que previa a revisão dos regulamentos das instituições com o intuito de homogeneização. Em termos gerais o regulamento de 1929⁵¹¹, foi, segundo Motta, *“uma reforma que nada reformou, pois que mais de noventa por cento dos seus artigos repetiam o texto de*

⁵⁰⁹ Ibid. p.309.

⁵¹⁰ **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**. Vol.211, abril-junho. Rio de Janeiro, 1951. pp.7-61.

⁵¹¹ Aprovado pelo O decreto n.18.713 de 25 de abril de 1929;

1924, quando não literalmente pelo menos no seu sentido.”⁵¹². A grande mudança imprimida pelo novo estatuto se referia a redução da duração do “Curso Fundamental” de dois para um ano. Por outro lado os cursos das Armas passariam ter a duração de dois anos ao invés de apenas um. A medida tinha como intuito oferecer um curso fundamental que oferecesse uma cultura geral científica básica com matérias como Geometria Analítica, Cálculo Diferencial e Integral, Física Experimental e Geometria Descritiva. Aliada a essas matérias teríamos um ensino militar teórico que visava oferecer de modo sucinto estudos sobre a organização, missão e regulamentos do Exército Brasileiro, com destaque para o regulamento de instrução física que deveria ser precedido de “noções de anatomia e fisiologia necessárias a sua execução racional.” Além de noções elementares de topografia.

Esse ensino era basicamente correspondente ao primeiro ano do curso fundamental (Como podemos atestar pelo quadro do Anexo 16). O restante das matérias que no regulamento de 1924 eram oferecidas no segundo ano do curso fundamental foram distribuídas entre os cursos de Armas de acordo com a maior afinidade da matéria em relação à Arma. O curso de Engenharia, por exemplo, passaria a ter um ensino geral composto por antigas matérias do curso fundamental como Noções de higiene, Noções de Direito, Legislação Militar e Administração Militar. O mesmo se daria no ensino militar com o Estudo da metralhadora e os Exercícios de serviço em campanha. (Como podemos constatar no Anexo 17.). A diferença maior ficava por conta do aumento das matérias específicas de cada Arma já que o tempo do curso havia dobrado. Essas alterações se harmonizavam com a ideia de oferecer uma base geral e depois um ensino mais específico, presente no Regulamento de 1924, e em termos gerais nas reformas empreendidas pela MMF. Nesse sentido o estatuto de 1929 procurava apenas dar condições para que essa ideia tivesse mais praticidade em relação a organização curricular.

O Regulamento de 1929 também apresentou uma mudança significativa no âmbito da administração da EMR com a criação do cargo de Diretor do ensino militar⁵¹³. O estatuto previa que tal cargo deveria ser exercido por um oficial da MMF

⁵¹² MOTTA, Jehovah. **Formação do Oficial do Exército: currículos e regimes na Academia Militar (1810-1944)**. Rio de Janeiro, Biblioteca do Exército, 1998.p. 278.

⁵¹³ Vale ressaltar que no Regulamento de 1924 um oficial francês já era responsável pela coordenação do ensino de tática na EMR. Assim, em 1929 tivemos uma ampliação de poderes e a criação formal de um cargo.

enquanto houvesse algum disponível. Entre as principais atribuições do Diretor de ensino podemos citar a orientação, coordenação e organização de todo o ensino da EMR. O Diretor também seria o responsável por “*estabelecer diretivas para os assuntos teóricos e práticos, que facilitem a organização dos programas dos respectivos professores e instrutores.*”⁵¹⁴. Cabia também ao Diretor atuar junto ao Comandante da Escola com o intuito de orientação no que se referia ao desenvolvimento do ensino militar, avaliando anualmente o trabalho dos professores e instrutores. Segundo Jehovah Motta a criação desse cargo apontava para um processo de expansão da estrutura administrativa da EMR que tomaria corpo nas décadas de 1930 e 1940, com a criação de órgãos específicos de planejamento, coordenação e controle do ensino. Esse primeiro passo modificava uma estrutura de administração escolar até então muito primária que vigorava desde 1810 e era composta de um lado pelo “*comandante da Escola como o orientador geral, e do outro, lentes e instrutores, como executantes.*”⁵¹⁵.

Considerações finais

Ao longo dessa dissertação procuramos analisar como o Exército Brasileiro formou seu quadro de oficiais ao longo da Primeira República. Na introdução anunciamos a hipótese de que, entre 1913 e 1929, a EMR serviu como laboratório do Exército para as experiências acerca de qual instrução/educação militar seria a ideal para formar seu quadro de oficiais. A própria fundação de uma Escola Militar em um bairro afastado das agitações políticas do centro do Rio de Janeiro já era uma

⁵¹⁴ **Regulamento de 1929**, p.513.

⁵¹⁵ MOTTA, Jehovah. **Formação do Oficial do Exército: currículos e regimes na Academia Militar (1810-1944)**. Rio de Janeiro, Biblioteca do Exército, 1998.p. 278.

experiência. Como vimos no início do capítulo 3 diversos elementos foram considerados antes da decisão de centralizar a formação do oficialato em uma mesma instituição, após um período de dispersão da mesma em diversas escolas. Dentro dessa fase de “experimentos educacionais” na EMR podemos distinguir claramente três períodos.

O primeiro período, de 1913 a 1918, foi marcado, essencialmente, pela escassez de recursos de toda espécie: humanos, materiais e até morais. Tal assertiva foi elaborada através do uso de um recurso até então pouco utilizado nos estudos sobre a EMR: o relato memorialístico. Os estudos elencados na introdução procuraram, em sua maioria, se apoiar na análise dos regulamentos elaborados para a EMR, nos Relatórios dos Ministros da Guerra e em outros documentos oficiais. Nessa dissertação também fizemos farto uso destas fontes, no entanto, procuramos analisá-las de forma mais ampla, em comparação como outras fontes, e, foi nesse momento da pesquisa que os relatos memorialísticos se mostraram importantes fontes. Como pudemos observar na análise comparativa entre a “norma e a realidade” a situação da formação do oficialato na EMR era precária, pois os relatos apontam claramente para a má qualidade do prédio da Escola, para a falta de preparo de grande parte do corpo docente e para o péssimo estado da disciplina e do comportamento moral dos alunos.

As descobertas realizadas na análise desse período foram fundamentais para o estudo do segundo período, de 1918 até 1922. Com a ascensão da defesa nacional como assunto chave para o país e a valorização do papel do Exército advindos da entrada do Brasil na Primeira Guerra Mundial a formação do oficialato ganha uma notoriedade jamais vista até então. Nesse interregno, a EMR, sob a influência direta da Missão Indígena, tinha como objetivo formar um oficial com conhecimentos técnicos e profissionais mais avançados, com uma rígida disciplina e preparo para exercer a função de comandar tropas. Os elaboradores desse modelo de formação do oficial, de inspiração notadamente germânica, acreditavam que antes de instruir soldados o oficial deveria aprender a agir e pensar como um soldado. Para isso a Missão Indígena, com o apoio dos Ministros da Guerra e do EME, colocou em prática o que os alunos daquela época definiram, tempos depois, como uma verdadeira transformação na EMR. A escassez de recursos humanos da fase anterior foi preenchida com um grupo de jovens instrutores com grande capacidade profissional e de comando o que também resolvia a

questão da lacuna disciplinar e moral. Restava a resolução da falta de recursos materiais que também começou a ser resolvida nesse período, especialmente graças a habilidade política do primeiro civil a ocupar o Ministério da Guerra, João Pandiá Calógeras.

No entanto, um evento inesperado interromperia esse surto de transformações na EMR: a revolta de 5 de julho de 1922. Constatamos no envolvimento da EMR e da maioria dos instrutores que compunha a MI um grande paradoxo, pois o grupo que defendia e ensinava a profissionalização do oficial foi o mesmo que iniciou um movimento de insubordinação que se estenderia, e ampliaria, ao longo da Primeira República. O terceiro e último período se inicia em 1922 com a penetração dos oficiais franceses na EMR, tendo em vista que a MMF estava no país desde 1919 e já havia reformado consideravelmente a educação militar. A presença da MMF na formação dos oficiais do Exército se fez sentir claramente a partir de 1924, com a elaboração de um novo regulamento para a escola militar, em consonância com as reformas já implementadas, especialmente no que se refere à construção de escolas militares, centros de especialização e a fundação da ESAO e da EEM. Tentamos então comprovar que o movimento de reorganização processado pela MMF desaguou na EMR fazendo com que uma nova diretriz de ensino fosse elaborada. A nova diretriz propunha a formação de um oficial que mantivesse seus conhecimentos técnicos e profissionais, uma rígida disciplina, e o preparo para exercer a função de comandar tropas, mas que via como pressuposto para a incorporação dessas habilidades uma formação cultural científica mais ampla do que a vinha sendo oferecida.

A nova diretriz, expressa nos regulamentos de 1924 e 1929, não era apenas mais um estatuto desvinculado da realidade, pois a criação de outras instituições militares de ensino que visavam completar a formação dada na EMR justificava seus preceitos de equilíbrio entre o ensino técnico e militar e o ensino científico e de cultura geral. Nesse sentido, tínhamos mais que uma nova diretriz de ensino, uma nova estrutura escolar que visava à formação, especialização e aperfeiçoamento do oficial do Exército.

Em relação à diretriz de ensino que vigorou na EMR pudemos perceber uma grande diferença entre o tipo de formação do oficialato defendida no final da década de 1910 e o modelo elaborado entre 1924 e 1929. Podemos tentar explicar essa grande diferença em um curto período de tempo em virtude da ocorrência da Primeira

Guerra Mundial (1914-1918). Após o conflito o Ministério da Guerra e o EMR, em resposta a tendência conjuntural apresentada, intensificaram a necessidade de um ensino prático, profissional e de preparo para o combate e para a guerra. Esse era o tom dos editoriais pós-guerra e foi com base nesse modelo de ensino que a Missão Indígena atuou na EMR. No entanto, a chegada da MMF, em 1919, e o distanciamento temporal em relação à Guerra apontavam para a necessidade de reelaboração desse modelo de formação do oficial do Exército em busca de uma diretriz de equilíbrio entre um ensino prático, técnico e profissional e um ensino teórico, científico e de cultura geral.

De acordo com Grunennvaldt, a elaboração dos Regulamentos do ensino militar da década de 1920 procurava,

estabelecer um diálogo mais equilibrado com a conjuntura das relações internacionais, tirando partido das circunstâncias que a nova ordem mundial de “um novo começo” apresentava. Assim, ampliava-se novamente a gama de conhecimentos sobre as quais se edificaria a formação do oficial, gabaritando-o para o exercício intelectual (...) com a do técnico ou especialista.⁵¹⁶

Tal análise referenda nossa afirmação de que com a chegada da MMF modificou-se a forma de olhar para formação do oficial como composta de apenas de uma fase, a Escola Militar, da onde se saía aspirante-a-oficial e depois de servir um ano na tropa⁵¹⁷, era promovido ao posto de segundo-tenente e seguia uma carreira de ascendência hierárquica regular por tempo de serviço até a aposentadoria. Com a criação de instituições militares de ensino que visavam o aperfeiçoamento, como a ESAO e a EEM. E a especialização, como as escolas de Veterinária, de Intendência e Administração, do oficial. Em ambos os casos a intenção era a de fazer o oficial estudar constantemente. Nesse sentido, a própria Escola Militar se via na iminência de mudar, pois não caberia mais somente a ela a missão de formar o oficial. A EMR passaria a ser apenas mais um etapa na formação do oficial e por isso sua diretriz de ensino deveria ser alterada para um currículo de base mais alargada e para que após a saída dos aspirantes eles pudessem se especializar nas outras instituições militares de ensino.

Por fim, Analisaremos rapidamente a diretriz de ensino e o tipo de formação que o oficial do Exército recebe atualmente na Academia Militar das Agulhas Negras, a

⁵¹⁶ GRUNENVALDT, José Tarcisio. **A educação militar nos marcos da primeira república: estudos dos regulamentos do ensino militar (1890-1929)**. Tese (Doutorado em História da Educação). PUC. São Paulo, 2005. p. 189.

⁵¹⁷ Ou até surgir uma vaga entre os tenentes.

sucessora da EMR desde seu fechamento 1944. Atualmente a duração dos cursos da AMAN é de 4 anos. Os cursos da AMAN são estruturados em duas fases distintas. A primeira, correspondente aos dois anos iniciais, tem por objetivo começar a formação do cadete, com a aquisição de conhecimentos comuns a todos os cursos. A segunda, e última, fase correspondente ao terceiro e quarto anos e II tem como objetivo habilitar o cadete ao desempenho de cargos de tenente e capitão não-aperfeiçoado das Armas (Infantaria, Cavalaria, Artilharia, Engenharia e Comunicações), do Serviço de Intendência e do Quadro de Material Bélico. O site oficial da AMAN ao definir a política educacional da instituição afirma que o ensino ministrado na Academia,

obedece ao processo gradual, constantemente aperfeiçoado, de educação continuada, desde os estudos e práticas mais simples, até os elevados padrões de cultura geral e profissional, devendo assegurar a seu pessoal, por meio dos diferentes cursos base humanística, filosófica, científica e tecnológica, política e estratégica para permitir o acompanhamento da evolução das diversas áreas do conhecimento, o inter-relacionamento com a sociedade e a atualização constante da doutrina militar. (...) Ao longo dos quatro anos de formação, o cadete recebe uma excelente base técnico-militar, por meio de instruções e exercícios de adestramento, para que possa, como futuro oficial, exercer as funções de comandante e líder de pequenas frações (Pelotão e Seção) e de subunidade (Companhia, Bateria ou Esquadrão).⁵¹⁸

Embora a diferença entre a diretriz de ensino elaborada na década de 1920 e a atual política educacional da AMAN seja significativa e a despeito da grande distância temporal que as separa podemos aferir alguma proximidade entre elas. Os conceitos usados são diferentes, mas a coexistência relativamente equilibrada entre um ensino geral e científico e um ensino militar e prático é evidente na política educacional da AMAN.

Ao longo da trajetória de pesquisa percorrida para a elaboração da presente dissertação de mestrado algumas questões ficaram para ser respondidas. Em relação às fontes não conseguimos aferir, por exemplo, como se realizavam as aulas das “práticas faladas” das línguas estrangeiras, que fizeram parte do currículo da EMR entre 1913 e 1918. Essas matérias não são abordadas em nenhum relato memorialístico tanto de ex-alunos como de ex-instrutores. Uma das dificuldades encontradas na elaboração do texto foi a definição de qual seria a melhor forma de abordar uma temática que

⁵¹⁸ AMAN. Política Educacional: O ensino no Exército. Disponível em http://www.aman.ensino.eb.br/index.php?option=com_content&task=view&id=26&Itemid=43 Acessado: 11/01/2012.

embora pouco estudada, teve recentes pesquisas de amplo espectro sendo realizadas. Optou-se pela exploração da fonte até então menos usada para a realização dessas pesquisas, o relato memorialístico, que como já asseveramos só tem valor histórico se confrontado com outras fontes e analisado a partir de certos pressupostos metodológicos.

Por se tratar de uma pesquisa de mestrado muitos aspectos deixaram de ser abordados com a profundidade que mereciam, como por exemplo, o movimento tenentista após 1922 ou a Guerra do Contestado. Os resultados pontuais alcançados por uma pesquisa onde a constante pormenorização de cada fato, o esmiuçar de cada fonte, além de inflar desnecessariamente as páginas do texto, pode ter deixado escapar alguma análise mais rica. De modo geral, a presente dissertação apresentou contribuições para a área da educação militar ao tentar apresentar um trabalho relativamente simples, sem grandes pretensões analíticas, mas que, na medida do possível procurou através de uma pesquisa documental diversificada dar conta de um tema específico: a formação do oficial do Exército Brasileiro na Escola Militar do Realengo.

Referências

Fontes Primárias

Arquivo Histórico do Exército

Ordens do Dia da Escola Militar do Realengo, de 1913 a 1929. [Acervo da EMR. Livro de Registro das Ordens do Dia do Comando da Escola Militar e Prática do Exército.]
Relatórios do Ministro da Guerra, de 1925 a 1929.

Revista **A Defesa Nacional**. Rio de Janeiro, ano 1, n. 1, outubro de 1913.

Revista **A Defesa Nacional**. Rio de Janeiro, ano 4 n. 51, 1917.

Revista **A Defesa Nacional**. Rio de Janeiro, ano 5, n.52. Janeiro de 1918. pp. 101-103.

Revista **A Defesa Nacional**. Rio de Janeiro, ano 5, n.55. Abril de 1918. pp. 197-204.
 Revista **A Defesa Nacional**. Rio de Janeiro, ano 5, n.56. Maio de 1918. pp. 227-231.
 Revista **A Defesa Nacional**. Rio de Janeiro, ano 5, n.57. Junho de 1918. pp. 267-270.
 Revista **A Defesa Nacional**. Rio de Janeiro, ano 5, n.59. Agosto de 1918. pp. 331-337
 Revista **A Defesa Nacional**. Rio de Janeiro, ano 5, n.60. Setembro de 1918. pp. 363-367.
 Revista **A Defesa Nacional**. Rio de Janeiro, ano 10, n. 113. 1923. 538-540
 Revista **A Defesa Nacional**. Rio de Janeiro, ano 34, n. 413. 1948.
 Revista **A Defesa Nacional**. Rio de Janeiro, ano 72, n. 718. 1985
 Revista **A Defesa Nacional**. Rio de Janeiro, ano 73, n. 724. 1986.

AHEx. Fundo Estado-Maior do Exército. Relação nominal dos oficiais pronunciados pelos acontecimentos do 5 de julho de 1922, realizada e monitorada pelo Departamento do Pessoal da Guerra, de acordo com a situação de cada militar.

AHEx. Boletim do Exército. nº. 36, de 31 de julho de 1922.

Caixa Escola Militar do Realengo. Mapa do Esquema de luzes da Escola Militar, 1931.

Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil - Fundação Getúlio Vargas (CPDOC/FGV/RJ)

Arquivos Pessoais

Arquivo Odílio Denys (OD)

Classificação: R14 – v31, n44.

Título: Missão Indígena na Escola do Realengo (1912-1922) **Autoridades:** Araripe, Tristão de Alencar (Autor) **Título:** Revista do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil. Data de publicação: 2º sem. 1963 Número: 44, Volume: 31.

Classificação: OD 1915.04.00 pasta 1 doc.38.

Título: Documento manuscrito: Pedido de *habeas corpus* e cessão de coerção pela participação nos acontecimentos de 5 de julho de 1922. Data: 19/12/1925.

Arquivo Nelson de Mello (NeM)

Classificação: 981.077.11/C574/1974

Título: 5 de julho: I - as comemorações em 1974; II - relação dos alunos revolucionários da Escola Militar do Realengo, de 1922 e de 1924. Rio de Janeiro: Imp. do Exército, 1975.

Arquivo João Punaro Bley (JPB)

BLEY, General João Punaro. Recordações de uma velha escola. **Letras em Marcha**. Rio de Janeiro, s/d.

Entrevistas⁵¹⁹

⁵¹⁹ As entrevistas consultadas foram realizadas por pesquisadores do CPDOC, no contexto da pesquisa "Trajetória e desempenho das elites políticas brasileiras", parte integrante do projeto institucional do Programa de História Oral do CPDOC, em vigência desde sua criação, em 1975. As entrevistas e as

Entrevista General Severino Sombra, Rio de Janeiro, 1986.
 Entrevista General Antônio Carlos Muricy. Rio de Janeiro, 1981.
 Entrevista General Delso Mendes da Fonseca. Rio de Janeiro, 1975.
 Entrevista General João Punaro Bley. Rio de Janeiro, 1982.
 Entrevista Marechal Henrique Batista Duffles Teixeira Lott. Rio de Janeiro, 1978.
 Entrevista General Emygdio da Costa Miranda. Rio de Janeiro, 1977.

Vários Autores. **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro**. Verbetes biográficos.
 (Disponível em: www.cpdoc.fgv.br/acervo/dhbb Acesso em 11/03/2011)

Center for Research Libraries (CRL) (Universidade de Chicago - EUA).

(Disponível em: www.crl.edu/brazil. Acesso a partir de 08/06/2010.)

Relatórios dos Ministros da Guerra, de 1890 a 1925.
 Regulamento das Escolas Militares (Decreto nº 330, de 12 de abril de 1890.)
 Regulamento para os Institutos Militares de Ensino (Decreto 5.698, de 02 de outubro de 1905).
 Regulamento para a Escola Militar (Decreto nº 10.198, de 30 de abril de 1913).
 Mensagem ao Congresso Nacional, Marechal Floriano Peixoto 7 de maio 1894, Imprensa Nacional, 1894.

Câmara dos Deputados – Coleção de Leis da República (1910-1930) – Atos do poder Executivo. (Disponível em <http://www2.camara.gov.br/atividade-legislativa/legislacao/publicacoes/república/colecao3.html> Acesso em 20/05/2011.)

BRASIL, **Coleção Leis da República**. Decreto nº 12.977, de 24 de abril de 1918. Regulamento para a Escola Militar. pp. 345-388.
 BRASIL, **Coleção Leis da República**. Decreto nº 13.574, de 30 de abril de 1919. Regulamento para a Escola Militar. pp.481-526.
 BRASIL, **Coleção Leis da República**. Decreto nº 16.394, de 27 de fevereiro de 1924. Regulamento de ensino da Escola Militar. pp.310-348.
 BRASIL, **Coleção Leis da República**. Decreto nº 5.632, de 31 de dezembro de 1928, dispõe sobre o ensino militar e dá outras providências. pp.306-309.
 BRASIL, **Coleção Leis da República**. Decreto nº 18.713, de 25 de abril de 1929. Regulamento de ensino da Escola Militar. pp.499-546.
 BRASIL, **Coleção Leis da República**. Decreto nº 23.994, de 13 de março de 1934. Regulamento de ensino da Escola Militar. pp.80-214.
 BRASIL, **Coleção Leis da República**. Decreto nº 5.543. de 25 de abril de 1940. Regulamento de ensino da Escola Militar. pp.172-204.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)

(Disponível em: www.ibge.gov.br/seculoxx/temas.shtm Acesso em: 10/03/2011)

Anuário estatístico do Brasil, 1936. Rio de Janeiro: IBGE, v. 2, 1936.

Anuário estatístico do Brasil, 1947. Rio de Janeiro: IBGE, v. 8, 1948.

Casa Civil da Presidência da República – Subchefia de Assuntos Jurídicos.
(Disponível em: <http://www4.planalto.gov.br/legislacao> Acesso em: 09/02/2011.)

BRASIL, Constituição (1891). **CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL:** promulgada em 24 de fevereiro de 1891.

Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro – Acervo digital.
(Disponível em: <http://www.ihgb.org.br/rihgb.php> Acesso em: 03/12/2011)

Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Vol. 211, abril-junho. Rio de Janeiro, 1951.

ABREU, Alzira Alves de (coord.). **Juracy Magalhães: minhas memórias provisórias.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.

ALBERTI, Verena. **Além das versões:** possibilidades da narrativa em entrevista de história oral, Rio de Janeiro: CPDOC, 2004.

ALVES, Vagner Camilo; SANTOS, Eduardo Heleno. A trincheira da batalha da memória a versão dos grupos de civis e militares da reserva. In: SVARTMAN, Eduardo Munhoz; ARIAS NETO, José Miguel; GODOY, Tania Regina Pires de; ALVES, Vagner Camilo (Orgs.). **Defesa, Segurança Internacional e Forças Armadas - III Encontro Da ABED.** Campinas: Mercado de Letras, 2009.

ARARIPE, Tristão de Alencar. A Missão Indígena na Escola Militar do Realengo. **Revista do Instituto de História e Geografia Militar do Brasil.** Vol.31. n.44, 1963. pp. 17-25.

BASTOS FILHO, Jayme de Araújo. **A Missão Militar Francesa no Brasil.** Rio de Janeiro. Editora Biblioteca do Exército, 1994.

BARRETO, Lima. **Recordações do Escrivão Isaías Caminha.** São Paulo: Ática, 1997.

BENCHIMOL, Jaime Larry. **Pereira Passos, um Haussmann tropical: A renovação urbana da cidade do Rio de Janeiro no início do século XX.** Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, 1992. (Coleção Biblioteca Carioca. V.11).

BENTO, Claudio Moreira. **O exército na proclamação da República.** Rio de Janeiro: SENAI, 1989.

BENTO, Cláudio Moreira. Marechal José Caetano de Faria. **Revista A Defesa Nacional**, n.724, março/abril de 1986, p. 93-124.

BITTENCOURT, Liberato. Sobe a reforma do ensino militar. **A Defesa Nacional.** n.113, ano 10, 1923. pp. 538-540.

BRESCIANI, Maria Stella. Brasil, liberalismo, republicanismo e cidadania. In: SILVA, Fernando Teixeira (org.) **Brasil, liberalismo e cidadania**. Piracicaba: Unimep, 2003. pp. 17-30.

CAMARGO, Aspásia; GÓES, Walter. **Meio século de combate: diálogo com Cordeiro de Farias**. Rio de Janeiro: Editora Biblioteca do Exército. 2001.

CAMBI, Franco. **História da Pedagogia**. Trad. Álvaro Lorencini. São Paulo: Editora UNESP, 1999.

CÂNDIDO, Antônio. “O Portador” (Posfácio) In: NIETZSCHE, Friedrich. **Obras incompletas**. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

CASTRO, Celso; IZECKSOHN, Vitor; KRAAY, Hendrik. **Nova história militar brasileira**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

CARONE, Edgard. **A República Velha: Evolução Política (1889-1930)**. São Paulo: Difel, 1971.

_____. **A República Velha: Instituições e Classes Sociais**. São Paulo, Difel: 1975.

CAPELA, Leila Maria Correa. 1985. **As malhas de aço no tecido social: a revista “A defesa Nacional” e o serviço militar obrigatório**. 1985. 267 f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política). Instituto de Ciências Humanas e Filosofia. Universidade Federal Fluminense. Niterói.

CARVALHO, Marechal Estevão Leitão de. **Memórias de um soldado legalista**. Rio de Janeiro: Imprensa do Exército, tomo 1, 1961.

_____. A fundação de “A Defesa Nacional”: reminiscências. **A Defesa Nacional**. Rio de Janeiro. Ano 34, n. 413, p. 14-17. 1948.

_____. **Dever militar e política partidária**. São Paulo: Companhia Editora Nacional. 1959.

CARVALHO, José Murilo de. **A formação das almas: o imaginário da República no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

_____. A ortodoxia positivista no Brasil: um bolchevismo de classe média. In: _____. **Pontos e bordados. Escritos de história e política**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1998. pp. 189-201.

_____. **Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi**. 3º edição. São Paulo Companhia das Letras, 1997.

_____. “Forças Armadas na primeira república: o poder desestabilizador”. In: _____. **Forças Armadas e Política no Brasil**, Rio de Janeiro: Jorge ZAHAR Editor, 2006.

_____. **O Rio de Janeiro e a República.** Revista. Brasileira de História. São Paulo v. 5 n°8/9. 1985. pp. 117-138.

_____. **Mandonismo, coronelismo, Clientelismo: uma discussão conceitual.** DADOS, Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, vol. 40, n.º 2, 1997, pp. 229-250.

CARONE, Edgar. **O tenentismo.** São Paulo: Difel, 1975.

COELHO, Edmundo Campos. **Em busca de identidade: o Exército e a política na sociedade brasileira.** Rio de Janeiro: Editora Record, 2000.

CUNHA, Luiz Antônio. **A universidade temporã: o ensino superior, da Colônia à Era Vargas.** 3ª edição. São Paulo: Editora UNESP, 2007.

CURY, Carlos Roberto Jamil. A educação e a Primeira Constituinte Republicana. In: FÁVERO, Osmar. (org) **A educação nas Constituintes Brasileiras (1823- 1988).** Campinas: Autores Associados, 2005.

DENYS, Odylio. Renovação do Exército – Missão Indígena. **Revista A Defesa Nacional.** Rio de Janeiro: 1985. n° 718.

_____. A Missão Indígena. **Revista de Infantaria!** Ano VI, n°14. Abril de 1979. pp.26-28.

DE ROUGEMONT, Maurice. O papel do oficial numa democracia moderna. In: **Revista A Defesa Nacional.** Rio de Janeiro, ano 10, n. 108, 1923, pp. 358-360.

DOMINGOS NETO, Manuel. Influência estrangeira e luta interna no Exército (1889-1930). In: ROUQUIÉ, Alain. (org.) **Os Partidos Militares no Brasil.** Rio de Janeiro: Editora Record, 1980. pp. 43-70.

_____. DOMINGOS NETO, Manuel. Gamelin, o modernizador do Exército. **Revista Tensões Mundiais.** Fortaleza, v. 3, n. 4, jan/jun. 2007. pp. 219-256.

DURKHEIM, Emile. As regras do método sociológico. In: _____. **Os pensadores.** Traduções de Carlos Alberto Ribeiro de Moura. São Paulo: Abril Cultural, 1978.

FAUSTO, Boris. **História do Brasil.** 13ª edição. São Paulo: EDUSP, 2010

FILHO, General Lobato, **A última noite da Escola da Praia Vermelha,** Rio de Janeiro: Bibliex, 1992.

FERREIRA JR., Amarílio. **História da Educação Brasileira:** da Colônia ao século XX. São Carlos: EDUFSCAR, 2010.

FERREIRA, Marieta de Moraes. A Reação Republicana e a crise política dos anos 20. **Estudos Históricos,** Rio de Janeiro, vol. 6, n. 11, 1993, p. 9-23.

_____; PINTO, Surama Conde Sá. **A Crise dos anos 20 e a Revolução de Trinta**. Rio de Janeiro: CPDOC, 2006.

GRIJÓ, Luiz Alberto. Quando o privado tem interesse público: a fundação e a trajetória institucional da Faculdade Livre de Direito de Porto Alegre (1900-1937). **Revista História**. São Paulo, vol.28, n.2 2009. pp. 303-338.

GRUNENVALDT, José Tarcisio. **A educação militar nos marcos da primeira república: estudos dos regulamentos do ensino militar (1890-1929)**. Tese (Doutorado em História da Educação) PUC. São Paulo, 2005.

HOBBSBAWN, Eric J. **A Era dos extremos: O breve século XX**. Trad. Marcos Santarrita. 2ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HOLANDA, Sérgio Buarque. **Raízes do Brasil**. 26ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

LEAL, Victor Nunes **Coronelismo, enxada e voto**. São Paulo: Alfa-Ômega, 1948.

LESSA, Renato. A invenção da República no Brasil: da aventura à rotina. In: CARVALHO, Maria Alice Rezende [et al.]. **República no Catete**. Rio de Janeiro: Museu da República, 2001. pp.11-58.

LOVE, Joseph. A República Brasileira: federalismo e regionalismo (1889-1937) In: MOTA, Carlos Guilherme (org.), **Viagem incompleta. A experiência brasileira: a grande transação (1500-2000)**. 2ª ed. São Paulo: Editora SENAC, 2000. pp.121-160.

MAGALHÃES, Amílcar A. Botelho de. A crise de técnicos e o ensino militar. **A Defesa Nacional**. Rio de Janeiro, n.117, ano 10. 1923. pp. 686-688.

MOTA, Carlos Guilherme (org.), **Viagem incompleta. A experiência brasileira: a grande transação (1500-2000)**. 2ª ed. São Paulo: Editora SENAC, 2000. pp.121-160.

McCANN, Frank D. **A Nação Armada: ensaios sobre a história do Exército Brasileiro**. Tradução: Sílvio Rolim. Recife: Guararapes, 1982.

_____. **Soldados da Pátria: História do Exército Brasileiro (1889-1937)** trad. Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

MILAN, Yara Maria Martins Nicolau de, **A educação do “soldado-cidadão” (1870-1889): a outra face da modernização**. Tese (Doutorado em Educação). Unicamp, 1993.

MOACYR, Primitivo. **A instrução e a República**. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, vol. 4, 1942.

MORAES, João Quartim de. **A esquerda militar no Brasil: da conspiração republicana a guerrilha dos tenentes**. São Paulo: Expressão Popular, 2005. v.1.

_____. **A esquerda militar no Brasil: Da Coluna à Comuna.** São Paulo: Editora Siciliano, 1994. V.2.

MOTTA, Jehovah. **Formação do Oficial do Exército: currículos e regimes na Academia Militar (1810-1944).** Rio de Janeiro, Biblioteca do Exército, 1998.

OLIVEIRA, Tânia Regina Pires de Godoy Torres de. **O estudo da guerra e a formação da liderança militar brasileira (1996-2004).** 2004. 255f. Tese (Doutorado em Educação). UFSCar, São Carlos.

PAULINO, André Luiz. **Os Artífices da Metrópole: anotações sobre a transformação da vida urbana carioca depois da Belle Époque.** Educação e Sociedade, Campinas, vol. 25, n. 87, p. 513-534, ago. 2004.

PEIXOTO, Antonio Carlos. Exército e Política no Brasil: Uma crítica dos modelos de interpretação. In: ROUQUIÉ, Alain. (org.) **Os Partidos Militares no Brasil.** Rio de Janeiro: Editora Record, 1980. pp. 27-42.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos Históricos,** Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, 1989.

PRADO JR, Caio. **História Econômica do Brasil.** 21ª ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1978.

PRESTES. Anita Leocadia. **Uma epopéia brasileira: a Coluna Prestes.** 2ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

RÉMOND, René. **O Século XX: de 1914 aos nossos dias.** Trad. Octavio Mendes Cajado São Paulo: Editora Cultrix, 1990.

ROCHA, Oswaldo Porto. **A era das demolições: cidade do Rio de Janeiro (1870-1920);** CARVALHO, Lia de Aquino. **Contribuição ao estudo das habitações populares: Rio de Janeiro (1896-1906).** Rio de Janeiro: Secretariado Municipal de Cultura. 1995 (Coleção Biblioteca Carioca, v.1)

RODRIGUES, Fernando da Silva, **Uma carreira: as formas de acesso à escola de formação de oficiais do Exército brasileiro no período de 1905 a 1946.** Tese (Doutorado em História Política). Rio de Janeiro: UERJ, 2008.

SALES, Campos. **Da propaganda a Presidência.** São Paulo: Sem editora. 1908.

SANTOS, Miriam Oliveira. **Berço de Heróis: o papel das escolas militares na formação dos “salvadores da pátria”.** São Paulo: AnnaBlume, 2004.

SAVIANI, Dermeval. **História das Idéias Pedagógicas no Brasil.** 2.ed. Campinas: Autores Associados, 2008.

SEVCENKO, Nicolau. **A revolta da vacina: mentes insanas em corpos rebeldes.** São Paulo: Scipione, 1993.

SOUZA, Maria Campello de. O processo político-partidário na Primeira República. In: MOTTA, Carlos Guilherme (org). **Brasil em perspectiva**. São Paulo: DIFEL, 1977.

SCHWARZ, Roberto. As idéias fora do lugar, In: _____, **Ao Vencedor As Batatas**. 4.^a ed. São Paulo: Duas Cidades, 1992.

SILVA, Edmundo de Macedo Soares e. **Um construtor do nosso tempo: depoimento ao CPDOC/ Lucia Hippolito e Ignez Cordeiro de Farias (Org.)**. Rio de Janeiro: Fundação CSN, 1998.

SILVA, Hélio. **O Poder Militar**. Porto Alegre: L&PM Editores, 1984.

_____. **1922: Sangue na areia de Copacabana**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1964.

SODRÉ, Nelson. Werneck. **A História Militar do Brasil**. 2^o ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

_____. **Memórias de um soldado: do tenentismo ao Estado Novo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967.

STEPAN, Alfred. **Os militares na política: as mudanças de padrões na vida brasileira**. Tradução: Ítalo Tronca. Rio de Janeiro: Artenova, 1975.

TÁVORA, Juarez. **Uma vida e muitas lutas: da planície à borda do altiplano**. Rio de Janeiro: Livraria José Olímpio Editora & Biblioteca do Exército, (v. 1), 1973.

TREVISAN, Leonardo. **As Obsessões Patrióticas; Origens e Projetos de duas Escolas de Pensamento Político do Exército Brasileiro**. 1993. 253f. Tese (Doutorado em Ciência Política). USP, São Paulo.

VAL, Nilo de Oliveira. Prytaneau Militar: comemoração do quinto aniversário. **Revista do Instituto dos Docentes Militares**. Rio de Janeiro, n. 2, 1923. pp. 23-35.

VIANA, Claudius Gomes de Aragão. **História, memória e patrimônio da Escola Militar do Realengo**. Dissertação (Mestrado em História, Política e Bens Culturais) - (CPDOC/FGV), Rio de Janeiro. 2010.

VIZENTINI, Paulo Gilberto Fagundes. **Os liberais e a crise da República Velha**. São Paulo: Brasiliense, 1988.

ANEXOS

ANEXO -1 Curso Preparatório, por anos e aulas (Regulamento de 1890, artigo 18)

AULAS	ANOS		
	Primeiro	Segundo	Terceiro
Aritmética	■		
Gramática Portuguesa	■		
Gramática, Leitura e Tradução fácil de Língua Francesa	■		
Geografia Física e Política [América do Sul / Brasil]	■		
Álgebra		■	
Língua Portuguesa		■	
Língua Francesa		■	
História [Brasil]		■	
Desenho Linear e de Aquarela ¹²		■	
Geometria Preliminar, Trigonometria Retilínea e Geometria Especial			■
Gramática, Leitura e Tradução das Línguas Inglesa e Alemã			■
Noções Concretas de Astronomia, Física, Química, Mineralogia, Geologia, Botânica e Zoologia			■

Fonte: GRUNENVALDT, José Tarcisio. **A educação militar nos marcos da primeira república: estudos dos regulamentos do ensino militar (1890-1929)**. Tese (Doutorado em História da Educação) PUC. São Paulo, 2005. p. 41.

ANEXO 2 - Cursos do Ensino Militar, por seção, curso (Geral e das Três Armas), cadeira/ano e docente (Regulamento de 1890, artigos 21 e 22)

SEÇÃO	CURSO	CADEIRA/ANO	DOCENTE	
			Regente	Substituto
Primeira	Geral	Geometria Geral /1º Cálculo Diferencial /1º Cálculo Integral /1º Mecânica Geral /2º Astronomia e Trigonometria /2º	Quatro lentes catedráticos ¹⁸	Dois professores
Segunda	Geral	Física /3º Química /3º Biologia – Precedida da História das Ciências. /4º	Três lentes catedráticos	Dois professores
Terceira	Geral	Sociologia e Moral /4º	Dois lentes catedráticos	Um professor
	Armas	Direito Público /1º Direito Internacional /1º Diplomacia 1º Direito Militar 1º Constituição Brasileira /1º Noções de Direito Administrativo /1º Noções de Economia Política /1º		
Quarta	Armas	Fortificação /1º Artilharia /1º Balística no Meio Resistente /1º Tática e Estratégia /1º História Militar[Brasil] /1º Aula: Hipologia – Higiene Militar(1)/1º	Dois lentes catedráticos	Um professor
Quinta	Geral	Aula: Geometria Descritiva /1º Aula: Teoria das Sombras e Perspectiva /2º Aula: Topografia /3º Aula: Desenho de Cartas Topográficas/4º Desenho Linear e Aquarela (2)	Três professores	

Notas

(1) Constituindo “uma seção acessória à 4ª” (sic).

(2) Aula do segundo ano, do Curso Preparatório, conforme artigo 21, terceira parte (exceto no caso da Escola Militar de Ceará).

Fonte: GRUNENVALDT, José Tarcisio. **A educação militar nos marcos da primeira república: estudos dos regulamentos do ensino militar (1890-1929)**. Tese (Doutorado em História da Educação) PUC. São Paulo, 2005. p. 45.

ANEXO 3 – População do Brasil em 1872, 1890, 1900 e 1920.

SITUAÇÃO DEMOGRÁFICA				
ESTADO DA POPULAÇÃO				
III — População do Brasil discriminada pelos principais característicos,				
segundo os recenseamentos gerais				
ESPECIFICAÇÃO	RESULTADOS CENSITARIOS			
	1872	1890	1900	1920
TOTAIS.....	10 112 061	14 333 915	17 318 556	30 635 605
Segundo o sexo				
Homens.....	5 224 551	7 237 932	8 831 002	15 443 818
Mulheres.....	4 887 510	7 095 983	8 487 554	15 191 787
Segundo o estado civil				
Solteiros (1).....	7 191 761	9 987 013	11 981 309	21 378 568
Casados.....	2 467 487	3 768 182	4 592 305	7 883 827
Viúvos.....	452 813	578 720	744 942	1 373 210
Segundo a nacionalidade				
Nacionais.....	9 723 602	13 982 370	16 061 750	29 045 227
Estrangeiros (2).....	388 459	351 545	1 256 806	1 590 378
Segundo a idade				
De menos de 1 ano	355 342	366 105	761 202	830 354
» 1 ano.....	152 054	400 328	574 574	778 925
» 2 anos	174 258	461 444	552 977	1 018 417
» 3	183 143	451 497	547 843	1 010 528
» 4	194 665	442 416	538 947	954 939
» 5 a 9 anos.....	1 180 705	2 068 685	2 601 581	4 575 530
» 10 a 14	1 091 186	1 709 800	2 045 455	3 909 630
» 15 a 29 » (3).....	3 221 056	3 933 028	4 857 687	8 844 712
» 30 a 39	1 263 200	1 802 272	2 035 337	3 560 225
» 40 a 49	901 093	1 233 137	1 347 098	2 401 200
» 50 a 59	613 408	733 361	770 516	1 451 319
» 60 a 69	385 756	429 554	354 270	800 866
» 70 a 79	202 287	159 518	137 875	308 243
» 80 a 89	112 181	60 851	45 370	92 855
» 90 a 99	57 343	17 124	14 183	25 488
» 100 e mais anos.....	13 197	6 218	4 326	6 724
» idade ignorada.....	11 187	58 577	129 315	65 650
Segundo o grau de instrução				
Sabendo ler e escrever (4).....	1 564 481	2 120 559	4 448 681	7 493 357
Não sabendo ler nem escrever.....	8 365 997	12 213 356	12 939 753	23 142 248
Segundo as profissões				
Produção, transformação, circulação e distribuição da riqueza	4 583 600	...	6 609 318	8 392 022
Administração e profissões liberais.....	97 286	...	119 351	394 353
Outras categorias.....	5 431 175	...	10 589 887	21 849 230
Segundo os defeitos físicos				
Cegos.....	15 848	...	18 813	29 874
Surdos-mudos.....	11 595	...	7 361	26 214

FONTE — Anuário estatístico do Brasil 1947. Rio de Janeiro: IBGE, v. 8, 1948.

NOTA: — Relativamente ao Distrito Federal, foram adotados neste quadro os dados recenseamento municipal de 1906.

(1) Inclusive os de estado civil ignorado. — (2) Inclusive os de nacionalidade ignorada. — (3) De 15 a 29, em 1920. — (4) Inclusive 81 583 habitantes, cujo grau de instrução não consta dos quadros gerais.

Fonte: Anuário estatístico do Brasil, 1947. Rio de Janeiro: IBGE, v. 8, 1948.

ANEXO 4 – População da cidade do Rio de Janeiro em 1872, 1890, 1908 e 1920.

SITUAÇÃO DEMOGRÁFICA				
ESTADO DA POPULAÇÃO				
IV — População da Capital Federal discriminada pelos principais característicos, segundo os recenseamentos gerais de 1872, 1890 e 1920 e o municipal de 1906				
ESPECIFICAÇÃO	RESULTADOS CENSITARIOS			
	1872	1890	1906	1920
Totais	274 972	522 651	811 443	1 157 873
Segundo o sexo				
Homens	158 766	293 657	463 453	598 307
Mulheres	116 206	228 994	347 990	559 566
Segundo o estado civil				
Solteiros (1)			544 009	750 092
Casados			214 730	324 926
Viúvos			52 704	82 855
Segundo a nacionalidade				
Nacionais	190 689	398 299	600 928	917 481
Estrangeiros (2)	84 283	124 352	210 515	240 392
De menos de 1 ano	5 060	11 144	18 104	28 888
» 1 ano	4 050	9 633	16 450	19 696
» 2 anos	5 125	10 490	19 885	26 292
» 3 »	4 862	11 310	18 552	26 502
» 4 »	4 577	10 290	17 704	26 491
» 5 a 9 anos	23 343	50 822	83 885	125 230
» 10 a 14 »	25 672	50 743	82 718	118 058
» 15 a 29 » (3)	91 676	163 137	254 662	372 244
» 30 a 39 »	50 432	85 417	124 603	183 805
» 40 a 49 »	33 514	58 944	84 072	113 421
» 50 a 59 »	16 827	34 150	44 563	64 325
» 60 a 69 »	6 440	17 279	20 495	31 826
» 70 a 79 »	2 099	4 847	6 918	11 489
» 80 a 89 »	578	1 502	1 995	3 139
» 90 a 99 »	140	391	452	840
» 100 e mais anos	38	133	148	189
» idade ignorada	539	2 419	16 171	5 458
Segundo grau de instrução				
Sabendo ler e escrever	99 485	270 330	421 072	710 252
Não sabendo ler nem escrever	175 487	252 321	390 371	447 621
Produção, transformação, circulação e distribuição da riqueza			226 936	317 474
Segundo as profissões				
Administração e profissões liberais			44 493	87 409
Outras categorias			540 014	752 990
Segundo os defeitos físicos				
Cegos				1 244
Surdos-mudos				1 240
FONTE — Anuário estatístico do Brasil 1936. Rio de Janeiro: IBGE, v. 2, 1936.				
NOTA: — O recenseamento federal de 1900 foi cancelado na parte referente ao Distrito Federal. Em 1906 realizou-se um novo censo da Capital da República por iniciativa da Prefeitura Municipal.				
(1) Inclusive os de estado civil ignorado. — (2) Inclusive os de nacionalidade ignorada e os que adotaram a nacionalidade brasileira. — (3) De 15 a 20 anos em 1920.				

Fonte: Anuário estatístico do Brasil, 1936. Rio de Janeiro: IBGE, v. 2, 1936.

ANEXO 5: Partes e praças referentes aos acontecimentos de 14 de novembro de 1904.

ESTADO MAIOR DO EXERCITO

Relação nominal dos officiaes e praça que se acham respondendo ao conselho geral de investigação, que avocou os diversos conselhos de investigação parciaes a que respondiam pelos acontecimentos de novembro

GRADUAÇÕES	NOMES DOS INDICIADOS	DATAS DAS NOMENCLATURAS DOS CONSelhos PARCIAES	SERVIU DE BASE	DATAS DOS ENCHERRAMENTOS	MOTIVO POR QUE FORAM ENCHERRADAS
General de divisão.	Antonio Olympio da Silveira	21 de novembro de 1904.	Cópia de depoimentos remetidos pelo chefe de policia da Capital e pelo commandante da fortaleza de São João.	10 de dezembro de 1904.	Por terem sido os autos requisitados pelo Sr. marechal Pimentel, presidente do conselho geral de investigação.
Tenente-coronel	Lauro Soló	10 de novembro de 1904.	Parte do general commandante da escola, uniforme e espada remetidos pelo ministro da guerra e auto do corpo de delicto.	28 de novembro de 1904.	Idem.
Major	Joaquim Elesbão dos Reis	21 de novembro de 1904.	Parte do indiciado coronel commandante do 20º batalhão de infantaria.	6 de dezembro de 1904.	Idem.
Major	Agostinho Raymundo Gomes de Castro.	16 de novembro de 1904.	Parte do general Hormes Rodrigues da Fonseca, commandante da escola preparatoria e de tática do Rontengo.	12 de dezembro de 1904.	Idem.
Capitão	Antonio Augusto de Moraes				
Sargento a ju- dante.	Adalberto Martins Ferreira				
Capitão	João Baptista Cearense Cyllono	21 de novembro de 1904.	Parte do coronel Pedro Paulo da Fonseca Galvão, commandante do 1º batalhão de infantaria.	10 de dezembro de 1904.	Idem.
Capitão	José Ferreira Dias Junior				
Tenente	Francisco Virgilio de Carvalho				
Capitão	João Baptista Martins Pereira	28 de novembro de 1904.	Inquerito policial militar proccedido na fortaleza de São João.	9 de dezembro de 1904.	Idem.
2º tenente	Antonio Praxedes Campos Góes				
Alferez-alumno.	João Carlos Toledo Bordini				
Tenente	José Mendes de Vasconcellos e mais 4 tenentes, 1 primeiro tenente, 6 segundos tenentes, 25 alferezes e 30 alferezes-alumnos (ao todo 74 officiaes).	10 de novembro de 1904.	Parte do Sr. general commandante da Escola Militar do Brazil, acompanhada da relação dos officiaes presos na manhã de 15 na mesma escola e dos que se apresentaram ao quartel general tendo declarado haver tomado parte no movimento.	17 de dezembro de 1904.	Idem.
Tenente	Oscar Virgilio de Carvalho	20 de novembro de 1904.	Parte do Sr. general Hormes da Fonseca, commandante da escola do Rontengo.	6 de dezembro de 1904.	Idem.
Alferez	Arthur Emilio Villaça Guimarães	1 de dezembro de 1904.	Inquerito policial militar proccedido no 4º regimento de cavallaria.	17 de dezembro de 1904.	Idem.
Alferez-alumno.	Benedicto Olympio da Silveira	4 de dezembro de 1904.	Inquerito policial militar proccedido na fortaleza de São João.	20 de dezembro de 1904.	Idem.

Observação

Além dos officiaes acima relacionados, foi tambem mandado responder perante o conselho presidido pelo Sr. marechal Antonio Gomes Pimentel o 2º tenente José Tobias Coelho que fôra submettido a inquerito policial militar na fortaleza de S. João.

ANEXO 6 - Escolas de formação de oficiais (Regulamentos de 1890/1898)

REGULAMENTO DE 1890	REGULAMENTO DE 1898
Escolas Militares (comportavam o Curso Preparatório, o Curso Geral e o das Três Armas) Escola Superior de Guerra (Curso de Artilharia, Engenharia e de Estado-Maior)	Escolas Preparatórias e de Tática (Curso Preparatório e de Tática) Escola Militar do Brasil (Curso Geral e Especial)

Fonte: GRUNENVALDT, José Tarcisio. **A educação militar nos marcos da primeira república: estudos dos regulamentos do ensino militar (1890-1929).** Tese (Doutorado em História da Educação) PUC. São Paulo, 2005. p. 62.

ANEXO 7 – Mapa atual da cidade do Rio de Janeiro.



(Fonte: Disponível em: www.sempretops.com/informacao/mapa-do-rio-de-janeiro/ Acesso: 18/02/2011.)

ANEXO 8 – Atestado do curso da arma do Regulamento de 1914-1913.

— 99 —

ESCOLA PRATICA DO EXERCITO

ATTESTADO DE CURSO D'ARMA

O Sr.
nascido em....., a.....
de de, filho de

tem o curso d'arma de..... pelo regulamento
de de de 19....., tendo sido
approvado, nesta Escola e na Militar, com distincção
em exames, plenamente em....., e simples-
mente em....., num total de exames.

Rio de Janeiro,.....de.....de 19.....

O Commandante:

O Secretario:

ANEXO 9 - Tabela com a hierarquia militar.**Oficiais Gerais**

Marechal
General de Exército
General de Divisão
General de Brigada

Oficiais Superiores

Coronel
Tenente-Coronel
Major

Oficiais Intermediários

Capitão

Oficiais Subalternos

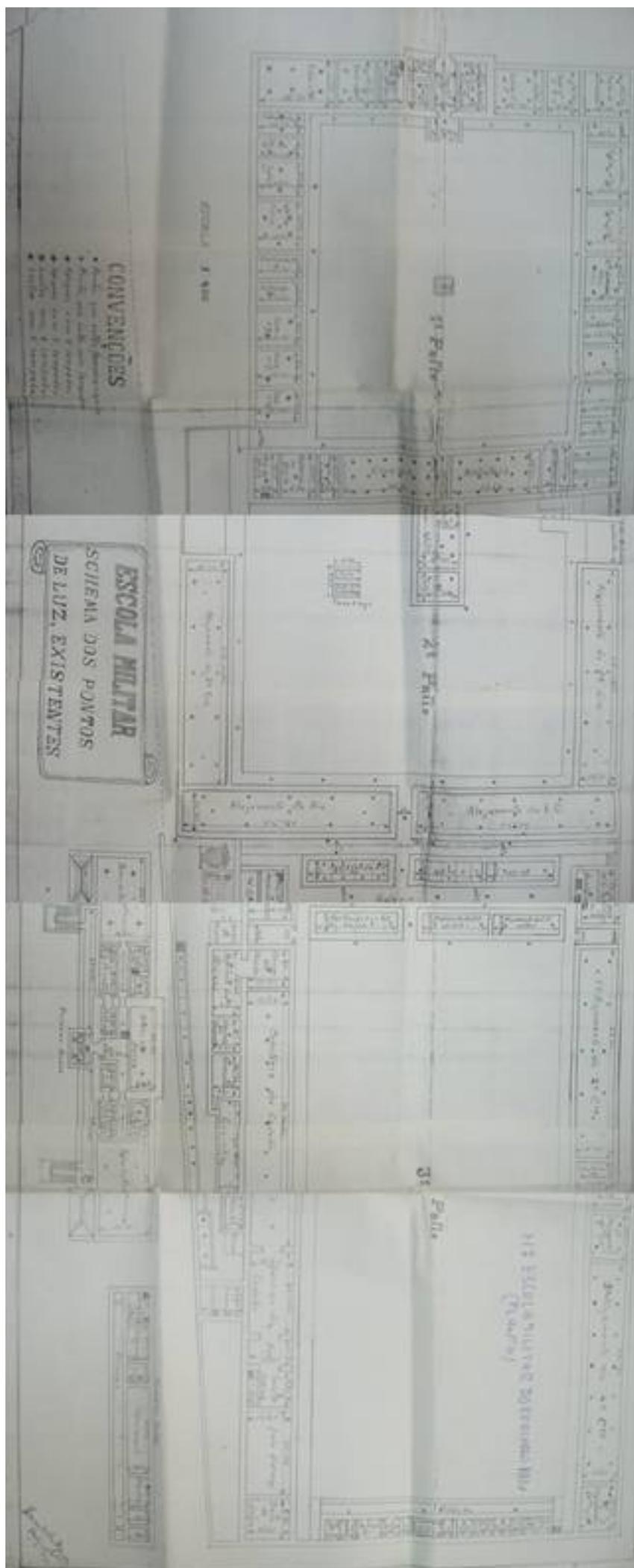
1º Tenente
2º Tenente
Aspirante-a-Oficial

Graduados

Subtenente
1º Sargento
2º Sargento
3º Sargento
Taifeiro-mor
Cabo
Taifeiro de 1º Classe
Taifeiro de 2º Classe

Fonte: Site oficial do Exército Brasileiro. Disponível em: www.exercito.gov.br. Acesso em 18/04/2011.

**ANEXO 10 –
Mapa da EME
em 1931.**



**Fonte: AHEX.
Caixa Escola
Militar do
Realengo. Mapa
do Esquema de
luzes da Escola
Militar, 1931.**

ANEXO 11 – Cadeiras e suas partes constitutivas no Regulamento de 1918.

CADEIRAS	PARTES CONSTITUTIVAS
1ª Cadeira	<p>Parte I – História Militar do Brasil. Organização do Exército Brasileiro.</p> <p>Parte II – Conhecimentos Essenciais sobre a Organização das Armas e sobre a Tática Regulamentar de Cada uma Delas.</p> <p>Parte III – Noções gerais sobre o serviço em campanha, relativo a todas as armas; participações e ordens.</p> <p>Parte IV- Estacionamento, segurança, reconhecimento e serviços auxiliares.</p> <p>Parte V- Organização da infantaria brasileira, sua tática regulamentar.</p> <p>Parte VI- Organização da cavalaria brasileira, sua tática regulamentar.</p> <p>Parte VII- Serviços especiais de cavalaria em campanha.</p> <p>Parte VIII- Tática das armas combinadas.</p> <p>Parte IX – Temas táticos no terreno e sobre a carta; jogo de guerra.</p>
2ª Cadeira	<p>Parte I - Resumo da tática regulamentar da infantaria e da cavalaria brasileiras; tática das armas combinadas.</p> <p>Parte II – Organização da artilharia brasileira; sua tática regulamentar. Resumo da tática naval contra artilharia de artilharia de costa.</p> <p>Parte III- Estudo dos regulamentos adotados pela artilharia brasileira; razões lógicas de suas prescrições essenciais.</p> <p>Parte IV- temas táticos no terreno e na carta; jogo de guerra.</p>
3ª Cadeira	<p>Parte I – Material de engenharia;</p> <p>Parte II – Estudo sucinto dos projéteis de artilharia usados no exército brasileiro;</p> <p>Parte III- Organização da engenharia militar brasileira; serviços respectivos.</p>
4ª Cadeira	<p>Parte I – conhecimentos essenciais sobre o armamento usado no Exército brasileiro; descrição e funcionamento das armas de fogo portáteis.</p> <p>Parte II- Descrição e funcionamento das armas de fogo não portáteis.</p> <p>Parte III – Material de artilharia a dopado no Exército brasileiro. Estudo do material de artilharia naval nos pontos que interessam a defesa da costa. Holofotes.</p> <p>Parte IV- Conhecimentos essenciais sobre o fabrico de material de guerra, especialmente do armamento. Estudo dos principais tipos de máquinas empregadas para esse fim. Fabrico de projéteis e estojos para artilharia e armas portáteis. Provas necessárias ao exame desse material.</p>
5ª Cadeira	<p>Parte I – Fortificação de campanha.</p> <p>Parte II – Fortificação permanente.</p> <p>Parte III- Ataque e defesa das posições fortificadas</p>
6ª Cadeira	<p>Parte I- Conhecimentos essenciais de direito constitucional brasileiro e de direito internacional.</p> <p>Parte II – Direito penal e processual militar brasileiro.</p> <p>Parte III- Administração e serviço nos corpos de tropa; escrituração militar.</p>
7ª Cadeira	<p>Parte I- Conhecimentos essenciais de geometria analítica.</p> <p>Parte II- Conhecimentos essenciais de geometria descritiva; perspectiva, sombras e desenho correspondente.</p> <p>Parte III- Conhecimentos essenciais de cálculo diferencial e integral.</p> <p>Parte IV- Conhecimentos essenciais de mecânica racional; Noções fundamentais de aeronáutica militar.</p>
8ª Cadeira	<p>Parte I – Balística elementar do tiro do fuzil e de metralhadora; tiro individual e coletivo; julgamento do seu resultado.</p> <p>Parte II- Balística em geral; sua aplicação ao tiro das armas de fogo; organização de tabelas para o fuzil e os principais tipos de canhão adotados no Brasil. Efeitos balísticos.</p>
9ª Cadeira	<p>Parte I – Astronomia de campo.</p> <p>Parte II- Geodésia (conhecimentos práticos e essenciais)</p> <p>Parte III – Topografia em geral; descrição e uso dos principais instrumentos.</p> <p>Parte IV – Topografia militar. Desenho topográfico.</p>

10ª Cadeira	Parte I Física (conhecimentos essenciais de termologia, eletrologia e fotologia) precedida de noções de mecânica. Parte II Conhecimentos essenciais de química descritiva (inorgânica e orgânica).
11ª Cadeira	Parte I – Metalurgia. Parte II – Eletrotécnica militar.
12ª Cadeira	Parte I – Pirotecnia militar; estudo das pólvoras e explosivos, especialmente dos adotados no Brasil. Parte II – Aplicações das pólvoras e explosivos; minas militares.
13ª Cadeira	Parte I – Resistência dos materiais; estabilidade das construções; traçados dos gráficos correspondentes e seu emprego. Parte II – Formas construtivas de alvenaria, ferro, madeira e cimento e respectivo desenho técnico; tecnologia das profissões correspondentes. Parte III – Técnica de construção; noções gerais de composição arquitetônica e resolução concomitante dos respectivos problemas gerais, exemplificados com casos típicos. Parte IV – Organização de projetos, exemplificados com a resolução de um problema completo de engenharia militar.
14ª Cadeira	Parte I – Conhecimentos essenciais de hidráulica. Parte II – Noções fundamentais de engenharia sanitária; abastecimento de água e esgotos.
15ª Cadeira	Parte I – Estradas em geral. Parte II – Pontes, especialmente militares; viadutos.
16ª Cadeira	Parte I – Máquinas de maior importância para a engenharia militar. Parte II – Eletrotécnica militar.
17ª Cadeira	Parte I – Desenhos de máquinas. (Exercícios fundamentais de desenhos de máquinas. Resolução do problema geral relativo à organização de planos técnicos; raciocínio técnico correspondente e sua tradução gráfica. Exercícios relativos a levantamentos e organização de projetos de caráter militar). Parte II – Desenho de fortificação. (exercícios fundamentais de desenho técnico, aplicáveis à organização dos planos de fortificação. Resolução do problema geral relativo à organização dos planos de fortificação, exemplificados em casos típicos; raciocínio técnico correspondente e sua tradução gráfica. Exercícios relativos a levantamentos e organização de projeto).
18ª Cadeira	Parte I – Noções gerais de higiene (Individual e coletiva). Parte II – Conhecimento essenciais sobre higiene militar. Parte III – Hipologia (Conhecimentos essenciais).

Fonte: GRUNENVALDT, José Tarcisio. **A educação militar nos marcos da primeira república: estudos dos regulamentos do ensino militar (1890-1929)**. 2005. 285 f. Tese (Doutorado em História da Educação) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 2005. p. 132-133.

ANEXO 12 – Cadeiras e suas partes constitutivas no Regulamento de 1919.

CADEIRAS	PARTES CONSTITUTIVAS
1ª Cadeira	<p>Parte I – História militar.</p> <p>Parte II – Conhecimentos essenciais sobre a organização geral do Exército brasileiro, especialmente das armas, e sobre a tática regulamentar de cada uma delas.</p> <p>Parte III – R.S.C.: - Relação entre o comando e as tropas. Marchas, estacionamento. Exploração. Segurança. Serviços auxiliares.</p> <p>Parte IV – Organização da infantaria brasileira, sua tática regulamentar. Combate das armas combinadas.</p> <p>Parte V – Organização da cavalaria brasileira, sua tática regulamentar. Serviços especiais de cavalaria em campanha. Combate das armas combinadas.</p> <p>Parte VI – Estudo dos regulamentos adotados na infantaria brasileira; razões lógicas de suas prescrições essenciais.</p> <p>Parte VII – Estudo dos regulamentos adotados na cavalaria brasileira; razões lógicas de suas prescrições essenciais.</p> <p>Parte VIII – Temas táticos no terreno (exercícios de quadros) e sobre a carta; jogo da guerra.</p>
2ª Cadeira	<p>Parte I – Resumo da tática regulamentar da infantaria e da cavalaria brasileiras: combate das armas combinadas.</p> <p>Parte II – Organização da artilharia brasileira; sua tática regulamentar. Resumo da tática naval contra artilharia de costa.</p> <p>Parte III – Estudo dos regulamentos adotados na artilharia brasileira; razões lógicas de suas prescrições essenciais.</p> <p>Parte IV – Temas táticos no terreno (Exercícios de quadros) e na carta; jogo da guerra.</p>
3ª Cadeira	<p>Parte I – Material de engenharia adotado no Exército brasileiro. Estudo sucinto dos efeitos dos projetis de artilharia.</p> <p>Parte II – Organização da engenharia militar brasileira; serviços respectivos.</p> <p>Parte III – Estudo dos regulamentos adotados na infantaria e engenharia brasileiras; razões lógicas de suas prescrições essenciais.</p> <p>Parte IV – Temas táticos no terreno (exercícios de quadros) e sobre a carta; jogo da guerra.</p>
4ª Cadeira	<p>Parte I – Conhecimentos essenciais sobre o armamento usado no exército brasileiro.</p> <p>Parte II – Material de artilharia adotado no Exército brasileiro. Estudo do material de artilharia naval nos pontos que interessam a defesa de costa. Holofotes. Telemetros.</p>
5ª Cadeira	<p>Parte I – Fortificação de campanha. Estudo técnico e tático. Ataque e defesa das posições fortificadas de campanha. Temas de fortificação de campanha sobre a carta e no terreno.</p> <p>Parte II – Noções de fortificação permanente com referências especiais à fortificação de costa. Estudo sucinto do ataque e defesa das posições permanentemente fortificadas.</p>
6ª Cadeira	<p>Parte I – Conhecimentos essenciais do Direito Constitucional Brasileiro e de Direito Internacional. Direito penal e processual militar brasileiro.</p> <p>Parte II – Administração militar.</p>
7ª Cadeira	<p>Parte I – Conhecimentos essenciais de geometria analítica.</p> <p>Parte II – Conhecimentos essenciais de geometria descritiva, perspectiva e sombra e desenho correspondente.</p> <p>Parte III – Conhecimentos essenciais de cálculo diferencial e integral.</p> <p>Parte IV – Conhecimentos essenciais de mecânica racional.</p>
8ª Cadeira	<p>Parte I - Balística elementar das armas de fogo portáteis. Emprego e interpretação das tabelas de tiro do fuzil e da metralhadora. Julgamento do resultado do tiro individual e coletivo</p> <p>Parte II – Balística elementar em geral; emprego e interpretação das tabelas dos principais tipos de canhão adotados no Brasil. Efeitos balísticos.</p>
9ª Cadeira	<p>Parte I – conhecimentos essenciais de topografia regular.</p> <p>Parte II – Topografia militar. Croquis e esboços, topográficos e panorâmicos.</p>
10ª Cadeira	<p>Parte I – Física (conhecimentos essenciais de terminologia, eletrologia e fotologia), precedida de noções de mecânica.</p>

	Parte II – aplicações de eletricidade aos serviços da arma de engenharia. Parte III - Conhecimentos essenciais de Química descritiva (inorgânica e orgânica).
11ª Cadeira	Parte I – Estudo elementar das pólvoras, explosivos e artefatos pirotécnicos em uso no Exército e suas aplicações.
12ª Cadeira	Parte I – Conhecimentos essenciais de resistência dos materiais; estabilidade das construções; Traçados dos gráficos correspondentes e seu emprego. Tecnologia das profissões elementares e interpretação de projetos simples. Parte II – Pontes militares e estradas em geral.
13ª Cadeira	Parte I – Noções gerais de higiene (individual e coletiva). Conhecimentos essenciais sobre higiene militar. Parte II – Hipologia (conhecimentos essenciais). Art. 5º O ensino prático versava sobre toda a instrução da tropa nas diversas armas (infantaria, cavalaria, artilharia e engenharia).

Fonte: GRUNENVALDT, José Tarcisio. **A educação militar nos marcos da primeira república: estudos dos regulamentos do ensino militar (1890-1929)**. 2005. 285 f. Tese (Doutorado em História da Educação) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 2005. p. 140-141.

ANEXO 13 - Presidentes da República, Ministros de Guerra, Chefes do Estado-Maior do Exército e Comandantes da Escola Militar do Realengo (1913-1930).

Presidente da República	Ministro de Guerra	Chefe do Estado-Maior	Comandante da EMR
Hermes da Fonseca (1910-1914)	Gen. Vespasiano Gonçalves de Albuquerque e Silva (1912 - 1913)	Gen. José Caetano de Faria (1910-1914)	Cel. Antônio De Albuquerque Souza (1913-1914); Gen. Ildefonso Pires de Moraes Castro (1914)
Wenceslau Brás (1914-1918)	Gen. José Caetano de Faria (1914-1918)	Gen. Bento Ribeiro (1914-1918)	Cel. Augusto Maria Sisson (1915-1916); General Eduardo Artur Sócrates (1917-1918)
Delfim Moreira* (1919)	Gen. Alberto Cardoso de Aguiar (1919)	Gen. Bento Ribeiro (1919)	Gen. Eduardo Artur Sócrates (1917-1918); Cel. Eduardo Monteiro de Barros (1919 -1922)
Epitácio Pessoa (1919-1922)	João Pandiá Calógeras (1919-1922)	Gen. Bento Ribeiro (1919-1921); General Setembrino de Carvalho (1921-1922)	Cel. Eduardo Monteiro de Barros (1919 -1922); Gen. José Joaquim Firmino (1922-1923);
Arthur Bernardes (1922-1926)	Gen. Setembrino de Carvalho (1923-1926)	Gen. Augusto Tasso Fragoso (1922-1929)	Gen. Estanislau Vieira Pamplona (1923); Gen. Marciano De Oliveira e Ávila (1923-1927);
Washington Luís (1926-1930)	Gen. Nestor Sezefredo dos Passos (1926-1930)	Gen. Augusto Tasso Fragoso (1922-1929)	Gen. Gil Antônio Dias de Almeida (1927-1928); Gen. Deschamps Cavalcanti (1928-1930).

*O vencedor das eleições de 1º de março foram Rodrigues Alves e Delfim Moreira, como vice. Com o falecimento de Rodrigues Alves em janeiro de 1919, Delfim Moreira governou até julho do mesmo ano com a composição ministerial escolhida por Rodrigues Alves. Epitácio Pessoa Tomaria posse em agosto de 1919, após novas eleições.

Fontes: Relatórios do Ministério da Guerra de 1912 a 1929 & CARONE, Edgard. **A República Velha: Evolução Política.** São Paulo: Difel, 1971.

ANEXO 14 – Curso de Engenharia da EMR. (1913-14, 1919 e 1924).		
Regulamento de 1913-14	Regulamento de 1919	Regulamento de 1924
<p>Ensino Teórico-Prático (1º ano) Organização da Engenharia Militar nos Exércitos em Geral e Especialmente nos Exércitos Sul-Americanos; Material e Serviços de Engenharia Militar Brasileira Balística, Estilo Completo: Aplicação ao Tiro das Armas de Fogo em Geral Resistência dos Materiais; Estabilidade das Construções (método analítico e gráfico) Conhecimentos Essenciais de Hidráulica: Abastecimento de Água e Esgotos; Noções Fundamentais de Engenharia Sanitária Arquitetura, Especialmente Militar; Desenho Correspondente</p> <p>Ensino Prático (1º ano) Topografia em Geral; Materiais de Construção, Organização de Projetos e Orçamentos de Obras Militares; Equitação. Prática Falada de Francês, Inglês ou Alemão.</p> <p>Ensino Teórico-Prático (2º ano) Geodésia, Precedida dos Indispensáveis Conhecimentos Práticos de Astronomia Fortificação de Campanha: Fortificação Permanente; Ataque e Defesa das Praças de Guerra. Estradas em Geral, Pontes e Viadutos Máquinas de Maior Importância para a Engenharia Militar e eEletrotecnia Militar. Desenho de Fortificação e de Máquinas.</p> <p>Ensino Prático (2º ano) Topografia em Geral, Geodésia; Construção de Fortificação: Telegrafia, Telefonia, Fotografia, e Serviço de Pontes. Prática Falada de Francês, Inglês ou Alemão.</p>	<p>Ensino Teórico-Prático (1º ano) Aplicações da eletricidade aos serviços da arma de engenharia Estudo dos regulamentos adotados na infantaria e engenharia brasileiras; razões lógicas de suas prescrições essenciais. Balística elementar das armas de fogo portáteis. Emprego e interpretação das tabelas de tiro do fuzil e da metralhadora. Julgamento do resultado do tiro individual e coletivo. Material de engenharia adotado no Exército brasileiro. Estudo sucinto dos efeitos dos projetis de artilharia. Noções essenciais de dos materiais; estabilidade das construções; traçados dos gráficos correspondentes e seu emprego. História militar Organização da engenharia militar brasileira; serviços respectivos Temas táticos no terreno – exercícios de quadros- e sobre a carta; jogo de guerra. Pontes militares e estradas em geral.</p> <p>Ensino Prático (1º ano) Ginástica das tropas a pé; aTiro de mosquetão; fotografia; Construção e reforçamento de obras especiais de fortificação de campanha; Estabelecimento e melhoramento das comunicações (Pontes, estradas, caminhos, linha férrea de campanha, projetores de campanha, telefonia, telegrafia e radio-telegrafia militares e pombos correios); Minas. Destruições. Criação de obstáculos. Organização especial de pontos de apoio. Exercícios de participação da engenharia no combate empregando esses meios; Escrituração da companhia; Primeiros socorros médicos de urgência.</p>	<p>Ensino Teórico (1º ano) Balística Interna e Externa. Curso Elementar de Estradas de Ferro e de Rodagem. Noções essenciais de geologia e de resistência de materiais. Pontes militares. Noções de Fortificação Permanente (terrestre e de costa). Síntese Histórica da Fortificação. Noções sobre as Aplicações Gerais da Física, da Química e da Mecânica à Técnica Militar. Tática Geral e História Militar.</p> <p>Ensino Teórico-Prático (1º ano) Aplicação dos regulamentos peculiares à arma. Exercícios topográficos. Participação técnica nos exercícios táticos dos outros cursos.</p>
Fonte: Regulamento de 1913-14, Regulamento de 1919 e Regulamento de 1924.		

ANEXO 15 – Curso de Infantaria da EMR. (1913-14, 1919 e 1924).		
Regulamento de 1913-1914	Regulamento de 1919	Regulamento de 1924
<p>Ensino Teórico-Prático Tática e Serviços da Infantaria, Precedidos da Organização dessa Arma nos Exércitos em Geral, Especialmente nos Sul-americanos; Infantaria Brasileira. Armas Portáteis e Metralhadoras; Balística Elementar e sua Aplicação ao Tiro dessas Armas Fortificação de Campanha, Noções de Fortificação Permanente; Propriedades e Emprego dos Explosivos</p> <p>Ensino Prático Topografia Militar, Infantaria, Tiro ao Alvo e Esgrima. Prática Falada de Francês e Inglês ou Alemão.</p>	<p>Ensino Teórico-Prático Organização da infantaria brasileira; sua tática regulamentar.; Combate das armas combinadas. Estudo dos regulamentos adotados na infantaria brasileira; razões lógicas de suas prescrições essenciais. Balística elementar das armas de fogo portáteis. Emprego e interpretação das tabelas de tiro do fuzil e da metralhadora. Julgamento do resultado do tiro individual e coletivo. História militar. Temas táticos no terreno – exercícios de quadros - e sobre a carta; Jogo de guerra.</p> <p>Ensino Prático Ginástica; Ordem unida e aberta; Tiro de fuzil; Tiro coletivo; avaliação de distância; Telemetros; Tiros de instrução da metralhadora e do fuzil metralhadora. Exercícios da seção de metralhadoras. Tiro de seção de metralhadoras. Manejo de engenhos especiais de infantaria e seu emprego (granadas, canhão de 37, morteiros de acampamento e artifícios de trincheira de pequena potência); Exercícios táticos dos alunos como comandantes até de companhia; Exercícios de aplicação do serviço de campanha; construção das fortificações de campanha; exercícios de remuniciamento; exercícios de ligação com o emprego dos diversos meios (estafetas, sinaleiros, telefone); Escrituração da companhia; Primeiros socorros médicos de urgência.</p>	<p>Ensino Teórico Balística Interna e Externa. Tática de Infantaria. Noções de Fortificação Permanente (terrestre e de costa). Síntese Histórica da Fortificação. Noções sobre as Aplicações Gerais da Física, da Química e da Mecânica a Técnica Militar. Tática Geral e História militar.</p> <p>Ensino Teórico-Prático Revisão e desenvolvimento da instrução anterior da arma. Exercícios táticos na carta e no terreno. Instrução física militar. Esgrima. Equitação.</p>
Fonte: Regulamento de 1913-14, Regulamento de 1919 e Regulamento de 1924 e 1929.		

ANEXO 16 – Curso Fundamental da EMR. (1924 e 1929).	
Regulamento de 1924	Regulamento de 1929
<p>Ensino Geral (1º ano) Geometria Analítica, Cálculo. Diferencial e Integral. Física Experimental. Noções de Meteorologia. Geometria Descritiva, Perspectiva e Sombra: desenho correspondente.</p> <p>Ensino Militar Teórico (1º ano) Estudo da missão do exército e da missão social do oficial. Organização do exército brasileiro. Estudo do regulamento da instrução física, precedido das noções de anatomia e fisiologia necessárias a sua execução racional. Estudo do armamento portátil regulamentar e dos seus meios de conservação. Princípios que presidem a sua organização. Estudo dos regulamentos de exercícios e combate da infantaria, de tiro das armas portáteis, de serviço em campanha, de transmissões, e de organização do terreno, na parte necessária ao ensino prático correspondente. Estudo do regulamento para instrução e serviços gerais nos corpos de tropa, inclusive da parte disciplinar. Noções elementares de topografia. Estudo de terreno, sua morfologia e modo de representá-lo nas cartas.</p> <p>Ensino Militar Prático (1º ano) Instrução física militar. Escola do soldado, do grupo e do pelotão. Adestramento para o combate do grupo e do pelotão. Instrução técnica do tiro e instrução individual do atirador para o combate (fuzil, fuzil metralhador e granada). Instrução do soldado, do grupo e do pelotão, nas diversas situações do serviço em campanha (esclarecedor, sentinela, patrulha, pequeno posto). Construção dos tipos fundamentais dos elementos constitutivos da organização do terreno. Instrução do estafeta, do mensageiro, do sinaleiro, e do telefonista, e organização do posto de comando e de uma companhia. Exercícios de orientação, de identificação do terreno e de execução de levantamentos simples. Equitação. Socorros médicos de urgência.</p> <p>Ensino Geral (2º ano) Mecânica Racional. Química. Topografia e Desenho topográfico. Noções de Direito. Legislação militar. Administração militar.</p> <p>Ensino Militar Teórico (2º ano)</p>	<p>Ensino Fundamental. Geometria Analítica. Cálculo Diferencial e Integral. Física Experimental. Noções de Meteorologia. Geometria Descritiva, Perspectiva e Sombra; desenho correspondente.</p> <p>Ensino Militar Teórico. Estudo da missão do Exército e da missão social do oficial. Organização do Exército brasileiro. Estudo do regulamento de instrução física precedida das noções de anatomia e fisiologia necessárias a sua execução racional. Estudo do armamento portátil regulamentar e dos seus meios de conservação. Princípios que presidem a sua organização; Estudo dos regulamentos de exercícios e combate da infantaria, de tiro das armas portáteis, de serviço em campanha, de transmissões, e de organização do terreno, na parte necessária ao ensino prático correspondente. Estudo do regulamento para os serviços gerais nos corpos de tropa, inclusive a parte disciplinar. Noções elementares de topografia. Estudo do terreno, sua morfologia e modo de representá-lo nas cartas.</p> <p>Ensino Militar Prático. Instrução física militar. Escola do soldado, do grupo e do pelotão. Adestramento para o combate do grupo e do pelotão. Instrução técnica do tiro e instrução individual do atirador para o combate (fuzil, fuzil-metralhador e granada). Instrução do soldado e do grupo e do pelotão nas diversas situações de serviço em campanha (esclarecedor, sentinela, patrulha, pequeno posto). Construção dos tipos fundamentais dos elementos constitutivos da organização do terreno; Instrução do estafeta, do mensageiro, do sinaleiro e do telefonista, e organização do posto de comando da companhia. Exercícios de orientação, de identificação do terreno e de execução de</p>

<p>Noções de higiene e profilaxia indispensáveis a saúde dos homens e a conservação do bom estado sanitário das habitações militares, em tempo de paz e de guerra.</p> <p>Estudo da metralhadora e dos petrechos de acompanhamento da infantaria e dos carros de combate.</p> <p>Continuação do estudo dos regulamentos, a saber: instrução física, exercícios e combate de infantaria e seus anexos, tiro das armas portáteis, metralhadoras pesadas, serviço em campanha, organização do terreno, transmissões, de instrução e serviços gerais nos corpos de tropa.</p> <p>Ensino Militar Prático (2º ano)</p> <p>Instrução física militar. Instrução correspondente a 1ª parte do regulamento de infantaria até o batalhão.</p> <p>Revisão dos exercícios de adestramento para o combate do grupo e do pelotão, adestramento para o combate da secção de metralhadoras leves e pesadas, do canhão de 37 e do morteiro de acompanhamento.</p> <p>Exercícios de combate da companhia.</p> <p>Aperfeiçoamento da instrução técnica do tiro e da instrução individual do atirador para o combate (fuzil, fuzil metralhador, granada, metralhadora).</p> <p>Exercícios de serviço em campanha. Marchas e estacionamento.</p> <p>Revisão da instrução dos agentes de transmissão; instrução dos rádio-telegrafistas. Organização do posto de comando de um batalhão.</p> <p>Combinação dos elementos da reorganização do terreno: grupos de combate, pontos de apoio, centro de resistência.</p> <p>Exercícios práticos de topografia: Esboços planimétricos e panorâmicos.</p> <p>Exercícios de redação de ordens, partes e relatórios, concernentes a assuntos tratados na prática.</p> <p>Esgima. Equitação.</p>	<p>levantamentos simples.</p> <p>Socorros médicos de urgência.</p>
<p>Fonte: Regulamento de 1913-14, Regulamento de 1919 e Regulamento de 1924.</p>	

ANEXO 17 – Curso de Engenharia da EMR. (1924 e 1929).	
Regulamento de 1924	Regulamento de 1929
<p>Ensino Teórico Balística Interna e Externa. Curso Elementar de Estradas de Ferro e de Rodagem. Noções essenciais de geologia e de resistência de materiais. Pontes militares. Noções de Fortificação Permanente (terrestre e de costa). Síntese Histórica da Fortificação. Noções sobre as Aplicações Gerais da Física, da Química e da Mecânica à Técnica Militar. Tática Geral e História Militar.</p> <p>Ensino Teórico-Prático Aplicação dos regulamentos peculiares à arma. Exercícios topográficos. Participação técnica nos exercícios táticos dos outros cursos.</p>	<p>Ensino Fundamental (1º ano) Mecânica Racional. Química. Topografia e Desenho Topográfico. Noções de Direito. Legislação Militar. Administração Militar.</p> <p>Ensino Militar Teórico (1º ano) Noções de higiene e profilaxia indispensáveis à saúde e à conservação do bom estado sanitário das habitações militares, em tempo de paz e de guerra. Estudo da metralhadora e dos petrechos de acompanhamento da infantaria e dos carros de combate. Continuação do estudo dos regulamentos, a saber: instrução física, exercícios e combate de infantaria e seus anexos, tiro das armas portáteis, metralhadoras, serviço em campanha, organização do terreno, transmissões e serviços gerais nos corpos de tropa.</p> <p>Ensino Militar Prático (1º ano) Instrução física militar. Instrução correspondente a 1ª parte do regulamento de infantaria até o batalhão. Revisão dos exercícios de adestramento para o combate do grupo e do pelotão, adestramento para o combate das seções de metralhadoras leves e pesadas, do canhão 37 e do morteiro de acompanhamento. Emprego do pelotão e da companhia no combate. Aperfeiçoamento de instrução técnica do tiro (fuzil, fuzil-metralhador, granada e metralhadora). Exercícios de serviço em campanha; marchas e estacionamento. Revisão da instrução dos agentes de transmissão; instrução dos radiotelegrafistas. Organização do posto de comando de um batalhão. Combinação dos elementos da organização do terreno; trincheiras, espadões, sapas. Exercícios práticos de topografia; esboços planimétricos e panorâmicos; Exercícios de redação de ordens, partes e relatórios, concernentes a assuntos tratados na prática. Esgrima. Equitação.</p> <p>Ensino Militar Teórico (2º ano) Balística. Noções sobre a organização e a tática das diferentes armas (infantaria, cavalaria, artilharia, aviação) e emprego das unidades de engenharia. Tática de infantaria. Noções de fortificação permanente (terrestre e de costa). Síntese histórica da fortificação. Noções sobre as aplicações gerais da física, da química e da mecânica à técnica militar. História militar.</p> <p>Ensino Militar Teórico-Prático (2º ano) Revisão e desenvolvimento da instrução anterior da arma. Exercícios táticos na carta e no terreno. Instrução física militar. Noções gerais sobre administração nos corpos de tropa; Administração detalhada da companhia. Esgrima. Equitação.</p>
Fonte: Regulamento de 1924 e Regulamento de 1929.	

ANEXO 18 - GLOSSÁRIO DE TERMOS MILITARES

- **Armas:** As Armas englobam os militares combatentes por excelência, estão intrinsecamente ligadas à atividade-fim da profissão e dividem-se em dois grupos: as Armas-Base (Infantaria e Cavalaria) e as Armas de Apoio ao Combate (Artilharia, Engenharia).
- **Artilharia:** Arma de apoio que complementa a missão das armas-base, pelo apoio de fogo.
- **Bateria:** Subunidade básica de artilharia.
- **Cavalaria:** A Cavalaria proporciona segurança às demais formações em combate por seus próprios meios, as formações hipomóveis (a cavalo).
- **Caçador:** Soldado de infantaria.
- **Companhia:** Subdivisão de batalhão comandada por um capitão.
- **Batalhão:** Unidade tática de infantaria ou de cavalaria que faz parte dum regimento e se subdivide em companhias.
- **Esquadrão:** Seção de um regimento de cavalaria.
- **Engenharia:** Arma de apoio que complementa a missão das armas-base, pela mobilidade (construção) e contramobilidade (destruição) de pontes, estradas, vias férreas, etc.
- **Infantaria:** A Infantaria define o combatente a pé, aquele que pode deslocar-se por qualquer tipo de região e que conquista, ocupa e mantém o terreno, em operações ofensivas e defensivas;

Fontes: Site oficial da AMAN: www.aman.ensino.eb.br. Acesso em: 14/05/2011. Site oficial do Exército Brasileiro: www.exercito.gov.br. Acesso em 04/06/2011. Dicionário de termos militares do Exército. Disponível em: <http://dicmil.iscap.pt/>. Acesso em 30/03/2011. As definições se referem às características básicas dos termos na época em que se situa a pesquisa. A arma da Cavalaria, por exemplo, conta atualmente com tanques, e entre 1904 e 1929, contava apenas com cavalos.